

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

CÍNTIA FIOROTTI

**HISTÓRIA DE TRABALHADORES E DO TRABALHO NA FRONTEIRA BRASIL-  
PARAGUAI (1960-2015)**

UBERLÂNDIA-MG

2015

CÍNTIA FIOROTTI LIMA

**HISTÓRIA DE TRABALHADORES E DO TRABALHO NA FRONTEIRA BRASIL-  
PARAGUAI (1960-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Profa. Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

UBERLÂNDIA-MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

F521h      Fiorotti, Cíntia, 1984-  
2015      História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai  
(1960-2015) / Cíntia Fiorotti. - 2015.  
285 f. : il.

Orientadora: Heloísa Helena Pacheco Cardoso.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalho - Brasil -  
História - 1960-2015 - Teses. 4. Trabalhadores - Brasil - História - 1960-  
2015 - Teses. I. Cardoso, Heloísa Helena Pacheco, 1950-. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

CÍNTIA FIOROTTI LIMA

**HISTÓRIA DE TRABALHADORES E DO TRABALHO NA FRONTEIRA BRASIL-  
PARAGUAI (1960-2015)**

Uberlândia, 11 de novembro de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof.(a) Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso  
(Orientadora – UFU/MG)

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio (UFG)

---

Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula (UFU)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU)

---

Prof. Dr. Fernando Rabossi (UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha trajetória de vida, muitas pessoas ajudaram-me e contribuíram de diferentes formas. Durante o curso de Doutorado em História, não foi diferente.

Não quero ser injusta, esquecendo algumas pessoas. Por isso, logo de imediato agradeço a todos da minha família; aos docentes, discentes e funcionários da UFU com que tive contato; aos docentes responsáveis por minha formação escolar, superior e pós-graduações; aos professores colegas de trabalho das várias instituições de ensino pelas quais passei; aos companheiros, aos amigos e às amigas das antigas; a todos sujeitos pesquisados que se dispuseram a conceder entrevistas e aos funcionários e coordenadores de todos arquivos pesquisados.

À Profa. Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso, pela disponibilidade, leituras e contribuições a esse trabalho. Aos membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi e Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, pela disponibilidade, leitura, contribuição e reflexões levantadas.

A todos os professores da banca de defesa, Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, Prof. Dr. Paulo César Inácio, Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula e Prof. Dr. Fernando Rabossi, pelo tempo dedicado a leitura, problematizações, contribuições e participação nesta avaliação.

Em especial, agradeço aos professores que manifestaram dedicação e preocupação com a manutenção e defesa do ensino público, proporcionando, ao longo da minha trajetória de vida, um aprendizado tão valioso quanto o científico. Em um ano marcado pelo 29 de abril na Educação no Paraná, isso foi muito importante.

Agradeço à SEED/PR, pelo afastamento parcial de minha jornada de trabalho no último ano. Ser professora na educação pública básica e tentar cursar um doutorado não é uma tarefa simples. Por isso, meus sinceros agradecimentos a todos os colegas de trabalho que me ajudaram com apoio, com auxílio no ensino e com reflexões sobre o tema.

Aos entrevistados, pela paciência, contribuições e amadurecimento proporcionados. Agradeço a todos por me atenderem com educação e atenção, tornando o momento da entrevistas um espaço de aprendizado. Aos amigos e familiares que estabeleceram contatos para as entrevistas e até foram junto a mim realizar algumas delas.

A todos aqueles que me ajudaram a conseguir acesso a fontes, a arquivos e informações. Em especial, àqueles que me ajudaram a fotografar e catalogar as fontes. Aos que se dispuseram a ler os textos escritos por mim e contribuir com críticas, avaliações e indicações de outras bibliografias e fontes. Também agradeço aos pesquisadores que já realizaram estudos sobre o tema e trouxeram contribuições e reflexões com os resultados do seu trabalho.

A todos que me deram pouso e caronas ao longo desse doutorado: meus sinceros agradecimentos por todo tipo de ajuda.

Agradeço ao Gabriel e a sua família, pelo companheirismo e apoio que me deram durante parte desta trajetória do curso.

Aos meus pais, Vilma e Antônio, agradeço pelo zelo, carinho, apoio, confiança e por terem proporcionado ao longo de minha vida condições materiais para meus estudos. Ao meu irmão Anderson, cunhada Caren e sobrinhos pelo carinho, apoio e por tudo.

Ao Eric, Pedro e à família pelo carinho e apoio. Agradeço em especial ao Eric pelas contribuições, conversas, paciência, carinho e dedicação. Também, por ser parte de uma alegria imensa ao final deste curso, que coincide com a espera de uma nova vida em nossa família.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como intuito problematizar a história do trabalho e dos trabalhadores na região de confluência das fronteiras de Salto del Guairá/Paraguai, Guaíra e Mundo Novo/Brasil, no período de 1960 a 2015. Para tanto, analisamos as relações entre o processo de construção e assimilação das definições de o que seria a fronteira, a criminalização de práticas sociais e a organização dos mundos dos trabalhadores na região. Por meio da análise de fontes orais e documentais, refletimos sobre as mudanças no viver e trabalhar na fronteira, constatando que estas não estão apenas reduzidas às alterações na legislação e na economia, mas nos significados históricos atribuídos a própria fronteira.

**Palavras-Chaves:** Trabalhadores. Fronteira. Trabalho. Contrabando.

## **ABSTRACT**

This research has the purpose of problematizing the history of the work and the workers in the confluence region of the borders of Salto del Guairá/Paraguay, Guairá and Mundo Novo/Brazil in the period of 1960 to 2015. In order to that, we analyzed the relations between the processes of construction and assimilation of the definition of what would be the border, the criminalization of the social practices and the organization of the working worlds in the region. Through the analysis of oral and documental sources, we reflected about the changes in the living and working in the border and verified that these changes are not only reduced to modifications in the law and economy, but also in the historical meanings attributed to the border itself.

**Keywords:** Workers. Border. Work. Contraband.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Localização de Salto del Guairá no Paraguai, Guaíra-PR e Mundo Novo-MS no Brasil.....	09
<b>Figura 2</b> - Localização de algumas cidades com grande fluxo de pessoas com comércio e transporte de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai.....	10
<b>Figura 3</b> - Trabalhadores na travessia da Balsa Guaíra - Salto del Guairá.....	102
<b>Figura 4</b> - Mapa de propaganda de Salto del Guairá.....	223

## SUMÁRIO

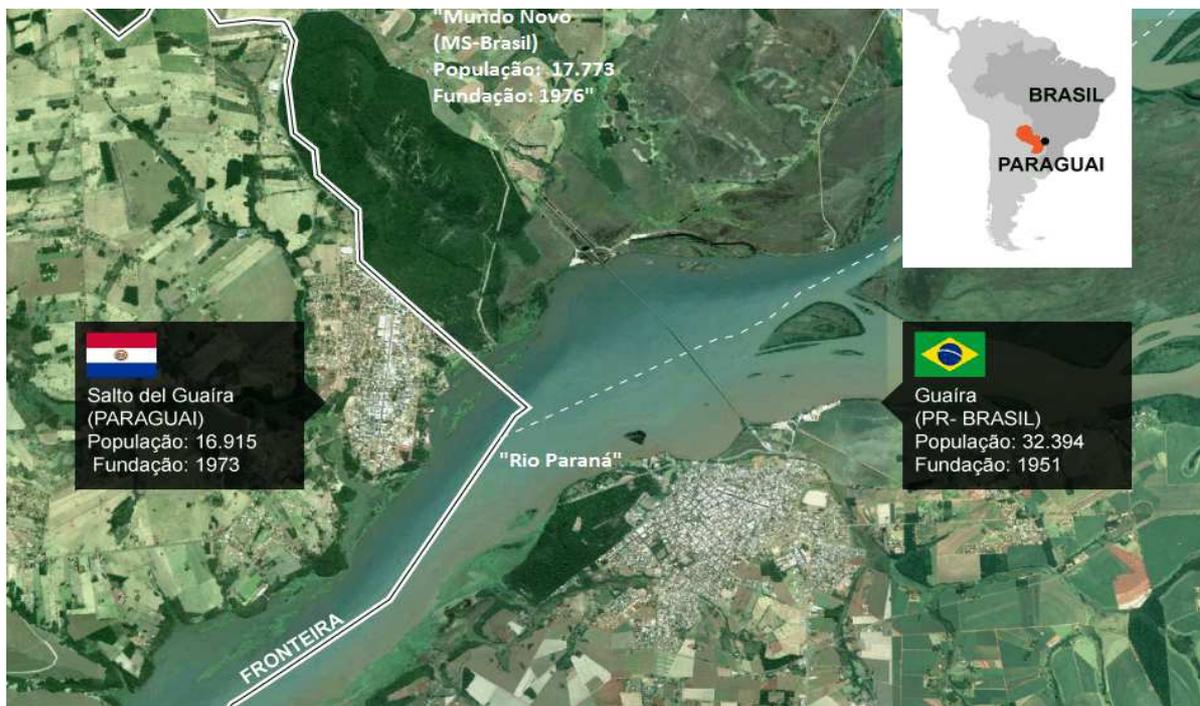
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
1 MUDANÇAS NO COMÉRCIO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI (1940-2015).....	38
1.1 O comércio na fronteira Brasil/Paraguai: trajetórias vividas entre os anos 1940-1980.....	40
1.2 Trajetórias de vida e trabalho dos vendedores e atravessadores de mercadorias em Salto del Guairá (1990-2015).....	79
2 CONFLITOS E TENSÕES EM TORNO DO TRABALHO NA FRONTEIRA (1960 - 2015).....	110
2.1 Trabalhadores, agentes do Estado e fiscalização na fronteira entre 1960 e a década de 1970.....	114
2.2 A fronteira como lugar de trabalho e os trabalhadores nos limites do “legal” e “ilegal”.....	157
3 RELAÇÕES SOCIAIS NA FRONTEIRA: EMPRESÁRIOS, VENDEDORES E ATRAVESSADORES DE MERCADORIAS.....	182
3.1 As condições de trabalho dos vendedores em lojas e as relações com o comércio na fronteira .....	185
3.2 Disputas pelo comércio na fronteira: mercado, nacionalidade e trabalhadores.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
ANEXOS.....	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	273
FONTES.....	278

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo desta pesquisa é problematizar as mudanças nas relações de trabalho vividas na fronteira Brasil-Paraguai por meio do estudo das experiências de vendedores e atravessadores de mercadorias entre 1960 e 2015. Tratando de tipos de trabalhos que transitam entre "formal e informal e/ou legal e ilegal", problematizamos as mudanças nas interpretações de trabalhadores sobre o viver e trabalhar na fronteira, conforme foi sendo alterada a presença do Estado na repressão ao comércio e transporte de mercadorias. Por isso, analisamos as trajetórias individuais e as experiências coletivas compartilhadas em meio às condições de vida experimentadas pelos trabalhadores pesquisados.

A pesquisa foi realizada na região de confluência das fronteiras do município paraguaio de Salto del Guairá, localizada no Departamento Canindeyú, e as cidades brasileiras de Guaíra, no Estado do Paraná, e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul.

**Figura 1- Localização de Salto del Guairá no Paraguai, Guaíra-PR e Mundo Novo-MS no Brasil.**



**Fonte:** Folha de São Paulo. **Tudo sobre o contrabando no Brasil.** Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/12/crime-sem-castigo/>>. Acesso em 10 de out. de 2015. Anotações na imagem entre aspas feitas pela autora.

As cidades abaixo apresentadas na figura 2 normalmente são conhecidas por fazerem parte das “regiões” ou “zonas” de fronteira entre os dois países. No lado brasileiro, essa “zona de fronteira” abrange os 150 km a partir do limite com o Paraguai.<sup>1</sup> Já no lado paraguaio, ela é identificada nos 50 km contados desde o limite com o Brasil. No entanto, essas definições são variáveis, pois ocorrem de acordo com as disputas de interesses entre os Estados nacionais envolvidos e os conflitos sociais nestas regiões.<sup>2</sup>

**Figura 2 - Localização de algumas cidades com grande fluxo de pessoas com comércio e transporte de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai, 2010.<sup>3</sup>**



Entre os trabalhadores pesquisados estão: jovens brasileiros e paraguaios ocupados como vendedores em lojas de importados com contratos de trabalho formais e/ou informais na cidade de Salto del Guairá, Paraguai; vendedores ambulantes ocupados nas ruas desse mesmo município; e trabalhadores envolvidos na travessia ou no transporte de mercadorias não regulamentadas e/ou ilegais, residentes em cidades brasileiras no Estado do Paraná ou no Estado do Mato Grosso do Sul.

O recorte histórico dessa pesquisa recuou à década de 1960 em decorrência da realização da pesquisa empírica e as novas reflexões e problematizações levantadas pelo

<sup>1</sup> Delimitação estabelecida pela Lei Federal nº 6.634/79 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

<sup>2</sup> MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>3</sup> Referente à localização dessa região de fronteira, observa-se que no lado brasileiro estão as cidades ao sul e ao sudoeste dos Estados do Mato Grosso do Sul e cidades ao oeste do Estado do Paraná. Já no caso do Paraguai, abrange os chamados Departamentos que se assemelham às divisões entre Estados no Brasil; entre eles, estão os Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú ao leste, Alto Paraguay ao norte, e Amambay e Concepción ao noroeste do Paraguai.

conjunto de docentes e discentes participantes das disciplinas de Seminário de Tese I e II em 2013. Além disso, os sujeitos entrevistados influenciaram no recorte quando trouxeram referências ao “contrabando de café”, com interpretações e sentidos relacionados ao tempo de vida, do trabalho e das próprias disputas em torno das memórias constituídas sobre viver nestas cidades. Suas falas apresentaram tensões e conflitos reinterpretados e utilizados como elementos para refletir sobre suas experiências a respeito das relações vividas na fronteira juntamente às suas trajetórias ocupacionais.

O tema da pesquisa surgiu ao longo da minha trajetória como trabalhadora, moradora e pesquisadora em Guaíra-PR. Sempre me relacionei com muitos sujeitos que vivem de formas de trabalho geradas pelo comércio e transporte de mercadorias entre as cidades de Guaíra-PR/BR e Salto del Guairá/PY, e com relações sociais características de uma cidade localizada na fronteira Brasil-Paraguai. Também, principalmente ao longo do meu trabalho como professora da disciplina de História na educação pública básica, deparei-me com uma realidade latente e intrigante sobre o envolvimento de muitos alunos em relações de trabalho tidas por “informais” e/ou “ilegais” na fronteira entre os dois países.

Nessa pesquisa consideramos como fundamental para seu desenvolvimento ouvir os trabalhadores que estiveram ou estão envolvidos no comércio e/ou transporte de mercadorias na fronteira. Com a realização das entrevistas, discutimos trajetórias ocupacionais, a construção de identidades e as relações sociais estabelecidas com outros sujeitos e com a fronteira.

As fontes orais foram recolhidas durante as entrevistas com trabalhadores de nacionalidades brasileira, paraguaia e argentina, moradores de Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá. Entre os 31 entrevistados estão: 13 vendedores formais e/ou informais em lojas de importados em Salto del Guairá, sendo a maioria deles atravessadores de mercadorias na fronteira; 01 vendedor ambulante em Salto del Guairá; 01 ex-atravesador de cigarros; 01 policial federal aposentado; 02 militares reformados do Exército; 01 ex-funcionário da Receita Federal; 01 funcionário da Receita Estadual; 01 jornalista; 05 proprietários de lojas de importados em Salto del Guairá; e 05 moradores que viveram ou vivem entre essas cidades nas proximidades dos portos de travessia onde são passadas mercadorias.

Neste estudo não utilizamos os nomes verdadeiros dos entrevistados e nem os nomes presentes nos autos criminais. Todos os entrevistados autorizaram o registro e utilização das

entrevistas com o uso de seus próprios nomes. Porém, optamos pelo uso de pseudônimos por precaução a qualquer transtorno futuro que isto poderia causar a eles, já que muitos continuam nas suas ocupações. No caso dos autos criminais, isto foi uma solicitação feita pelo coordenador do arquivo pesquisado. Como pseudônimos, utilizamos nomes de cantoras, jogadores e técnicos da seleção brasileira de futebol que atuaram a partir da década de 1960.

Foram entrevistados fiscais da Receita, policiais e militares reformados do Exército que trabalham ou trabalharam na fiscalização do transporte de mercadorias nesta fronteira para tentar conhecer e entender a visão de quem fiscaliza e exerce a autuação dos trabalhadores que tentam passar mercadorias acima da cota autorizada (atualmente, U\$300,00) ou produtos não permitidos. As entrevistas com os moradores próximos a portos nessas cidades ajudaram a compreender como a população local percebe e se relaciona com o trabalho e os trabalhadores que vivem do transporte de mercadorias, e como eles lidam com a presença do Estado na fiscalização nesses lugares. As falas foram trazendo reflexões sobre a forma como a população local das cidades percebiam e lidavam com o envolvimento de amigos, vizinhos e familiares no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira.

As entrevistas com os proprietários de loja de importados ocorreram para conhecer e compreender os conflitos em torno das relações de trabalho, a visão de quem contrata os vendedores e os acordos estabelecidos formalmente e informalmente. Neste sentido, as fontes permitiram estudar como os proprietários de lojas de importados em Salto Del Guairá tentam organizar e controlar a força de trabalho dos vendedores. Além disso, contribuíram para entender como o mercado na fronteira se constitui em meio a conflitos de diferentes grupos sociais. A disputa entre proprietários de lojas locais e investidores oriundos de outras cidades e países possibilitou perceber as disputas pelo processo de acumulação na fronteira e suas repercussões nas ações do poder público municipal.

Inicialmente, os entrevistados foram selecionados seguindo alguns critérios, tais como ocupação relacionada ao comércio na fronteira e o tempo de residência em alguma das cidades. Contudo, cabe ressaltar que tais critérios dependeram, em alguma medida, de minhas relações sociais de amizade e das relações entre os próprios entrevistados. Nestes contatos, selecionamos algumas pessoas para as entrevistas indicadas pelos já entrevistados e por amigos. Também buscamos entrevistar outras pessoas que estavam fora deste círculo de relacionamentos. Em algumas entrevistas realizadas em Salto del Guairá fui acompanhada de

amigos ou de familiares que me ajudaram a estabelecer o contato e, em alguns casos, ajudaram com a compreensão do idioma e especificidades da realidade local. Isto contribuiu para o avanço de determinados assuntos abordados nas entrevistas. Os contatos também permitiram que algumas entrevistas fossem realizadas na própria casa dos entrevistados ou em minha casa.

Entretanto, cinco entrevistas foram feitas em praça de alimentação de shopping, lanchonete e fundos de loja. Nestes casos, as solicitações para realizá-las nas residências não foram aceitas devido ao receio de alguns entrevistados em falar sobre suas atividades laborais em meio à família e devido ao pouco tempo disponível fora de suas extensas jornadas de trabalho. Tal experiência permitiu observar que as entrevistas realizadas no local de trabalho, ou em locais onde eles passavam o intervalo ou o fim de sua jornada, proporcionam menor proximidade e tranquilidade para a produção da entrevista. O desconforto dessas situações proporcionou maior formalização por parte do sujeito a ser ouvido, porém revelou a importância e a necessidade de problematização dos motivos que levaram alguns temas a serem silenciados.

Houve elaboração prévia de roteiros de acordo com o perfil profissional de cada entrevistado. Porém, os roteiros não foram seguidos exatamente conforme o planejamento inicial. Novas questões foram levantadas em meio às informações apresentadas pelos entrevistados, respeitando os momentos de suas próprias seleções, que indicavam o que consideravam importante expor. Em meio a esses momentos, muitos dos jovens trabalhadores fizeram questão de falar sobre sua escolaridade ao serem indagados sobre trajetórias de vida e trabalho. Em grande medida, recorriam ao assunto para justificar as dificuldades enfrentadas atualmente no trabalho. Ao longo do processo de pesquisa, tentei entender porque havia pontos em comum nas falas dos entrevistados, levantando novas reflexões sobre o significado do trabalho no comércio e transporte de mercadorias na fronteira para esses jovens entrevistados.

No processo de levantamento das fontes orais, avaliamos como seria importante refletir as problemáticas a partir da elaboração de questões que permitissem aprofundar elementos acerca da subjetividade das pessoas. Para tanto, foi preciso criar condições para que o entrevistado pudesse refletir sobre seu relato, a fim de proporcionar a troca de experiências a respeito dos assuntos abordados e o “compartilhar social dos sentidos e significados que

ambos atribuem à realidade social”, fazendo da entrevista um “experimento de igualdade”<sup>4</sup>. Contudo, procuramos fazer desse experimento de igualdade uma relação que assegure o próprio lugar do pesquisador na entrevista.

Assim, consideramos que foi fundamental ouvir e procurar os “porquês” para entender a forma como o trabalhador interpreta e elabora sua própria história de vida e trabalho. Isso contribui para o pesquisador ter acesso a sentimentos, a angústias e a expectativas que o sujeito constrói conforme vivencia uma série de problemas e de mudanças particulares e comuns a outros trabalhadores. Além disso, como lembra Paulo Roberto de Almeida (2005), embora os trabalhadores compartilhem de um lugar, de uma cidade, com experiências comuns, isso não implica dizer que as experiências e as expectativas são as mesmas para todos, mas que estão “[...] intimamente ligadas à trajetória de cada um e ao lugar de onde se fala”.<sup>5</sup>

Nessa pesquisa, procuramos nos aproximar da construção de uma leitura que atribua um sentido à História em que os trabalhadores sejam percebidos como sujeitos. Por isso, construímos uma interpretação com base na problematização e investigação das perdas, das conquistas, das expectativas, dentre outros elementos e sentimentos, experimentados e referenciados pelos trabalhadores ao falarem sobre suas trajetórias ocupacionais. Isso, problematizando os documentos que expressem suas referências e os conflitos entre os grupos sociais envolvidos nesse processo.

Ainda, dentre as diversas especificidades em torno da fonte oral, a memória merece atenção. Para tanto, a análise da fonte oral conta com a sensibilidade e atenção às próprias peculiaridades da memória, entre elas, os significados dos silêncios, das seleções e das expectativas do sujeito enquanto constrói sua fala junto ao pesquisador.

No processo de recordar e falar sobre o que foi vivenciado, o sujeito que constrói o relato encontra-se vulnerável às interpretações de seu tempo. A fonte oral é construída a partir da conjuntura das relações sociais em que o sujeito está envolvido, tendo o presente como

---

<sup>4</sup> Reflexões promovidas pela linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” da UFU em 2007, sobre “Caminhos da História Social: diálogos sobre memórias, fontes e perspectivas de investigação”, que contou com a participação de Alessandro Portelli, em conjunto as oficinas realizadas pela linha de pesquisa de “Trabalho e Movimentos Sociais” da UNIOESTE.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do R. C. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2005. p. 146.

uma de suas principais coordenadas. Conforme Alistair Thomson (1997) nos leva a refletir, ao encarar a entrevista, o historiador se depara com as interpretações do próprio entrevistado que expressa sua vivência, seus pensamentos e suas aspirações.<sup>6</sup> Essa subjetividade do entrevistado, no entanto, não desmerece a importância da fonte, pelo contrário, traz elementos importantes sobre as leituras feitas por ele. De acordo com Déa Fenelon (1994), o relato oral é a interpretação do sujeito sobre as relações sociais que vivencia, tornando-se necessário tomá-lo no contexto de sua produção, sendo, portanto, dispensável qualquer tentativa de desmerecimento da fala do sujeito.<sup>7</sup>

Da mesma forma, como refletiu Heloísa Helena P. Cardoso (2010), os silêncios presentes nas falas elaboradas pelos entrevistados, sejam eles seleções voluntárias ou involuntárias, trazem suas significações. Cabe ao pesquisador tentar compreender, dentro das relações sociais vivenciadas pelo sujeito, o que cada silêncio pode representar.<sup>8</sup> A memória é uma escolha em meio a conflitos sociais que exigem o exercício de seleção entre o que deva ser lembrado ou esquecido diante da conjuntura e das relações sociais que o sujeito vivencia. O ato de expressar-se sobre um determinado conteúdo a um entrevistador também passa por um complexo processo de reflexão e seleção envolvendo o conflito entre grupos sociais e a solidariedade entre aqueles que se identificam com um mesmo grupo.

Quando Alistair Thomson (1997) enfatiza que “as histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”<sup>9</sup>, podemos refletir que tais aspirações não são neutras, mas fazem parte de um campo de disputa em torno do que queremos lembrar, denunciar ou indagar, expressando o lugar de onde falamos e com qual interesse falamos. Ainda, na construção das fontes orais, são muitos os motivos dos possíveis silêncios presentes em uma entrevista. Alguns deles estão para além destas especificidades, como exemplificado anteriormente, concernente à relação entre o pesquisador e entrevistado e a gravação das falas.

---

<sup>6</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC**, São Paulo, n. 15, 1997. p. 57.

<sup>7</sup> FENELON, Déa R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: **PROJETO/HISTÓRIA** - Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, São Paulo, São Paulo, n. 10, EDUC, 1994.

<sup>8</sup> CARDOSO, Heloísa Helena P. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. In.: \_\_\_\_\_. Dossiê fontes orais: perspectivas de investigação, **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro e junho de 2010, n. 23, v. 42, p. 31-47.

<sup>9</sup> THOMSON, Alistair. op. cit., p. 57.

No caso das fontes escritas, elas também foram percebidas como materiais produzidos por pessoas e instituições, carregadas de intenções que expressam suas expectativas e interpretações sobre o vivido. Portanto, indicam a necessidade de serem analisadas e problematizadas, tendo em vista serem construídas num processo de disputa e tensão entre as classes sociais. Como nos lembra Le Goff (1996), nenhum documento é neutro, precisa ser questionado e problematizado dentro de seus contextos e de suas especificidades.<sup>10</sup> O documento, assim como o monumento, também é uma forma de garantir a reafirmação de algo do passado que possa servir de argumentos para a legitimação de práticas no futuro.

Uma fonte escrita relevante para esta pesquisa foram os autos criminais catalogados como “crime de contrabando” em cidades ao oeste do Paraná/Brasil com o leste do departamento de Canindeyú/Paraguai pertencentes ao Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo (1954 a 1980), no Núcleo de Documentação e Pesquisa - NDP, no Campus de Toledo-PR.<sup>11</sup> Além destes, foram pesquisados na Comarca de Foz do Iguaçu autos criminais sobre “contrabando” entre 1980 e 1993 de apreensões ocorridas na localidade de Guaíra-PR.<sup>12</sup>

Estes autos criminais foram pesquisados visando compreender como, entre as décadas de 1950 e 1990, o transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias era interpretado pelos trabalhadores acusados e pelos representantes do Estado envolvidos nas prisões, inquéritos e processos. Com a leitura de tais fontes, identificamos dentre outros aspectos, o perfil socioeconômico dos trabalhadores presos e as interpretações dos mesmos sobre a legitimidade de seus atos perante a legislação e repressão fronteiriça. Ainda, percebemos como os representantes do Estado, entre eles policiais, fiscais, militares do exército, promotores e juízes possuem interpretações diferentes no processo de avaliação das versões apresentadas pelos trabalhadores e das leis que criminalizam e punem o “contrabando”.

Tendo em vista que não conseguimos entrevistas com trabalhadores envolvidos no transporte de mercadorias nesta fronteira na década de 1960, o acesso a estes autos criminais foi importante por guardar estes registros. Esta fonte nos permitiu analisar como muitos dos

---

<sup>10</sup> LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e memória**, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 1996.

<sup>11</sup> Pesquisa com 16 autos criminais catalogados como “crime de contrabando” em: BOSI, Antônio (Org.). **Catálogo da Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980)**. 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

<sup>12</sup> Pesquisa com 2 autos criminais, possibilitada em 2013 por Wilson Guerra, Distribuição de Foz do Iguaçu.

trabalhadores interpretavam e lidavam com suas ocupações e com os tipos de trabalho que envolviam o transporte de mercadoria não regulamentadas e/ou ilegais na fronteira.

Ao lidarmos com autos criminais, devemos ter em mente que o registro das falas dos trabalhadores é tomado pelo Delegado ou pelo Juiz de direito e o registro é realizado por policiais e/ou escrivães. Esses testemunhos estão, por vezes, sujeitos a interpretações e a um formato no qual as falas devem ser registradas. Por isso, a análise dos testemunhos dos trabalhadores requer atenção para as contradições e conflitos identificados no conjunto do auto criminal.

Os autos criminais permitiram compreender o campo da lei como um espaço em que os trabalhadores denunciavam suas condições de vida e se afirmavam como sujeitos sociais. As diferenças de versões dos testemunhos permitiram identificar e problematizar as diferenças entre a fronteira pretendida por determinados grupos sociais e a fronteira vivida pelos trabalhadores. Em meio às controvérsias das versões apresentadas nas acusações e defesas realizadas, a luta de classes vividas na região de fronteira emergia desses documentos. Não era apenas o registro da versão do fato que estava em disputa, mas as relações de trabalho e a noção de legalidade. Além disso, os autos criminais contém informações importantes sobre as dinâmicas e mudanças no trabalho vivida pelos trabalhadores na fronteira.

É o que nos lembra Rinaldo José Varussa (2002) ao analisar os processos trabalhistas entre as décadas de 1950 e 1960, para discutir como os trabalhadores experimentaram a reestruturação da produção industrial em Jundiaí-SP. Os processos trabalhistas, mesmo com sua estrutura e escrita formal jurídica, foram tratados pelo autor como uma fonte que permite compreender a interpretação de diferentes grupos sociais, trazendo a luta de classes, na medida em que revelavam as tentativas dos trabalhadores de denunciarem as condições de trabalho e usarem a lei para tentarem compensar as perdas. Essas reflexões nos levaram a perceber como o trabalhador também utiliza o campo jurídico, tomando como base outras referências além das definidas em lei – por exemplo os valores morais e os costumes comuns entre determinados grupos sociais.<sup>13</sup>

Entre as fontes escritas, também estão os documentos legais resultantes das ações do Estado, destinados principalmente aos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de

---

<sup>13</sup> VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de Relações Fabris. In: **Revista História**, São Paulo, n. 21, Edunesp, 2002.

mercadorias entre o Brasil e o Paraguai – por exemplo, as leis e regulamentos aduaneiros que determinam o “legal e o ilegal”. Alguns desses documentos foram de fácil acesso por estarem disponíveis na *internet*, em sites oficiais dos governos federais do Brasil e do Paraguai tais como, Código Aduaneiro, Código Penal Brasileiro e o Código del Trabajo. Esses registros são observados como reflexos dos conflitos entre as classes sociais envolvidas e o interesse do Estado em controlar ou mesmo criminalizar essas formas de trabalho.

Assim, mesmo que alguns desses documentos tenham sido produzidos ou difundidos pelo Estado com o intuito de disseminar as ideias decorrentes de uma parcela da classe dominante, eles trazem no conjunto de suas práticas uma série de contradições e de discursos. Tais contradições denunciam os diferentes interesses daqueles que os fizeram e daqueles trabalhadores que lidam e pressionam essa legislação enquanto vivenciam o trabalho na fronteira.

Também foram pesquisadas matérias sobre os conflitos e percepções sobre os trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias na fronteira presentes nos jornais impressos *O Paranazão*, no período de 1996 a 2002, o qual depois troca de proprietário e nome, passando a chamar-se *Rio Paranazão*, de 2003 a 2015. Seus proprietários eram ou são de Guaíra, tendo dentro do formato do jornal uma página para o correspondente de Salto del Guairá e uma para o de Mundo Novo. Desde 1996, possui circulação entre os três municípios fronteiriços, sendo mantido financeiramente pela venda e pelos anúncios de lojas de importados em Salto del Guairá e várias empresas de Guaíra e Mundo Novo. Os poderes públicos municipais dessas três cidades aparecem em matérias com divulgações das gestões e informações sobre os assuntos relacionados aos municípios. Os jornais tinham divulgação semanal estruturada, no geral, com páginas destinadas às ações policiais, à economia, à política, ao social e aos esportes.

Em 1996, *O Paranazão* surge com a proposta de uma imprensa alternativa a outro jornal local impresso de Guaíra, chamado *Ilha Grande*, fundado em outubro de 1980. De modo geral, a abertura do jornal *O Paranazão* foi resultante dos conflitos de interesses entre frações das classes dominantes que passaram a disputar cargos no poder público municipal de Guaíra. O proprietário do jornal pesquisado também era parte dos que compunham a mídia eletrônica da rádio de maior audiência na cidade. A venda do jornal no ano de 2002 coincide com o período pós-candidatura de seu proprietário a Deputado Estadual.

Com a troca de proprietários no ano de 2002, o editor principal passou a ser o “novo proprietário”, sendo mantidos os anunciantes, os correspondentes e parte da força de trabalho empregada. Na ocasião passa a chamar-se *Rio Paranazão*, mas continua com uma estrutura semelhante, sendo mantido pela venda e praticamente pelo mesmo grupo de empresários anunciantes. Em conversas informais com membros da imprensa, a informação é de que a compra do jornal havia sido feita como forma de quitar as dívidas do seu primeiro proprietário com uma família de empresários da cidade. Essa família estava presente no quadro político dos vereadores e, posteriormente, teve um de seus membros ocupando cargo de prefeito.

Durante a pesquisa, conversamos com um dos membros da família de empresários sobre o jornal, mas ele negou qualquer tipo de envolvimento com o mesmo. Logo, levantamos a hipótese deste comportamento estar relacionado à tentativa da imprensa apresentar-se como imparcial e/ou por encontrar um meio de prestar serviços ao poder público municipal. O arquivo do jornal deste período foi encontrado na Biblioteca Municipal, no arquivo da Prefeitura Municipal de Guaíra e em um acervo particular de um dos jornalistas entrevistados.

No ano de 2007 o jornal é novamente vendido, mas mantém o mesmo nome, estrutura, divulgação e anunciantes. O corpo editorial é renovado, abrindo espaço para matérias de caráter social e de contraponto. Por exemplo, no caso dos conflitos atuais em torno da demarcação de terra indígena, tem sido aberto espaço para os movimentos sociais em defesa dos indígenas e também para os ruralistas contrários. Atualmente, o jornal tem sofrido a redução do número de anunciantes em relação aos anos anteriores, devido a essa abertura. Uma parte do arquivo deste jornal permanece na sede do jornal e a outra encontra-se digitalizada. Embora houvesse boa vontade de todos que ajudaram no acesso aos arquivos, a falta de investimentos e estrutura para organização de um arquivo para essa mídia impressa dificultou a pesquisa.

O jornal foi selecionado como fonte para a pesquisa porque indica como a imprensa percebia e noticiava os trabalhadores e os assuntos relacionados aos mesmos. Trata-se, também, de uma fonte que indicou a forma como os proprietários de lojas e os representantes dos poderes públicos observaram a importância das relações com a fronteira para a economia local e as consequências não desejadas – por exemplo, o aumento do número de ambulantes e migrantes/imigrantes. Além disso, as matérias pesquisadas permitiram conhecer e refletir sobre como as classes dominantes locais de Salto del Guairá, Guaíra-PR e Mundo Novo-MS têm observado a presença dos trabalhadores nesse espaço de fronteira.

A escolha deste periódico também se deu devido à circulação que possui entre as três cidades fronteiriças e por seus editores e correspondentes serem moradores de uma dessas cidades. Ainda, foi escolhido por possuir a característica do olhar de pessoas que moram e trabalham como jornalistas na região e, também, por expressar muitos dos anseios das classes dominantes locais. Por isso, o jornal foi percebido como mais significativo para os interesse da pesquisa quando comparado a outro jornal local ou a jornais de circulação regional e nacional.

O jornal, como documento para esta pesquisa, trouxe algumas especificidades no seu uso, tais como compreender quem são e quem foram seus proprietários, quais sujeitos eles representam e qual é a ideologia defendida e divulgada por seu corpo editorial sobre as relações sociais vividas por trabalhadores no comércio e transporte de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai. Ainda, permitiu-nos compreender os aspectos divergentes e em comum na fronteira, aspectos de pretensão dos poderes públicos locais e empresários destas cidades; principalmente as disputas entre proprietários locais de lojas de importados e investidores oriundos de outros lugares em função da acumulação de capital no mercado comercial de Salto del Guairá. Além disso, apresentou-se como importante fonte para compararmos as distâncias entre a fronteira apresentada e defendida por uma parcela da classe dominante local e a realidade experimentada pelos trabalhadores.

Em um balanço geral acerca da produção acadêmica brasileira que discute as relações sociais e econômicas vividas nas fronteiras, é possível perceber, em alguns trabalhos que fazem referências à região de fronteira do Paraná e do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, um esforço significativo para pesquisar e compreender as relações construídas nesses lugares a partir das experiências de outros sujeitos históricos, tais como trabalhadores rurais e urbanos.

Na tentativa de refletir e responder os problemas enfrentados no presente, muitos estudos em diferentes áreas do conhecimento – por exemplo, Antropologia, Geografia, História e Sociologia – têm buscado nas lutas e resistências de diversos sujeitos do campo ou da cidade discutir a região de fronteira Brasil-Paraguai. Tais estudos buscaram trazer para a História um novo olhar sobre as regiões de fronteira, olhar que se contraponha a uma vasta bibliografia já existente, que, em grande medida, tenta afirmar uma história linear e de progresso resultante de acordos internacionais entre o Brasil e o Paraguai.

Embora o levantamento dos trabalhos abordando essas regiões tenha indicado uma diversidade ampla de temas, problematizações, posicionamentos políticos e métodos de pesquisas, mencionamos brevemente alguns apontamentos em comum, e outros diferentes, sobre parte das dissertações e teses produzidas em universidades brasileiras até os últimos anos e escolhidas aqui. Os estudos foram selecionados por fazerem referência aos trabalhadores que viveram nas regiões de fronteira e pelas contribuições e reflexões trazidas a esta pesquisa. Entre as temáticas consideradas por nós como relevantes para discutirmos o trabalho e os trabalhadores na fronteira, estão: a problematização da fronteira para além de limites legais e territoriais; os trabalhadores e as relações sociais vividas na fronteira.

Entre estes estudos, destacamos inicialmente uma abordagem que problematiza a fronteira apresentada em acordos comerciais entre os Brasil e o Paraguai, buscando repensar a fronteira a partir das relações entre a população local das cidades fronteiriças. Entre os autores que apresentaram esta preocupação estão José Lindomar Albuquerque (2005) e Tito Carlos M. de Oliveira (2005).

Para estes autores o debate sobre a fronteira não se reduz apenas a compreensão do espaço físico e jurídico pensado pelos Estados para trâmites legais, comerciais e de seguranças entre os países. Cada um com suas próprias definições políticas, teóricas e metodológicas, têm focado o olhar para tentar conhecer as várias relações existentes entre as populações de nacionalidades diferentes, vivendo ou imigrando com maior intensidade em regiões de fronteira.

Compreender e problematizar como tem sido discutido na historiografia a fronteira Brasil-Paraguai, contribui para refletirmos dentro desta pesquisa como ela aparece nas relações sociais vividas pelos trabalhadores estudados. Estes autores problematizaram como a fronteira é interpretada pelas populações fronteiriças conforme as especificidades das relações identificadas em determinadas localidades, sendo atribuídos sentidos diferentes aos fixados formalmente à fronteira em acordos comerciais entre Brasil e Paraguai como, o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Juntamente ao MERCOSUL, estão a elaboração de projetos denominados bilaterais entre Brasil e Paraguai, tal como, a construção de rodovias promovendo acessibilidade de Asunción-PY ao Porto de Paranaguá-PR/BR e, a construção da Ponte Internacional da Amizade ligando Foz do Iguaçu-PR/BR e Ciudad del Este/PY, isto juntamente ao Tratado da Itaipu Binacional.

Isto foi identificado pelo estudo do geógrafo Tito Carlos Machado de Oliveira (2005) como “singularidades” na “integração” de cada fronteira. Com o levantamento de dados sobre o tipo de produção agrícola, comércio, serviços e políticas públicas trocadas entre cada uma das cidades fronteiriças localizadas na divisa do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, o autor analisa os aspectos em comum e as especificidades que distinguem estas fronteiras. Faz isso para problematizar como a fronteira não consegue ser pensada somente a partir da separação econômica e territorial presente nos acordos formais entre os dois países.<sup>15</sup>

Embora o objetivo das tipificações criadas pelo autor sobre as fronteiras não estivessem voltadas para abarcar como os trabalhadores interpretam e se fazem em meio as relações sociais expressas na “singularidade” de cada fronteira, seu estudo indica que a população local destas regiões se articulam para se beneficiarem e fazerem uso deste espaço fronteiriço pensando nas condições de vida locais. Esta realidade interpretada e vivida pela população local no lugar, extrapola as definições dos acordos formais estabelecidos pelos governos estaduais e federais do Brasil e do Paraguai, como o autor exemplificou sobre, ao trazer a tipificação de integração “funcional” articulada a “formal”. Da mesma forma, a fronteira descrita na integração almejada pelo governo brasileiro, não é a mesma experimentada pelos que vivem nelas.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> O autor busca construir categorias e conceitos que expressem as diferentes formas de interrelações entre as fronteiras do Brasil com o Paraguai na região mencionada. Faz isto, por defender a tese de que as fronteiras são singulares. Cada fronteira possui características específicas e próprias do lugar, podendo apresentar situações comuns entre elas e outras regiões de fronteira. Para construir “tipificações de fronteiras”, o autor baseia-se em conceitos de integração econômica “formal” e “funcional” entre as fronteiras, elaborado por Wong-González (2002). A “integração formal” de fronteira seriam as relações e acordos firmados no campo jurídico, onde os países e cidades envolvidas tomam medidas para proporcionar e regulamentar a integração entre a fronteira dos dois países. Já a “integração funcional” seriam as relações existentes na fronteira que não passam necessariamente pelo campo jurídico, mas são acordos entre municípios, entre associações e moradores, entre pessoas que moram e trabalham nesta região, por exemplo, a criação de ações para facilitar a funcionalidade do trânsito, do comércio e das relações cotidianas vividas entre as pessoas dos dois territórios. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de, “Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos”. In.: \_\_\_\_\_. TITO, Carlos Machado de. (Org.). **Território Sem Limites**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. p. 377-408.

<sup>16</sup> Partindo desta diferenciação e de outras análises, Tito Carlos M. de Oliveira, identifica e constrói quatro tipologias possíveis para classificar as relações e dinâmicas das fronteiras. Uma delas é chamada “situação A” para identificar a “baixa integração *Formal* com a baixa integração *funcional*”, resumida enquanto uma fronteira na qual as cidades de diferentes países estabelecem poucas relações entre ambas, ou seja, nas palavras do autor, “uma fronteira de costas para a outra”, sendo classificada como “fronteira morta”. Outra tipologia é a chamada “situação B” com “baixa integração *formal* e com alta integração *funcional*”, na qual o território na faixa de fronteira é classificado como perigoso, porque as relações comerciais e de trabalho estabelecidas entre as fronteiras são, em sua maioria, informais, no sentido de não estarem regulamentadas por nenhum dos dois países ou cidades dentro da formalidade convencional. Estas também apresentariam maior fluxo de contrabando de produtos considerados ilícitos pela legislação de um ou dos dois países envolvidos. Já a chamada “situação C”, com “alta integração *formal* e com alta integração *funcional*”, seria classificada como uma “fronteira viva”, na qual há constantes relações de trocas e convívio entre os dois lugares, com espaços comuns de integração que

Quando o autor identifica e analisa as dinâmicas próprias e comuns nas fronteiras, a integração definida formalmente para a fronteira entre estas cidades não é descartada ou negada. Ela é percebida como uma realidade que não envolve apenas relações formais e harmônicas, mas também relações informais que proporcionam certa “funcionalidade” para economia, logo, para sua população local. Tal funcionalidade trazida pelo autor, é compreendida nesta pesquisa tanto nas formas de trabalho informais e/ou ilegais onde estão envolvidos muitos trabalhadores como, também, nas formas de comércio e/ou transporte de mercadorias encontradas por empresários e proprietários de terras na fronteira. Sem nos fixarmos nestes conceitos e tipificações, procuramos aproveitar as contribuições destas reflexões, para compreender os distanciamentos entre a fronteira almejada nestes acordos e a vivida pelos trabalhadores. Isto, buscando compreender como vendedores e atravessadores de mercadorias se fazem e se percebem dentro das relações sociais vividas em meio as realidades experimentadas.

A proposta de fronteira presente em acordos comerciais entre ambos os países é distintamente interpretada e vivida nas relações de trabalho experimentadas pelos vendedores e atravessadores de mercadorias. Por exemplo, ao buscarem no comércio na fronteira sua sobrevivência, trabalhadores que passam diariamente mercadorias dentro da cota permitida para terceiros se envolvem em formas de trabalho que, entre outros motivos, também são estimulados pelos parâmetros fixados por estes acordos. Isto permite analisarmos as distâncias entre a realidade vivida por estes sujeitos e a fronteira almejada por determinados grupos sociais. Entre estes, proprietários de terras, empresários e poderes públicos municipais de Salto Del Guairá, Guaíra e Mundo Novo não recorrem apenas aos discursos oficiais apresentados pelos governos brasileiros e paraguaios em acordos comerciais, para tentar apresentar uma fronteira harmônica. Estes se pautam na defesa dos seus interesses e das frações da classe dominante com quem se identificam para buscarem se beneficiar, entre outros, da exploração do trabalho nesta fronteira.

---

proporcionem a relações de convivência capazes de ir além da definição tradicional de fronteira enquanto limite e separação. Conforme o autor, esta “situação C”, também é marcada pelas tentativas locais e federais de formalização e facilitação para estas relações e pela própria funcionalidade criada pelos moradores e trabalhadores da região, pelos produtores rurais e urbanos e, pelos comerciantes. Por último, o autor traz a “situação D”, com “alta integração *formal* e com baixa integração” classificada como “fronteira burocrática”, ou seja, a ação dos países para controlar e proteger o mercado interno ou mesmo o desenvolvimento de algumas empresas, tentando, um ou o outro se proteger de uma competição que se torna desigual devido às diferenças políticas, econômicas e sociais de cada país. *Ibid.*, p. 383-390.

Diferentemente de Tito Carlos M. Oliveira (2005), a “integração” não é entendida pelo sociólogo José Lindomar Albuquerque (2005) como um conceito de onde é possível partir para explicar as diferentes realidades e conflitos vividos na fronteira por brasileiros e paraguaios de diferentes grupos sociais como, trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terras e latifundiários, alguns chamados de “brasiguaios”.<sup>17</sup> Para José Lindomar (2005) a problematização da fronteira também envolve discutir os conflitos e as relações desiguais de forças fixadas nos acordos comerciais entre os países do Cone Sul.<sup>18</sup>

Ao estudar as relações e disputas de identidades e representações nacionais entre os brasileiros e paraguaios que moram e/ou trabalham em terras na área rural nas regiões de fronteira em território paraguaio, problematizou como os mesmos experimentam conflituosamente algumas das políticas públicas reafirmadas por este acordo. O autor observou que as falas de seus entrevistados traziam tensões vividas no passado e no presente que indicavam problemas em torno das definições das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai.

José Lindomar Albuquerque (2005) analisou criticamente o estereótipo das fronteiras como espaço de “Integração Comercial” defendida pelo MERCOSUL, trazendo as contradições e conflitos presentes em outras políticas públicas estaduais e federais envolvendo a propriedade da terra e o agronegócio na fronteira. Por isso, relacionou a aprovação da Lei de Segurança Fronteiriça do Paraguai em 2004 com o período em que houve proibição pelo Estado do Paraná, da exportação de soja transgênica do Paraguai pelo porto de Paranaguá.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Para Albuquerque (2005), há diferentes definições para brasiguaios, entre as quais destaco: a) brasileiros que tiveram terras no Paraguai, mas depois perderam e tentaram retornar; b) brasileiros pequenos proprietários de terras no Paraguai; c) brasileiros proprietários de terras no Paraguai com melhores condições financeiras. Cf.: ALBUQUERQUE, José L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

<sup>18</sup> Como recorte temporal, o autor selecionou o processo de formação do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, que, entre 1995 e 2005, envolvia o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Com grande fôlego de pesquisa, sua investigação envolveu a vivência durante um determinado período onde realizou as entrevistas com sujeitos de diversas cidades do Paraguai, entre elas, Santa Rita, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu localizadas no departamento de Alto Paraná e nas cidades de Salto del Guairá em Canindeyú e Pedro Juan Caballero em Amanbay. O autor entrevistou pessoas de nacionalidades e classes sociais diferentes no lado paraguaio, entre elas, professores universitários e jornalistas do Paraguai, grandes e pequenos proprietários brasileiros de terras no Paraguai, pequenos proprietários e trabalhadores rurais de nacionalidade paraguaia. Além disso, utilizou-se da análise de diversos tipos de fontes, entre os quais destaco a Lei de Segurança Fronteiriça do Paraguai de número 2532 de 09/12/2004 proibindo a venda de novas terras para estrangeiros dos países vizinhos na distância de 50 quilômetros a partir do limite internacional. Idem, 2005.

<sup>19</sup> A elaboração e votação desta Lei Federal arrastava-se desde a década de 1970, período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), onde a presença significativa de brasileiros em terras paraguaias já era denunciada por intelectuais e partidos políticos de esquerda no Paraguai. Para o autor, os conflitos giravam em torno da posse e propriedade da terra, estando, de um lado, imigrantes brasileiros trabalhando com a produção de soja em larga escala em território do Paraguai, incentivado pelo governo do período e, de outro, camponeses e trabalhadores

Para o autor, pensar a fronteira fazendo uso do conceito de “integração” comercial ou econômica é contribuir, de certa forma, com a afirmação de um termo utilizado, principalmente pelo governo brasileiro, para encobrir as desigualdades presentes nas disputas econômicas deste com outros países do Cone Sul.

Tendo em vista as reflexões levantadas pelos autores, neste estudo não nos fixamos em pensar as relações sociais envolvendo o comércio de mercadorias na fronteira, pensando a fronteira apenas como um lugar de integração para acordos entre Brasil e Paraguai. Pensar a fronteira fazendo uso de termos como integração, sugere uma relação de igualdade nas relações de forças entre capital e trabalho. Propomos refletir estas relações discutindo os conflitos envolvendo diferentes grupos sociais, entre eles trabalhadores, proprietários de lojas e representantes do Estado. Ao problematizar as relações sociais envolvendo estes sujeitos, será possível entender a fronteira experimentada pelos vendedores e atravessadores de mercadorias.

José Lindomar Albuquerque (2005), ao fazer a crítica à ideia de integração trazendo os conflitos em torno da definição das fronteiras, nos leva a refletir sobre o chamado “movimento das fronteiras”. Para o autor, os acordos que definem as mesmas oscilam conforme os fluxos migratórios se intensificam junto aos conflitos econômicos entre países de nacionalidades diferentes.

Como alternativa, baseado na discussão teórica sobre cultura de Nestor García Canclini (2000)<sup>20</sup> ele procura repensar as conceituações sobre fronteira buscando ir além da ideia de fronteira fixa e sugerindo o termo “fronteiras em movimento”. No geral, este visa indicar como a mobilidade das fronteiras não se restringe apenas aos resultados de acordos oficiais travados pelos conflitos políticos e econômicos entre os dois países, mas a interação e convívio entre as pessoas, conflitos e acordos entre municípios, associações e pessoas que moram e trabalham nestas regiões. Este é um ponto de sua análise valorizado nesta pesquisa para avaliarmos o trabalho e os trabalhadores na fronteira.

Os sujeitos estudados nesta pesquisa tem estabelecido diferentes relações sociais e culturais com a fronteira conforme o processo histórico de mudanças no trabalho vivido por eles. A forma como os entrevistados analisaram o trabalho envolvido com o comércio e o

---

rurais, os chamados “campesinos”, perdendo as condições de se manterem no campo em decorrência destes primeiros. Ibid.

<sup>20</sup> CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2000.

transporte de mercadorias na fronteira anteriormente ao final da década de 1950, não foi a mesma descrita nas décadas seguintes. Estas diferentes percepções apresentadas pelos entrevistados de diferentes idades pautaram-se nas trajetórias individuais e nas condições de vida experimentadas juntamente aos costumes e valores morais compartilhado por eles. Por isso, as relações com a fronteira não são pensadas como estáticas, mas constantemente ganhando novos ou reelaborando seus sentidos e significados.

Neste estudo as alterações de percepções dos sujeitos sobre a fronteira envolveram, entre outros motivos, as necessidades deles fazerem uso destes lugares como meio de sobrevivência, onde a presença do Estado no controle e criminalização dos trabalhadores envolvidos no comércio ou transporte de mercadorias na fronteira também é valorizada. Sobre isto, a historiadora Aparecida Darc de Souza (2009), contribui com nossas reflexões ao discutir como o viver e trabalhar na região da Tríplice Fronteira ganhou formas e dimensões que se modificaram ao longo do tempo.<sup>21</sup> Entre elas, a presença do Estado no controle destas fronteiras e sua interferência na economia local proporcionou mudanças experimentadas pelos trabalhadores.

Quando Aparecida Darc de Souza (2009) discute a existência de outras memórias sobre o viver e trabalhar na cidade fronteiriça de Foz Iguaçu-PR, ela identifica nas falas dos trabalhadores formas de viver nesse lugar que vão além ou mesmo dialogam com os marcos fundadores da história da cidade (as Cataratas e a Construção da Hidroelétrica de Itaipu). A autora problematiza a ideia de vocação turística para a economia da cidade e sua importância na geração de empregos ao identificar outras formas de sobrevivência praticadas pelos trabalhadores. Por exemplo, diferentemente do que é afirmado por uma memória dominante, o trabalho rural e o comércio com a Argentina e o Paraguai constituem-se como atividades

---

<sup>21</sup> Em sua pesquisa a autora estuda as relações dos sujeitos com a cidade em que vivem e trabalham, analisando e problematizando a memória construída em torno da cidade a partir das leituras e de obras memorialistas, tais como “*Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*” de Ruy Wachowicz e materiais produzidos pelo poder público municipal. Também levanta dados estatísticos sobre o município para problematizar com evidências os desencontros entre o difundido e o vivido pela população local. Além disso, com grande fôlego, a autora constrói entrevistas com diversos moradores analisando-as de modo a problematizar as distâncias e aproximações entre esta memória dominante e as reivindicações que os trabalhadores fazem sobre ela e contrapõem-se. ao problematizar a construção de uma memória de Foz do Iguaçu, cujo conteúdo objetivou moldar uma visão histórica dessa cidade como destinada ao turismo desde sua fundação. Para tanto, a autora investiga os conflitos entre os próprios grupos dominantes locais e os interesses federais na tentativa de elaborar uma memória sobre a cidade que legitimasse os interesses presentes nessas classes. A autora também analisa como outros sujeitos, moradores e trabalhadores, reivindicam o reconhecimento de seu papel e leitura sobre essa memória, contrapondo e questionando as versões oficiais construídas sobre a história da cidade. DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica), USP, São Paulo, 2009.

importantes para a sobrevivência dos trabalhadores que vivem em Foz Iguazu desde 1940. Faz isto ao analisar como o comércio para aquisição de bens de consumo e trocas de produtos industrializados por produtos *in-natura* entre os moradores de Puerto Iguazú na Argentina e de Foz do Iguazu no Brasil esteve por muito tempo voltado para atender as necessidades da população local de ambos os países pelo menos desde 1940.

Conforme a autora, estas relações entre os moradores destas cidades gerava serviços e comércio entre estas fronteiras, justificados socialmente pelas necessidades de consumo dos mesmos. Isto se mantém até a intensificação da intervenção do Estado no controle e cobrança de impostos sobre determinados produtos. Na década de 1960, estas ações do Estado serão fortemente identificadas no controle ao “contrabando de café”. Seus estudos indicaram como a mudança na forma como os moradores interpretam as práticas dos trabalhadores, também está associada a mudanças nos valores e nos costumes vividos naquela cidade pelos mesmos.

Este ponto de sua pesquisa, traz elementos sobre como a população local trabalhadora da cidade compreendia e se relacionava com a fronteira no passado atribuindo usos e percepções diferentes no presente. Isto, vai ao encontro das reflexões de José Lindomar Albuquerque (2005) ao compreender como as pessoas se relacionam com estes lugares sem se pautarem apenas nas definições legais fixadas nos limites territoriais entre os países.

A década de 1960 marcada pela mudança na forma de atuação do Estado na Tríplice Fronteira percebido pela autora, também foi identificado ao longo desta pesquisa na região de fronteira entre Salto del Guairá, Guairá e Mundo Novo. Nesta pesquisa, os sujeitos entrevistados trouxeram referências a intensa repressão de militares do exército no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira entre o final da década de 1950 e 1960. Entre as diversas mercadorias que transitavam e eram comercializadas nesta fronteira, o “café” era o principal produto lembrado como contrabando.

Além disso, as reflexões levantadas por Aparecida Darc de Souza (2009) contribuíram para analisarmos alguns aspectos em comum entre estas fronteiras e algumas distinções nas especificidades locais. No caso das ações do Estado visando o controle destas mercadorias e a criminalização de determinadas formas de trabalho, buscamos compreender como os trabalhadores presos pelo envolvimento nestas formas de trabalho geradas pelo comércio na fronteira experimentavam e viviam as mudanças nas relações sociais entre as décadas de 1950 e 1970. Em meio a isto, estudamos como estes trabalhadores ao buscarem a legitimidade de

suas práticas nas condições de vida e valores experimentados por um conjunto de trabalhadores, interpretavam e traziam os conflitos sociais vividos.

Ao estudar sobre as mudanças nas percepções dos trabalhadores com relação ao trabalho na fronteira, levamos em conta as mudanças econômicas experimentadas por estes sujeitos nesta região. O antropólogo Fernando Rabossi (2004) traz em seus estudos reflexões sobre estas mudanças regionais quando aborda a formação de um grande e diverso conjunto de trabalhadores atuando no comércio das ruas de Ciudad del Este no Paraguai.<sup>22</sup>

O autor discute que apenas as diferenças monetárias e os acordos firmados entre o Brasil e o Paraguai, não são suficientes para compreender a formação da presença desta população ocupada na fronteira. Para ele, uma parte significativa desta população é resultante da força de trabalho mobilizada na cidade durante a construção da Hidroelétrica de Itaipu, avaliando seu aumento depois do término da construção. A isto, combinou-se o êxodo rural após a mecanização do campo entre 1970 a 1990 e os acordos internacionais que contribuíram para a construção de uma Zona Franca em Ciudad del Este.

Ao trazer alguns dos aspectos regionais para pensar a presença destes trabalhadores nas ruas e a transformação deste lugar em um espaço marcado por um número cada vez maior de ocupações no comércio, os estudos de Fernando Rabossi (2004) nos ajudam a compreender como as relações sociais presentes na fronteira estão relacionadas as mudanças nas condições de vida experimentadas por estes sujeitos. Contudo, estas reflexões de Fernando Rabossi

---

<sup>22</sup> Sua pesquisa resultou numa tese de doutorado pelo Museu Nacional/UFRJ e, posteriormente, o autor trouxe publicações sobre o tema até os dias atuais. Ao priorizar no campo da Antropologia o convívio e a integração com seu objeto de estudo, Fernando Rabossi fixou-se por cerca de um ano com os *mesiteros* em Ciudad del Este e realizou viagens junto aos sacoleiros vindos do Rio de Janeiro para a cidade pesquisada. Neste tempo, o autor conviveu com estes trabalhadores, construiu entrevistas e coletou alguns documentos relacionados à regulamentação da presença destes trabalhadores no centro da cidade. Cabe destacar que seu trabalho de campo, e sua postura dentro da Antropologia, contribuíram para produção de um dos registros acadêmicos mais ricos em detalhes sobre as relações construídas entre diferentes sujeitos sociais que trabalham nas ruas de Ciudad del Este, entre eles, comerciantes de lojas, mesiteros, consumidores e fiscais, sem a rotulação dos mesmos a partir do estranhamento e de preconceitos. Dessa forma, o autor descreve os ambientes de trabalho, as relações dos trabalhadores com o lugar, os conflitos e as práticas de solidariedade, buscando compreender os significados de algumas expressões e costumes presentes no cotidiano de vida destes trabalhadores. RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

(2004) fazem parte de um debate mais amplo, onde o autor estuda as relações sociais e o convívio entre os *mesiteros* em Ciudad del Este.<sup>23</sup>

Ao analisar a forma como os *mesiteros* se organizam e apropriam-se das calçadas nos espaços públicos de Ciudad del Este a partir de uma relação regulamentada e legitimada por uma associação que dialoga com o poder público municipal, o autor indica como a disposição destes trabalhadores no espaço urbano é oficialmente e legalmente reconhecida naquela cidade. Além disso, a forma como os *mesiteros* adquirem e revendem os produtos também estão, em sua maioria, amparadas pelas legislações municipais e federais do Paraguai.

O autor discutiu que a relação de compra e venda de produtos importados pelos *mesiteros*, independente do uso da marca impressa no produto ser paga ou não pelos seus fabricantes, estão dentro dos acordos comerciais internacionais firmados pelo Paraguai. Dessa forma, Fernando Rabossi (2004) busca desconstruir o estereótipo de Ciudad del Este como um lugar de contrabando e ilegalidade, indicando que esta é uma visão construída por parte dos brasileiros ao basearem-se somente na interpretação de "legal e ilegal" existente no Brasil.

Com um trabalho rico na observação e análise das sutilezas, Fernando Rabossi (2004) percebe os valores e códigos morais construídos na relação cotidiana destes trabalhadores, tais como a aprovação ou desaprovação de uma prática naquele ambiente. O autor identifica como o comportamento construído em meio ao cotidiano de trabalho dos *mesiteros*, por exemplo, o fato de não disputarem o cliente enquanto este é atendido por outro, são importantes para organizar o convívio de trabalho e lidar com as tensões vividas pela concorrência.<sup>24</sup> Uma de suas primeiras observações foi perceber como o discurso oficial sobre a ocupação dos espaços públicos não condizia com o que era realizado na prática.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Em síntese, trabalhadores envolvidos com a venda de mercadorias nas vias públicas de Ciudad del Este são chamados de *mesiteros* porque atuam, com mesas portáteis para a exposição das mercadorias, possíveis de serem montadas ou desmontadas, num determinado ponto comercial.

<sup>24</sup> RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004. p. 153

<sup>25</sup> Por exemplo: a princípio o discurso do município definia que o pedido de um espaço para fixação de uma *mesita* deveria ser feito individualmente pelo solicitante, passando pelos trâmites legais e, após aprovado, os mesmos deveriam pagar pelo uso do espaço. Isto não significava dizer que a prefeitura não reconhecesse e legitimasse esta ocupação. Na prática, aquele que desejasse ocupar um espaço público com uma *mesita*, deveria solicitar a uma das associações dos *mesiteros* a autorização e, posteriormente a isto, a prefeitura concederia o espaço mediante ao recolhimento das taxas de ocupação do solo. Conforme o autor, essas associações é que organizavam a regulamentação e controle do número de trabalhadores ocupando os espaços públicos. Porém, a aceitação do novo trabalhador no espaço não contava apenas com a autorização da associação, mas dependia da aceitação dos *mesiteros* vizinhos. Ou seja, estas práticas indicam que não havia um controle rígido por parte da

Seus estudos nos levam a refletir como a dicotomia dos conceitos de legal/ilegal e formal/informal não conseguem apreender ou explicar a realidade das relações sociais vividas na fronteira. Nesta pesquisa, lidamos com formas de trabalho que transitam entre estas definições, observando como as interpretações dos trabalhadores sobre o viver e trabalhar nesta fronteira também não se fixam nestes conceitos.

Em encontro a estas reflexões estudos como o de Eric G. Cardin (2011) investiu em refletir sobre a presença dos trabalhadores nas regiões de fronteira do oeste do Paraná, construindo possibilidades de análise com o foco definido sobre as relações de trabalho.<sup>26</sup> Sua pesquisa concentrou-se no modo em que o modelo econômico flexibiliza e articula relações legais e ilegais, formais e informais, no intuito de alargar as fronteiras, desconsiderando limites e definições jurídicas pré-estabelecidas.

Por exemplo, ao discutir a Lei Federal nº. 11. 898, de 8 de janeiro de 2009<sup>27</sup> o autor problematizou este projeto como voltado para disciplinar o trabalho dos “sacoleiros” e estigmatizar os diversos trabalhadores e tipos de trabalhos existentes na fronteira. Esta lei tentaria classificar e separar os trabalhadores entre aqueles que podem pagar impostos, como os que estão dentro da legalidade, daquele conjunto diverso de trabalhadores envolvidos em diferentes ocupações que proporcionam esta comercialização, como “ilegais ou clandestinos”. Para Eric G. Cardin (2011), tal lei criminalizava ainda mais os sujeitos que vivem desse comércio, uma vez que, ao ser acompanhado de políticas públicas voltadas para a fiscalização e maior policiamento sobre estas atividades, contribuiu até mesmo para o aumento dos índices de criminalidade na cidade de Foz do Iguaçu-PR.

---

prefeitura na regulamentação da ocupação do espaço público, mas sim a constituição de práticas desenvolvidas e legitimadas ao longo do convívio diário de trabalho. Idem.

<sup>26</sup> Em síntese, sua tese consistiu em analisar o processo de expansão do capital para o interior do país, destacando seu impacto na fronteira do Brasil com o Paraguai. O autor esteve voltado para compreender como no cotidiano de vida e trabalho, cada trabalhador assume, interage e joga com os limites do chamado “circuito sacoleiro”. Ele identifica e pesquisa em sua tese uma série de categorias de trabalhadores envolvidos no circuito sacoleiro na fronteira entre Foz do Iguaçu-PR e Ciudad del Este, por exemplo, barqueiros e cigarreiros que atravessam para o lado brasileiro produtos não permitidos ou fora das cotas da Receita Federal oriundos do Paraguai. Esse autor consegue, com grande fôlego, compreender as relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos neste comércio até as mercadorias chegarem aos centros comerciais brasileiros entre as décadas de 1990 e 2010. No entanto, sua pesquisa não se restringe a inovar com o registro e o estudo de novas e velhas ocupações geradas pelo processo de acumulação capitalista que envolve a fronteira Brasil-Paraguai. Sua pesquisa também está preocupada em compreender as mudanças vividas no circuito sacoleiro pelos trabalhadores, juntamente às práticas de reorganização do trabalho e estratégias frente as dificuldades vividas com as mudanças econômicas e os conflitos experimentados com as ações governamentais de fiscalização sobre o comércio na fronteira. CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. Araraquara. UNESP. 2011. Tese (Doutorado em sociologia), Araraquara, 2011.

<sup>27</sup> De modo geral, esta lei regulamentaria e traria algumas vantagens para as práticas dos microempresários credenciados e aquelas empresas enquadradas no imposto *supersimples*.

Eric G. Cardin (2011) analisa como o Estado se articula com o processo de expansão do capital e como ele contribui para isto jogando localmente com as relações do legal e do ilegal no processo de exploração da força de trabalho de pessoas que vivem do comércio de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai. Para o autor, como o sistema do capital é necessariamente expansionista, a presença do Estado na tentativa de controlar práticas tende a ser relativa em cada região. Isto ocorre porque as políticas públicas não visam de fato tomar medidas em favor de melhoras sociais para as desigualdades e problemas relacionados com a fronteira, mas o interesse na manutenção das desigualdades sociais e econômicas.<sup>28</sup>

Em seu estudo, o autor constatou a íntima relação do setor turístico com formas de trabalho desregulamentadas. Ao debater sobre estas relações de trabalho na fronteira, Eric G. Cardin (2011), contribui para a desconstrução da forma como os trabalhos legais ou ilegais, formais ou informais, presentes no comércio com a fronteira Brasil-Paraguai, tem sua importância marginalizada na economia desta região. Estas problematizações, contribuíram para reafirmar as análises de Aparecida Darc de Souza (2009) quando ela resgatou como os trabalhadores vivenciavam e lidavam com as condições de vida experimentadas nesta região, buscando outras formas de sobrevivência, diferentes das valorizadas na memória oficial cidade.

As reflexões propostas por Eric G. Cardin (2011) e Aparecida Darc de Souza (2009), contribuíram para compreender como estas formas de trabalho são pensadas e elaboradas dentro de um conjunto de conflitos e disputas entre trabalhadores e outras classes sociais. Estes conflitos, foram analisados nesta pesquisa ao discutirmos as relações de trabalho como relações sociais. Ainda, cabe ressaltar que os estudos destes dois autores e de Fernando Rabossi (2004), não criminalizaram e não classificaram os trabalhadores dentro de conceitos estáticos que não conseguem explicar o conjunto de relações sociais vividas pelos trabalhadores.

Outra reflexão importante do estudo de Fernando Rabossi (2004), para nossa pesquisa se refere as relações entre trabalhadores de nacionalidades diferentes. Para o autor, embora brasileiros e paraguaios convivam num mesmo espaço de trabalho, seja ocupando as mesmas funções ou então tarefas diferentes, continuam expressando e afirmando o companheirismo e a identificação do conjunto de trabalhadores de nacionalidade paraguaia, os diferenciando dos

---

<sup>28</sup> CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. Araraquara. UNESP. 2011. Tese (Doutorado em sociologia), Araraquara, 2011. p. 55.

trabalhadores brasileiros. Por mais que estes compartilhem e dividam os espaços de convívio e trabalho, há comportamentos expressos na convivência e sinais produzidos pelos mesmos ao longo do seu cotidiano que os diferenciam culturalmente e socialmente.

O convívio entre trabalhadores de nacionalidades diferentes dividindo o mesmo espaço de trabalho em condições sociais semelhantes também foi abordado nesta pesquisa. Como nos faz refletir Fernando Rabossi (2004), este convívio envolve conflitos entre trabalhadores disputando espaço neste mercado. Tais conflitos não foram analisados aqui como isolados das disputas entre empresários proprietários de lojas locais e investidores oriundos de outras localidades.

Ainda, sobre as relações de trabalho e os conflitos existentes na fronteira Brasil-Paraguai destacamos as contribuições do estudo realizado pela geógrafa Teresa Itsumi Masuzaki (2013). A autora estuda a presença de trabalhadores brasileiros atuando no comércio de Salto del Guairá, identificando os sujeitos envolvidos e as estratégias criada para se manterem ocupados em formas de trabalho presentes nesta fronteira.<sup>29</sup>

Ao buscar compreender a relação entre o processo de reestruturação produtiva do capitalismo e o envolvimento destes trabalhadores como vendedores em lojas de importados em outro país, a autora analisou as condições socioeconômicas deles como, renda, escolaridade e jornada de trabalho. Seu referencial teórico pautou-se em alguns autores da Sociologia do Trabalho, tal como Ricardo Antunes (2011)<sup>30</sup> e Antônio Thomaz Júnior (1997)<sup>31</sup>, para articular as análises de sua pesquisa com ao aumento da informalidade no Brasil entre as décadas de 1970 e 2000.

Em seu estudo, a presença destes trabalhadores em condições de trabalho “informais e precárias” foi pensada junto às mudanças econômicas locais nos municípios fronteiriços de Salto del Guairá, Guaíra e Mundo Novo, a fim de comparar e entender as condições materiais

---

<sup>29</sup> Seus estudos basearam-se fundamentalmente na análise dos resultados coletados com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com os trabalhadores brasileiros de Guaíra-PR e de Mundo Novo-MS que migram diariamente para Salto del Guairá/PY para trabalharem em lojas, retornando ao final do dia às suas respectivas cidades de moradia. Também contou com a comparação das legislações trabalhistas dos dois países e a organização de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para indicar as diferenças econômicas entre as cidades mencionadas. MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

<sup>30</sup> ANTUNES, R. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>31</sup> THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “Leitura” Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 24. Edição Especial do XVII Encontro de Professores de Geografia, Ijuí, 1997.

que mobilizaram e atraíram esta força de trabalho ocupada em lojas no Paraguai. Para ela, “[...] faixa etária, nível de escolaridade e contexto no mercado de trabalho dos locais de origem desses trabalhadores, contribuem na expressão desta mobilidade territorial do trabalho na fronteira. Diante da dificuldade de encontrar um emprego no Brasil, deslocam-se para trabalhar no Paraguai”<sup>32</sup>.

Ao debater o trabalho e o trânsito de trabalhadores brasileiros que residem em Guaíra ou em Mundo Novo e deslocam-se diariamente para atuarem como vendedores em lojas no comércio em Salto del Guáira, os analisa como parte daqueles que compõem os movimentos pendulares<sup>33</sup> na fronteira. Embora sua abordagem fixe-se na tentativa de perceber os trabalhadores a partir destes conceitos, ela traz elementos importantes sobre as condições de trabalho vividas na fronteira. Por exemplo, quando identifica que muitos destes vendedores contratados informalmente por estas lojas, também envolvem-se como “cotistas”, transportando do Paraguai para o Brasil mercadorias dentro da cota atual de U\$ 300,00 dólares para comporem sua renda.

Ao discutirmos o trabalho na fronteira a partir das experiências dos vendedores e atravessadores de mercadorias, pretendemos entender estes como sujeitos históricos, interpretando e se fazendo em meio as relações sociais vividas. Em situações explicitadas por Teresa Itsumi Masuzaki (2013) sobre as condições de trabalho destes vendedores, entendemos esse grupo de trabalhadores como sujeitos que lidam com as pressões sofridas pela recriminação de seu trabalho, criando práticas e ações que também tencionam grupos sociais como a classe dominante local e o governo federal, envolvidos nesse processo conflituoso. Os trabalhadores participam desse processo histórico de acumulação de capital, criando práticas e ações que reivindicam seu lugar de trabalho na fronteira.

Esta pesquisa sobre as mudanças vividas pelos trabalhadores envolvidos no comércio e/ou transporte de mercadorias na fronteira visa contribuir para compreender os significados e os usos desses lugares, bem como revelar as lutas e as disputas entre as classes sociais envolvidas nestas relações. Este é um ponto importante para nós, porque pode contribuir com estudos já realizados sobre o trabalho na fronteira trazendo como os trabalhadores se fazem em meio a este processo de mudanças. Com o levantamento e análise de informações

---

<sup>32</sup> MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013. p. 72.

<sup>33</sup> Idem. p. 34.

referentes às mudanças vivenciadas no trabalho na fronteira, é que identificamos como estas transformações experimentadas pelos trabalhadores não estão apenas reduzidas às alterações na legislação e na economia, mas nos significados históricos atribuídos a essas condições de vida experimentadas por esses trabalhadores.

Nas relações sociais observadas na fronteira entre Salto del Guairá, Guaíra e Mundo Novo, os trabalhadores lidam com as tentativas de exploração do seu trabalho por parte de empresários e com a constante repressão e criminalização por parte do Estado sobre o transporte de mercadorias não regulamentadas e/ou ilegais. Pensar como os trabalhadores lidam e interpretam estas relações de sociais a partir do campo da história social, é tentar contribuir com uma perspectiva histórica que percebe os trabalhadores como sujeitos ativos e não apenas receptores do processo histórico de reprodução do capital.

A busca pela investigação e conhecimento das experiências vivenciadas pelos trabalhadores tem se mostrado como um dos caminhos que possibilitam maior proximidade às tentativas de compreensão sobre a forma como os trabalhadores têm lidado e interpretado o trabalho e as respectivas mudanças vivenciadas nele. Conforme nos leva a refletir Edward P. Thompson (1998), as especificidades e peculiaridades de cada grupo necessitam ser compreendidas e interpretadas dentro de seus contextos sociais. Para tanto, é importante lembrar que as mudanças vividas pelos trabalhadores não contam apenas com as pressões tentadas pelo capitalismo, mas também com aquelas que são construídas dentro do próprio interior da classe trabalhadora.<sup>34</sup> As trajetórias de vida e a forma como cada sujeito lida com os valores morais e condições de vida, são expressas de maneiras diferentes.

Isso pode ser observado quando Eric Hobsbawm (2000) como os trabalhadores vão reafirmando costumes e práticas sobre o trabalho que realizam, de modo a reafirmarem a importância desses, e reivindicar a valorização dos seus ofícios<sup>35</sup>. Os valores sobre o que é aceito ou não dentro de uma determinada ocupação são refletidos e reafirmados pelos próprios trabalhadores junto aos seus pares, ou seja, na forma como os trabalhadores vão selecionando e classificando, a partir de seus valores e costumes, as práticas que são aceitas ou não por um dado conjunto de trabalhadores. Para isso, baseiam-se não só nos costumes e nas práticas

---

<sup>34</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 293.

<sup>35</sup> HOBBSAWM, Eric. Costumes, salários e carga de trabalho na indústria do século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. P. 399 - 327.

culturais anteriores a uma determinada mudança, mas nos valores que vão adquirindo e reconstruindo constantemente junto às mudanças que vivenciam.

Nesse sentido, Eric Hobsbawm (2000) nos leva a perceber que, da mesma forma em que existe entre os próprios trabalhadores um reconhecimento valorativo sobre seu ofício, também há um aprendizado por parte deles sobre a forma como os capitalistas agem diante do mercado de trabalho. Isso implica refletir sobre como os próprios trabalhadores vão construindo e reconstruindo seus aprendizados de como podem lidar, seja individualmente ou coletivamente, com as “regras do jogo”.

Em meio a essas análises, observamos a necessidade de compreender como os trabalhadores estudados lidam e interpretam o seu trabalho, bem como as mudanças vividas ao longo das últimas cinco décadas. Isto para compreendermos como no processo histórico de mudanças no trabalho na fronteira, em conjunto a maior intensificação da presença do Estado no controle e criminalização do trabalho de vendedores e/ou atravessadores de mercadorias, eles se percebem como sujeitos. Trata-se de tentar compreender quais são os significados e os sentidos construídos pelos próprios trabalhadores em meio a suas vivências. As mudanças pensadas não são reduzidas à destruição de antigas ocupações e o surgimento de outras formas de trabalho, mas como interagiram e mexeram com a vida dos sujeitos que as experimentaram.

Nessa interação também cabe compreender os valores e os costumes que são construídos ou reelaborados. Como nos lembra Edward. P. Thompson (2001), o processo do refazer-se dos trabalhadores em suas antigas ocupações, bem como em novas, conta com uma série de aspectos, sendo um deles os valores morais que são construídos ou reelaborados em torno do trabalho<sup>36</sup>. São os próprios trabalhadores que vão classificando moralmente o trabalho e dizendo, dentro de determinadas tarefas, o que é aceito ou não. Isso também pode ser observado na própria forma como os trabalhadores avaliam o trabalho, como se organizam e como se distinguem. Nesta pesquisa indagamos porque nem todos envolvem-se em formas de trabalho consideradas ilegais na fronteira, da mesma forma que, nem todos os trabalhadores envolvidos nestas formas de trabalho, concordam ou envolvem-se no transporte de determinadas mercadorias.

---

<sup>36</sup> THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In.: \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa (II)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. P. 179 - 224.

Refletindo sobre este estudos, percebemos que os sujeitos reelaboram seus saberes e constroem novos, bem como, se refazem e buscam, na sua leitura sobre o trabalho, sobre as dinâmicas sociais e sobre a cidade, outras formas de trabalho diferentes das que estavam acostumados. Os tipos de ocupações geradas em meio às relações com a fronteira com o Paraguai também modificam-se. Junto a isto, a percepção e os usos desses sujeitos com o local onde vivem e trabalham adquirem outras práticas e significados, pois os trabalhadores buscam outras formas de trabalho e de relação com a fronteira.

Assim como as dinâmicas sociais da fronteira são mudadas, as expectativas e relações com o lugar e o trabalho também são alteradas, bem como o significado disso para suas vidas. Para tanto, conhecer as relações dos trabalhadores com esse lugar, suas leituras e interpretações sobre o que é viver e trabalhar na fronteira implica em construir uma análise sobre a fronteira a partir das experiências e das percepções dos trabalhadores.

No primeiro capítulo “Mudanças no comércio na fronteira Brasil-Paraguai (1940-2015)”, analisamos as transformações no trabalho, discutindo como o trabalho e o comércio na fronteira era percebido e interpretado pela população local. Conforme o Estado interfere no controle sobre a circulação de determinadas mercadorias na fronteira, altera-se a repressão e a criminalização sobre algumas frentes de trabalho mobilizadas na fronteira. Isto terá impacto sobre a percepção da população local e dos trabalhadores estudados sobre a aceitação ou não de determinadas formas de sobrevivência na fronteira. Com base nas trajetórias ocupacionais dos entrevistados, discutimos como eles experimentam as mudanças na forma como as relações de trabalho nesta fronteira vão se constituindo e se alterando. Em conjunto a isto, procuramos compreender nas interpretações dos entrevistados a relação que eles estabelecem com o lugar onde vivem e trabalham.

No segundo capítulo “Conflitos e tensões em torno do trabalho na fronteira (1960 - 2015)”, abordamos a partir da leitura de autos criminais e de entrevistas com os trabalhadores, quais os conflitos de percepções entre aqueles que trabalham com o transporte e/ou comércio de mercadorias na fronteira e as visões construídas entre os que fiscalizam e punem algumas ações destes trabalhadores. No conjunto de fontes pesquisadas, discutimos como os trabalhadores se articulam em meio as tentativas de disciplinarização por parte do Estado, usando, em muitos momentos, da própria Lei que criminaliza seu trabalho, a seu favor.

Já no terceiro capítulo, “Relações sociais na fronteira: empresários, vendedores e atravessadores de mercadorias”, discutimos as relações de trabalho na fronteira a partir das experiências dos vendedores em lojas, ambulantes em Salto del Guairá e atravessadores de mercadorias entre Brasil-Paraguai. Para compreender como os sujeitos pesquisados lidam com o trabalho e os conflitos sociais que este envolve, discutimos como o mercado em Salto del Guairá se constitui em meio a disputas entre proprietários de lojas locais, investidores oriundos de outras localidades, o poder público municipal e a fiscalização do Estado. Analisamos nas condições de vida e trabalho experimentadas atualmente pelos vendedores em lojas, ambulantes e atravessadores de mercadorias, quais os significados e sentidos que eles atribuem ao trabalho e a vida nesta região de fronteira ao conviverem com uma realidade específica de trabalho envolvendo sujeitos de diferentes nacionalidades.

## **CAPÍTULO 1**

### **MUDANÇAS NO COMÉRCIO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

#### **(1940-2015)**

As experiências e relações estabelecidas com o comércio legal ou ilegal na fronteira Brasil-Paraguai têm diferentes significados. A circulação de mercadorias na região de

confluência dos limites territoriais de Salto Del Guairá/PY, Guaíra-PR/BR e Mundo Novo-MS/BR é um importante ponto para o abastecimento da população dos municípios fronteiriços e das cidades próximas desde, ao menos, a década de 1940.

Para alguns, o comércio na fronteira se fez presente na vida de muitos trabalhadores da região como meio de sobrevivência. Para outros, com melhores condições econômicas, proporcionou certa acumulação de capital e ascensão social. Nesse sentido, as diferentes relações com o comércio na fronteira se fizeram em meio as vivências de trajetórias individuais e coletivas.

Estes aspectos motivaram o estudo e a comparação dos significados atribuídos pelos sujeitos ao viver e trabalhar na fronteira, em um passado recente e na atualidade, a partir das trajetórias de vida dos que moraram em uma das cidades fronteiriças – Guaíra-PR, Salto del Guairá/PY ou Mundo Novo-MS – entre 1940 e 2015. Nas entrevistas com os atuais donos de lojas de importados em Salto del Guairá, pequenos proprietários rurais em áreas portuárias, militares reformados do exército, policiais e fiscais federais aposentados, foram trazidas memórias de como esses sujeitos se constituíram no processo de formação das cidades mencionadas. Em meio a essas memórias, analisamos como tais sujeitos percebiam o trabalho e o trânsito de mercadorias e pessoas na fronteira entre 1940 e 1980. Recorremos a esses entrevistados para compreender a configuração do comércio e do trabalho na fronteira por não conseguirmos entrevistar trabalhadores envolvidos com o transporte não regulamentado de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai nesse período.

Em um segundo momento, estudamos quem são os trabalhadores que atuam no comércio de Salto del Guairá/PY e como se envolveram nesse comércio como vendedores e ou atravessadores de mercadorias entre 1990 e 2015. Nas experiências relatadas por estes trabalhadores ao resgatarem parte de suas trajetórias de vida, analisamos como tais sujeitos percebem a configuração do trabalho na fronteira.

Considerando o período entre os anos 1940 e meados de 1950 as configurações econômicas da fronteira contou com a presença de empresas envolvidas na extração de erva-mate e madeira, mobilizando força de trabalho de diferentes nacionalidades: paraguaios, argentinos e brasileiros. Para população local, a relação com o comércio na fronteira foi um meio de suprir necessidades de consumo, chegando a ser apontada como um meio de sobrevivência para muitos trabalhadores entre 1940 e meados de 1950. Nessa época, o

controle sobre os limites fronteiriços por parte do Estado não se fazia tão presente no cotidiano da população.

Identificamos, nas entrevistas, a década de 1940 como marco para o comércio na fronteira, postos os relatos sobre as necessidades de abastecimento supridas com o comércio com o Paraguai, atendendo-se assim o consumo da população local. O estudo realizado por Aparecida Darc (2009), já identificava o comércio na fronteira entre Argentina e o Paraguai como importante atividade para a sobrevivência dos trabalhadores que viviam na fronteira, em Foz Iguaçu-PR/BR desde 1940, ao menos<sup>37</sup>.

Entre meados de 1950 e a década de 1960 há maior presença do Estado brasileiro no controle da entrada e saída de determinadas mercadorias entre os dois países. A fiscalização e repressão sobre o trânsito de café na região repercutirá na interpretação da população local sobre as formas de trabalho envolvidas no transporte e comércio dessa mercadoria na fronteira. Ou seja, algumas formas de sobrevivência por meio do trabalho no comércio na fronteira passaram a ser interpretadas moralmente e socialmente dentro dos costumes e de novas mudanças vividas.

As décadas de 1960, 1970 e 1980, além de serem marcadas pela maior atuação do Estado brasileiro na fiscalização e controle da circulação de algumas mercadorias na região de fronteira Brasil-Paraguai, também se destacaram pelas mudanças na produção agrícola da região. Nesse período, houve uma intensa substituição da produção agrícola diversificada (como a hortelã, a mamona, o algodão, o trigo, a mandioca e os cultivos voltados para atender as necessidades sobrevivência da população local) pela monocultura da soja e do milho, combinadas à mecanização do campo, à concentração de terras e expropriação de trabalhadores do campo. Embora essas décadas já trouxessem a ação do Estado no controle do comércio de mercadorias como soja, *whisky* e eletrônicos na fronteira, a visualização da presença do Estado fez-se no controle sobre o trânsito do café entre o Brasil e o Paraguai.

Dos anos iniciais da década de 1980 aos anos de 2015, o controle e fiscalização por parte do Estado relativo ao trânsito de pessoas e mercadorias na fronteira voltou-se, principalmente, para bebidas, eletrônicos, pneus e cigarros. Os trabalhadores reorganizaram o trabalho no comércio e trânsito de mercadorias "legais ou ilegais", tentando lidar com as

---

<sup>37</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009.

formas de atuação e as legislações dos dois países. O comércio na fronteira, entendido como um meio a que muitos trabalhadores recorreram para garantir sua sobrevivência em meio às condições de vida, redefiniu seu significado ao estreitarem-se as relações entre o legal e o ilegal.

Em meio a essas mudanças apontadas, problematizamos – com base nas experiências dos sujeitos entrevistados – como o trabalho no comércio da fronteira é percebido pelos trabalhadores nele envolvidos e também pela população local que viveu nessa região entre 1940 e 2015. Para isso, nos pautamos não apenas nas mudanças ocasionadas pela atuação do Estado na fiscalização do trânsito de pessoas e mercadorias na fronteira, mas também considerando os valores e costumes interpretados em meio a condições de vida experimentadas por esses sujeitos entrevistados.

### **1.1 O comércio na fronteira Brasil/Paraguai: trajetórias vividas entre os anos 1940-1980**

Um dos aspectos que chama atenção nas relações sociais vividas por moradores e trabalhadores na fronteira Guaíra-PR, Mundo Novo-MS/BR e Salto del Guairá/PY é as referências comuns feitas pelos entrevistados à forma como a vida e as relações de trabalho nessa região pautavam-se em modos de viver diferentes dos atuais. Muitos trabalhadores estiveram envolvidos em ocupações relativas ao transporte de erva-mate e à extração de madeiras de lei entre o Brasil, Paraguai e Argentina, enquanto outros estiveram ocupados no campo como pequenos proprietários rurais, bóias-frias e pescadores na primeira metade do século XX<sup>38</sup>.

No caso de confluência das fronteiras entre Guaíra-PR, Mundo Novo-MS/BR e Salto del Guairá/PY, a posição geográfica caracterizada por rios parcialmente navegáveis também contribuiu com a escolha desse espaço para fixação de empresas de exploração de erva-mate e

---

<sup>38</sup> Sobre isso, há diversas pesquisas, entre elas, as dissertações “Mudanças no mundo dos trabalhadores: Os Pescadores profissionais de Guaíra-PR”, de Cátia Sanfelice, UNIOESTE, 2012, (Dissertação em história) e “Lago de Memórias: a submersão das Sete Quedas” de Ana Paula dos Santos, UEM, 2006, (Dissertação em história).

madeiras no início do século XX. A sede da empresa argentina Companhia Matte Larangeira fixou-se na localidade de Porto Monjoli (atualmente, Guaíra-PR) em 1902, porém ela já realizava extração de erva-mate e madeiras na fronteira do Paraguai e do estado do Mato Grosso<sup>39</sup>. Muitos trabalhadores da empresa deslocaram-se junto com a mesma para a região de confluência mencionada. Diversos estudos<sup>40</sup> abordando o processo de exploração econômica dessa região indicam principalmente a presença de indígenas, trabalhadores de nacionalidade argentina e paraguaia em Guaíra-PR e Mundo Novo-MS, além da presença de argentinos e brasileiros em Salto del Guairá-PY. Tais trabalhadores fixaram-se nessa região, constituindo família e envolvendo-se em diferentes atividades. A análise de entrevistas feitas com alguns desses sujeitos e outros moradores desta região nos ajuda a compreender como parte destas pessoas vivia, trabalhava e percebia a fronteira há algumas décadas atrás.

Entre os trabalhadores entrevistados, observamos que, ao serem instigados a falar sobre suas próprias vidas, muitos se lembram das trajetórias de seus pais – principalmente quanto aos lugares onde moraram e de onde os pais saíram, visando melhores condições de vida. Sobre isto, discorre Félix, 91 anos, natural de Guaíra-PR, filho de um destes trabalhadores da Companhia Matte Larangeira:

Meu pai era construtor de chata, de embarcação de madeira para o transporte de erva-mate, vinha do Mato Grosso do Sul, pra Guaíra, de Guaíra até pra

---

<sup>39</sup> Conforme leitura sobre a formação da empresa, o trecho apresentado descreve este processo: “[...] Com o final da Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorre a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná, terminando, em 1874, os trabalhos de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. O provisionador desta comissão é Thomas Larangeira. Este percebe a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível. Em 1882, através do Decreto de nº 8799, de 9 de dezembro, Larangeira obteve do Governo Federal o arrendamento das terras para a exploração da erva mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais. Em 1892 funda a Cia Matte Larangeira, resultante da composição com os Murtinho. Thomaz Larangeira perde o controle sobre a empresa e, em 1902, a Companhia Larangeira Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires, adquire todos os bens da Companhia Matte Larangeira. A área de concessão vai sendo sucessivamente ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho. Com o advento da República, as terras devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Cia Matte Larangeira. [...] Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. [...]”. Cf. BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva Maria Luiz; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. In.: Simpósio nacional de história, 23, Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=15616>. Acesso em: 12 fev. 2014.

<sup>40</sup> São exemplos as pesquisas apresentadas na tese em história de FREITAG, Liliane da Costa Freitag. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**, Franca: UNESP, 2007, e no livro de GREGORY, Valdir; SHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra - um mundo de águas e histórias**. Marechal C. Rondon: Germânica, 2008.

Porto Mendes até onde vinha um navio argentino pra levar a erva-mate e madeira também, mas em primeiro a erva-mate.[...] Ele veio em Guaíra em 1908, era novo e, casou em 1919 e eu nasci. O meu pai era paraguaio [...]. Toda a fronteira aqui era paraguaio e argentino, usávamos o peso e falávamos espanhol e guarani. Em 1940 Getúlio Vargas mandou uma ordem pras firmas estrangeiras contratarem cinquenta por cento de brasileiro e cinquenta por cento de estrangeiro. Aí a Matte Larangeira mandou uma comissão na Bahia pra contratar 50 baiano pra trabalhar aqui. Aí chegou aí e foram tomar o café e não tinha café no comedor. Só servia chá mate, então os baianos se revoltou e tudo foi embora. Ficou só 2 baianos [...], mas só que tinha café, só que quem tomava café eram os chefões, [...] mas pro zé povinho não tinha café era só chá. No armazém central tinha cerveja, *whisky*, conhaque, tinha as coisas industrializadas, mas só vendia por ordem do chefe por escrito. Uma garrafinha pra cada um. Não era você chegar lá e comprar. Imagine, uma cervejinha só!<sup>41</sup>

Segundo Félix, seu pai trabalhou na companhia Matte Larangeira e depois se aposentou, trabalhando no Serviço de Navegação da Bacia do Prata - SNBP.<sup>42</sup> Félix também ingressou em 1946 no SNBP, mantendo-se como telegrafista até 1970. Antes disso, trabalhou na Marinha nessa mesma cidade entre 1939 e 1943 como rebocador na navegação. Posteriormente ao fechamento do SNBP, ficou à disposição como funcionário do governo federal, trabalhando como recenseador no IBGE com contrato de trabalho e registro até aposentar-se.

As lembranças de Félix remetem às tentativas de o governo federal ocupar com trabalhadores brasileiros uma região fronteira, em que predominava a exploração por parte do capital argentino, a qual mobilizou muitos trabalhadores de nacionalidade argentina e, principalmente, paraguaia. Sua alusão ao descontentamento de trabalhadores trazidos do nordeste brasileiro sobre o não acesso ao consumo do café, algo comum de seus costumes, é um recurso da memória utilizado pelo entrevistado para explicar como havia a deserção

---

<sup>41</sup> Félix, 91 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra e aposentado pelo IBGE. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (54 minutos).

<sup>42</sup> De acordo com as pesquisas organizadas na obra GREGORY, Valdir; SHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra** - um mundo de águas e histórias. Marechal C. Rondon: Germânica, 2008, p. 228 a 230, com o “Decreto-Lei no. 6.428 de 1944, foram incorporados ao Patrimônio da União, os bens da Companhia Matte Larangeira” na região de Guaíra, sendo passada ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata - SNBP, uma autarquia subsidiada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. Tal historiografia indica que os motivos estiveram relacionados: primeiro, à tentativa do estado continuar com a exploração da erva mate; segundo, ao forte discurso nacionalista de Getúlio Vargas, associado à ocupação e controle dos territórios de fronteira, juntamente ao estabelecimento de uma rota comercial. O fim dessa autarquia, também é percebido pela referente historiografia, devido ao “[...] aumento da produção de ervais argentinos, o SNBP perdeu sua fonte de renda, desestabilizando-se o lucrativo negócio”, sendo a autarquia “extinta através do Decreto-Lei no. 154, de 10 de fevereiro de 1967”, e seus respectivos funcionários colocados à disposição para ocuparem outros cargos públicos.

daquele trabalho. A internalização da recusa à substituição do café pelo chá-mate expressa a provável saída, por razões ligadas às relações de trabalho vividas por esses trabalhadores na Companhia, relações que não compensavam a migração<sup>43</sup>.

Conforme os relatos encontrados em obras de memorialistas sobre Guaíra<sup>44</sup>, os produtos industrializados, tais como, trigo, macarrão, azeite e materiais de construção, eram trazidos pelas embarcações de transporte da erva-mate que retornavam da Argentina. O abastecimento de carne bovina era transportado por essas embarcações quando saíam das sedes da Companhia Matte Larangeira no Mato Grosso. A própria empresa insistia em manter o controle sobre o comércio de mercadorias aos seus funcionários. Esse controle não tinha importância apenas econômica, mas também tentava controlar o comportamento dos trabalhadores ao supervisionar a circulação e o tipo de produto a ser consumido. Diferentemente, a população local não empregada pela empresa precisava recorrer àqueles que traziam mercadorias por outras vias, como os trabalhadores ocupados nas embarcações e comerciantes que transitavam entre os países citados.

A entrevista com Piazza, 80 anos, natural de Ponta-Porã/MS, militar reformado, traz algumas referências quanto ao que ele observou como sendo dificuldades enfrentadas pela população local ao mudar-se para Guaíra em 1944:

[...] Eu vim porque o meu pai (padrasto) veio pra cá. Acho que ele era argentino, ele era feitor, era capataz de ferrovia, era o encarregado que tinha uma turma que trabalhava com ele pra consertar os dormentes, até Oliveira Castro. [...] Antes aqui era isolado, eu mesmo, cheguei aqui por navegação em barco de carga, dormindo em cima de sacos de erva, era rebocador só. Tirava madeira bruta do mato e largava na água, e ia rebocando por dentro da água, levava a Porto Mendes deixava no depósito e de lá embarcava pra Argentina. O que mais tinha de comércio era madeira e erva-mate. As vezes um ou outro trazia o trigo de lá e outras coisas. Tudo aqui era da própria firma, os donos da cidade e das terras aqui, tudo era pra servir aos trabalhadores dali. Já quem era de fora, tinha que se virar pra conseguir as coisas e, sem querer, eu vivi numa época de escravidão, não tinha padaria,

---

<sup>43</sup> No entanto, mesmo sob essas condições, alguns trabalhadores migrantes e imigrantes ficaram trabalhando na empresa e permaneceram morando em Guaíra até depois de seu fechamento. Para esses sujeitos, esta pode ter sido uma mudança com algum significado diferenciado quando comparada às condições de vida experimentadas por eles. Os relatos indicam que a empresa possuía uma estrutura relativamente atrativa quando comparada aos padrões da época em algumas regiões do país. Isso criava expectativas nesses trabalhadores sobre as condições de vida e trabalho que poderiam eles encontrar nesse lugar, sendo que estas nem sempre eram as mesmas que as vividas na realidade experimentada.

<sup>44</sup> MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guahyrá-Guaíra**. São Paulo: Arte Impressa, 1992.

num tinha direito de fazer um baile, num tinha direito pra nada, era difícil, tudo rústico. Trabalho mesmo, eu fazia serviço doméstico, trabalhava com um doutor que tinha aqui, comecei pra poder estudar, depois chegou a época de ir pro quartel, eu fui e não sei mais, foi por conselho da minha mãe. Até hoje fico agradecido a ela, porque eu não sei como é que ela sendo analfabeta de pai e mãe, ela tinha uma visão de mundo assim pra aquela condição que vivíamos.<sup>45</sup>

Piazza descreve como sua chegada a Guaíra esteve relacionada ao trabalho do padraço e ao conjunto de práticas econômicas presentes naquele momento. Entende-se que nem todos conseguiam se inserir, ou mesmo viam horizontes em que poderiam melhorar suas condições de vida, envolvendo-se nessas formas de trabalho geradas pelo comércio da erva-mate e madeiras de lei. Por isso, ao associar as condições de vida na cidade a um regime de escravidão, Piazza faz uso do momento de registro da sua memória para expor e denunciar as dificuldades de vida experimentadas pela população trabalhadora no período mencionado. Faz isso ao criticar como a tentativa de controle por parte da empresa à vida dos trabalhadores se estendia aos que não estavam vinculados à Matte Larangeira, também, ao observar a escassez de serviços e gêneros alimentícios industrializados na cidade.

O entrevistado identifica-se com essa população trabalhadora ao fazer o balanço de que, naquela época, o que lhe restou para melhorar suas condições de vida foi o serviço militar. Além disso, o militar possuía *status* diferenciado em uma região de fronteira em processo de povoamento, em um período em que o Estado tentava afirmar a soberania do país.

A descrição a respeito dos carregamentos de madeira transportadas pelo rio expressam a naturalidade com que tal atividade ocorria e movimentava a economia local, sendo comum a extração de madeiras de lei na região de fronteira do Paraguai com os estados do Mato Grosso e Paraná, pela Companhia Matte Larangeira. Aparecida Darc (2009) nota nos Relatórios do Exército que quando se criou a Colônia Militar em Foz do Iguaçu em 1889, também foi “[...] quando se criou a legislação específica sobre importação e exportação de produtos”. Conforme a autora, o exército passou a enfrentar conflitos com os moradores locais que

---

<sup>45</sup> Piazza, 80 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e militar reformado. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (37 minutos).

dependida de produtos e bens de consumo comprados da Argentina e do Paraguai. Isto também “dificultou a venda de madeira e erva-mate trazidas da Argentina”<sup>46</sup>.

Em direção a isso, Aida Mansini Lavalle (1981) indica a ilegalidade da exportação brasileira de madeira de lei como o pinhos em toros, no ano de 1947, analisando que, entre 1955 e 1965, houve ainda intensa exportação não regulamentada de pinho cerrado para o mercado externo<sup>47</sup>. Mesmo quando a extração de madeiras de lei e sua exportação deixa de ser “legal”, a presença do Estado no controle desse comércio nessa região de fronteira não surge nas falas dos entrevistados. Muitos trabalhadores se envolviam nesses serviços e, entre eles, estavam aqueles que adentravam as matas para a retirada das madeiras e os que transportavam e dirigiam caminhões no deslocamento até os portos. O estudo de Alfredo da Mota Menezes (1987), indica como, na fronteira Brasil-Paraguai, praticamente não havia controle sobre a extração de madeiras no Paraguai e sua entrada no Brasil pelo Mato Grosso, próximo a este período<sup>48</sup>.

Sobre isto, Leão, 82 anos, natural de Guaíra-PR, descreve sua trajetória de trabalho no transporte de madeira e erva-mate:

Ah, eu trabalhava de ajudante de caminhão, de ajudante de pedreiro, a minha vida era isso daí. Trabalhei como motorista, transportava carga de erva-mate. Depois pela Bacia do Prata, que transportava madeira e erva pra Argentina, que a sede era em Corumbá-MS, então ela explorava essa parte aqui e, depois o governo encampou essa parte aqui e virou Serviço de Navegação da Bacia do Prata. Eu pilotava caminhão, levava turista pras quedas, fazia de tudo um pouco. Depois que o governo fechou aqui a autarquia, eu fiquei um ano em disponibilidade e depois eu requeri o meu aproveitamento na polícia federal. Aí fui requerido, fui em Brasília fazer curso na Academia Nacional de Polícia, entrei em 1970 e eu tô aqui aposentado. [...] O povo trabalhava de tudo um pouco, oficina, escritório, na roça, quem tinha condição ia pra fora estudar (Assunção e Buenos Aires). Aqui ficava quem era pobre ou classe média.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009. p.160.

<sup>47</sup> LAVALLE, Aida Mansini. **A madeira na economia Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>48</sup> MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**: Brasil-Paraguai, 1955-1980. Campinas: Papirus, 1987. Obs.: Seu livro é resultante de uma pesquisa de doutorado em História pelo Centro de Estudos Latino-Americano da Tulane University-USA.

<sup>49</sup> Leão, 82 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR, policial federal aposentado. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (25 minutos). As anotações em parênteses são referências a informações dessa entrevista e de outras duas pessoas que foram estudar. Uma, é

A descrição de Leão sobre sua trajetória de trabalho é feita com base nas lembranças sobre os tipos de atividades geradas pela economia local e os horizontes de possibilidades de trabalho para a população trabalhadora em Guaíra. Ao colocar-se em uma situação econômica diferente das pessoas com melhores condições de vida, que conseguiam ter acesso à escolarização em cidades como Buenos Aires-AR e Asunción-PY, leva-nos a perceber que a busca por benefícios que uma ou outra cidade poderia oferecer não se pautava apenas em suprir bens de consumo doméstico.

Para Leão, ressaltar a intervenção do governo federal na região, significa lembrar o impacto que isso trouxe para sua vida e a ascensão social em meio às relações sociais que ele vivia na cidade. Significa uma ocupação melhor remunerada para pensar sua vida e o futuro de sua família. Esta intervenção do governo federal, ocorre a partir do fim das concessões feitas à empresa, utilizando esta estrutura para abertura do Serviço de Navegação da Bacia do Prata - SNBP em 1944. Tal ação do Estado tinha como um dos interesses a ocupação e controle de rotas comerciais em territórios de fronteira. O fechamento do SNBP ocorre em 1967; entre outros motivos, por interesses econômicos e mudança da política de controle das fronteiras<sup>50</sup>. Posteriormente, são criados postos de fiscalização voltados para o controle da fronteira com funcionários como a polícia federal e fiscais da receita.

De acordo com Aparecida Darc (2009), a oferta de serviços na extração de madeira e o trabalho no campo estavam relacionados à fixação de várias empresas com concessões de terras e direitos de exploração de ervais e madeiras realizadas pelos governos federais e estaduais no norte e oeste do Paraná, entre o final do século XIX e início do século XX. De acordo com a autora, “[...] inúmeras concessões de terras foram realizadas pelo Governo do Paraná, na conjuntura da Primeira República (1889-1930), a partir da Lei de Terras nº 1147/12 e 1642/16 que, particularmente, possibilitaram a concessão de áreas de 50 mil hectares para projetos de colonização [...]”<sup>51</sup>. Tais empresas pouco contribuíram – ou mesmo não contribuíram efetivamente – com os projetos de colonização voltados para o

---

Seu Felix que, com ajuda familiar, estudou até o sexto ano primário na Argentina. Outra, é uma proprietária de loja do Paraguai, de família abastada.

<sup>50</sup> GREGORY, Valdir e SHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra - um mundo de águas e histórias**. Marechal C. Rondon: Germânica, 2008.

<sup>51</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009. p. 95.

desenvolvimento agrícola, uma vez que as terras não foram definitivamente ocupadas e nem distribuídas entre pequenos proprietários.

Pelo contrário, os estudos realizados por Aparecida Darc (2009) indicam que as empresas, muitas delas argentinas, influenciadas por capital inglês, “exploraram de modo predatório as matas e os ervais”<sup>52</sup>, realizando a extração o contrabando de madeiras de lei e ervas para seus países de forma intensa. Como observado nas entrevistas e no levantamento bibliográfico sobre o tema, esses projetos de ocupação e exploração contribuíram de forma efetiva para a mobilização de trabalhadores para os serviços que envolviam a extração e o transporte da erva-mate e madeiras de lei. Juntamente, estavam aos postos de trabalho ofertados em várias serrarias, que emergiram em meio ao desenrolar destes “projetos”.

Ainda conforme o diálogo com os entrevistados, a busca por determinados bens de consumo nos países próximos era uma prática recorrente até 1950<sup>53</sup>. Muitas vezes, a mesma relação era estabelecida com a possibilidade de escolarização daqueles que vinham de famílias mais abastadas. Esse comércio não era visualizado pela população local como algo ilícito, mas fazia parte dos seus costumes. Conforme discute Aparecida Darc (2009), referia-se à própria dificuldade de parte da população de Foz do Iguaçu-PR em conseguir o acesso a algumas mercadorias de consumo doméstico pelas estradas existentes que levavam a Curitiba, capital do Paraná, ou a outras cidades que pudessem oferecer o acesso a estes bens tinha influência em tais práticas. Por isso, o comércio com a Argentina e o Paraguai constituía-se como relevante para a sobrevivência dos trabalhadores que viviam em Foz Iguaçu nos anos de 1940<sup>54</sup>.

A comercialização de madeiras na fronteira, embora muitas vezes não fosse feita dentro dos trâmites legais, também era vista como uma prática econômica comum no comércio da região, considerando-se que a população local não faz referências ao controle rígido desta prática por parte do Estado ao lembrar-se dos anos de 1940 e 1950.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Ainda enquanto Vila, na atual cidade Guaíra e, mesmo após sua emancipação, sua população continuava a ter relações sociais e comerciais com outros países voltadas à necessidade do abastecimento interno para produtos alimentícios necessários ao uso doméstico.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Em pesquisa a autos criminais sobre contrabando no Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da UNIOESTE, Campus de Toledo, não encontramos registros de denúncias e apreensões por extração ilegal e contrabando de madeiras de lei antes de 1960. Porém, a obra já citada de Alfredo da Mota Menezes sinalizou a existência do contrabando de madeira nesse período.

Nesses casos mencionados, observamos como o Estado não voltava seu olhar para reprimir ou aplicar leis sobre estas relações locais. A forma como a população interpreta essa relação com a fronteira, aceitando socialmente o trânsito de pessoas que trabalham com a troca de bens para atender as necessidades domésticas, vai ao encontro das discussões sobre “cultura de fronteira”. A proposta de Paula Godinho<sup>56</sup> (2009) expressa como as pessoas lidam com a intervenção ou não do Estado, criando suas próprias formas de interagir, aceitar ou rejeitar algumas relações e formas de sobrevivência na fronteira. Embora o termo “cultura de contrabando” contribua para pensar essas relações em outras regiões de fronteira, nos aproximamos de tal realidade quando buscamos compreender como e porquê algumas relações sociais e formas de trabalho na fronteira em estudo vão deixando ou não de serem aceitas pelas pessoas que vivenciam este lugar.

Uma vez analisada a existência do comércio na fronteira envolvendo trabalhadores nos anos 1940 e 1950, cabe indagar sobre as mercadorias que os interessava. Elizeth, 84 anos, natural do estado do Mato Grosso é esposa do entrevistado Félix, sendo a entrevista realizada com ambos. Ao serem questionados sobre a presença de pessoas que trabalhavam trazendo mercadorias do Paraguai, mencionam:

Félix: Tinha um senhor que já morreu, então ele trazia fardo de roupa, calça jeans, blusa jeans, cinto, binga, acendedor, meia, óculos escuros, umas bugigangas todas. Ele era o marido lá da dona Polaca, Celso Amadeus Guardado, era esse o nome dele. Ele que fazia o comércio destes artigos e vinha, trazia e levava ali pra Terra Roxa e Palotina (no estado do Paraná) pra vender, que ainda tava surgindo a cidade ali, mas ele tinha caminhoneta. [...] Ah, não lembro em que ano era [...]. Tinha mais gente, o da Casa dos Retalhos também foi um dos primeiros que começou a trazer, chamava ele de Mussa.

Elizeth: Tinha o café, mas o chefe de tudo era o Antônio Cigano, brigaram tudo uma vez. Mataram ele torturando, acho que foi o quartel, mas ninguém podia dizer nada, falar nada. Acho que foi em 1956, porque minha filha é de 1955. Foi depois dela nascer. Aqui era operação sobreviva, cada um se virava como podia.

---

<sup>56</sup> Essa diferença de abordagem aparece em GODINHO, Paula. “Desde a idade de seis anos fui muito contrabandista”: o concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos e novas modalidades emblemáticas. In.: FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. (Eds.). **Contrabando na fronteira luso-espanhola**. Práticas, memórias e patrimônios. Lisboa: Nelson Matos, 2009, p. 29-56. Nesse texto, a autora analisa as identificações de culturas de contrabando locais na fronteiras entre o norte de Portugal e a Galícia, entre 1950 e 1960, trazendo como a solidariedade entre os grupos que vivem de contrabando e a população local é construída.

Félix: De lá pra cá, não tinha o contrabando, era só daqui pra lá. E foi só depois que fundou a cidade de Salto que se começou esse contrabando.<sup>57</sup>

O trabalho de comercializar mercadorias industrializadas na fronteira é lembrado pela sua importância em suprir as necessidades de consumo da população local e não como um trabalho visivelmente reprimido pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, o comércio de café foi recordado pelos entrevistados ressaltando-se marcas de violência e repressão deixadas pelo Estado na memória da população local. Elizeth, ao recordar que “mataram ele torturando, acho que foi o quartel, mas ninguém podia dizer nada, falar nada”,<sup>58</sup>, resgata um período em que a personificação da repressão e disciplinarização não se concentrava mais na figura da empresa capitalista Companhia Matte Larangeira, mas nas forças militares locais e naqueles com maior poder aquisitivo e social. Para a população trabalhadora, essa fronteira é recordada pelas exemplificações das punições, em meio às difíceis condições de vida experimentadas na busca pela sobrevivência.

Não buscamos a veracidade desse relato ou a precisão das datas expressas pelos entrevistados, mas problematizamos, a partir das entrevistas, como a criminalização e o controle do Estado sobre o transporte irregular de café para o Paraguai mudou as percepções da população local sobre um tipo de prática desenvolvida no trabalho na fronteira. Como enfatiza Alessandro Portelli (1993), não se trata de só construir e analisar uma entrevista, restringindo-se aos aspectos materiais e precisos do período e do assunto estudado, mas de compreender a atitude do narrador e sua subjetividade com relação ao mesmo<sup>59</sup>.

A respeito disso, observa-se que uma das práticas repressivas adotadas pelo Estado por meio da presença do exército estava voltada para o controle e fiscalização do comércio de

---

<sup>57</sup> Elizeth e Félix, ambos de nacionalidade brasileira, residentes em Guaíra-PR. Ela, confeitadeira aposentada e ele, aposentado pelo IBGE. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (54 minutos). A entrevistada Elizeth, natural do estado do Mato Grosso, é filha de argentinos que vieram morar em Guaíra para trabalhar na agricultura. Seus pais retornaram ao Mato Grosso, para a região que hoje se chama Amambai, e ela permaneceu aqui após o casamento. Trabalhou durante alguns anos como legista em Guaíra e, posteriormente, como confeitadeira em casa e na sede do exército.

<sup>58</sup> Elizeth, 84 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>59</sup> PORTELLI, A. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n. 10, dez. 1993, p. 41-58. Nesse texto, o autor problematiza as entrevistas com trabalhadores ativistas comunistas envolvidos na fundição de aço em Terni-Itália, entre meados do século XX e a década de 1970, discutindo a subjetividade das narrativas para entender as aspirações e interpretações daquele processo histórico, refletindo que “[...] as hipóteses ucrônicas permitem ao narrador 'transcender' a realidade como dada e recusar a se identificar e se satisfazer com a ordem existente”.

café do Brasil para o Paraguai nas décadas de 1950 e 1960. Estas influenciavam na leitura que a população fazia sobre o tipo de mercadoria socialmente aceita ou não na comercialização com o Paraguai.<sup>60</sup>

Quando Elizeth expressa “aqui era operação sobreviviva, cada um se virava como podia”<sup>61</sup>, pode-se perceber que a entrevistada reconhece que as formas de trabalho geradas com o comércio na fronteira também eram meios de sobrevivência para a população local. Por mais que uma parte dos itens trazidos do Paraguai para serem comercializados nas cidades fronteiriças brasileiras pudessem estar disponíveis no comércio local destas cidades, muitas vezes as diferenças de preço é o que permitia o acesso a tais mercadorias por parte da população trabalhadora local. Isto contava como um elemento importante para a manutenção das necessidades dessas famílias.

Isso também pode ser identificado na fala de Félix, pois, para ele, a compreensão sobre o que era definido como “contrabando” estava relacionado ao comércio ilegal de café do Brasil com o Paraguai. Tendo em vista que a interpretação de Félix parte do contexto dos dias atuais para recuperar sua leitura sobre o passado, o entrevistado caracteriza o “contrabando” de Salto del Guairá para Guaíra conforme convive com a presença da fiscalização no controle e apreensões de mercadorias como cigarros e eletrônicos. Gradativamente, na medida em que o Estado vai agindo na fiscalização na fronteira, a compreensão do que é “contrabando” vai se apurando pelos processos impostos de normatização.

Isso nos leva a perceber como a legislação proibitória e a fiscalização por parte do Estado brasileiro na fronteira não atacavam apenas o comércio considerado ilegal, mas os costumes que estruturavam as vidas de muitos trabalhadores e moradores da região. Esse tipo de regulação forçava a reinterpretar desses sujeitos sobre o que era fronteira.

---

<sup>60</sup> A presença do Estado com os militares do exército é anterior à década de 1940, quando Vila Guaíra pertencia a Foz do Iguaçu. Em 1947 deu origem em Guaíra, uma tropa de infantaria do exército constituída como tropa destacada para o 1º. Batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu. Ganha autonomia administrativa em 1949 como 5ª. Companhia de fronteira e 3ª. Companhia do 34º. Batalhão de Infantaria Monitorado 1989”. Hoje é chamada de 15ª. Companhia de Fronteira Motorizada. In.: SILVA, Edycleber de Oliveira. **Desbravadores de Guaíra: a História da 5ª. Companhia de Fronteira**. Guaíra: Gráfica Lex LTDA, 2011.

<sup>61</sup> Elizeth, 84 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

Leão, que trabalhou como policial federal em um dos portos de fiscalização na fronteira em Guaíra a partir de 1970 também expressa como era percebido o comércio de mercadorias com o Paraguai:

Tinha um portinho aqui em baixo, tinha uma lanchinha de passageiro que atravessava. O povo ia comprar, era só bugiganga, tinha pouca lojinha lá, era mais *whisky*, cigarro e outras coisas mais. O Paraguai não produzia quase nada, rs, só mulher, mas do Paraguai as vezes vinha mesmo o trigo da Argentina. Aqui o forte era o contrabando de café. O Café vinha daqui do norte, e entrava no Paraguai, era o Paraguai que exportava, mas produzia aqui no Brasil.<sup>62</sup>

Assim como na fala de Félix, o termo “contrabando” é recuperado por Leão quando o relaciona ao transporte e comercialização do café. Eles indicam a ilegalidade para esta atividade, enquanto que o trânsito de mercadorias de pequeno porte como “bugiganga, *whisky* e cigarro”, destinados ao consumo ou em pequenas quantidades para atender aos comerciantes locais aparecem como atividades não associadas necessariamente à “ilegalidade”.

Essas últimas mercadorias não pareciam ser o foco da fiscalização nos portos centrais onde havia trânsito frequente de pessoas e mercadorias entre a fronteira Guaíra e Salto del Guairá. Leão ainda faz referência a outros tipos de mercadorias: o trigo argentino, por vezes, também podia entrar no Brasil via comércio entre Porto Iguazu/AR e Ciudad del Este/PY até Salto Del Guairá e Guaíra, sem o pagamento de impostos. Por isso, observa-se que, embora muitos produtos fossem trazidos, o café era percebido pelas pessoas de um modo mais criminalizado.

Isso vai ao encontro dos estudo realizado por Aparecida Darc (2009), quando a presença e repressão do Estado se fazem mais presentes no cotidiano dos trabalhadores com apreensões no contrabando do café; há mudanças na percepção dos sujeitos sobre a legitimidade dessa prática em 1960. Diferentemente da relação com o comércio com a

---

<sup>62</sup> Leão, 82 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra.

Argentina, à qual a população recorria para abastecer-se de bens para consumo e realizar trocas de produtos agrícolas voltados para suas necessidades de sobrevivência.<sup>63</sup>

A passagem de certas mercadorias não regulamentadas na fronteira também podia ser considerada ilegal quando amparada no Código Penal Brasileiro – CPB. Foi o caso do transporte de café não regulamentado. Essa passagem, por vezes, podia ser legitimada pela população local, porque a mesma vivia em uma situação de restrição aos bens primários.

A respeito do transporte não regulamentado de café na fronteira, a entrevista com o militar Piazza expressa as tentativas de controle por parte do exército na região de fronteira por onde o café costumava ser transportado por volta da década de 1950:

Antes era o quartel o responsável pelas apreensões. Já participei de muitas, eu era destacado, em Porto Mendes era um núcleo pequeno, eu destacava lá um mês, dois meses, aí voltava e ia outro pra comandar aquele grupo, aqui em Palotina tinha outro e em Altônia também. Depois começou a fazer as ligações rodoviárias. Isso daqui não tinha jeito. Era estrada de chão e lombo de cavalo. A gente apreendia, tinha depósito grande, aí ficava preso, e aí entregava tudo pro IBC (Instituto Brasileiro de Café). [...] Era por caminhão, mas pra chegar até a barranca do rio tinha que caminhar 1km e pouco, porque era bem alto e não passava, era muito difícil de chegar na barranca do rio. [...]

*Quem eram as pessoas que levavam a carga até a barranca?* Era um pessoal de fora, vinha de Palotina, de Porto Mendes, o chefe mesmo era de São Paulo, que faziam contato e vendiam o café mesmo. No Paraguai mesmo, só tinha algum empresário daqui que negociava por lá e exportava pra outros lugares. Se fosse preso era apreendido, perdiam todos os valores, o caminhão, a mercadoria, tudo apreendia. Nunca vi nada mais além do café, o café que era o forte, que dava dinheiro pro povo. Porto legal mesmo não existia, era tudo clandestino, de Guaíra a Foz do Iguaçu, tinham muitos portos clandestinos. Depois, que de lá pra cá tinha muito *whisky*, pegava muito *whisky*, mas não era tanto como o café. A moeda de troca do que vinha de lá era mais *whisky*. Já a madeira ia daqui pra lá isso era na década de 1950 e 1960. A vida lá (destacamento) era muito sofrida. Depois que veio a polícia federal o destacamento continuou a trabalhar em conjunto, mas um prestando auxílio ao outro.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. São Paulo. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009.

<sup>64</sup> Piazza, 80 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

Piazza descreve a rotina de controle praticado pelo exército e os locais onde o “contrabando de café” era mais frequente entre a década de 1940 e 1960. Muitos desses portos existentes na época não eram vistos como clandestinos quando foram deixados pelas empresas que exploravam erva-mate e madeira na região, sendo esses espaços continuamente utilizados para o trânsito de pessoas e mercadorias. Entretanto, conforme o Estado intervém e atua no controle da fronteira, novos sujeitos utilizam alguns destes portos e demais para comercializações não regulamentada de mercadorias.

A presença do Instituto Brasileiro de Café - IBC<sup>65</sup> no momento das apreensões representa o trabalho em conjunto realizado e uma atenção maior por parte do governo federal ao controle da entrada e saída dessa mercadoria do país. Nos autos criminais pesquisados, observa-se que nos relatos e registros a respeito das medidas tomadas quando o “contrabando de café” era efetivado, tem-se a presença de funcionários do IBC acompanhando a conferência da quantidade de café apreendido e cuidando de seu destino. Quando o Paraná aumenta a produção de café nas décadas de 1950 e meados de 1960, visualiza-se a ampliação da migração de trabalhadores rurais para o estado<sup>66</sup>, fomentando uma maior preocupação dos órgãos de segurança com a evasão de divisas ocorrida com o transporte não regulamentado de café para o Paraguai.

Conforme a entrevista de Piazza, percebemos que ao se mencionar o “whisky como moeda de troca” entre o Brasil e o Paraguai, enfatiza-se a importância do dinheiro que circulava com o transporte não regulamentado na região de fronteira. Além disso, outras mercadorias observadas como contrabando são mencionadas; no entanto, o interesse e volume de apreensões feitas com o café pareciam ser maiores e mais expressivas para a época em que atuou na fiscalização da fronteira. O *whisky*, mercadoria comercializada de maneira

---

<sup>65</sup> “[...] O Instituto Brasileiro do Café (IBC), autarquia criada em 1952 e extinta em 1990, inicialmente vinculada ao Ministério da Fazenda, tinha entre suas atribuições executar a política cafeeira nacional, prestando assistência técnica e econômica à cafeicultura além de controlar a comercialização do café. No início da década de 1960 passou a integrar o Ministério da Indústria e Comércio”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Fundo: Instituto Brasileiro do Café (IBC):** inventário dos documentos textuais / Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo; Sátiro Ferreira Nunes. Rio de Janeiro: Arquivo, 2013. p. 7. Antes do IBC, em 1922 foi criado o instituto permanente de defesa do café, visando controlar o mercador produtor nacional e, em 1924, foi criado o Instituto do Café em São Paulo, que tinha autonomia para segurar a venda de café externo e ir liberando conforme interesse e mercado.

<sup>66</sup> “[...] na década de 50 e início de 60 que a cafeicultura teve sua fase de maior expansão no Estado, quando a área chegou a quintuplicar, passando dos quase 300 mil hectares, em 1951, para 1,6 milhão de hectares em 1962. Devido a redução dos estoques mundiais, os preços internacionais naquele período foram muito favoráveis, incentivando o aumento do plantio de café no Estado. Na safra 1961/62, o Paraná atingiu o seu apogeu, quando colheu cerca de 21,3 milhões de sacas de 60 kg, 28% da safra mundial, a qual situou-se em 76 milhões de sacas de 60 kg [...]”. Departamento de economia rural. **Perfil da agropecuária Paranaense.** Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

mais intensa e posteriormente ao transporte não regulamentado de café, é lembrado com o fluxo do Paraguai para o Brasil, mas em menor quantidade que o café até meados de 1970. Isto indica uma mudança no tipo de mercadorias comercializadas na fronteira anteriormente a 1970.

As descrições sobre como o “contrabando de café” era praticado com o uso de caminhões e com grandes quantidades da mercadoria demonstram que essa não era uma prática comum para todos aqueles que desejassem fazê-lo, pois requeria certo investimento financeiro. A dificuldade de chegar à barranca do rio, nos portos indicados pelo entrevistado, indicam a necessidade do uso de força de trabalho braçal para realizar carga e descarga das sacas de café entre o trajeto no interior das estradas e onde os caminhões estacionavam no lado brasileiro até as balsas que realizam o transporte fluvial ao território paraguaio. Esse trânsito comercial na fronteira não era igual para todos que pensassem em se envolver e permanecer nele, pois possuía certa divisão do trabalho.<sup>67</sup>

Também nos foi relatados como o transporte e comercialização do café na fronteira costumava ser praticado, as funções que este envolvia e como a partir desse período o café continuava tendo importância econômica na comercialização na fronteira dos países citados. Conforme Leão,

[...] Vinham com caminhão, com carreta e tinha muita passagem por aí, portos clandestinos. Aqui em Guaíra não produzia café, vinha muito de São Paulo, Minas Gerais, faziam só o estoque por volta de Maringá, Boa Esperança. Eles (transportadores irregulares de café) pegavam 3, 4 a 5 carretas era um dinheirão que ganhavam. Quando a gente apreendia era carreta cheia de café. Era ruim de fiscalizar, num tinha efetivo. O exército também fiscalizava. Mas era toda essa área daqui até perto de Foz do Iguaçu era tudo contrabando, era muito grande. Fora *whisky* e drogas que vinha de lá pra cá, era muito grande, vinha muito. [...] Quando apreendia ia pra justiça. O contrabandista era preso e respondia a processo. O café era recolhido pelo IBC, mas esse café só conseguia ser apreendido aqui no Brasil, em Guaíra. Os patrão, tinha muita gente grande, muita gente boa, como se tem até agora?! Por isso que compensava. O povo ganhava muito dinheiro com isso, tinha avião, tinha carro, tinham tudo. É o mesmo que nem o contrabando agora do cigarro que o cara faz casa, faz carro, faz tudo com isso daí. O cabeça mesmo era difícil de encontrar, o que caía mesmo era o pequeno, o motorista de caminhão, o ajudante, o batedor [...].<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Na pesquisa realizada não foram encontradas em Guaíra pessoas que trabalharam exercendo a tarefa de transporte das sacas de café dos caminhões à barranca do rio para serem entrevistadas. Para estudar o perfil desses trabalhadores e suas interpretações sobre este trabalho, recorreremos à pesquisa ao autos criminais que serão trazidos no segundo capítulo.

<sup>68</sup> Leão, 82 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

A descrição de Leão indica como a comercialização do café na fronteira com o Paraguai mobilizava vários trabalhadores. Funções como “batedor de estrada” ou “fazedor de cobertura” (aquele que acompanha a carga verificando se haveria policiamento no trajeto), carregador e motorista, são funções que hoje podem ser encontradas na descrição do transporte e comercialização do cigarro na fronteira.

Os custos para se ter um caminhão ou mesmo ser motorista do mesmo, praticando, muitas vezes, trajetos interestaduais e entre as rodovias que davam acesso à fronteira, requeriam certo investimento e conhecimento prático para manusear esse meio de transporte. Já uma parte dos apreendidos por "contrabando de café", que conduziam caminhões ou caminhonetes com as cargas perto da divisa territorial do Brasil com o Paraguai eram, muitas vezes, trabalhadores rurais sem Carteira Nacional de Habilitação para dirigir tais veículos.<sup>69</sup>

Além disso, a distância percorrida por caminhões transportando, muitas vezes, café produzido em outros Estados da Federação até chegar a fronteira do Brasil com o Paraguai indica o alto investimento feito por aqueles que detinham o controle dessa prática. Assim, quando Leão faz referência aos bens adquiridos pelas pessoas que controlavam a comercialização não legalizada do café para o Paraguai, procura enfatizar que se tratava de uma prática muito lucrativa se comparada a outros produtos agrícolas da época.

Tratava-se de uma atividade dominada e organizada pelo capital que caracterizou uma mudança no perfil dos envolvidos no transporte não regulamentado na fronteira Brasil-Paraguai nos anos de 1950. O despreparo do Estado para fiscalizar essa região, como descreve o agente, parece ter contribuído com o estímulo a este tipo de atividade não regulamentada na fronteira. Além disso, trata-se de um momento em que também há referências ao transporte de drogas no sentido Paraguai-Brasil.

As mudanças no perfil de quem articula o “contrabando” relacionam-se às quantidades mencionadas e ao alto investimento realizado. A distinção se dá quando esse tipo de transporte ilegal de mercadorias envolve um perfil diferenciado do seu organizador quando comparado ao transporte realizado por trabalhadores e por pequenos comerciantes que transitavam na fronteira com mercadorias em poucas quantidades e voltadas para o abastecimento do mercado de consumo local. Esses últimos, não tinham como investir a

---

<sup>69</sup> Foram pesquisados 18 autos criminais sobre contrabando entre 1960 e 1990, dois da Comarca de Foz do Iguaçu e o restante no Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da UNIOESTE, Campus de Toledo.

mesma proporção de capital nessa atividade e nem como mobilizar a mesma quantia de força de trabalho necessária para atuar no circuito de “contrabando” em grande escala.

Uma das possíveis justificativas para comercialização não regulamentada do café estava relacionada à própria diferença entre a economia dos dois países, articulada às diferenças monetária da moeda com a qual o produto era negociado para exportação. Ainda, conforme parte da literatura revisada<sup>70</sup>, o café era produzido no Brasil, entrando de forma ilegal no Paraguai para evitar o pagamento de impostos porque as diferenças das taxas para exportação do produto no Paraguai eram vantajosas com relação ao Brasil.

Depois de uma possível regulamentação da sua saída do Paraguai para o Brasil, essa mercadoria entrava, importada, legalmente no Brasil, com a justificativa de que a mesma seria reexportada<sup>71</sup>. De acordo com Alfredo da Mota Menezes (1987), a política do “Draw-Back” no Brasil correspondia a uma forma de “legalizar” o “contrabando” desses produtos. O autor traz essa informação ao levantar fontes sobre o “contrabando de soja” entre meados de 1970 e 1980 na divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, indicando que:

[...] A entrada de soja proveniente do Paraguai era tão grande que o sub-chefe da Receita Federal de Ponta-Porã, disse-me que a quantidade diária de soja vinda do Paraguai, como produto daquele país, só seria possível se todo o Paraguai, com exceção da área do Chaco, estivesse totalmente coberto com plantações de soja. O que ele queria dizer é que a soja brasileira está sendo contrabandeada para o Paraguai, como antes havia acontecido com o café, e mais tarde aquele produto retornava para o Brasil via “Draw-Back”.<sup>72</sup>

Conforme o autor, a facilidade para conseguir a documentação comprovando a produção agrícola no Paraguai estava combinada à compra de muitas terras naquele país por

---

<sup>70</sup> MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

<sup>71</sup> O regime aduaneiro especial de *drawback*, foi instituído em 1966 pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/66. Esse regime é dividido em várias subcategorias que alteram conforme as disputas de interesses no processo de acumulação capitalista. A grosso modo, consiste no incentivo para compra de produtos, desde matérias primas até insumos, a serem importadas, industrializadas ou não no Brasil, e reexportadas num prazo mínimo de, aproximadamente, 6 a 12 meses, visando competir no mercado internacional ou mesmo para repor alguma matéria prima a abastecer o mercado nacional. O insumo agrícola, é um exemplo, alguns deles puderam ser importado para baratear a produção agrícola e torná-la mais competitiva. Receita Federal. O regime especial de drawback. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/drawback/regime.htm>>. Acesso em: junho 2014.

<sup>72</sup> Idem, 1987. p. 25-26.

brasileiros. Essa forma de organização contribuía para que muitos desses proprietários brasileiros de terras no Paraguai e vice-versa jogassem com as diferenças monetárias entre os dois países e a possibilidade de ter terras nos dois países, para se beneficiarem das diferenças monetárias e de regulamentação dos impostos. Assim, visavam obter maiores rendimentos com o cultivo e venda de produtos agrícolas<sup>73</sup>.

Em todas as entrevistas realizadas com a população local que reside em Guaíra há mais tempo houve demonstração do conhecimento de que o “contrabando de café” era praticado em grande escala e as apreensões feitas pelo exército e pela polícia federal eram comuns. Os portos citados com maior frequência pelos entrevistados na cidade de Guaíra para a prática do transporte de café e outros produtos agrícolas não declarados localizavam-se nos distritos na área rural, entre eles Oliveira Castro, Salamanca, Água do Bugre e Água Verde. Conforme a entrevista com Gérson, 56 anos, natural de Guaíra, entre os produtos agrícolas que transitavam de Guaíra para Salto del Guairá em 1960 e 1980, estava o algodão:

[...] Na época que eu morava na Salamanca, (1960 a 1980) o pessoal passava muito algodão, do Brasil pro Paraguai, porque lá tinha mais preço do que aqui. E tinha a época do café. Hoje a maioria do contrabando é o cigarro, mas na época era o café. O Café era passado com balsa. Os portos mais conhecidos era o Porto Tigre no Oliveira Castro (distrito rural de Guaíra) e em Altônia (cidade localizada à 87 km de Guaíra). Já tinham inundado o lago e continuava forte. Antes tinha coisas no Paraguai, mas a gente ia pra comprar eletrodoméstico, roupas. Tinha uma época que se levava muito pra lá era prego.<sup>74</sup>

Gérson é filho de pais paraguaios que vieram tentar a vida em Guaíra na década de 1940. Depois de já estabelecido na área rural da cidade, seu pai foi contratado para prestar serviço à companhia Matte Larangeira, no recrutamento de força de trabalho para o carregamento de lenha e abastecimento do trem da empresa, movido a vapor, que parava em um porto na Salamanca. Sua mãe trabalhava em casa e cuidava de sua família, composta por

---

<sup>73</sup> Ainda, Alfredo da Mota Menezes nos ajuda a compreender como a extração de madeira nessa região de fronteira acontecia com a extração em terras no Paraguai, sendo trazidas “ilegalmente” para madeireiras em cidades que fazem divisa com o Brasil. De modo geral, quando necessário, essas madeireiras conseguiam alegar para a fiscalização brasileira que as mesmas haviam sido retiradas legalmente de áreas de terras brasileiras, onde não havia muito controle sobre a quantidade possível de ser extraída numa determinada área e o tempo de reflorestamento da mesma. In: Idem, 1987.

<sup>74</sup> Gérson, 56 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e proprietário de comércio em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (26 minutos).

mais oito filhos. Gérson trabalhou com o pai na lavoura dos 12 aos 31 anos de idade, na Salamanca. Também comprou terras e trabalhou com lavoura de soja no Paraguai entre 1980 e 1985, tendo providenciado a documentação de cidadania no país. Retornou ao Brasil, concluiu o segundo grau e depois, entre 1992 e 2002, retornou ao Paraguai, ocasião em que trabalhou em uma retificadora de motor, em sociedade com um familiar seu. Depois de 2002, voltou à Guaíra e trabalhou como proprietário de restaurante. Atualmente é proprietário de um bar.

Quando questionado sobre o seu trabalho na agricultura, Gérson fez questão de enfatizar sua percepção e conhecimento de que os tipos de mercadorias comercializadas alteram de acordo com as diferenças entre a economia local de Salto del Guairá e Guaíra. Estas diferenças estavam articuladas às dinâmicas econômicas de cada país e ao tipo de mercadoria disponível no mercado que apresentava maiores possibilidades de lucros/vantagens com sua comercialização na fronteira. Se hoje há uma mudança nessa economia, havendo novos produtos articulados ao mercado e ao processo de expansão capitalista, seus comércios são percebidos como possibilidade de renda por parte dos trabalhadores locais. A diferença é que essas mercadorias comercializadas de forma mais intensa atualmente não são produzidas localmente – como o algodão e a hortelã o eram na década de 1970.

Um dos aspectos do trabalho na fronteira é de ser visualizado por alguns trabalhadores e também por pequenos proprietários como uma forma de reunir capital para tentar mudar suas condições de vida. Ou seja, o trânsito na fronteira também era visualizado com uma expectativa de ascensão econômica, já que, muitas vezes, os trabalhos envolvidos nessa relação eram mais vantajosos quando comparados com os trabalhos formais ofertados nas cidades em estudo. No caso de Gérson, o próprio conhecimento sobre a realidade da fronteira e as possibilidades de melhores rendimentos que cada lado ou troca podiam lhe oferecer, serviu-lhe de referência para escolher a permanência ou não como morador e proprietário atuando em determinado país.

A entrevista com Carlos Alberto, 61 anos, natural de Marechal Cândido Rondon, funcionário da receita estadual, também contém informações sobre o fluxo de pessoas e mercadorias na fronteira na década de 1970. Ao mencionar sua trajetória de trabalho, Carlos Alberto recupera as atividades de seu pai e os diferentes tipos de trabalhos “informais” que realizou antes do ingresso como funcionário público em 1980,

A mãe era do Mato Grosso do Sul e o Pai era do Paraguai. [...] Meu pai foi chefe da estação de trem em Porto Mendes, que de lá eles seguiam até Foz. [...] Mas quando o governo estatizou, meu pai foi pro IBGE e aposentou lá. [...] Eu mudei pra cá com 4 anos, por volta de 1956 ou 1955. O primeiro emprego que eu tive foi em uma fábrica de chinelos aqui em Guaíra, mas nos proibiram por ser de menor. Depois fui estudar, depois trabalhei em lanchonete, depois no cartório, depois sai de lá e começou a época do óleo de menta, aí fui com a dona Nélide trabalhar no Paraguai, fiquei uns dois anos e meio lá trabalhando. [...] Ela plantava no Paraguai que a terra era mais barata e ela trazia tudo aqui pro Brasil.[...] Isso foi em 1973 a 1974, por aí. Aí eu ficava lá depois vinha pra cá, ficava fazendo este trânsito. Quando houve essa transição, que os Estados Unidos achou outro óleo mais refinado, o de mamona, aí acabou o hortelã. Aí essa minha patroa (foi proprietária do cartório de registros em Guaíra-PR e) se envolveu na política, tinha os brasiguaios, eram brasileiros que estavam no Paraguai sem votação [...] E eu trabalhei mais de um ano com isso, ia lá tirava foto, voltava e fazia a papelada aqui. O deputado Brandão que bancou tudo isso, foi em torno da regulamentação de duas mil e duzentas pessoas.<sup>75</sup>

O envolvimento de Carlos Alberto em ocupações mobilizadas pelas diferenças econômicas e políticas de controle entre os dois países, significou para ele a busca pela sobrevivência. Ele ocupou um lugar social nesse processo, diferentemente daqueles com algum capital para investir na compra de terras e na produção agrícola em outro país, como o caso de sua ex-patroa. Esta também usufruiu de sua posição social e econômica, para facilitar o processo de regulamentação eleitoral de brasiguaios acordando “trocas de favores” entre eleitores e o candidato que financiou a regulamentação destes.

O limite territorial entre um e outro país, para os trabalhadores também é articulado e pensado de acordo com as suas necessidades de ir e vir em busca pela sobrevivência ou melhores condições de vida. Já para proprietários e empresários, as diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais entre Brasil e Paraguai são enfrentadas como possibilidades de investimento e acúmulo de capital. Os trechos das entrevistas trazidas até o momento mostram como esses sujeitos também se relacionam com as definições legais para pensar suas práticas. Entretanto, tais proprietários e trabalhadores não se pautam na compreensão de fronteira apenas a partir de definições legais que regulamentam os limites entre os dois países, mas também amparam-se nos costumes e na forma como lidam com o trabalho e a vida nesses lugares.

---

<sup>75</sup> Carlos Alberto, 61 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e funcionário da Receita Estadual. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (48 minutos).

Nessa mesma direção, a proprietária de loja de ferramentas Maria Cleuza, 63 anos, natural de Soledade-RS, menciona o tipo de comércio realizado por ela e sua família quando se mudaram para Salto del Guairá por volta de meados de 1960. Ela é filha de trabalhadores rurais e, após se casar, mudou-se junto ao esposo, que é barbeiro, para tentarem a vida em Salto del Guairá por indicação de um cunhado que já morava na cidade. Ela se manteve como dona de casa até abrir uma lanchonete. Por volta do final da década de 1980, passou a ter uma loja que mantém até hoje com a ajuda dos filhos. Atualmente, mantém residência em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Seu marido tem 67 anos e continua trabalhando como barbeiro em Salto del Guairá em uma “pelucaria” no Shopping América.

[...] abrimos uma portinha, a gente mudou aqui para o centro, as crianças já estavam crescidas e estudavam em Guaíra, iam com a balsa. Nós tinha um botequinho, e do lado tinha uma portinha, foi aí que eu coloquei uma vitrine e comecei a trabalhar. [...] Vendia meias, abajur, tênis, coisas que trazia de sacola, mais assim em conta. Buscava em Ciudad del Este, isto a gente demorava em torno de 3 a 4 dias de ir e vir, as vezes pegava chuva e tinha que posar dois dias dentro do ônibus sem banho, sem nada. Era muito sofrido. Aí depois que saiu o asfalto ficou melhor, as transportadoras também trazem as mercadorias, liga e trazem. [...] Quando eu tinha a lanchonete, tinha poucas lojas, a Tower que era uma casinha de madeira que emprestava mercadorias do Salamego, a Sarque que trocava mercadorias entre eles, bebidas, pra ter o produto pra vender pra algumas pessoas. [...] O fluxo era mais depois que o Tower começou a trabalhar com armamento, então motores, veneno. Na época era liberado e eles vendiam mais pros fazendeiros da redondeza. Não tinha que nem turismo como se tem hoje.<sup>76</sup>

O trânsito de pessoas entre Mundo Novo, Guaíra e Salto del Guairá surge decorrente das próprias necessidades de sobrevivência e da busca por melhores benefícios que cada cidade pode oferecer. O que vale chamar atenção agora é para o comércio de mercadorias relacionadas a produção agrícola, para onde a própria economia local de Salto del Guairá, Guaíra, Mundo Novo e região estava voltada. Nesse sentido, destacamos que o tipo de mercadoria comercializado por uma das lojas mais antigas de Salto del Guairá estava articulado às próprias necessidades do tipo de economia agrícola local.

---

<sup>76</sup> Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. A fala da entrevistada foi traduzida em alguns momentos durante a transcrição da gravação, pois alguns termos eram utilizados em espanhol. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora, em conjunto com Eric G. Cardin. No mesmo dia, ajudei o autor nos contatos para as entrevistas do projeto de pesquisa dele em Guaíra. Arquivo de mp3 (60 minutos).

Esses produtos mencionados por ela são de longa data proibidos de serem comercializados sem fiscalização ou declaração de impostos. No entanto, em sua fala, o que percebemos é a ênfase dada à forma como tais mercadorias não sofriam um controle tão grande por parte da fiscalização brasileira. Isso pode ter gerado um grande lucro para os proprietários dessas lojas, contribuindo com o crescimento comercial das mesmas, pois seus proprietários destacam-se economicamente pelo tamanho das lojas e fluxo de compradores que possuem atualmente em Salto del Guairá.

A fala de Maria Cleuza, também chama atenção para forma como o transporte e abastecimento do comércio local de Salto del Guairá era organizado dentro de uma lógica diferente da atual. Tratavam-se, em sua maioria, de proprietários de lojas pequenas atuando como sacoleiros entre Ciudad del Este/PY para abastecer ao comércio de consumo local nas cidades fronteiriças e da região com “meias, abajur, tênis, coisas que trazia de sacola, mais assim em conta”. Situação vivida diferentemente da atual onde há em Salto del Guairá o monopólio do controle da circulação de mercadorias por parte de poucas transportadoras controladas por grandes capitalistas.<sup>77</sup>

Ainda, as trocas entre as cidades não restringiam-se apenas a produtos de bens de consumo material. Para a família de brasileiros, morar e trabalhar numa cidade paraguaia fronteiriça ao Brasil abria a possibilidade de permitir aos filhos a escolarização em sua língua materna. Da mesma forma, essas trocas se estendiam a outros serviços ofertados entre essas cidades, agindo complementarmente as necessidades sentidas em cada uma delas.

O transporte de mercadorias e pessoas entre Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá acontecia principalmente por meio de balsas e barcos com acesso aos portos localizados nas regiões urbanas destas cidades às margens do Rio Paraná. A entrevista com Nara, de 73 anos, natural de Itapetim-PE, indica as dificuldades encontradas por sua família após migrarem a procura de melhores condições de vida e trabalho para um destes portos a partir de 1960. Nara recupera sua trajetória antes de se tornar empresária com lojas de importados consolidadas no Paraguai e em Guaíra.

---

<sup>77</sup> O aprofundamento sobre este assunto acontece no terceiro capítulo.

Vimos de Pernambuco no dia 22 de abril de 1951 de pau de arara [...] Chegando em São Paulo,[...] fomos pra Presidente Epitácio. Lá tinha um tio meu. Nós trazíamos dinheiro porque o meu pai tinha hotel, açougue, vendeu tudo e trazia muito dinheiro. [...] Mas esse dinheiro foi usado pra quitar uma dívida do meu tio de Presidente Epitácio que tava jurado de morte [...] Nós éramos em quatro crianças pequenas, tudo sem ter roupa de frio, sem ter casa, nada mesmo. [...] Estudar nem tinha como, o que sabíamos era o que a mãe ensinava. Depois fomos pro Mato Grosso do Sul, trabalhar em uma fazenda que ficava isolada [...] Eu já estava com 13 anos e eu mal sabia ler e escrever, eu disse, vou embora pra Presidente Epitácio e eu vou trabalhar lá e achar um lugar pra trabalhar e levar os meus três irmãos, quando a gente puder levamos o meu pai e a minha mãe.[...] Eu fazia o serviço na Matte Larangeira, eu servia cafezinho e como eu ficava na casa dessa senhora, eu sabia lavar e passar, eu fazia o serviço na casa dela. [...] ela me pagava um tanto e ganhava o salário lá na Matte. [...] Eu conheci esse meu marido, ele era comandante de lancha [...] Depois eu fui embora e fiquei um ano no nordeste com o meu tio, mas como era ruim ficar lá e os meus pais precisavam de mim, eu voltei de novo pra Presidente Epitácio, a mesma firma me pegou de volta pra trabalhar. [...] Quando voltei acabei casando em julho de 1958 com ele, e quando foi em agosto, meus dois irmão já tava morando comigo e estão até hoje. [...] Depois de 4 anos que eu estava casada que eu vim embora pra Guaíra [...].<sup>78</sup>

Entre os entrevistados há uma trajetória comum de saída do campo para cidade, advindo estes de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida na região de Guaíra. Também houve, após a migração para o Mato Grosso e o envolvimento em serviços gerados pela Companhia Matte Larangeira. Muitos se deslocaram para Guaíra devido a uma das sedes da empresa fixar-se nessa cidade. Para além dos casos em que os trabalhadores acompanharam a empresa, muitos dos entrevistados buscaram essa região por o valor das terras produtivas serem menores quando comparados ao de outras regiões do país de onde saíram. Combinado a isso, a estrutura proporcionada pelos investimentos públicos e privados decorrentes fixação da empresa na região, compunha parte dos atrativos que iam ao encontro de algumas das expectativas dos trabalhadores na tentativa de melhoras das condições de vida.

Ao relatar sobre sua trajetória de vida, Nara, assim como outros trabalhadores, recupera as vivências em meio à família. O processo de migração e as dificuldades econômicas experimentados são justificados por ela pela perda do dinheiro que o pai trazia com a venda dos bens antes de migrarem. Como saída, Nara tentou socorro na cidade,

---

<sup>78</sup> Nara, 73 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR, proprietária de loja em Salto del Guairá e em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (84 minutos).

utilizando os saberes construídos em meio ao lar para trabalhar na Companhia Matte Larangeira e como doméstica em casa de terceiros.

Embora toda família tenha se dedicado ao trabalho rural como empregados e apesar dos trabalhos exercidos por ela na cidade, o marco na melhora de sua condição de vida é percebido a partir do casamento. Ao mesmo tempo em que a entrevistada enaltece a importância disso, faz questão de afirmar sobre todos os trabalhos que realizou ao longo de sua vida e a importância que os mesmos tiveram para a união da família e a melhoria nas condições de vida. É com base no trabalho que ela busca construir o fio condutor de sua narrativa sobre sua vida. Isso é percebido principalmente com relação às mudanças que ocorreram após a perda das condições para continuarem trabalhando nos portos de navegação em 1966.

Conforme diz Nara, o seu esposo, hoje falecido, trabalhou como piloto de embarcações no transporte de erva-mate e madeiras, tendo negociado com o ex-patrão o trabalho em embarcações e o uso do Porto Paragens (Guaíra, em 1962) como parte do pagamento pelo fim do trabalho em Presidente Epitácio. Trabalhou nesse porto junto a outras pessoas que também foram indenizadas de forma semelhante – por exemplo, com embarcações, caminhões e um ponto no mesmo porto.

[...] eu vim embora pra Guaíra, porque ele foi transferido pelo patrão dele e meus irmãos vieram junto e já trabalhavam com ele na balsa. Ele trabalhava na balsa de Santa Mariana, que era de Presidente Epitácio e veio trabalhar no porto de Guaíra. [...] fez um acordo com o patrão dele, que ele ia dar as duas balsas pra ele reformar [...] e trabalhar e ele aceitou, [...] ele deu como indenização onde era a ponte Airton Senna, até lá no Cano Longo, onde tem toda aquela parte ali do rio pra trabalhar, tinha quatro casas grandes e um barracão grande pra cuidarmos. Ele deu aquilo ali, que era o porto pra descarregar e carregar caminhão. Nós fomos trabalhando [...].<sup>79</sup>

Ela, seu esposo e irmãos trabalharam com o transporte entre os principais portos de acessos da cidade de Guaíra para o Estado do Mato Grosso do Sul e para Paraguai<sup>80</sup>. Isto durou até seu esposo ser forçado a vender as balsas por um preço abaixo do mercado para um

<sup>79</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>80</sup> Foi próximo a este porto que se instalaram os primeiros postos de fiscalização da entrada e saída de pessoas, animais, produtos agrícolas e outras mercadorias em Guaíra, entre eles, a Receita Estadual, a Polícia Federal e o IBC.

empresário concorrente, "Fioravante Andreis", que buscava se estabelecer no local e garantir o monopólio no transporte comprando todas as embarcações e pontos entre os referidos portos. A entrada de investimentos de empresas com maior capital nesse negócio, já sinalizava o crescimento do fluxo comercial de produtos agrícolas na divisa entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e na fronteira com o Paraguai.

Segundo Nara, quando só lhe faltava a compra das embarcações e do ponto de sua família, este concorrente colocou o preço do transporte a um custo insignificante, sendo impossível para eles concorrer. Depois disso, seu esposo não foi pago pelo ponto e pelas balsas, apenas recebeu uma proposta para trabalhar como cobrador para este empresário, enquanto ela e as filhas iniciaram o trabalho de vendedores ambulantes em Salto del Guairá:

Até que um dia eu comecei a vender coisas, vender jóias [...] Nós fomos passear e vender lá sem saber o que ia fazer da vida e pensamos. [...] Nós fomos pra Ciudad del Este, eu tinha recebido uns dinheiros de uns pão, de uns salgadinhos, umas coxinhas que tinha vendido, e fomos fazer compras com esse dinheiro. E lá (Ciudad del Este) compramos, nós não tínhamos nem onde por os tapetes, com as próprias caixas nós fizemos os suportes e comecei a por ali. A gente começou assim a vender tapetes no Paraguai em 1968. [...] Eu comecei na rua, colocava um caixote de cabeça para baixo, foi onde eu comecei a vender os meus tapetes [...].<sup>81</sup>

O contato que Nara teve inicialmente com a fronteira ao trabalhar no transporte de mercadorias e pessoas permitiu a ela refletir sobre as possibilidades de sobrevivência a partir do comércio de mercadorias em Salto del Guairá. Para aquelas pessoas que precisavam encontrar uma forma de garantir o sustento da família, a venda ambulante foi percebida como uma das poucas ou a única alternativa que lhes restava. A possibilidade de iniciar um pequeno comércio realizado como sacoleiras entre Ciudad del Este e Salto del Guairá, foi a saída visualizada por ela e as filhas em meio as condições experimentadas naquele momento. A percepção de Nara pautou-se na própria observação no local em que ela trabalhava no porto, ao ver como o comércio e as práticas de trocas eram comuns à população de ambas as cidades:

---

<sup>81</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

Naquela época (1962-1966) a gente transportava carro (com balsas), no Porto Santa Izabel no Mato Grosso do Sul e no porto em Coronel Renato e também no Paraguai. E além (da balsa), colocamos lancha que era navegação fluvial que era pra transportar passageiros, nós dava assistência de noite, quando o pessoal do Paraguai precisava, porque chegava de noite, lá acabava tudo. E morria gente pra lá porque não tinha como trazer pra vir pra cá no médico. Nós colocamos embarcações de plantão, sempre duas ou três embarcações, depois tinha embarcações pra fazer passeio no rio, era tudo coberto os barcos. [...] Pro Paraguai levava arroz, trigo, pra aquela região ali que morava muito brasileiro. E de Coronel Renato pra cá trazia boi. Também tinha bastante contrabando de café naquela época que tínhamos balsa. Mas, já o que passava muito de lá (Salto del Guairá) para cá (Guaíra) era também o alho e a cebola, porque pra lá era bem mais barato, se aqui fosse R\$10,00 reais um saco, lá era R\$3,00. O pessoal comprava muito, tinha gente que trazia pra revender nos mercados aqui, nas casas, vendia por quilo na rua. Já o pessoal de Salto, só comprava aqui quase, naquela época tinha um mercado ali que dependia quase deles. Naquele tempo, tinha as pessoas que faziam os lanches bonitos e gostosos, tinha as comidas, faziam e iam vender lá e já os de lá faziam chipa e vinham vender aqui.<sup>82</sup>

De acordo com a entrevista de Nara, o comércio e a venda de mercadorias, principalmente de gêneros alimentícios, eram comuns e parte do cotidiano entre a população local ao longo de 1960. O trânsito de pessoas também se relacionava às necessidades de serviços que uma ou outra cidade podia oferecer. Como já mencionado, revender mercadorias para uso voltado a atender as necessidades de consumo local era algo socialmente aceito entre a população local. Do mesmo modo, viver da venda ambulante era compreendido como uma prática aceita pelos trabalhadores e proprietários do comércio. No entanto, a entrevistada refere-se ao café como “contrabando”, sendo o mesmo não compreendido como uma prática legitimada em meio ao controle exercido pelo Estado.

Entre as mercadorias vendidas no comércio local estavam roupas, alimentos, utensílios domésticos, ferramentas e produtos voltados para atender o cultivo agrícola. Esses artigos passavam de Salto del Guairá para Guaíra, ou vice-versa, tendo em vista atenderem as necessidades de consumo da população local, fosse pela escassez desses bens ou pelo significado do impacto que a diferença monetária destes produtos tinham na renda da classe trabalhadora. Ainda, as mercadorias eram comercializadas nas cidades próximas a essa fronteira por meio dos trabalhadores que viviam da compra e revenda destes produtos. Já as mercadorias identificadas como “contrabando”, como o caso do *whisky*, eram distribuídas em

---

<sup>82</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

outras regiões do país, envolvendo pessoas com maior capital para investir nesse comércio considerado ilegal.

Sobre as mercadorias que eram comercializadas em Salto del Guairá, a entrevistada Dalva, 56 anos, natural de Salto del Guairá e proprietária de loja de produtos importados (dentre eles, informática e eletrodomésticos), indica as diferenças que observou no comércio da cidade após a formação do Lago de Itaipu que, conseqüentemente, ocasionou o fim de um atrativo turístico, os “Sietes Saltos” que, de acordo com ela, influenciava na movimentação do comércio local nos anos de 1970 e meados de 1980:

Meu papa foi o primeiro colonizador de Salto del Guairá, Osvaldo Fernandes [...] Ele veio da Venezuela, vieram para trabalhar no palmito. Depois mi papa trabalhou na fábrica de palmito, depois ele vendeu a fábrica para Del Paraguai, depois foi escalado, comprou uma casa aí, entrou para a política e foi o primeiro presidente nacional de Salto del Guairá. Eu estudava no colégio Imaculada Conceição de Asunción. Depois vim para a casa do meu pai e me casei e depois continuei trabalhando.[...] Fazem 33 anos que abri.[...] Havia a casa Império, a casa Paraná e casa Salvador. [...] Eu vendia muita coisa típica, porque antes se vendia muita coisa típica em Salto del Guairá. Porque aqui era o caminho quando existia o Salto Sete Quedas. Vinha gente de todo o mundo, vinha gente de todos os lugares. Vendia “sombbrero”, “alcorri”, um tecido típico paraguaio, ele só vem bordado, é daqui e o chapéu também, todas estas coisas, a gente começou assim.[...] Não vendo mais estes produtos, porque não tem mais turistas, vinham pra olhar as Sete Quedas e compravam. Quando acabou a Sete Quedas, morreu estas coisas.[...] Agora você tem que comprar o que tem, o que o brasileiro compra, tem que ir acompanhando. Todo mundo teve que mudar as mercadorias porque mudou, não era mais aquele turista, agora é outra gente que vem.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Dalva, 56 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada pela autora em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (26 minutos). A entrevistada fala em espanhol e mistura um pouco de português e guarani. A transcrição foi feita partes em português, espanhol e guarani devido à minha dificuldade no domínio dos idiomas da entrevistada. Essa transcrição demandou uma escolha metodológica, que foi escutar a entrevista e em alguns momentos em que haviam expressões em guarani recorrer a ajuda de pessoas que sabem o idioma guarani falado em Salto del Guairá. Foi transcrito aquilo que ambos, pesquisadora e “tradutor”, entendiam e conseguiam traduzir. Alguns termos locais que não conseguimos traduzir, foram descritos conforme sua pronúncia. Ou seja, houve casos em que as citações das entrevistas foram mais uma descrição minha e do “tradutor” ao ouvir e tentar registrar por escrito o que alguns entrevistados falavam. Em todos os casos, os entrevistados de nacionalidade paraguaia que dominam parcialmente o português tiveram muita paciência em explicar os termos que eu não compreendia durante a própria entrevista. Como sou natural de Guaíra e residia em Guaíra convivendo com pessoas de Salto del Guairá, tive facilidade em entender e me comunicar com a maioria dos entrevistados, porque eu e os entrevistados tentamos adotar o “portunhol” para facilitar a comunicação. Porém, houve o caso de uma entrevista em que uma vendedora, que domina a fala dos três idiomas, ajudou-me a construir a entrevista, traduzindo as perguntas do português para o guarani com o entrevistado e traduzindo as respostas do guarani para o português para mim.

Ao ser entrevistada, Dalva fez questão de trazer a memória de seu pai para legitimar sua própria presença. O pai é lembrado como aquele que iniciou os investimentos na cidade e ela, como a continuação de uma família de empresários, permanecendo com a loja em Salto del Guairá, mesmo após as mudanças econômicas e sociais vividas.

Para as famílias com melhores condições em Salto del Guairá, os estudos dos filhos costumavam acontecer em cidades maiores, sendo no Brasil ou no Paraguai, dependendo do universo cultural e de valores das famílias. Asunción era percebida como um lugar para buscar recursos que não eram encontrados em Salto, bem como Ciudad del Este era o local onde se buscava a aquisição de mercadorias para revenda.

Embora já houvesse comercialização em Salto del Guairá de mercadorias industrializadas oriundas de outros países, a entrevistada destaca a venda de produtos fabricados dentro do Paraguai a fim de marcar as diferenças em Salto del Guairá antes e depois da formação do Lago de Itaipu. Esse mercado local estava organizado com outros interesses, que iam para além de atender o público consumidor brasileiro que aparece emergindo na década de 1980 e surge fortemente a partir da década de 1990.

Nessa mesma direção, Rosa, 70 anos, filha de proprietários rurais e atualmente proprietária de loja de importados de diversos tipos de eletrônicos e utensílios domésticos, reforça uma memória semelhante à de Dalva sobre Salto del Guairá. Resgata como era organizado o comércio ao descrever como era a atividade que desenvolvia junto ao marido em 1971, ano em que fixaram comércio em Salto del Guairá:

Eu comecei aqui, nessa época, nesse lugar mesmo, havia mais movimento, mais dinheiro, porque havia pouca gente aqui. Somos a primeira galeria que tinha aqui, vendia bastante, de tudo, vendia comida e depois abri uma porta do lado da casa e vendíamos o que fazíamos com os maquinários. Fazia sorvete e vendia e fazia coisas de couro. Vendia bolsas de couro, sacolas de viagem em couro. Estes e outros que eram produtos manufaturados daqui do Paraguai, era tudo feito à mão, era mala tudo. Vinha gente de todo lugar, de Encarnación, não havia luz, tinha um gerador pra trabalhar as máquinas, a galeria e a sorveteria. Depois que acabou as Sete Quedas, comecei a comprar coisas de cozinha pra vender. Se não tivesse terminado as Sete Quedas, teríamos mais lucros. Muitos se mudaram e foram embora para Ciudad del Este, depois com o tempo começou a melhorar de novo, depois de uns 5 anos.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Rosa, 70 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada pela autora em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (24 minutos). Alguns trechos da fala da entrevistada foi traduzido durante a transcrição da gravação.

Ao enfatizar que “produtos manufaturados daqui do Paraguai, era tudo feito à mão”, observamos na entrevistada a necessidade de indicar o processo de mudança vivido pela população local de Salto del Guairá. Ela destaca como conseguia manter um padrão de vida que os agradava, trabalhando em um ramo um pouco diferente, como uma sorveteria e também com a comercialização de produtos nacionais. Traz uma memória positiva sobre o passado vivido naquele local, lembrando, em sua entrevista, que embora a estrutura física da cidade e sua demografia fossem outra, ela via melhores condições de vida e de ganhos como empresária. Isso, principalmente, ao olhar a partir do presente e observar um número cada vez maior de lojas oferecendo artigos semelhantes e concorrendo entre si.<sup>85</sup>

Sobre isso, Edu, 50 anos, natural de Asunción e sócio-proprietário de uma das maiores lojas de Salto del Guairá, menciona a comercialização de importados, já voltada para um público consumidor brasileiro. Desde a adolescência, trabalhou no comércio junto à família. Durante a juventude, morou em São Paulo por cerca de seis ou sete anos, para cursar a graduação de Engenharia Civil na Unicamp, retornando a Salto del Guairá sem concluí-la devido à necessidade de ele e os irmãos reassumirem os negócios do pai que precisou cuidar da mãe doente, com tratamento em Buenos Aires. Relatou que ele e seus dois irmãos precisaram reerguer o negócio da família que estava em crise e, depois disto, formou-se em direito no Paraguai, mantendo-se com seu comércio até os dias atuais:

Estamos desde 1970 aqui em Salto, quase não tinha casa aqui nessa avenida. Meu pai era lojista e já ganhou loja aqui, nesse mesmo ponto, na Queen Anne. Inicialmente foi eletrônico, calça Lee, jeans Lee, é *whisky*, gravadoras. Eram importadas.[...] No Paraguai as marcas são difíceis de você importar, são contratos de longo prazo, por exemplo, importação de trinta anos, então pra você é impossível. Na década de 1970 já eram as importadoras que distribuíram. Meu pai tinha loja em Asunción, ele tinha várias lojas, duas eram de roupas, de artigos esportivos, de camisetas e meias de futebol, bolas, calça jeans. Ele veio pra cá motivado pela margem de lucratividade, aqui era mais lucro do que lá. Naquela época eram brasileiros que vinham visitar as lojas, era coisa de 100 a 200 pessoas por dia, mas como tinha 3 ou 4 lojas, enchia as lojas.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Nesse período da construção da entrevista, o dólar estava mais alto que em momentos anteriores, quando comparado ao real, tendo pouco movimento de compradores pela cidade já há algum tempo. O dólar que circulava em Salto del Guairá estava em R\$2,42 no dia 24 de outubro de 2013.

<sup>86</sup> Edu, 50 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietário de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto com Eric G. Cardin. Arquivo de mp3 (30 minutos). Partes da fala do entrevistado traduzida durante a transcrição da gravação.

Já na década de 1970, observamos os relatos em torno da presença de importadoras vindas de Ciudad del Este para o fornecimento de bebidas, tal como o *whisky*, que era uma das mercadorias com maior fluxo de entrada do Paraguai para o Brasil por meios não legalizados. Da mesma forma, chamamos atenção para como tais mercadorias resultavam em uma margem maior de lucro por serem comercializadas na fronteira com o Brasil. O entrevistado relatou como isso foi um dos fatores que levaram seu pai a tentar comércio em Salto del Guairá com artigos diferentes dos experimentados em suas lojas anteriores em Asunción. Assim, a década de 1980 parece marcar a importância da presença da população brasileira no consumo de mercadorias nessa fronteira. Isso atraiu novos empresários, principalmente brasileiros, buscando possibilidades de acumulação com a abertura de lojas de importados.

O processo histórico de mudanças econômicas e incentivos desenvolvimentistas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, acompanhado da construção da Hidroelétrica de Itaipu na região em estudo, também influenciaram nas mudanças econômicas da região vivida por esses entrevistados. Assim como os próprios acordos econômicos de importação/exportação estabelecidos entre o Brasil e o Paraguai em 1974, a exemplo da fixação da cobrança de 15% *ad valorem* de imposto sobre uma lista de cerca de 500 tipos de mercadorias importadas que adentrariam o Paraguai oriundas do Brasil. Em 1981, o Paraguai estendeu este modelo de acordo para outros países com os quais realizava comércio. Parte da população local de Salto del Guairá precisou reorganizar sua relação com o trabalho e as mudanças em suas vidas.

Sobre o comércio com o Paraguai, Carlos Alberto, que trabalhou no posto de fiscalização da receita estadual nas proximidades do Porto Paragem, menciona como era realizado o seu trabalho na fiscalização interestadual e apresenta sua percepção de como esse porto era utilizado. O porto ficava em Guaíra, próximo à divisa fluvial entre o Brasil e o Paraguai e entre os Estados brasileiros Paraná e Mato Grosso do Sul. Havia diferentes tipos de agentes do Estado atuando no controle da fiscalização, tendo fiscais da receita federal, policiais federais, vigilância sanitária e fiscais estaduais num mesmo porto. Na fala de Carlos Alberto e na entrevista de Leão, percebemos como esses entrevistados misturavam parte de suas funções e precisavam encaminhar as irregularidades que não eram de suas competência aos colegas que dividiam o mesmo espaço de trabalho. Abaixo, Carlos Alberto relata uma de suas experiências nesse posto de fiscalização.

A gente controlava tudo, tanto industrializado, quanto in natura na época das colheitas, arroz e feijão. Mas o interessante que naquela época o contrabando era invertido, o pessoal tentava e pra cada ano tinha um tipo de mercadoria que era mais contrabandeada do Brasil para o Paraguai. O pessoal criava empresa lá do outro lado do Mato Grosso do Sul, com endereço, que tinha barzinho lá que o pessoal foi conferir e tinha recebido 300 a 500 toneladas de trigo. Mas na verdade eles só usavam aquilo lá porque era contrabandeado para o Paraguai. [...] Eram mercadorias in natura e industrializadas, primeiro foi o trigo, depois o arroz, depois tinha o prego, né? Cada época tinha uma mercadoria que era mais forte. Eu não lembro direito, mas em 1981 foi mais forte a época do trigo e do açúcar que eles descobriram, né? Eles passavam legalmente aqui pelo porto com a saída para o Mato Grosso do Sul, mas só que ao invés de descarregar lá no Mato Grosso, eles iam direto e levavam para o Paraguai. Foi aí que eles foram descobrir as empresas fantasmas, foi aí que foram ver que as empresas eram só barzinhos ou lanchonetes de beira de estrada.<sup>87</sup>

Carlos Alberto chama atenção para inversão, que ele percebia, do fluxo de “contrabando” no final de 1970 e o ano de 1981 e 1982, quando comparado esse período a períodos posteriores, em que eram apreendidas mais mercadorias transportadas sem a declaração dos impostos do Brasil para o Paraguai. O “contrabando”, fosse no sentido Brasil-Paraguai ou vice-versa, era um negócio lucrativo e sistematizado. Tratava-se de uma relação comercial não regulamentada entre os dois países, diferente da vivida por trabalhadores ou comerciantes locais envolvidos no transporte de mercadorias entre as cidades fronteiriças e as localizadas nas suas proximidades.

O entrevistado deixa entender que o trajeto seria feito entre estados brasileiros, sendo o mesmo desviado ao longo da travessia do Rio Paraná para aportar em Salto del Guairá em vez de Mundo Novo-MS. Esse trecho pode ser identificado como uma saída dos empresários envolvidos no “contrabando” para burlar a fiscalização. Também era comum os caminhões desembarcarem em Mundo Novo e entrarem em Salto del Guairá pela divisa seca em estradas sem fiscalização.

Conforme o entrevistado, essa prática era comum ainda antes da formação do Lago de Itaipu, e o controle sobre a navegação era realizado de forma menos intensa. Por tratar-se de um trajeto, reconhecido como porto legal onde a fiscalização estava presente, as mercadorias que seriam sonegadas ou contrabandeadas precisavam ser articuladas aos meios que permitissem burlar este escoamento na fiscalização. Era um tipo de relação que transitava

---

<sup>87</sup> Carlos Alberto. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíba-PR.

entre o legal e o ilegal, passando os postos de fiscalização na fronteira de forma regulamentada e adentrando ao Paraguai clandestinamente.

Esse “contrabando” de trigo e outros produtos com estas características citadas apresentou uma organização diferente das registradas nos casos de apreensão do café e do *whisky*, que costumavam fazer uso dos portos considerados clandestinos. Contudo, sua articulação envolvia um perfil comum de financiadores do “contrabando” como empresários e proprietários com capital necessário para investir em tal prática.

Para Carlos Alberto e outros entrevistados, o marco de aumento do “contrabando de mercadorias importadas” do Paraguai para o Brasil coincide com o período pós-formação do Lago de Itaipu. A respeito disso, ele enfatiza essa inversão do fluxo percebida em seu posto de trabalho:

[...] Aí em 1982 e 1983, começou o contrabando de verdade, aí começava a pegar contrabando de *whisky*, foi quando intensificou de lá pra cá. Foi no finalzinho de 1982 que começou o contrabando de quantidade pesada, aí estamos falando de contrabando mesmo, não aquele formiguinha do pessoal que ia e comprava algumas coisas, uma roupa, *whisky*, um radinho, esses contrabandos grandes, grandes mesmo começou nessa época mesmo, com a apreensão dos veículos com 500 caixas de *whisky*, a gente ia verificar que era carga de madeira, a gente ia verificar mais e num era carga de madeira, era só madeira por fora. Eles faziam os pregos certinhos como se fosse, mas dentro era carga de *whisky* [...].<sup>88</sup>

Na comparação feita pelo entrevistado, “o contrabando de verdade” do Paraguai para o Brasil, é lembrado para destacar a presença maior do trânsito não regulamentado de mercadorias industrializadas na fronteira, feito em grande escala e com a necessidade de investimento de capital. São mudanças decorrente dos acordos econômicos de importação/exportação entre o Paraguai e diversos outros países, combinadas às tentativas de empresários de burlarem regras de importação e cotas adotadas pelo Brasil com relação ao Paraguai na década de 1980.

Esse trânsito ilegal de mercadorias em maior escala servia para abastecer estabelecimentos comerciais em diversas regiões do Brasil. Um tipo de transporte e comércio

---

<sup>88</sup> Carlos Alberto, 61 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

não regulamentado com outro país, mobilizando caminhões e cargas de alto valor monetário, precisa ter uma alta lucratividade, já que o risco de apreensão em portos legais traria prejuízos financeiros para quem financiava esta prática e consequências penais para os trabalhadores mobilizados nisso. Era um tipo de “contrabando” que não conseguia ser organizado e financiado por aqueles sem poder aquisitivo de investimento.

Já o trabalho de “formiguinha” é resgatado pelo fiscal para diferenciar um tipo de trânsito e comércio na fronteira que os fiscais estavam rotineiramente acostumados a conviver nesses portos até o início dos anos 1980. O perfil do trabalhador envolvido como “formiguinha” no transporte de mercadorias na fronteira era o daquele que buscava meios de sobrevivência comercializando e transportando mercadorias voltadas para atender as necessidades de consumos locais e de cidades próximas à fronteira. Havia reconhecimento das práticas comuns de trânsito de mercadorias não declaradas para uso próprio ou comercialização em pequena escala, que não eram necessariamente o principal foco dos fiscais no período.

Sobre isso, é interessante perceber a própria leitura de valores, em uma situação narrada por Carlos Alberto, ao lembrar a reação de uma das pessoas repreendidas:

Os contrabandos que vinham eram a maioria de São Paulo, principalmente a farinha de trigo, prego e sabão. Tinha até o pessoal que fazia sonegação de sabão, em caminhão de frigorífico da sadia, porque a sadia que tinha esses caminhão furgão, eram terceirizados, mas só que usavam o logotipo da empresa. Era muito interessante, uma vez eu abrindo umas caixas de frango e achei sabão no meio dos frangos. Eu não entendi e perguntei, por quê? Aí o motorista perguntou:

\_Quantos que você paga na barra de sabão aqui?

Eu falei, ah uns R\$ 0,40 centavos, ele falou:

\_Lá custa R\$ 4,00 reais.

Aí, ele falou:

\_ Mas isso é pra tirar as despesas de viagem!

Mas a gente via pelas caixas que era muito, que gerava muito dinheiro. [...] Aqui era pouca gente que trabalhava com isto, era mais o pessoal de fora mesmo, só mesmo depois do fechamento do lago de Itaipú que começou o pessoal daqui, mas antes disso era o pessoal de fora mesmo que se estabelecia pra fazer o contrabando.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Carlos Alberto, 61 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

O sabão não era um tipo de mercadoria sob foco expressivo do Estado quanto ao controle de sua comercialização na fronteira. Contudo, também era a prática do descaminho e do contrabando de qualquer mercadoria. A repressão à quantidade de sabão descrita no relato ocorreu porque não se configurava legalmente como consumo, devido à grande quantidade e a falta de declaração para o pagamento dos impostos de exportação sobre a mercadoria. Esta era caracterizada por descaminho. A isto justificava-se a própria presença de fiscais nos portos legais na fronteira.

Embora os agentes do Estado se concentrassem na apreensão e divulgação do transporte de *whisky*, pneus e cigarros em grandes quantidades como algo ilegal. O motorista do caminhão transportando os sabão também tinha algum conhecimento sobre a legislação de comércio de fronteira para entender a ilegalidade de sua prática. Ele reconheceu isso ao esconder a mercadoria não declarada. Utilizou um conhecimento sobre a realidade vivida na fronteira para tentar acumular algum capital com o lucro obtido por meio da comercialização ilegal de mercadorias de consumo doméstico que apresentavam diferenças de valor entre os dois países. Contudo, para ele, sua trajetória e os valores construídos em meio a sua experiência não consideravam aquela prática como moralmente ilegítima. Perante a abordagem do fiscal, recorre à legitimidade de seu ato, afirmando a importância dela para a complementação de sua renda. Recorre a essa experiência de vida e trabalho acumulada na fronteira para tentar legitimar sua prática ao fiscal que o surpreende.

Sobre isso, a trajetória de vida de Joel, 48 anos, natural de Mercedes, ex-fiscal da receita federal e atualmente professor de física, nos permite perceber como os valores e costumes influenciam na leitura sobre o que é socialmente aceito no trânsito de pessoas e mercadorias na fronteira, mesmo quando fora da legalidade. Seus pais são naturais do Rio Grande do Sul, são pequenos proprietários rurais que migraram para essa região de fronteira no Paraná na década de 1960. Migraram atraídos pelos preços das terras, tendo contribuição para isso, os círculos de relacionamentos da família e o interesse em manterem-se ocupados no campo com melhores condições de vida que as experimentadas anteriormente.

Conforme Joel, sua família mudou-se para Guaíba aproximadamente em 1968, quando ele tinha três anos de idade. Viveram do trabalho no cultivo agrícola voltado para sobrevivência deles até os anos finais da década de 1970, quando ele tinha treze anos de idade. Precisaram migrar devido à doença do pai e as dificuldades de manutenção da sobrevivência da família no campo. Na cidade, com o pai doente e sem condições de garantir

o sustendo dele, dos irmãos e da mãe, Joel iniciou no trabalho de entregador de bebidas. Aos quinze anos passou a trabalhar em escritório e a mãe, em serviços gerais, pela prefeitura. Com 17 anos de idade ingressou no ensino superior privado. Para manter suas despesas, a mãe conciliava o trabalho de faxineira com a colheita de algodão.

Ele fez questão de enfatizar na entrevista que, socialmente, para ele, era difícil ver a mãe trabalhando como bóia-fria em favor dele, sem que ele a ajudasse. Assim, também conciliou o trabalho sazonal de bóia-fria com o de segurança e porteiro de prédio enquanto estudava. Após a conclusão do curso, trabalhou como professor e depois passou no concurso do Banco do Brasil, trabalhando como bancário até os 24 anos, idade em que passou no concurso para fiscal da receita federal. Atuou em diversos cargos na receita até 2010, ano em que foi demitido por improbidade administrativa.

Na longa entrevista realizada com Joel, ele relata uma experiência onde o fio condutor de sua narrativa são os trabalhos ocupados, recuperando quem eram seus pais e a condição de vida experimentada por eles. A releitura dele sobre sua trajetória de vida foi elaborada para justificar o seu posicionamento frente ao seu trabalho como fiscal da receita federal. Enaltecer aspectos pessoais tais como honestidade e uma vida árdua de trabalho que lhe garantiram ascensão econômica e social foi importante para ele contrapor os motivos do processo administrativo que o levou à exoneração.

Na fala de Joel, esse processo foi desencadeado por um “grampo telefônico”, colocado em alguns aparelhos após o assassinato de um colega de trabalho por contrabandistas paraguaios. Nesta conversa telefônica que teve com um amigo seu, proprietário de lojas de pneus em Salto del Guairá, seu amigo perguntava se pneus estavam sendo apreendidos ao passarem no posto de fiscalização da receita. De acordo com ele, nesse período haviam controvérsias nos regimentos sobre a permissão desta prática. No mesmo dia, esse amigo passou com um PlayStation ocultado no carro, sem declarar o valor excedente à cota, sendo o mesmo abordado e notificado pelos fiscais de plantão por descaminho. Joel fala sobre isso:

[...] Eu sou um cara revoltado com isto, porque na receita federal eu mexia com coisa pesada, eu pegava no mínimo 5 carros recheados de maconha por mês. Os meus colegas tinham medo, diziam que não iam mexer com isto porque alguém podia se vingar deles. Eu não, eu nunca peguei um CD pirata de ninguém. Eu nunca apreendi pneu de carro de ninguém, porque quando eu trabalhava na receita eu colocava pneu do Paraguai e o CD do meu carro

também era de lá. Isso não é sou eu, todos funcionários compram coisas lá. Porque eu posso e as pessoas não. Eu só avisava a pessoa que não podia, mas não tomava. Eu tenho o coração tranquilo com isso, isso me deixa com a consciência tranquila, porque eu não me interessava de pegar coisinhas, eu me interessava em apreender coisa pesada, que tem conseqüências sociais, como droga e armas.<sup>90</sup>

Na entrevista, Joel lidou com uma demissão acompanhada de sérias acusações que não conseguiram comprovar, além da improbidade administrativa. Em sua fala, enfatizou os valores construídos com base em sua trajetória de vida para justificar a legitimidade da forma como exercia o seu trabalho. Observa-se a necessidade dele afirmar sua leitura sobre as práticas de trânsito de mercadorias na fronteira, tentando passar o juízo de valor feito sobre a prática do trabalho na fronteira e a legislação. Ele sente a necessidade de fazer uso do registro da sua memória para construir sua defesa frente à acusação vivida.

A atuação do fiscal contava com a forma como a interpretação do trabalho na fronteira era feito com base em sua trajetória de vida e na realidade experimentada cotidianamente na atuação em um posto de fiscalização. Para muitos dos fiscais moradores há mais tempo nessas cidades fronteiriças, a relação com o controle dos trânsito dos trabalhadores envolvidos com o transporte e comércio de mercadorias na fronteira recebe interpretações com base na vivência das condições de vida experimentadas localmente.

A forma como o trabalho na fronteira esteve organizado entre os anos de 1940 e 1960 possuía características próprias resultantes de diversos elementos presentes na época; entre eles, o tipo de economia local marcada pelo trabalho rural e pela presença da empresa de exploração de madeira e erva-mate articulados às diferenças cambiais entre os países vizinhos. Além disso, implicava a forma como o Estado lidava com a fiscalização e controle das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina e a concepção e valores que eram construídos pelos sujeitos que lidavam com uma realidade específica de vida e trabalho na época citada. Nesse período, também observamos que há uma mudança significativa na forma como as relações com a fronteira e os países vizinhos são articulados.

Na década de 1940 houve o trânsito de mercadorias e pessoas voltado para atender as necessidades de consumo local. Também ocorreu a mobilização de vários trabalhadores na

---

<sup>90</sup> Joel, 48 anos, natural de Mercedes, ex-fiscal da receita federal e atualmente professor. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (138 minutos).

procura por formas de sobrevivência nas regiões de fronteira. Exemplo disso se tem na presença significativa de trabalhadores argentinos e paraguaios em Vila Guáira e o acesso a mercadorias necessárias para o consumo por meio das pessoas que transitavam entre a fronteira Brasil/Argentina e Brasil/Paraguai. O comércio de madeiras e erva-mate, legal ou não, envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina, também acontecia de forma intensa nesse período, sem um rígido controle de fiscalização por parte do Estado. A população local possuía uma percepção diferenciada sobre o transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira em 1940 das décadas seguintes. Transportar produtos agrícolas ou mercadorias industrializadas, fosse para uso doméstico ou para a comercialização, aparentemente não era percebida como crime.

Já entre as décadas de 1950 e 1970, os relatos indicaram uma presença maior da atuação do Estado no controle da entrada e saída do café entre o Brasil e o Paraguai. Essa presença trouxe mudanças na forma de leitura dos sujeitos entrevistados com relação ao que se configurava ou não como “contrabando”, ou mesmo ilegalidade no trânsito de mercadorias na fronteira. Embora o comércio de outros produtos agrícolas e de outras mercadorias estivesse presente, ele não era criminalizado como o café. A intervenção do Estado trouxe mudanças na leitura de valores e costumes feita pelos sujeitos que viviam nesse lugar. Relativamente a isto, os próprios costumes desses sujeitos foram resgatados enquanto faziam a leitura dessas mudanças, percebendo-se que, para a realidade de trabalho vivida na fronteira, as formas de trabalho e a possibilidade de melhores ganhos faziam-se de acordo com as poucas possibilidades existentes.

O fluxo maior de contrabando de café surge nas informações coletadas como sendo do Brasil para o Paraguai. Para muitos, a prática do transporte não regulamentado de café, tida como algo ilegal, era associada ao enriquecimento de pessoas que já possuíam melhor poder aquisitivo para investir em tal prática e ter maiores ganhos. No caso dos trabalhadores com menor condição financeira que aparecem nos autos criminais pesquisados, tais como os motoristas de caminhão, carregadores e ajudantes (declarando-se trabalhadores rurais), tal prática parecia representar uma renda muitas vezes complementar e/ou esporádica, para a manutenção de suas necessidades de sobrevivência e de suas famílias. O transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira apresentou significados diferentes para os entrevistados, dependendo da posição que os sujeitos ocupavam nas relações entre capital e trabalho.

Comercializar e transitar com produtos agrícolas que não sofriam repressão na fiscalização por parte do estado era encarado e entendido como algo legítimo para os costumes da maioria da população rural. Assim como, exercer o trânsito de mercadorias na fronteira para abastecer ao comércio de consumo local e de cidades próximas com produtos industrializados ou em natura, que não eram foco principal de controle por parte do Estado.

Os anos de 1970 e 1980 parecem expressar uma mudança significativa na forma como as pessoas passaram a lidar e interpretar o comércio de mercadorias na fronteira. Contribuiu para isto a mudança na configuração das mercadorias que passam a chegar a Salto del Guairá pelo processo de abertura econômica do Paraguai e ampliação de Ciudad del Este como centro comercial de entrada e saída de mercadorias importadas. Estas passaram a serem compradas pelos comerciantes de Salto del Guairá para atender as novas necessidades de consumo presentes nas cidades fronteiriças e próximas a essa região.

Houve uma mudança no abastecimento desse comércio, que deixou de ser gerido pelo trabalho de sacoleiro, exercido pela maioria dos proprietários de pequenas lojas, para ser de responsabilidade das importadoras. Estas, passaram a controlar a distribuição de mercadorias e terem maior influência sobre as definições das margens de lucros a serem estabelecidas pelos empresários. Houve alteração nas dinâmicas da economia local, possibilitando para aqueles que vivem nessa região de fronteira, maiores possibilidades de manobra quanto a ocuparem-se em atividades geradas pelo comércio.

Nesse comércio na fronteira Brasil/Paraguai observamos situações diferenciadas. Há o comércio de mercadorias no transporte entre os dois países feito à margem da legalidade, mas dependendo da aquisição de mercadorias ofertadas no comércio feito “legalmente” por lojas no Paraguai. Esse primeiro comércio citado é composto por trabalhadores que buscam ganhos com a compra e revenda dessas mercadorias, ou apenas compõe sua renda transportando as mesmas para um terceiro que as compra. Já os proprietários de lojas, são empresários com algum capital, que vivem da compra e revenda destas mercadorias de maneira parcialmente “regularizada” em seus estabelecimentos comerciais. As duas formas se inserem no processo de acumulação capitalista, porém, com posições diferenciadas. Os trabalhadores, com sua força de trabalho sendo explorada na contribuição da circulação destas mercadorias para grandes empresas, sendo muitos contratados por terceiros e, os empresários realizando um trabalho para si que também colabora com essa circulação.

No caso dos trabalhadores mobilizados no chamado “contrabando de café”, a exploração da força de trabalho torna-se mais visível por parte de seus contratantes. Estes são empresários e grandes produtores rurais de diversas regiões do país, que contratam tais trabalhadores por dia de trabalho, para o exercício de uma ocupação considerada legalmente como crime. No transporte não regulamentado de mercadorias há uma divisão social do trabalho mobilizando um tipo de ocupação que não é autônoma ao processo de exploração e acumulação capitalista.

Embora fique explícito o aumento do fluxo de mercadorias importadas que passam a entrar do Paraguai para o Brasil, coincidindo com o controle por parte do Estado voltado ainda para o café e o *whisky*, a economia local, baseada principalmente na agricultura, também continua a se articular e lidar com essa possibilidade de melhores ganhos com as diferenças cambiais e de controle entre os dois países. Foi o caso, por exemplo, de produções em menores escalas como a hortelã, o algodão e a criação de gado. Muitos produtores rurais passam a adquirir terras no Paraguai ou a plantar soja no Paraguai e vender no Brasil, ou vice-versa.<sup>91</sup> Além disso, percebemos fortes referências à entrada ilegal de agrotóxicos do Paraguai para o Brasil sem passar pelo controle das normas do Estado.

As mudanças econômicas regionais e o processo de formação do lago de Itaipu tiveram influência na leitura dos trabalhadores sobre as condições de vida experimentadas localmente para pensarem o envolvimento no comércio na fronteira como uma das formas de sobrevivência que lhes restavam. Houve ampliação da possibilidade de navegação entre os dois países e o aumento do transporte e comercialização de algumas mercadorias importadas para abastecer as cidades próximas e outras regiões do país. Essas alterações estiveram articuladas ao processo de mecanização do campo, mudança do tipo de cultivo agrícola e concentração de terras ocorridas no mesmo período nas cidades mencionadas, como será discutido a seguir.

---

<sup>91</sup> ALBUQUERQUE, José L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

## **1.2 Trajetórias de vida e trabalho dos vendedores e atravessadores de mercadorias em Salto del Guairá (1990-2015)**

Nas entrevistas realizadas com comerciantes, vendedores em loja, atravessadores de mercadorias e ambulantes envolvidos no comércio na fronteira em Salto del Guairá, examinamos suas trajetórias ocupacionais, conferindo ênfase às mudanças havidas no trabalho. Coube entender como essas pessoas envolvidas atualmente no transporte e/ou comércio de mercadorias entre Brasil e Paraguai compreendem e percebem sua relação com a fronteira. Com isso, identificamos se há diferenças e mudanças de valores presentes nas falas dos atuais trabalhadores sobre o trabalho e o comércio na fronteira, quando comparadas às interpretações dos sujeitos mais velhos já citados.

O primeiro elemento a ser destacado é o deslocamento desses trabalhadores para a região de fronteira, a exemplo dos processos migratórios que marcaram o Brasil durante o período de 1940-1980. Aliás, a movimentação de trabalhadores para esse pedaço da fronteira compõe a história demográfica nacional. Essa experiência social está presente principalmente na fala de trabalhadores já mencionados como Nara, que se mudou repetidas vezes junto com a família. A entrevista com Marco Antônio, 87 anos, natural de Santo Antônio do Jardim-SP, expressa esse processo de mudanças a partir de 1940.

De acordo com Marco Antônio, seu pai foi atraído pela possibilidade de acumular algum dinheiro com a oferta de serviços na extração de madeiras nobres em Londrina na região norte do Paraná, bem como retornar para sua cidade no Estado de São Paulo, por volta de 1936. Em meio às condições de vida experimentadas, o pai proporcionou a vinda da família e o envolvimento com o cultivo do café no Paraná nos anos de 1940. Ao mencionar uma das primeiras ocupações experimentadas na agricultura após a migração para o Paraná junto aos seus pais em lavouras de café, Marco Antônio reforçou a necessidade da construção de saberes em torno dessa atividade praticada para o sustento da família. Eles se mantiveram ocupados como “colonos” no cultivo do café em algumas cidades ao norte do Paraná, como Uraí, migrando para a região oeste do Paraná por volta de 1950. Marco Antônio se manteve com a mesma prática agrícola realizada junto à família até 1961, ano em que se estabeleceu em Guaira-PR.

Conforme Marco Antônio, essa região de fronteira que compreende a atual cidade de Guaíra possuía terra de menor valor quando comparada às cidades próximas. Por isso, quando casado, buscou fixar-se nessa região, o que implicou mudanças na forma de trabalho devido ao novo aprendizado exigido pelos tipos de cultivos agrícolas possíveis na cidade, pois como mencionou, “[...] era assim, tocava lavoura de café, depois vendemos lá e viemos pra cá. Mas como aqui não tinha como plantar café, plantava arroz nos banhados, plantava milho, feijão, algodão, de tudo um pouco[...]”.<sup>92</sup>

Como já observado, as forma de viver pautadas no campo entre meados de 1930 e 1940 e trazidas pelas lembranças de Marco Antônio ao recompor parte de sua trajetória de vida também se relacionavam com os tipos de práticas, trânsito de pessoas e trocas de mercadorias entre a fronteira Brasil-Paraguai. O cultivo agrícola do café por colonos relacionava-se à predominância da produção rural, principalmente ao norte e noroeste do Paraná. Os grandes proprietários de terras e das produções realizadas por famílias de colonos, eram, por vezes, aqueles com poder aquisitivo para organizar e financiar o “contrabando de café” para o Paraguai. Como mencionado anteriormente nas entrevistas de Piazza e Leão, isso dependia da possibilidade de haver vantagens econômicas ou não no período de comercialização.

Já com as mudanças vividas nos anos de 1970 e 1980, observa-se os sujeitos expressando o sentimento de perda das condições de permanência em suas formas de viver no campo anteriores às mudanças nas dinâmicas regionais e locais de acumulação do capital na região. Sentimento comum para muitos trabalhadores da Região Oeste do Paraná, que também viram seus antigos modos de viver e trabalhar sendo modificados ou simplesmente destruídos com o processo de mecanização do campo<sup>93</sup>. A interpretação de Marco Antônio traz como a redução de pequenas propriedades esteve relacionada ao processo de formação do Lago de Itaipu, que atingiu sua propriedade e a de muitos dos seus vizinhos. De acordo com ele,

---

<sup>92</sup> Marco Antônio, 87 anos, nacionalidade brasileira. Pequeno proprietário rural, aposentado e morador próximo a porto clandestino em Guaíra-PR. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (51 minutos).

<sup>93</sup> A este respeito, conferir Antônio de Pádua Bosi e Rinaldo José Varussa. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: Trajetórias de pesquisa. In: ALMEIDA, P. *et al.* **História, Poder e Práticas Sociais**. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2006.

[...] ali antes de encher o rio era cheio de vizinho. Era 1 alqueire, 2 alqueire, era gente pra tudo lado. [...] Agora, roça pequena num tem jeito mais, você pode até plantar, mas pra vender as coisas é a maior dificuldade. Antes tudo que a gente plantava, vendia, era amendoim, mamona, hortelã [...]. Mas também o serviço de roça num tem mais pra você trabalhar, né? Acabou. Você num encontra mais um cara com enxada nas costas andando que nem nós, agora é essa anarquia aí, eles andam é com o celular na boca avisando como é que tá a polícia. E enxada mesmo, não sobra, num tem pra turma trabalhar.<sup>94</sup>

Embora a redução de propriedades rurais também esteja ligada ao alagamento de parte destas propriedades para a construção da barragem utilizada pela hidroelétrica Itaipu, observa-se que entre as décadas de 1970 e 1980 houve uma mudança significativa na produção agrícola, que repercutiu na proporção da força de trabalho ocupada no campo. Conforme dados do IBGE, em Guaíra, foram alagadas 446 pequenas propriedades rurais e 25 urbanas. Constatou-se que a redução de 470 propriedades rurais do total de 2.964 representou 10% na queda relacionada entre 1970 e 1985, de modo que o principal fator que levou à diminuição no número das propriedades agrícolas (e a consequente concentração de terras) foi a alteração das culturas produzidas na área rural entre as décadas de 1970 a 1980, que indicou 43% dessa redução das propriedades.<sup>95</sup> No mesmo período, observaram-se mudanças significativas no tipo de cultivo agrícola após a substituição do cultivo de hortelã, algodão e produtos de subsistência, antes produzidos em pequenas comunidades, dentro da esfera doméstica e da pequena propriedade. Estes foram substituídos pela monocultura de soja, trigo e milho que, cultivados em grande proporção, criaram a dependência da utilização de maquinários tais como colheitadeiras e tratores, além do uso extensivo da terra.<sup>96</sup>

Paralelo ao encolhimento do trabalho no campo, Marco Antônio propõe uma compreensão acerca das mudanças na economia local que combina julgamentos de ética, de crenças e de valores sobre o “contrabando”. Seu mundo parecia estável desde a compra da propriedade em Guaíra na década de 1960. Em menos de quatro décadas ele vê seu mundo desfigurar-se. Aliás, é, portanto, nesse lugar, na Vila Santa Clara<sup>97</sup>, que observa o tráfico de

<sup>94</sup> Marco Antônio. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>95</sup> FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores**: um estudo sobre as vendedoras de produtos por catálogo Avon e Natura. Marechal C. Rondon. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Marechal C. Rondon, UNIOESTE, 2009. p. 67-70.

<sup>96</sup> Idem. p.70.

<sup>97</sup> Por tratar-se de uma região periférica da cidade, composta por uma população de baixa renda e de acesso fácil às margens do Rio Paraná, que faz divisa com Salto del Guairá, é visível ao observador que passar um determinado tempo no local, o grande fluxo de jovens trabalhando como bandeirinhas em favor do transporte

armas, cigarros, carros furtados, enfim a vibração oculta da economia na fronteira que mobiliza muitos trabalhadores. A perspectiva de Marco Antônio opera numa sintonia histórica absolutamente crítica que opõe simbolicamente a enxada ao celular numa tentativa de denunciar como perda o envelhecimento do seu modo de vida. Ali naquela região ele prosperou por quase 30 anos e depois cedeu passagem a uma economia de mercado escorado no comércio "ilegal" de mercadorias.

Não à toa Marco Antônio ataca o celular, materialização dos novos tempos. Uma análise formal de sua narrativa nos ajuda a pesar o contexto no qual introduziu o uso do celular, útil para delatar a presença policial durante as atividades de “contrabando”: “agora é essa anarquia aí, eles andam é com o celular na boca avisando como é que tá a polícia”.<sup>98</sup> E subliminarmente a essa ridicularização, notaremos a associação entre a ocupação do trabalhador e o celular, oposta à enxada, ferramenta milenar que carrega consigo a ideia de trabalho produtivo e honesto. Como pode, na roça, a Marco Antônio, essa tecnologia servir tão pouco? Nesse contexto, como pode a enxada ser ética, moral e economicamente superior ao celular? Tendo seu modo de vida sido golpeado, Marco Antônio precisa de símbolos para expressar a perda de seu grupo social e a relação de trabalho que está a lhe substituir.

Para Marco Antônio, a formação do Lago também proporcionou um aumento significativo do “contrabando” na região onde mora, pois facilitou a navegação entre o Brasil e o Paraguai naquele trajeto.

Nós fomos desapropriado em 1982, mas naquele tempo, antes disso tinha uma barca que passava, mas era café, só que tinha uns redemoinhos na água que enxergava até o fundo, pra poder passar tinha que saber navegar. Então era pouco que passava, tinha uns 3 ou 4 só, porque tinha que saber [...] Aqui nessa vila agora, que sobrou, quase todo mundo que mexe com essas coisas, só quem num mexe é nós.<sup>99</sup>

---

ilegal de mercadorias na fronteira Brasil/Paraguai. É uma localidade fortemente estigmatizada pela prática de contrabando e pela violência. Esse bairro também é composto por muitos pequenos proprietários rurais e moradores que são pescadores e, também, tiveram mudanças em seus modos de vida com a formação do lago de Itaipu.

<sup>98</sup> Marco Antônio, 87 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>99</sup> Idem.

Para ele, ao serem reduzidos os obstáculos físicos que existiam entre navegação na fronteira, houve maior concentração e fluxo de barcos, carros e motos na localidade onde reside. No entanto, cabe enfatizar que tal fluxo está articulado às mudanças econômicas regionais e ao processo de acumulação capitalista que envolve o comércio na fronteira Brasil/Paraguai. A própria ampliação da quantidade de mercadorias importadas e do interesse de serem comercializadas para o lado brasileiro ampliou o envolvimento de trabalhadores em práticas de transporte, travessia, estoque, olheiros, entre outras funções ampliadas com o aumento do transporte e comércio de mercadorias não regulamentados e de pessoas ocupadas nesse comércio. Entre eles, o próprio trabalho de navegação no Rio Paraná tornou-se mais fácil para aqueles com menor experiência e conhecimento sobre navegação, sendo a possibilidade de comercialização mais acessível a outros sujeitos. Essas mudanças econômicas possibilitaram também um processo de concentração de renda para os envolvidos com determinadas atividades de transporte não regulamentado ou "ilegal" de mercadorias na fronteira que geravam maiores lucros, tais como pneus, cigarros, drogas e armas. Esses "empresários" precisaram ter certo capital e contatos para conseguir ingressar e permanecer nisso.

Em meio a esse contexto, Marco Antônio também tenta afirmar o seu lugar nesse contexto de mudanças, destacando que, embora houvesse possibilidade de ganhos mais rápidos e rentáveis, ele e sua esposa continuaram como trabalhadores rurais. O entrevistado faz isto com base em seus valores e costumes, mas indicando que os mesmos não são estáticos, pois avalia que, embora discorde dessas práticas, não há muitas oportunidades para os jovens no trabalho rural e outros serviços, como houve um dia para ele.

A concentração de terras combinada à mecanização do campo e, conseqüentemente, à redução das pequenas propriedades rurais, empurrou muitos dos trabalhadores rurais para as cidades à procura de condição para a sobrevivência. Cada um, de acordo com as condições experimentadas, buscou socorro em ocupações urbanas como a ocupação de pedreiro e doméstica, ocupações presentes no setor de serviços. Já outros, baseados não apenas na necessidade de sobrevivência, mas nos seus valores e costumes, recorreram ao comércio e transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira.

As mudanças no campo mencionadas até o momento influenciaram a vida e o trabalho da população local dessa região de fronteira. Sobre isso, Teresa Itsumi Masuzaki (2013) analisa os dados estatísticos levantados sobre o censo demográfico de 1970 a 2010, com base

no banco de dados SIDRA, indicando esta inversão da população residente no campo e na cidade. De acordo com a autora, “em 1970 em Guaíra a população era de 32.875 habitantes, desses 65,74% residiam na área rural”<sup>100</sup>, ocorrendo, no ano de 1980, uma inversão entre a população rural e urbana, quando dos 29.170 habitantes, 67% passam a residir na área urbana. Conforme observa Teresa Itsumi Masuzaki (2013), tal população diminui em consequência do processo de modernização da agricultura em todo Brasil e a inundação de pequenas propriedade ocasionada pela construção da Hidroelétrica de Itaipu. Isso culminou na migração de alguns desses pequenos proprietários rurais para outros lugares.

Ainda, Teresa Itsumi Masuzaki (2013) organiza dados sobre o ano de 1991, indicando a presença de cerca de 30.000 habitantes, estando 75% desse total residindo na área urbana. Já em 2000, ocorre uma redução ainda maior da população residente na área rural (para 13%) enquanto que há cerca de 87% morando na área urbana. Para ela, essa média da população residente na cidade mantém-se no ano de 2010, quando há um aumento da população para 30.704, aumentando para 92% o número de habitantes fixados na área urbana da cidade<sup>101</sup>. A autora avalia que o aumento da população na área urbana levou muitos trabalhadores a recorrerem ao trabalho pendular em lojas de importados, em Salto del Guairá, quando também houve o aumento do fluxo comercial nessa cidade, no mesmo período.

Em encontro a isto, conforme pesquisa que realizamos em 2007 sobre a População Economicamente Ativa em Guaíra - PEA, tal inversão também é continuamente acompanhada pelo crescimento da população envolvida em ocupações urbanas, entre os anos de 1970 e 2000<sup>102</sup>. Uma das características mais importantes na configuração da classe trabalhadora de Guaíra é expressa numa inversão crescente entre a população residente e ocupada no campo e na cidade, em favor desta última. Além disso, muitos trabalhadores migraram para a área urbana, mas continuaram a trabalhar no campo, nas poucas ocupações rurais ainda

---

<sup>100</sup> MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá** – Paraguai. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> As ocupações urbanas foram especificadas pelo IBGE como: Atividades industriais; Indústria de transformação; Indústria da construção civil; Comércio de mercadorias; Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas; Alojamento e alimentação; Transporte e comunicação; Serviços auxiliares de atividades Econômicas; Prestação de serviços; Administração pública; Serviços domésticos; Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, dentre outras atividades. O setor de serviços é o que mais absorvem estes trabalhadores na cidade, aproximadamente 80% da população economicamente ativa, sendo a maioria delas informais e não aparecendo nesses dados oficiais pesquisados. A produção agrícola ainda é importante para a economia da cidade, mas sem absorver uma proporção tão significativa de força de trabalho, quanto o setor de serviços. FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores**: um estudo sobre as vendedoras de produtos por catálogo Avon e Natura. Marechal C. Rondon. Dissertação (Mestrado em História) – Marechal C. Rondon, UNIOESTE, 2009. p. 65-66.

mobilizadas, como é o caso de bóias-frias trabalhando sazonalmente na colheita de algodão ou mandioca.

Essa situação da inversão entre a população rural pela urbana não é um fenômeno exclusivo de Guaíra, mas fez-se presente em diversas outras cidades do Brasil. Houve casos em que tal inversão combinou-se à intensa redução do número de habitantes que, na busca por melhores condições de vida, migraram para outras localidades, como foi observado por alguns pesquisadores, este é o caso da cidade de Mundo Novo-MS. Ainda de acordo com a pesquisa realizada por Tereza Itsumi Masuzaki (2013),

Em Mundo Novo, não há dados da população no ano de 1970. Em 1980 a população total do município era de 31.156 habitantes, 48% da população residiam na área rural. De 1980 para 2000 a população sofre uma redução de quase 50%. A zona rural e a zona urbana apresentam redução no número da população nesse período, principalmente a população da área rural que sofre uma diminuição de 86,25%. Conforme Silva, Tondo e Lima (2009) a colonização do Município de Mundo Novo surgiu com o projeto do governo militar, voltado para a ocupação das áreas de fronteira. Sua colonização teve como características pequenas propriedades de terra e uma economia predominantemente agrícola. Com a modernização da agricultura, houve o aumento do contingente de desempregados, que ao contrário do que aconteceu no município de Guaíra, grande parte da população que correspondia a 31.165 habitantes se deslocou da cidade em direção a outras localidades em que a agricultura se expandia, como o Paraguai e outros estados brasileiros como: Mato Grosso, Acre, Rondônia e Amazonas.<sup>103</sup>

Esse estudo da autora expressa como as mudanças nas estruturas econômicas vividas por essas cidades influenciaram, em certa medida, os rumos tomados e os tipos de ocupações que essas pessoas passaram a ocupar ao migrarem. Para a autora, muitos destes trabalhadores de Mundo Novo, também buscaram sobrevivência em ocupações geradas pelo comércio em Salto del Guairá/PY. No caso dessa última cidade, o processo de mecanização combinado à monocultura da soja também esteve presente. De acordo com a Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC/STP)<sup>104</sup>, Salto del Guairá esteve caracterizada até o

---

<sup>103</sup> MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

<sup>104</sup> DGEE/STP, dados referentes ao ano de 2007. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>>. Acesso em: 04 out. 2010.

ano de 1997 por possuir uma parte significativa de sua população de 12.000 habitantes vivendo e trabalhando no campo. Conforme Teresa Itsumi Masuzaki (2013),

Salto Del Guairá em 1992 tinha uma população de 15.809 habitantes. A população decresceu significativamente entre 1992 e 2002, cerca de 3,4% ao ano, atingindo um patamar de 11.298 pessoas. (DGEEC, 2002) O processo de desterritorialização ocorreu devido à expansão da soja no município e devido às pastagens que ocupam as áreas com solos já desgastados. O processo de concentração de terra e a produção da soja seriam responsáveis pelo decréscimo demográfico em Salto Del Guairá. Em 1992, aproximadamente 70% da população de Salto Del Guairá residia na área rural e, em 2002, esse percentual decresceu enormemente, passando para 39% do total de residentes do município. Em contrapartida, a proporção da população residente na área urbana aumentou no período considerado, passando de 31%, em 1992, para 61,2% em 2002. (DGEEC, 2002).<sup>105</sup>

Nos dados referentes às três cidades estudadas há em comum uma inversão da população residente e ocupada entre o campo e a cidade em benefício desta última. Também observa-se que a partir da década de 1970 há um contínuo processo de mecanização do campo e monocultura da soja, que implicaram mudanças na configuração da população economicamente ativa destas cidades.

Desta forma, observa-se que para parte dos trabalhadores que vive nessa região de fronteira, ocupar-se em trabalhos considerados informais tem se apresentado como uma forma de tentar garantir sobrevivência, permanecendo como moradores dessa região. Embora os dados estatísticos não expressem as experiências vivenciadas pelos trabalhadores ao longo desse processo de mudanças que repercutem e interagem com a vida desses sujeitos, eles nos ajudam a compreender minimamente um desenho de como esta economia local sofreu alterações e provocou transformações na vida destas pessoas ao longo dos últimos 40 anos.

Na década de 2000, a prática crescente de atividades comerciais em Salto del Guairá, relacionadas à venda de produtos importados pelo Paraguai de países como China, Coreia e Indonésia, é apresentada pelos meios de comunicação locais como decorrente de diversos

---

<sup>105</sup> MASUZAKI, op. cit.

aspectos.<sup>106</sup> Entre esses aspectos está o aumento de fiscalização na fronteira entre Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Leste/PY na década de 2000, o que causaria o deslocamento dos compradores para a fronteira entre Guaíra e Salto del Guairá, por ser ela uma fronteira considerada de fiscalização menos rígida quando comparada à de Foz do Iguaçu.<sup>107</sup> Outro aspecto é atribuído à construção da Ponte “Ayrton Senna” em 1998 entre Guaíra/PR e Mundo Novo/MS, que, de certa forma, contribuiu com o acesso rodoviário do Paraná a Salto del Guairá/PY.<sup>108</sup> Além desses, outro fator que tem contribuído significativamente para esse crescimento do comércio em Salto del Guairá é a baixa do dólar em meados da década de 2000 a 2010 em comparação à moeda brasileira.

Tal crescimento do comércio de mercadorias entre Guaíra e Salto del Guairá pode ser observado principalmente entre os anos de 2006 e 2010, pela quantidade de novas lojas, galerias e *shoppings*, bem como pelo aumento do número de vendedores ambulantes que se têm estabelecido na Avenida Paraguay e suas respectivas ruas paralelas em Salto del Guairá. De acordo com o jornal Paraná On-Line, “Em 2006, cerca de 200 lojas trabalhavam com a venda de produtos importados. Em 2010, esta cifra subiu para algo em torno de 1,3 mil estabelecimentos”<sup>109</sup>. Quem vive nessa fronteira e usa o espaço comercial de Salto del Guairá com frequência, observa que este crescimento não cessou, mas intensificou-se ao longo de 2010 e 2014 pelo aumento visível de lojas em espaços que antes não haviam imóveis e nem habitações.

Associados a esse crescimento estão diversos conflitos sociais. Há trabalhadores locais buscando sobrevivência neste comércio e há um grande número de trabalhadores brasileiros que têm se deslocado diariamente de Guaíra/PR e Mundo Novo/MS para Salto del Guairá/PY

---

<sup>106</sup> Autor não identificado. **Salto del Guairá a que mais cresce em Paraguai.** *O Paranazão*. 13 de novembro de 1996. p.7. Arquivado entre a Edição nº. 01 e 50.

<sup>107</sup> EDITORIAL, sem autor. **Brasil e Paraguai intensificam fiscalização na fronteira.** PARANÁ ON-LINE. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

<sup>108</sup> Antes da construção da ponte, a travessia entre Guaíra e Salto del Guairá era realizada somente por embarcações. A travessia até Salto del Guairá continua sendo feita por balsas, que demoram cerca de 30 minutos para concluir o trajeto. Nesse trajeto, as pessoas passam pela aduana da Receita Federal do Brasil, localizada próxima ao Porto Sete Quedas, na barranca do Rio Paraná em Guaíra. Outro trajeto é o acesso de Guaíra/PR a Salto del Guairá por meio da travessia da Ponte “Ayrton Senna” e passando primeiramente cerca de 8 km pelo estado do Mato Grosso do Sul, para depois chegar a Salto del Guairá/Paraguai. Nesse acesso pela ponte, a aduana da Receita Federal está localizada numa extensão de terra que pertence à cidade de Mundo Novo/MS. Também há um posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal na margem da Ponte “Ayrton Senna”, do lado de Guaíra/PR.

<sup>109</sup> EDITORIAL, sem autor. **Lembranças da ditadura.** PARANÁ ON-LINE. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

a fim de trabalharem como vendedores em lojas ou em *shoppings*, bem como em outras atividades ligadas ao transporte e à comercialização de mercadorias entre um país e outro.<sup>110</sup>

Sobre isso, cabe mencionar que diferentemente de Ciudad del Este, referência de espaço para compras realizadas por “sacoleiros” no Paraguai para a revenda das mercadorias em diversas cidades do Brasil, Salto del Guairá é apresentada pelos meios de comunicação locais como centro comercial que, até o momento, tem atendido além de “sacoleiros”, os chamados “turistas-turistas”, principalmente.<sup>111</sup> Assim, uma das justificativas para o aumento do número de trabalhadores de Guairá e Mundo Novo, que se deslocam diariamente para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá/PY tem sido apresentada como consequência de o público consumidor ser oriundo do Brasil.<sup>112</sup> Esse também é um argumento utilizado principalmente por parte dos lojistas ao darem preferência à contratação de pessoas de origem brasileira, em desfavor da origem paraguaia, para trabalharem como vendedores em lojas.<sup>113</sup>

Nesse sentido, Salto del Guairá também mostra-se como um espaço onde algumas pessoas buscam ou procuram melhores remunerações ou possibilidades de trabalho, quando não representa, ainda, uma das últimas saídas para sobrevivência. A entrevista com Baldocchi, natural de Salto del Guairá, 34 anos, jornalista<sup>114</sup>, nos indica a percepção de um morador que vivencia essas mudanças e trabalha com a produção e divulgação de informações, contribuindo com a construção de uma memória sobre essa cidade.

Baldocchi é natural de Salto del Guairá, sendo o pai de nacionalidade paraguaia e a mãe brasileira. De acordo ele, foi alfabetizado em Guarani e Espanhol e, aprendeu o Português com a mãe e com os moradores locais. Todos os seus estudos foram no Paraguai, sendo que com 14 anos já passou a fazer cursos de jornalismo. Posteriormente ingressou no exército e, após os 18 anos, deslocou-se a Asunción, onde concluiu seus estudos em jornalismo, sendo financiado pela empresa que trabalhava em Salto del Guairá. Sua trajetória é marcada pelo trabalho com comunicação, tendo se envolvido no trabalho rural com a família

---

<sup>110</sup> A pesquisa de campo realizada pela autora e a pesquisa feita por Teresa Itsumi Masuzaki, em 2010 e 2013 também indicam isso.

<sup>111</sup> Esse é o termo utilizado pelos comerciantes de Salto del Guairá para definir os sujeitos que se deslocam de diversas cidades do Paraná e de outros estados, tais como São Paulo e Santa Catarina, para comprar esporadicamente mercadorias destinadas a usos pessoais.

<sup>112</sup> Autor não identificado. **Salto del Guairá se projeta como opção turística.** Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br>>. Acesso em: 7 mai. 2011.

<sup>113</sup> Isso será problematizado ao longo do terceiro capítulo.

<sup>114</sup> Escreve na coluna sobre Salto del Guairá no Jornal *Rio Paranação* de Guairá, no Diário *Última Hora*, é radialista na Rádio *Tricolor* de Salto del Guairá e colunista no Jornal *ABC Color* de Asunción.

até o ingresso no quartel. Hoje atua mais especificamente no jornalismo investigativo, cobrindo notícias relacionadas ao crime e “contrabando” na fronteira. Conforme a leitura feita por ele,

No último censo que foi feito em 2002, detectou-se que na zona rural e na zona urbana da cidade, os dois juntos formava um núcleo de 12.000 pessoas morando e trabalhando na cidade e no campo. Hoje, (2012) a gente está em uma média de 56.000 pessoas concentradas na cidade. Com dez anos estamos com um crescimento demográfico de quase quatrocentos por cento, logo essas pessoas não são do Salto, são migrantes. É um dos maiores fenômenos de crescimento depois de Ciudad del Este, quando abriu-se a ponte da amizade e decretou-se uma zona franca. [...] Porque aqui não houve só uma migração interna do Paraguai para o Paraguai, de outras regiões do Salto, como também teve do Brasil. Eu conheço muita gente, inclusive eu ajudei muita gente a se documentar aqui no Paraguai. [...] Quanto à estrutura física, a cidade não consegue suportar essa quantidade de pessoas. Falta água e luz todos os dias. As lojas se mantêm, porque usam geradores e reservatórios. [...] Quer dizer se a senhora me pergunta de cambio, eu vou falar que as mudanças foram radicais. Hoje em dia, o Salto, ela é a responsável estrutural do Mundo Novo-MS, por exemplo, em Mundo Novo, se você fizer uma investigação, como a gente fez pra um jornal brasileiro, no Mundo Novo há um crescimento de 80% em matéria de construções, se a senhora for ver lá na prefeitura, eles vão te dar estes dados. Outro dado importante de Mundo Novo é que essas construções são modernas, não é que foram feitos barracões ou casas, mas sim mansões. Há uma vila que é chamada de Vila Paraguai, há um conjunto de aproximadamente 40 mansões, todas elas por árabes, chineses, brasileiros e paraguaios que estão morando lá e tendo a loja aqui, ou trabalhando aqui.<sup>115</sup>

Baldocchi busca na ênfase das estimativas relacionadas ao aumento populacional de Salto del Guairá argumentar que esse crescimento econômico e populacional teve impacto na vida dos moradores locais porque não foi acompanhado de uma infraestrutura adequada. Tal crescimento esteve combinado a uma desigual distribuição e concentração de renda gerada pelo processo de exploração capitalista nessa fronteira.

Para alguns, com capital necessário para investir e a articulação com contatos para permanecer nesse mercado, o comércio na fronteira foi experimentado como possibilidade de acumular capital. Diferentemente da situação vivida pela maioria dos trabalhadores pesquisados, principalmente os de nacionalidade paraguaia, que vivenciam a exploração de

---

<sup>115</sup> Baldocchi, 34 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá/PY, jornalista. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto com Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (30 minutos). Alguns trechos da entrevista foram traduzidos na transcrição.

sua força de trabalho nesse comércio e o impacto deste processo de acumulação em suas vidas como moradores de Salto del Guairá.

O impacto que este crescimento comercial gera nas cidades, movimentando o mercado imobiliário e o ramo da construção civil, é algo gritante aos olhos de um morador de uma destas cidades fronteiriças. A movimentação deste ramo tem sido observada em Guaíra e Mundo Novo, sendo as maiores construções e investimentos feitos por empresários locais que possuem lojas, importadoras e diversos tipos de atividades comerciais que envolvem o trânsito de mercadorias na fronteira com o Paraguai. No entanto, isto carece do levantamento de alguns dados estatísticos que não são facilmente coletados quando envolvem os investimentos no lado brasileiro e paraguaio por parte dos empresários com negócios em Salto del Guairá.

Entre as fontes sobre o assunto, estão as falas dos próprios proprietários de lojas entrevistados, que enfatizaram os bens adquiridos com os empreendimentos em Salto del Guairá e também no Brasil, como é o caso da entrevistada Nara, ao mencionar sobre os negócios da família:

“[...] comprou por U\$ 500.000,00 mil dólares cada loja no Shopping Mercosul, mas pra ficar daquele tamanho teve que comprar 6 ou 8 lojas. [...] Quando meu marido morreu, ele me deixou uma casa linda, todos os filhos com casa, carro e estudos trabalhando muito. E ainda tem os apartamentos que construímos aqui”.<sup>116</sup>

Entretanto, para os grandes investidores, o capital gerado e acumulado nessa região de fronteira destina-se a outros tipos de investimentos para além dos visíveis localmente. As falas de muitos dos entrevistados e a própria observação do aumento populacional de vendedores ambulantes e trabalhadores braçais na construção civil em Salto del Guairá indicam uma grande migração de trabalhadores de cidades próximas do interior do Paraguai, principalmente trabalhadores rurais, buscando melhores condições de trabalho e vida em Salto del Guairá. Entre eles, trago novamente a interpretação de Baldocchi, como morador de Salto del Guairá. Sobre isto,

---

<sup>116</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

Sabe, eu não sei se você tem algum parente, ou amiga, que foi pra Portugal ou pra Espanha? Tá, eles comentaram a dificuldade de moradia, de alimentação, de vestimenta? Aqui é a mesma coisa. Uma das pessoas que vêm da região de São Pedro, uma das regiões mais pobres do Paraguai, eles tem um custo de vida muito baixo, devido a terem um recurso percapita muito baixa, quer dizer, eles vivem com 200 a 300 mil guaranis lá, já vivem por mês, porque vivem da agricultura, combinado com algumas vendas e com alguns trabalhos fora do seu habitat. Aqui eles precisam de no mínimo 1 milhão de guaranis no mês para viver, uma pessoa. Então, o quê que eles fazem, eles vêm e alugam um quarto três por quatro, colocam camas beliches, umas três daquelas com 6 pessoas dormindo. Então, eles vem de tarde, elas saem trabalhar sete horas da manhã, comem na rua qualquer coisa, ou então pagam uma senhora pra cozinhar pra eles e pagam marmiteix que levam no trabalho deles. Eles vem seis horas, e entram naquele quarto quente, sem ventilação, sem privacidade, eles vem só pra tomar banho, sair novamente na rua pra comer alguma coisa e quando é umas 10 horas que está mais fresco, eles só vem dormir. Este é um sacrifício que eles fazem. A maioria deles vem e trabalham 1 ano, juntam dinheiro e voltam pra sua cidade. Porque em Salto é suficiente 1 ano, pra você ter uma infraestrutura econômica, pra você ir e se desenvolver, pra você levar o capital pra outros lugares, onde o custo de vida é muito mais baixo que aqui. Então Salto hoje é visto como um país europeu pra ele, onde você vai vim e trabalhar, ganhar o seu dinheiro e você vai voltar e investir no seu município, na sua cidade, onde você mora.<sup>117</sup>

A fala de Baldocchi busca enaltecer a importância econômica de Salto del Guairá quando comparada a outras cidades do interior do Paraguai, ao mesmo tempo em que busca justificar as péssimas condições de vida dos trabalhadores migrantes do interior do Paraguai em Salto del Guairá. Para o entrevistado, o reconhecimento das más condições de moradia e alimentação desses migrantes em Salto del Guairá é avaliado como um sacrifício necessário para aqueles que migram para esta cidade à procura de melhorar suas vidas com o trabalho no comércio e o retorno às suas respectivas cidades de origem. Para tanto, legitima sua fala, comparando a vida desses trabalhadores migrantes em Salto del Guairá com a experiência de outros trabalhadores imigrantes em países de capitalismo central.

É possível pensar este tipo de migração provisória como um mecanismo acidental de transferência de renda no Paraguai. Sabe-se que o capital acumulado em Salto del Guairá é acumulado e concentrado entre os próprios lojistas e importadores. Quando evade desse circuito, parte de seu destino é materializar-se em imóveis (como é o caso das mansões em Mundo Novo) ou financeirizar-se. Para os trabalhadores, pouca coisa sobra, uma vez que os gastos na cidade corrói praticamente todo o salário. Nesse contexto é que retomamos este tipo

---

<sup>117</sup> Baldocchi. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, em Salto del Guairá/PY.

singular de transferência de renda carregada para o interior do país após ser economizada duramente. Mas, não se tem garantia nessa ocupação temporária que desgasta o vigor e a saúde daqueles que se entregam a esse plano. É uma possibilidade minguada que dimensiona as poucas e estreitas brechas avistadas nessa economia de fronteira. Como disse o entrevistado, a ideia é trabalhar, ganhar dinheiro, voltar para sua cidade e investir lá. Mas é preciso que tudo dê certo nessa jornada temporária.

Sobre a presença, em Salto del Guairá, de muitos trabalhadores oriundos de várias cidades onde a economia rural prevalece no interior do Paraguai, observa-se que muitos destes trabalhadores não conseguem atingir as expectativas construídas com relação à migração. Consta-se alguns casos em que os trabalhadores não conseguem retornar dentro do tempo planejado ou com aquilo que almejaram, pois deparam-se com uma série de dificuldades, entre elas, o alto custo de vida em Salto del Guairá para a classe trabalhadora e a dificuldade de envolver-se num mercado de trabalho em que há ampla oferta de mão de obra.

Os postos de trabalho de maior esforço físico, menor remuneração e prestígio dentro de uma empresa normalmente são os destinados a muitos desses trabalhadores migrantes, que em sua maioria, possuem baixa escolarização e dificuldade com a língua portuguesa. Para muitos, resta empregar-se na construção civil ou como ambulantes e/ou prestadores de serviço na avenida principal. Também não são todos os trabalhadores que migram e conseguem fixar-se em empregos em estabelecimentos comerciais ou na construção civil, como é o caso dos pais das crianças que trabalham com venda ambulante na rodovia de Salto del Guairá.

Jornais locais divulgam, ao menos desde a década de 1990, os conflitos e as tensões entre esses trabalhadores migrantes e a tentativa da classe empresarial local junto ao poder público municipal em tentar construir uma imagem de uma cidade diferenciada de Ciudad del Este.

La municipalidad se encuentra enpenada en solucionar definitivamente la ocupación ilegal de veredas y paseos centrales de las calles de la ciudad. El caso sin embargo no resulta fácil, teniendo en cuenta el grave problema social que representa. Apesar de la categórica prohibición establecida por Ley Municipal las autoridades comunales no pretenden llevar adelante un desalojo masivo e inmediato, sino legar a un acuerdo con los ocupantes y solucionar el problema a mediano plazo [...]. El objetivo fundamental de la Municipalidad es mantener la imagen de una ciudad fronteriza, diferente, limpia y en serio, sin desordenes desproporcionados sin solución, similar as

la que se tiene en otras regiones de frontera como Ciudad del Este y Pedro Ruan.<sup>118</sup>

Essa Lei Municipal, Ordenanza 054/94 traz as tentativas de controlar o crescimento de trabalhadores e disputa de mercado entre empresários e os que buscam, como vendedores ambulantes, socorro nesse comércio entre a fronteira. Porém, as tentativas sistemáticas emergem como mediações, embora não reconheçam publicamente que estes trabalhadores ambulantes mobilizam a circulação de pessoas com menor poder aquisitivo para compras de produtos voltadas para consumo.

Encontramos no jornal *O Paranazão* uma reportagem anunciando que “Comerciante locais preferem crecer sin los “sacoleros”. [...] Dicen que los “cameló” descompone el mercado”<sup>119</sup>. A reportagem revela uma mudança de comportamento por parte da classe empresarial local, debatendo o perfil desejado de consumidor e a relação disso com o tipo de imagem que visam construir sobre a cidade no final da década de 1990. Esses conflitos de interesses econômicos, sociais e culturais aflorarão ainda mais na medida em que vai aumentando o número de investidores de outras nacionalidades ao longo de 2000, juntamente ao crescimento de trabalhadores ambulantes circulando nas ruas de Salto del Guairá. Esse tema será aprofundado no terceiro capítulo.

A entrevistada Cláudia, 24 anos, natural de Salto del Guairá, expressa sua leitura sobre as mudanças observadas por ela em Salto del Guairá. Ela trabalha como atendente em uma franquia de empanadas Raulito. É filha de brasileiros, sendo sua mãe natural do Paraná e o pai do estado de São Paulo. Eles imigraram para Salto del Guairá há cerca de 35 anos para o pai trabalhar em serraria e a mãe seguiu como *do lar*. Posteriormente, a mãe manteve-se como vendedora ambulante de roupas até fixar-se com uma loja no mesmo terreno da casa no bairro onde mora. Seu pai trabalha atualmente em uma madeireira em Salto del Guairá. Cláudia relata:

---

<sup>118</sup> DUARTE, Rosendo. **Municipalidad pelea por mantener la buena imagen de la ciudad, sin ocupaciones desordenadas**. Ley Municipal, Ordenanza 054/94. Jornal *O Paranazão*. Data 29 de maio de 1998. p. 8. Arquivado entre a Edição nº. 51 a 100.

<sup>119</sup> Idem. **Comerciante locales preferem crecer sin los “sacoleros”**. Jornal *O Paranazão*. Edição de 6 de janeiro de 1998. p. 9. Arquivado entre a Edição nº 51 a 100.

Eu nasci aqui, meus irmão nasceram aqui e o meu primeiro trabalho foi aqui também. Bem dizer faz 3 anos que eu comecei a trabalhar, bem dizer assim, antes eu trabalhava com a minha mãe, vendia roupa [...] Eu estudei até o oitavo grau daqui. Depois eu casei e tive a minha filha, aí eu deixei os estudos, mas eu pretendo voltar este ano. Hoje moro com meus pais[...] E, como eu vou te dizer, é bom morar aqui, só que o custo de vida é muito alto, mais caro que em outros lugares. Você tem aqui uma cidadezinha vizinha, La Paloma, aqui o quarto de aluguel você vai pagar 450 mil a 500 mil guaranis, lá é em torno de 150 mil guaranis, os produtos pra comer também é muito caro, só que trabalho tem muito. Aqui, agora, é uma fonte de trabalho, pra quem quer trabalhar. É que a minha mãe tem peça de aluguel aqui, tem peças, sempre vem pessoas, e daí pergunta de onde que é, um fala que é de Curuguaty, outro de Santo Domingos, pessoas que estavam tudo lá pra dentro do Paraguai. Elas vem pra cá porque aqui tem trabalho, lá eu fui, eu conheço esses lugares de onde a maioria das pessoas vem. Lá você trabalha por dia, pra você ganhar em torno de R\$ 12,00, por dia na roça, aqui a pessoa ganha, 30 a 35 reais. Então eles preferem vir pra cá, e lá eles trabalhavam na roça, e aqui eles chegam e começam a trabalhar em loja, em lugar limpinho e lá era em sol. Eu ia vender roupa e eu ia pra lá, e eu via o sofrimento de muita gente, eu ainda chegava e falava pra minha mãe, nossa aqui a gente está no céu, no paraíso, tem lugar lá que nem energia num tem, que é no meio do mato.[...] Mas aqui água falta direto, esgoto a gente não tem ainda, mas vai ter e luz também falta. [...] rs, todos os dias no final da tarde. Todos os dias falta. Teve essa semana, que a gente ficou 3 dias sem energia.<sup>120</sup>

A relação de Cláudia com a cidade expressa o conflito de duas leituras. Primeiro, suas expectativas com relação à cidade onde vive, indo ao encontro dos discursos dominantes difundidos pelos meios de comunicação local, de que o progresso e crescimento de Salto del Guairá é compartilhado por todos aqueles que vivem nesta cidade. Segundo, embora a comparação das realidades de Salto del Guairá e cidades próximas resultem na avaliação de que a primeira oferece melhores condições de trabalho que as demais, Cláudia não deixa de questionar sobre o encarecimento do custo de vida e a piora na prestação dos serviços públicos básicos em Salto del Guairá.

Esse rápido crescimento econômico traz consequências como a falta ainda maior de infraestrutura da cidade para a população local. Embora Cláudia coloque-se inicialmente numa condição de vida menos precária que a de muitos jovens que chegam em Salto del Guairá para trabalhar, conforme a entrevista é construída, ela vai se posicionando e pensando o seu lugar na cidade e as dificuldades enfrentadas por ela. Para ela, reconhecer o aumento de postos de trabalho não significa deixar de perceber que os mesmos são de difícil acesso para

---

<sup>120</sup> Cláudia, 24 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto com Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (36 minutos). Algumas partes da entrevista foram traduzidas na transcrição.

muitos jovens de nacionalidade paraguaia. Expressa isso principalmente quando questionada sobre o que ela percebeu que mudou para sua vida em Salto del Guairá:

[...] O que valorou mais no Salto é o emprego, que antes era escasso. Porque antes pra trabalhar em loja, ganhava-se 600.000 guaranis, menos da metade do que hoje ganha, agora com a falta de gente pra trabalhar eles pagam melhor. Só que algumas empresas exploram também. Tem gente que, qualquer coisa que desaparece na loja, desconta de todos os funcionários, assim que eu escuto as minhas amigas falando. Então, faltou um pouquinho de lei, eu acho que falta isso. Porque assim, quando vem a fiscalização, porque pra ver, assim, a maioria que trabalha não tem a imigración, a maioria dos brasileiros. Então daí eles tem que correr, se não eles leva preso, tem que pagar multa. Os melhores salários ficam pros brasileiros, os brasileiros tem melhor oportunidades aqui no Salto.<sup>121</sup>

A fala de Cláudia não expressa apenas as dificuldades que ela e muitos dos seus pares possuem para conseguir empregar-se em lojas e setores em que há uma expectativa de remuneração mais alta, mas, também, a percepção de que os benefícios do crescimento comercial de Salto del Guairá não tem atingido igualmente a todos. A percepção dela sobre a lei aparece de forma ambígua. Primeiro, sua ausência na proteção aos trabalhadores empregados paraguaios que sofrem danos morais no emprego. Depois, na falta de punição quanto à presença maciça de trabalhadores brasileiros não regularizados, sendo que, para ela, tal punição protegeria os trabalhadores nacionais.

Entre os trabalhadores entrevistados nessa pesquisa houve aqueles que mencionassem sua primeira experiência de ingresso no trabalho remunerado em ocupações relacionadas ao comércio de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai. Poucos trabalhadores iniciaram no trabalho remunerado em empregos formais, enquanto as ocupações consideradas “informais e precárias” se fizeram presentes para muitos no início e permanência no trabalho. Dentre essas ocupações vividas anteriormente pelos trabalhadores foi representativa a quantidade deles que já estiveram envolvidos no trabalho com vendas e, principalmente, no caso das mulheres, em trabalhos domésticos. Sobre isto, Elba, 40 anos, natural de Salto del Guairá, relata:

---

<sup>121</sup> Cláudia, 24 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, em Salto del Guairá/PY.

Eu sou nascida e criada aqui em Salto [...] Meus pais vieram de São Paulo, mas eu não sei porque eles fizeram isto! (Risos) Eu não me arrependo de ter nascido aqui, deu ter sido documentada aqui [...] Eles vieram pra cá por volta de 1970, tinham alambique de hortelã, de fazer óleo, meu pai mexia com alambique, tinha fazenda e plantação em La Paloma, depois perdeu tudo. Nós somos em 15 irmãos, mas que nasceu aqui foi só 3. Aqui só estudei até o terceiro grau, aqui só tinha escolinha, não tinha que nem hoje, e também porque eu trabalho, eu sempre gostei de trabalhar muito, trabalho desde os meus 7 anos. Quando eu comecei foi de babá, era em uma casa em frente a minha lá em La Paloma, quando eu chegava correndo da escola, tirava a minha mochila, trocava o uniforme e ia correndo pra casa da muié que ficava aqui em frente. Aí minha irmã casou e mudou aqui pra Salto, meu pai me mandou junto pra eu estudar e não pra trabalhar, eu tava com 8 anos, mas só que eu queria trabalhar porque o dinheiro pra mim era mais importante. Naquele tempo os pais não falavam pra gente que o estudo era mais importante, não estavam nem aí. Depois fui trabalhar de doméstica, até quando eu tinha meus 22 anos. Aí nesse período eu já casei, com 14 anos tive meu primeiro filho, depois tive mais outro, depois eu fui embora pra Ciudad del Este, morei lá 16 anos e lá eu comecei a trabalhar com muamba, como diz, como laranja. Viajava muito, São Paulo, Rio, Mato Grosso, viajei 10 anos com isso daí, ele (marido) também trabalhava com isso.<sup>122</sup>

Elba trabalha vendendo desde alimentos importados a comida caseira, com sua lanchonete fixada em um dos pontos no espaço cedido pela prefeitura após a expulsão dos trabalhadores ambulantes das ruas de Salto del Guairá. Chamo atenção para como a trajetória dos pais de Elba compõe o processo de imigração de muitos brasileiros à procura de melhores condições de vida, como agricultores em terras paraguaias ao longo de 1970, juntamente ao desenvolvimento de uma prática agrícola, o cultivo da hortelã, comum nesta década no oeste do Paraná e na região rural que compreende Salto del Guairá e cidades próximas. Sua família, assim como outras famílias de pequenos proprietários rurais viveram em comum o processo de expropriação do campo na região.

Essa trabalhadora, como muitas das entrevistadas, revelam o envolvimento com o trabalho doméstico já desde a infância. Embora projete inicialmente a culpa de sua não escolarização como resultado de uma escolha individual ao optar pelo trabalho e não pela escola, em seguida, relê a própria percepção e leitura de mundo que a geração de seus pais possuíam com relação à escolarização na época em que ela estava em idade escolar. Para o trabalho no campo, a escolaridade não era uma exigência.

---

<sup>122</sup> Elba, 40 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. A fala da entrevistada foi traduzida em alguns momentos durante a transcrição da gravação, pois alguns termos eram utilizados em espanhol. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto à Eric G. Cardin. Arquivo de mp3 (27 minutos).

Sua condição de trabalho parece ter mudado quando se envolveu com o trabalho de laranja em Ciudad del Este. No entanto, embora tenha se dedicado junto ao esposo por um longo período a essa ocupação, quando não conseguiu permanecer mais nisso, o retorno a Salto del Guairá parece ter sido uma saída<sup>123</sup>. Sobre seus motivos de regresso, ela explicou: “[...] eu voltei porque meus familiares são daqui, faz três anos que voltei, mas é porque daí acabou né? Terminou, meus patrão foram perdendo tudo, depois eles continuaram, só que eu já estava cansada porque eu trabalhava demais”<sup>124</sup>.

Sua trajetória expressa a perda das condições de manter-se como laranja. Isso pode estar relacionado tanto à dependência que sua função possuía com terceiros, proprietários de loja nos dois países, quanto com a significativa redução da oferta de trabalho aos mesmos, decorrente das constantes práticas do Estado de intensificação do controle aduaneiro. Há pesquisas já citadas que indicam como, a partir de 2005, a atuação da Receita Federal Brasileira voltou-se para a aplicação mais rígida de normas de controle sobre o trânsito e a entrada de pessoas e mercadorias no país. Conforme Eric Gustavo Cardin (2012):

Desde o início do Século XXI o governo brasileiro começou a aplicar uma política de fiscalização e combate ao contrabando e ao descaminho extremamente rígida, investindo em aduanas dos três países fronteiriços. Além disso, ampliou o policiamento e a repressão das práticas sociais alternativas e aos modos de viver que foge do modelo hegemônico.<sup>125</sup>

Como mencionado, a intensificação desse controle coincide com o período de aumento de estabelecimentos comerciais e o fluxo de pessoas em Salto del Guairá. Há casos de trabalhadores que acompanharam o deslocamento de lojas de Ciudad del Este para Salto del Guairá, assim como de outras regiões.

---

<sup>123</sup> Autor não identificado. **Vendedores informales migran de Ciudad del Este a Salto del Guairá.** *Jornal Rio Paranazão*. Data 31 de dezembro de 2004. Como mencionado, os meios de comunicação local expressam o aumento de trabalhadores ambulantes nas ruas de Salto del Guairá, oriundos de Ciudad del Este. Este tema será abordado no terceiro capítulo.

<sup>124</sup> Elba, 40 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá.

<sup>125</sup> CARDIN, Eric G. **O governo brasileiro nos processos de demarcação e de defesa das fronteiras sul americanas.** In: Memórias del XIII Seminario Internacional de Verano. Caribe: Economía, Política Y Sociedad. Universidad de Quintana Roo: Chetumal/México, 2012, p. 18.

Paulo César, de 29 anos, natural de Asunción-PY, é um destes casos. Ele migrou para Salto del Guairá devido à abertura de uma filial da empresa onde trabalhava em Asunción.<sup>126</sup> Ele não fala e não entende o português. Quem intermediou nossa entrevista foi a entrevistada já apresentada, Cláudia. Trago um trecho da descrição do que ele relatou: “[...] Aqui no Paraguai eu só trabalhei com isso, nesse restaurante, vim pra isto, mas como não falo o português, aqui me faz falta. Talvez fosse melhor pra trabalhar ganhando melhor [...]”<sup>127</sup>. A atual experiência de trabalho de Paulo César significou para ele conhecer uma região de seu país onde a influência do processo de ocupação e exploração por parte de brasileiros é muito marcante, diferentemente da vivida em Asunción. O domínio da língua portuguesa tem sido um dos critérios na seleção desses jovens para empregos como vendedores em lojas. A força de trabalho apresentando um destes critérios é encontrada em abundância pelos empresários contratantes em Guaíra e Mundo Novo.

Os vendedores de loja entrevistados são, especialmente, jovens que têm buscado se beneficiar de formas de trabalho resultantes das relações comerciais entre o Brasil-Paraguai, uma vez que as possibilidades de trabalho oferecidas na região são muito restritas e/ou desvantajosas quando comparadas às remunerações oferecidas pelo trabalho no comércio na fronteira em Salto del Guairá.

Quando perguntados sobre o início no trabalho, os trabalhadores envolvidos em ocupações relacionadas ao comércio de mercadorias em Salto del Guairá costumam resgatar as experiências vividas ainda em meio à família e o espaço onde viviam. Portanto, trazem um pouco sobre a trajetória dos próprios pais. Entre elas, encontramos jovens que vivenciaram essa experiência de início no trabalho, assim como os pais, ainda em ocupações rurais. Sobre isso, a entrevistada Diana, 24 anos, natural de Guaíra-PR, diz que trabalhou por cerca de 7 anos no comércio em Salto del Guairá-PY, combinando, alguns anos depois, à prática de passar mercadorias na fronteira quando retornava do trabalho. Posteriormente, ela abriu um restaurante em Salto del Guairá no shopping América Kim, mas o mesmo não prosperou. Atualmente, mora junto com os pais, marido e filha, trabalhando com serviço doméstico para

---

<sup>126</sup> Situações onde trabalhadores migram de capitais do Brasil para Salto del Guairá, também foram observadas, por exemplo, uma aluna que conheci na educação de jovens e adultos, veio de São Paulo com a empresa Nipon para trabalhar em uma filial aberta em Salto Del Guairá.

<sup>127</sup> Paulo César, 29 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto à Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (48 minutos). Toda a entrevista foi transcrita em português, não preservando fielmente a forma como ele falou, mas tentando traduzir o que foi compreendido durante a entrevista intermediada por outra trabalhadora que dominava os três idiomas: guarani, espanhol e português.

o proprietário de uma fazenda em Pedro Juan Caballero/PY. Abaixo, ela construiu sua fala ao ser questionada sobre sua trajetória de vida:

Nasci aqui em Guaíra, mas já morei em Sinop-Mato Grosso por uns 6 meses quando eu tinha uns catorze anos, treze anos. Eu nasci no sítio, meus pais trabalhavam no sítio, mexiam com roça, com mandioca e café. Eu morei no sítio até meus quinze anos, morei a vida inteira, eu ajudava. Teve uma época que eu baguncei na escola, aí meu pai falou que eu ia parar de estudar e ia ajudar a trabalhar na roça, aí eu ia junto carpi junto com ele. Aí lá a gente morava lá no Rancho Alegre, aí eu fiquei uns dois anos sem estudar, aí quando eu vim pra cidade que eu voltei a estudar, quando eu vim morar aqui eu tinha 16 anos. Aí eu voltei pra concluir a sétima e a oitava série, mas eu terminei e aí parei de novo, de relaxada. Agora eu estou voltando a estudar de novo, aí os horários estão difíceis, porque eu comecei a ir a tarde, fui uma semana e já estou à duas parada. Eu não sei se eu vou conseguir continuar estudando devido as coisas que preciso fazer. Eu parei de estudar bem na época que eu comecei a trabalhar no Paraguai, chegava tarde e as vezes perdia a primeira aula, num dava tempo. Meu material mesmo eu deixava na escola, eu vinha direto de lá do Paraguai e já vinha direto estudar. Eu falei com a diretora, porque não tinha como eu ficar levando e trazendo o meu material de lá pra cá, aí eu deixava lá na escola. Assim eu fazia, eu fiquei um ano assim estudando, terminando a oitava. No outro ano era pra eu me rematricular e eu nem fui, por causa do transtorno mesmo que era.<sup>128</sup>

Ao relatarem sobre sua infância e seu início no trabalho, os jovens entrevistados nos trazem elementos que permitem perceber as condições de vida experimentadas junto à família. Ao longo da entrevista de Diana, assim como de outros jovens entrevistados, chamou-nos atenção que, mesmo a pesquisadora não tendo feito perguntas sobre a escolarização no início da entrevista, eles fizeram questão de buscar e utilizar-se disto para construir parte de sua fala ao serem solicitados a falarem sobre si mesmos. No caso de Diana, percebe-se que este não é um assunto de abordagem tranquila, mas que precisou recuperar devido ao impacto que ela julgou ter em sua vida.

Assim, Diana expressa a angústia em justificar a não conclusão de sua escolarização amparando-se e recordando de dois momentos diferentes de sua vida. No primeiro, procura projetar a culpa nas consequências de um ato seu de indisciplina na adolescência sem, aparentemente, fazer algum julgamento aos pais e às condições de vida. Já no segundo momento, procura articular essa dificuldade de se escolarizar com a necessidade de trabalhar

---

<sup>128</sup> Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (41 minutos).

e garantir sua sobrevivência quando já não morava com a família. Assim, ao mesmo tempo que se julga “relaxada” também chama atenção para a dificuldade de frequência e disposição física e mental para estudar após uma longa jornada de trabalho diária. Ser “relaxada” não aparece como uma escolha. Ela vive uma angústia constante pela própria cobrança que se faz com relação à escolarização, pois sabe que, embora tenha vontade de continuar, não há condições materiais para isto já que, no momento da entrevista, era responsável pelo cuidado de uma filha pequena e às vezes ajudava o marido, que trabalha como vendedor em Salto del Guairá, com o transporte de mercadorias de Salto del Guairá para Guaíra. Percebe-se isso como um sofrimento para ela, porque, embora Diana tenha projetado uma cobrança para si com relação aos estudos, ela não conseguiu realizá-los nas várias vezes que tentou.

Como observado, as dificuldades com a escolarização associadas à necessidade de trabalhar, fosse junto à família ou para outras pessoas, a fim de atender as demandas que surgiam para a manutenção da sobrevivência da família, foram identificadas em muitas das entrevistas realizadas. Como lembra Morena,

Meus pais são daqui mesmo, minha mãe sempre trabalhou de empregada doméstica e o meu pai de mecânico agrícola, mas agora ele está de porteiro de escola. Eu comecei a trabalhar com 13 anos de idade em loja de roupas. Trabalhei dois anos nessa mesma loja e depois a minha mãe engravidou e eu fiquei 5 meses em casa cuidando da minha irmã. Aí parei de estudar, depois voltei de novo e aí minha prima me chamou pra trabalhar no Paraguai. Lá eu trabalhei na I'vas Import por um ano, loja de bolsas femininas e acessórios femininos, depois eu fui pra Anésia Import num fim de ano e na Sara por um ano e três meses, que era loja de roupa e bolsa no Shopping América, depois eu fui pra uma loja de roupa lá em frente ao Shopping China, que era uma loja do meu tio, por fim, fiquei três anos trabalhando no Paraguai. Parei de estudar no segundo ano do ensino médio, quando eu comecei a trabalhar no Paraguai, devido ao horário que chegava. Eu já tinha voltado a estudar no CEEBJA, eu fiz quatro matérias e depois eu parei porque depois trabalhando no Paraguai, comecei a chegar tarde, tarde, aí não consegui ir mais. Agora arrumei um emprego aqui no Pet Shop, e agora eu quero voltar a estudar.<sup>129</sup>

Embora trabalhar informalmente e sem regulamentação no comércio em Salto del Guairá seja considerado, nas relações atuais, como uma ocupação instável e que exige pouca

---

<sup>129</sup> Morena, 22 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíra. Arquivo de mp3 (65 minutos). No período da entrevista a trabalhadora havia parado de trabalhar no Paraguai por volta de 4 meses. Já estava trabalhando em um Pet Shop em Guaíra e pode me receber em sua casa em um feriado.

qualificação, a entrevistada fez questão de afirmar o tempo de trabalho em cada um dos “empregos”. Constrói sua fala com referência no trabalho e na família, onde a experiência vivenciada com os pais parece servir de horizonte para pensar sobre vida e trabalho. Por isso, Morena busca valorizar a permanência em cada “emprego”, indicando ter sido a construção do conhecimento sobre seu trabalho como vendedora realizada ao longo de sua trajetória de vida.

A entrevistada também trouxe outras argumentações com base em suas vivências e leitura de mundo. Por exemplo quando, mesmo sem ser instigada pela pesquisadora, fez questão de relatar sobre sua escolaridade. Dessa forma, retoma a escolaridade em dois momentos. No primeiro, relacionada às responsabilidades assumidas com a família juntamente a escolhas pessoais. No segundo momento, relacionada ao trabalho em Salto del Guairá, no entanto, emergindo com um sentido de expressar a angústia de sua condição de trabalho não ter possibilitado a conclusão dos estudos. Quando recupera suas dificuldades com a escolarização, parece ter a intenção de denunciar que isso lhe retirou, atualmente, possíveis chances de melhores condições de vida e trabalho. Além disso, tais referências à escolarização podem estar ligadas ao fato de sentirem-se pressionados por estarem falando com uma pesquisadora, com alguém que deseja estudá-los. Como observado no item anterior, tal preocupação com a escolarização também surge nas falas dos trabalhadores mais velhos. No entanto, de forma menos intensa que a observada com os mais jovens.

De acordo com a fala de Morena, observa-se que o ingresso em lojas no comércio em Salto del Guairá ocorreu pelo contato com outras pessoas que faziam parte do seu círculo de relacionamento. Além disso, a entrevistada já possuía certo conhecimento sobre seu trabalho acumulado ao longo de sua ocupação anterior como vendedora em loja de roupas. Isto indica que, para ocupar-se em lojas como vendedora em Salto del Guairá e permanecer trabalhando, existem alguns critérios de seleção. Entre eles, a rede de relações pessoais, idioma, idade e a disponibilidade de horários destes trabalhadores enfrentarem extensas jornadas de trabalho.<sup>130</sup>

Durante a década de 1990, devido às condições sócio-econômicas de muitos dos trabalhadores que buscavam trabalhar em Salto del Guairá oriundos de Guaíra, a travessia era feita a pé, de bicicletas ou motos. Atualmente, a travessia com balsa continua, porém, a maioria dos jovens acabam utilizando a travessia pela Ponte Ayrton Senna com a organização

---

<sup>130</sup> Esta discussão ocorrerá no terceiro capítulo.

de caronas em carros, motivados pela redução de custos com o transporte, com, ainda, os possíveis ganhos com o trânsito de mercadorias entre uma e outra cidade, bem como pela facilidade do trajeto. A figura 3 retrata parte da realidade vivenciada pelos trabalhadores na década de 1990, onde dezenas de pessoas desembarcavam das balsas que faziam a travessia no período referido.

**Figura 3 - Trabalhadores na travessia da Balsa Guaira - Salto del Guairá**



**Fonte:** *Rio Paranazão*, 13 de novembro de 1997.<sup>131</sup>

O poder público local de Salto del Guairá começa a se organizar na tentativa de controlar a entrada desses trabalhadores, à medida em que vai criando “comunidades” voltadas para fiscalizar a presença de estrangeiros ocupados irregularmente em estabelecimentos comerciais e sem amparo das leis trabalhistas paraguaias. Esse apelo intensifica-se conforme aumenta o fluxo de trabalhadores ocupando as ruas da cidade e disputando com os comerciantes estabelecidos em lojas. Além disso, muitos outros trabalhadores de nacionalidade paraguaia começam a questionar essa presença de imigrantes ocupando vagas no mercado de trabalho local, sem nenhum tipo de regulamentação. Para além dos conflitos gerados em meio à tentativa de sobrevivência ou um lugar nesse mercado de trabalho, ainda

---

<sup>131</sup> Nesse trajeto, as pessoas passam pela aduana da Receita Federal do Brasil, localizada próxima ao Porto Sete Quedas, e atravessam em balsa o Rio Paraná até chegar no porto principal de Salto del Guairá. Os trabalhadores eram responsáveis por pagar pelo transporte. Os horários de maiores fluxos coincidiam com os horários de funcionamento do comércio em Salto del Guairá. A catalogação dos jornais foi realizada pela autora com ajuda de Gabriel Rodrigues da Silva e de Vilma Fiorotti Lima.

emergem outros conflitos étnicos e culturais entre trabalhadores de nacionalidade diferentes, proprietários de lojas de diversas etnias e poder público municipal.<sup>132</sup>

Entre os jovens entrevistados, também encontramos um universo de trabalhadores escolarizados que buscaram o envolvimento no comércio em Salto del Guairá, atraídos pelas possibilidades de ganhos para atender suas necessidades. No caso de Rivelino, ele nasceu na cidade de São Paulo, onde seus pais e dois irmãos ainda permanecem. Sua mãe era manicure e o pai teve problemas de saúde, sendo impossibilitado de continuar trabalhando. Por isso, ele teve, desde a adolescência, a necessidade de trabalhar, por exemplo, como atendente em locadora e, posteriormente, como secretário em escritório de advocacia por mais de três anos, quando iniciou a graduação em direito. Porém, não concluiu porque optou por se formar em publicidade e propaganda devido a uma maior afinidade com a profissão. Trabalhou por cerca de três anos na área. Após tornar-se pai em 2002, valendo-se da descendência de pais japoneses, imigrou como trabalhador para o Japão em 2005, com o objetivo de ganhar algum dinheiro. Lá permaneceu até a crise de 2008, ano em que retornou ao Brasil. Ele fala sobre seu envolvimento no trabalho em lojas no Paraguai:

[...] quando eu voltei do Japão eu estava fora do mercado, e eu fiquei um tempo sem emprego[...] E quando teve essa oportunidade de vir aqui em Guaíra trabalhar no Paraguai como vendedor, eu estava desempregado mesmo né, eu resolvi vim pra cá, porque eu tenho uma filha né, eu também tenho minhas responsabilidades né, aí eu larguei tudo, por aquele tempo né era a única opção que eu tinha de trabalho assim que dava uma renda mais rápida e de imediato era a única opção que eu tinha pra trabalhar né, porque as portas foram se fechando. Resumindo essa é minha vida, por hora agora eu estou no Paraguai trabalhando. [...] Até hoje sustento minha filha normal. Está com mãe dela em São Paulo [...] É o amor pela minha filha, não tenho que ver o que a justiça quer, tem que ver o que é melhor pra ela, se eu tenho condições eu corro atrás. É por isso que eu sou meio escravo do Paraguai, porque se eu saio daqui agora, não tenho nenhum emprego em vista. Então é o que me mantém aqui, pago minhas contas com isso aqui, ajuda em tudo.<sup>133</sup>

Rivelino relatou que estabeleceu o contato com emprego no Paraguai por meio do irmão de sua namorada. Ela também havia retornado há pouco tempo do Japão, depois de ter

---

<sup>132</sup> Isso será discutido no terceiro capítulo.

<sup>133</sup> Rivelino, 32 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em julho de 2012 em Guaíra. Arquivo de mp3 (66 minutos).

passado mais de dez anos trabalhando naquele país. Porém, ela retornou sem escolarização completa do ensino médio e sem experiência de trabalho no Brasil. A diferença da escolarização não fez diferença no salário e nos postos de trabalhos ocupados por eles na mesma loja em Salto del Guairá. Rivelino deixa claro ao logo da entrevista que o trabalho no Paraguai não é uma opção para ele, mas o prende porque não consegue outro emprego. Suas necessidades de renda são construídas a partir de seus valores, contribuindo para atribuição de sentidos para seu trabalho. Experiência comum para muitos dos trabalhadores brasileiros envolvidos na venda no comércio em Salto del Guairá.

Para além disso, dizer que “tornou-se escravo” também significa a percepção sobre a mudança sentida entre suas ocupações e modos de vida anteriores ao experimentado atualmente como vendedor em Salto del Guairá. Logo, isso indica as dificuldades e perdas vividas por ele, após migrar e fixar-se em seu atual emprego. Assim como Rivelino, nos deparamos, ao longo das entrevistas, com outros casos de jovens do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que já possuem experiência com a imigração para outros países à procura de melhorar as condições de renda que, ao retornarem, buscam socorro nos empregos ofertados no comércio em Salto del Guairá.<sup>134</sup>

Já no caso de Perla, 32 anos, natural de Pedro Juan Caballero, observamos que o envolvimento no trabalho no comércio em Salto del Guairá, representou uma possibilidade para que ela trabalhasse em sua área de formação. Assim Perla relata sua trajetória de vida:

Meu pai é paraguaio da cidade de, chama, Santa Ni, e minha mãe é ela de Pedro Juan Caballero, mas nasceu no Brasil. Daí eles vieram, a minha vó também é paraguaia e meu avô é uruguaio, então uma mistura (risos) [...] A gente somos em 8 irmãos, 5 mulheres e 3 homens. Até meus 17, 18 anos a gente morou sempre em Pedro Juan, Ponta Porã, a gente tem disso, a gente convive muito com os brasileiros e os paraguaios, quando 18, 17 anos a gente muda pra cá, minha mãe e meu pai já estavam aqui, aí a gente teve que vim ajudar ele né, isso já faz uns 15 anos já que a gente tá morando aqui, mas a gente dividiu né, metade da família ficou lá e metade veio pra cá. Até meus 19, 20 anos eu não trabalhei, depois comecei trabalhar no Gobernación, não sei como vocês chamam, é no governo do Estado, trabalhei lá 8 anos aí conheci toda a região aqui do Paraguai [...] Depois a minha irmã já trabalhava na Bless aqui, no comércio, e convivendo com eles, os donos me convidaram para trabalhar ali, e já faz 7 anos que tô trabalhando

---

<sup>134</sup> Ao encontro disso também está a pesquisa MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá** – Paraguai. Marechal Cândido Rondon. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

ali. Eu estudei aqui, eu terminei meu colégio lá em Pedro Juan e faculdade eu fiz aqui, eu estudei contabilidade, e agora eu to fazendo cursinho de administração, eles incentivam.[...] tô lá no administrativo, tem os gerentes e o subgerentes, mais ou menos tô cuidando dessa parte de fora agora pros funcionários assim, cuidando um pouco da loja. Pra eu que sou paraguaia, é mais fácil porque é certo.<sup>135</sup>

A entrevista com Perla indica já sua experiência na convivência com os três idiomas, pela nacionalidade da mãe e devido ao fato de ter passado parte de sua vida em uma cidade fronteira gêmea, com divisa seca com o Brasil. Diferentemente de muitos dos jovens paraguaios entrevistados, o caso da escolaridade e posto de trabalho de Perla pode ser considerado como uma exceção dentro do universo de jovens trabalhadores paraguaios que observamos ao longo da pesquisa. Ou seja, concluir o ensino superior e ocupar cargos administrativos dentro de uma empresa não é uma realidade comum para muitos dos trabalhadores pesquisados. Quando Perla diz que “para ela é mais fácil”, está comparando sua realidade com a experimentada por muitos dos colegas de trabalho brasileiros em situação irregular, empregados no comércio no Paraguai.

Outro elemento presente na fala de Perla e comum entre outros trabalhadores entrevistados reside no fato de que o envolvimento em ocupações em lojas costuma estar associado à indicação de alguém do círculo de relacionamentos para ocupar a vaga. Sobre isto, observamos que as formas de trabalho geradas pelas relações comerciais na fronteira nem sempre são possibilidades de trabalho para todos aqueles que pretendem se ocupar delas, pois há dificuldade para conseguir o ingresso e, principalmente, a permanência nesses trabalhos, atingindo as expectativas construídas inicialmente.

A respeito disto, Roberto, 20 anos, natural de Guaíra, vendedor de loja em Salto del Guairá e estudante do curso de direito em Guaíra, mencionou:

Eu trabalhei dois anos num jornal, o jornal Paranazão, aí trabalhei de cobrador na cidade também. Aí eu um dia tava conversando com um amigo meu na cidade, inclusive que ele é policial aqui, aí o filho dele era gerente de um pacote lá no Paraguai, aí eu... ele falou assim : “ah por que você não dá uma

---

<sup>135</sup> Perla, 32 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto à João Ricardo Mendes Gonçalves. Arquivo de mp3 (17 minutos).

passadinha lá e fala com ele?”, aí eu falei: “beleza, então tá!”. Fui lá conversei com ele e no outro dia comecei a trabalhar, só que até começar a trabalhar assim... pra ganhar estabilidade lá, consegui...como se dizer? É andar com as próprias pernas lá, tipo até eu ir, todo dia pagava gasolina, todo dia era cinco reais de gasolina, entendeu? Mas depois, aí foi ficando mais fácil, passou aí eu trabalhei um ano e... um ano, mais ou menos desse jeito. Aí depois comprei meu carro e é bem melhor trabalhar lá do que trabalhar no Brasil, porque até em renda, trabalha-se bem mais do que aqui, [...] mas é bem melhor, bem mais satisfatório.<sup>136</sup>

Sua entrevista indica a dificuldade de conseguir o ingresso em um posto de trabalho que lhes resulte, de imediato, numa remuneração melhor à que conseguiria na cidade onde reside. Por isso, “andar com as próprias pernas” pode indicar o tempo que se leva para estabelecer-se e conseguir, com o tempo, corresponder às suas expectativas de renda e planos futuros. A mesma parece depender da construção de uma referência sobre seu próprio trabalho para ocupar tais postos. Entre estas referências estão a formação de uma rede de clientes e a possibilidade de transportar mercadorias diariamente na fronteira, quando possui autonomia de transporte. Porém, não são todos os trabalhadores em comércio que visam ou possuem condições de, junto ao trabalho de vendedores, realizar o trabalho de cotista ou “laranja”. Suas escolhas perpassam as condições materiais para isto e os valores morais, bem como expectativas construídas.

Em meio aos trabalhadores entrevistados, também encontramos aqueles em que, desde o início, sua experiência com o trabalho remunerado se deu com o envolvimento como vendedores em lojas em Salto del Guairá. A entrevistada Fafá, de 32 anos, natural de São Gabriel do Oeste, menciona:

[...] eu trabalhava em casas, depois dos 16 anos eu vim pro Paraguai aqui, nessa mesma loja, e agora já tenho 32 anos e sempre trabalhei no mesmo lugar aqui no Paraguai. E o trajeto é esse vai e vem, carona, chuva, sol e não importa o que seja venho e volto todos os dias, porque lá não tem opção, o salário é muito pouco em Mundo Novo-MS e aqui compensa muito mais financeiramente, muito mais mesmo.[...] Não consegui conciliar os estudos com o trabalho, terminei do quinto ao oitavo no supletivo e daí não deu pra seguir em frente eu não consegui porque aqui é muito puxado. [...] Eu tenho perspectiva de continuar aqui, porque eu não consegui seguir com os

---

<sup>136</sup> Roberto, 20 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR, realizada pela autora em conjunto com João Ricardo Mendes Gonçalves. Arquivo de mp3 (40 minutos).

estudos, e a minha casa sou eu que sustento, que tenho que me virar, eu sou o homem, sou a mulher, sou tudo, tenho filho pra criar, então sou eu a responsável por tudo e a única opção que eu tenho é esta. Então eu tenho que agüentar até onde eu consigo vir trabalhar aqui.<sup>137</sup>

Como tem sido observado até o momento nas trajetórias de trabalho das mulheres entrevistadas, a experiência em trabalhos domésticos para terceiros antes do ingresso como vendedoras em lojas no comércio em Salto del Guairá foi constatada em vários casos. Diferentemente de muitos trabalhadores, Fafá conseguiu, desde o início, fixar-se numa mesma empresa e manter-se nessa até assumir o posto de gerente da loja. Para isso, precisou abrir mão dos estudos, quando o trabalho e a maternidade passaram a ocupar um tempo importante em sua vida. Logo, manter-se ocupada não tem sido uma escolha para ela, mas, dentro do universo de possibilidades que ela vive, com base nos valores e expectativas com relação à criação do filho, faz-se presente a necessidade de manter-se no emprego que já realiza há mais de 15 anos.

Dentro do universo de trabalhadores pesquisados, observou-se que os jovens envolvidos no comércio em lojas ou como ambulantes em Salto del Guairá, por mais que possuam diferenças em suas trajetórias de vida, leitura de mundo e expectativas, apresentam alguns aspectos em comum. Entre eles, podemos destacar que muitos vivenciaram, junto aos pais, experiências quanto à migração em busca de melhores condições de vida. Houve aqueles que experimentaram a perda das condições dos pais quanto a permanecer ocupados no trabalho no campo e precisaram de socorro junto às famílias na cidade. O trabalho doméstico vivido por muitas das mulheres entrevistadas também expressou os resultados dessas perdas vividas junto à família.

Quanto à escolarização, constatou-se que, entre os trabalhadores ingressos como vendedores, muitos deles possuem o ensino médio incompleto, enquanto pouquíssimos apresentaram o ensino superior concluído ou em andamento. Entre esses primeiros casos, os trabalhadores recorreram à escolaridade a fim de enfatizar e argumentar que não tiveram acesso a uma formação escolar que pudesse proporcionar a eles atualmente melhores

---

<sup>137</sup> Fafá, 32 anos, nacionalidade brasileira e residente em Mundo Novo-MS. Entrevista gravada pela autora em julho de 2012 em Salto del Guairá/PR. Arquivo de mp3 (17 minutos). Entrevista realizada no banco da praça do Shopping Salto em frente a loja, onde a vendedora trabalhava, antes do horário dela entrar para o trabalho.

condições de vida e trabalho. Também, trouxeram suas trajetórias de vida para argumentar a permanência nesse trabalho.

Além disso, mesmo motivados por diferentes expectativas e valores, muitos dos trabalhadores pesquisados enfatizaram que o esforço de submeter-se a essa realidade de trabalho devia-se à tentativa de melhores rendimentos que as possibilidades visualizadas em suas cidades de origem. No entanto, nem todos conseguem ingressar, ou mesmo permanecer nessas ocupações, atingindo suas expectativas.

Como apresentado, foram construídas entrevistas com diferentes sujeitos; entre eles, fiscais da receita estadual e federal, policiais federais, jornalista, militares reformados, empresários proprietários de lojas, vendedores em lojas e ambulantes em Sato del Guairá/PY e pequenos proprietários rurais moradores próximos a portos clandestinos na fronteira. A partir da análise dessas fontes, discutimos como a população local com maior e menor faixa etária percebem e vivenciam o trabalho nessa região em estudo, ao investigar quais as especificidades, mudanças e permanências sentidas pelos sujeitos entrevistados ao experimentarem e/ou conviverem com as formas de trabalho geradas pelo comércio de mercadorias na fronteira.

No período abordado, percebe-se como alguns valores e costumes trazidos por esses entrevistados foram apresentando mudanças conforme a diferença de faixa etária, condições socioeconômicas e expectativas com relação ao trabalho e o futuro. As fontes pesquisadas indicaram como essas mudanças estão relacionadas às dinâmicas do processo de acumulação capitalista vivenciadas e apresentadas em várias falas dos trabalhadores entre 1960 aos dias atuais. Entre estas, nos foram indicados desde o processo de mecanização do campo à apropriação e expansão capitalista nas diferenças sociais, econômicas e culturais entre a fronteira dos dois países em estudo.

Assim, destaca-se como a relação com o comércio, com o lazer, com a escolarização e com o trabalho possibilitado pelas diferenças entre os dois países, sempre foi algo presente nessa fronteira. Porém, fez-se com algumas características específicas para cada período estudado. As experiências trazidas pelos trabalhadores jovens indicaram como eles têm experimentado o mundo do trabalho, atribuindo sentidos e valores ao trabalho construídos com base em novos e velhos modos de viver, ora aceitando ou rejeitando-os.

Buscar a sobrevivência em formas de trabalho geradas pelo comércio na fronteira não se fez como algo tão presente na vida dos trabalhadores mais velhos como se faz hoje na vida dos mais jovens. O horizonte e expectativa de muitos dos trabalhadores mais velhos, centrava-se no trabalho rural e nos setores de serviços em suas cidades de moradia. Para estes, as formas de trabalho geradas pelo comércio na fronteira eram vividas por poucos quando comparados à realidade vivida atualmente pelos jovens entrevistados. Entre esses últimos, há os que encontram dificuldades em encontrar outro horizonte para suas condições socioeconômicas e expectativas futuras ao permanecerem morando nessas cidades. Nesses casos, o trabalho informal no comércio e/ou nas demais práticas que o mesmo envolve, fez-se, para eles, como a opção possível no contexto de suas vidas. Da mesma forma, viver do transporte não regulamentado de mercadorias entre a fronteira parecia não se fazer como algo tão presente na vida dos jovens da década de 1960 e 1970 quanto a realidade vivida pelos jovens nos dias atuais.

Conjuntamente a isso, observamos que as interpretações sobre as práticas de trabalho e transporte de mercadorias na fronteira socialmente aceitas ou não sofreram mudanças conforme a presença do Estado fez-se presente no controle e criminalização de algumas delas. No capítulo seguinte, procuramos discutir como essas tentativas de controle fizeram-se entre 1960 e 2015 no cotidiano de trabalho vivenciado pelos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias na fronteira.

## CAPÍTULO 2

### CONFLITOS E TENSÕES EM TORNO DO TRABALHO NA FRONTEIRA (1960 - 2015)

Nesse texto, analisamos as relações de trabalho vividas na fronteira Brasil/Paraguai, buscando compreender como os trabalhadores nessa região interpretam e lidam com as mudanças ocorridas na legislação, na economia e em outras dimensões que interferem em suas vidas. Para tanto, nos baseamos em alguns autos criminais de duas comarcas da região entre 1960 e 1990, na legislação brasileira afeita ao tema e em entrevistas.

Examinamos nessas fontes contradições e tensões entre classes sociais e instituições envolvidas nessas relações, como é o caso dos sujeitos ligados aos poderes públicos federais e estaduais e os sujeitos articulados com o comércio e transporte de mercadorias na fronteira. Esse último se refere a algumas cidades da Costa Oeste do Paraná<sup>138</sup> localizadas na fronteira com o leste do Paraguai, dando-se ênfase à Guaíra, Salto del Guairá e Mundo Novo no estado do Mato Grosso do Sul. Além das autos criminais, analisamos entrevistas com militares reformados e um ex-fiscal da receita federal para discutirmos algumas tentativas de disciplinarização e repressão por parte do Estado por meio das ações direcionadas aos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias não regulamentadas nessa fronteira entre o final de 1960 a 2015. Também, realizamos entrevistas com vendedores de lojas e “cotistas” em Salto del Guairá a fim de problematizarmos como parte desses trabalhadores se percebem nesse meio e lidam com essas tentativas de controle por parte do Estado nos últimos 20 anos.

Ao analisarmos a forma como o trabalho no transporte não regulamentado de mercadorias tem sido vivenciado pelos sujeitos estudados, pensamos quais as particularidades e características comuns vividas por trabalhadores nas fronteiras e como eles lidam com o

---

<sup>138</sup> Atualmente a Região Oeste do Paraná é composta por 50 municípios e dividida em três microrregiões: Microrregião de Cascavel, Microrregião de Foz do Iguaçu e Microrregião de Toledo. Essa última é composta pelas cidades de Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Tupãssi e Toledo. Fonte: NASCIMENTO, Wagner C., SCHOROEDER, Carla A. Os desafios regionais da mesorregião geográfica Oeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

processo de mudanças e, muitas vezes, de permanências, ao longo do período estudado. Nessa perspectiva, discutimos as tentativas de disciplinarização por parte do Estado através de legislações e fiscalizações voltadas para as práticas dos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias não regulamentadas nessa fronteira no período de 1960 a 2015. Em conjunto, abordamos o que é socialmente e culturalmente aceito e/ou refutado por esses sujeitos, estudando os valores construídos, atribuídos, reafirmados e/ou rejeitados por eles.

No Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo (1954 a 1980), sobre os cuidados do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), UNIOESTE, Campus de Toledo-PR, foram pesquisados os registros de autos criminais sobre a prática do transporte de mercadorias na fronteira de parte da Região Oeste do Paraná com o Leste do Departamento de Canindeyú/Paraguai<sup>139</sup>. Para a análise, utilizamos os autos criminais relacionados como “crime de contrabando” do Acervo NDP.<sup>140</sup>

Na pesquisa encontramos quatorze autos criminais sobre contrabando de café entre os anos de 1961 e 1966 e, nesse mesmo período, um auto criminal de contrabando de alimentos e combustível. Posteriormente, de 1966 a 1980, há apenas o registro de um auto criminal em 1972, catalogado como contrabando de madeira, e seu conteúdo de denúncia é a extração ilegal de madeira em terras brasileiras. Entre os anos de 1973 e 1980 não há catalogado documentos tipificados como crime de contrabando. Também não encontramos em outros órgão públicos registros de apreensões por “crime de contrabando” na cidade de Guaíra entre 1981 e 1985. Contudo, as entrevistas feitas com trabalhadores, militares reformados, fiscais e policiais aposentados trouxeram referências à continuidade dessas práticas, principalmente o contrabando de café, *whisky*, alguns eletrônicos, alimentos, produtos e insumos agrícolas entre esses períodos em que não foram encontrados autos criminais.

---

<sup>139</sup> Nesse período, respondiam na Comarca de Toledo diversos autos cíveis e criminais de vários municípios e distritos rurais próximos a Toledo-PR. Entre esses, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Porto Mendes, Santa Helena, São Pedro, Palotina, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Nova Santa Rosa e Ouro Verde. Pesquisa realizada a partir de 16 autos criminais catalogados como “crime de contrabando” em: BOSI, Antônio (Org.). **Catálogo da Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980)**. 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

<sup>140</sup> Foram analisados os autos catalogados com os números: 572/52; 164/15; 552/50; 561/51; 561/51; 393/34; 730/66; 456/40; 570/72; 418/37; 553/50; 328/28; 571/52; 732/66; 810/74; 646/58. Nessa pesquisa não foram encontrados na catalogação do acervo do NDP autos criminais sobre contrabando de café entre os anos de 1967 e 1980.

Já na Comarca de Foz do Iguaçu foram levantados os registros de autos criminais sobre contrabando e apreensões ocorridas na localidade de Guaíra-PR entre o período de 1986 e 1993.<sup>141</sup> Com essa pesquisa fomos informados sobre a existência de dois autos criminais, tendo acesso a um de 1986 sobre contrabando de eletrônico e outro de 1987 a respeito de contrabando de café. Por esses motivos, a pesquisa com autos criminais sobre o assunto restringiu-se aos períodos de 1960 a 1966 e de 1986 a 1987.<sup>142</sup>

Os trabalhadores acusados tiveram parte de suas falas tomadas por delegados e/ou juízes e depois registradas por escrivães da polícia e/ou por outros agentes do Estado ao serem presos, interrogados e investigados. O termo “agentes do Estado” é referência aos funcionários públicos designados à fiscalização e apreensões na fronteira, sejam eles federais ou estaduais, tais como, soldados, tenentes e sargentos do exército, fiscais da receita federal e estadual, delegados, policiais federais, militares e civis no Paraná, identificados ao longo dos autos criminais e nas entrevistas. Entre outros elementos, os autos criminais nos permitiram acesso às interpretações desses agentes do Estado, promotores públicos, juízes de direito e demais pessoas que tiveram suas opiniões registradas nesses documentos visando coagir, punir ou mesmo defender os presos da acusação. Ainda, possibilitaram identificar nos testemunhos de trabalhadores acusados e moradores próximos à divisa entre os dois países, suas percepções sobre as relações sociais de conflitos experimentadas em meio à acusação e/ou prisão pelo envolvimento no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira.<sup>143</sup>

---

<sup>141</sup> Pesquisa realizada em 2013, viabilizada por Wilson Guerra, Distribuição de Foz do Iguaçu. As informações obtidas são de que os autos criminais de Guaíra concentraram-se a partir de 1986 na Comarca de Foz do Iguaçu. Com a instalação da Subseção Judiciária de Umuarama em 1993, os processos pertinentes à cidade de Guaíra tiveram competência declinada para lá. Mesmo tendo informações sobre a localização, não consegui pesquisá-los. Houve uma série de dificuldades - entre elas, a dificuldade de acesso criada pelos responsáveis devido à escassez de funcionários para pesquisar nos arquivos, já que não se tem em mãos o número do processo e o nome das pessoas acusadas que estariam nesses autos. A busca por autos criminais de apreensões em Mundo Novo-MS e Salto del Guairá/PY tornou-se uma tarefa impossível nesse momento, por requerer disponibilidade total para essa pesquisa, o que eu não possuía, sendo trabalhadora na educação. Esses foram os motivos que não me levou a buscar outros registros de autos criminais que envolvessem a localidade em estudo.

<sup>142</sup> A estrutura dos autos criminais da Comarca de Foz do Iguaçu trouxe a apreensão em flagrante com a mercadoria, qualificação dos presos, declarações, inquérito, defesa do advogado, dentre outros documentos. Ambos mantiveram-se apenas como inquérito, trazendo o registro das interpretações dos agentes do Estado, juízes, advogados, promotores, delegados e dos trabalhadores presos.

<sup>143</sup> De modo geral, a maioria dos autos criminais sobre contrabando entre 1960 e 1966 pesquisados no NDP, seguem uma estrutura comum, apresentando uma pasta intitulada “Autuação”, contendo o ano, o crime, os nomes dos acusados, o atingido, a quantidade de folhas do auto criminal e o número do livro de registro. Na sequência, surge a denúncia do promotor público contra os acusados ao Juiz de direito responsável pela comarca. Nesse documento, há um resumo do auto criminal contendo uma versão da acusação elaborada pelo promotor após a leitura dos testemunhos contidos no auto de prisão em flagrante e nos inquéritos. Esse se concentra em resumir a denúncia, descrever as mercadorias apreendidas e as pessoas acusadas, justificar a necessidade de

Ao lidar com esses autos criminais sobre contrabando, fica explícito nos testemunhos a tensão entre os acusados e a maioria dos representantes e agentes do Estado. Cada um busca construir uma versão, na qual as informações são elaboradas e organizadas tentando levar o leitor a um determinado tipo de interpretação. Por isso, como chamou atenção Sidney Chalhoub (1986), a pesquisa não serve a identificar qual versão representa o que realmente se passou, “[...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diferentes agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”.<sup>144</sup> As diferenças de versões presentes nos processos criminais de homicídio (1898-1911) analisadas por esse autor, expressou a visão sobre o que a sociedade da época buscava construir como conduta adequada e o que os trabalhadores acusados recorriam para legitimar seus atos, revelando a luta de classes presente na sociedade.

Na leitura dos documentos levantados nessa pesquisa, compreendemos parte das interpretações e as subjetividades expressas e registradas nos testemunhos e pareceres presentes nos autos criminais. Esses registros trouxeram indícios de como parte dos sujeitos

---

instauração de um processo-crime e, em alguns casos, solicitar a coleta de novos testemunhos. Na sequência, surge novamente uma pasta de “Autuação”, indicando o “Auto de Prisão em Flagrante”. Dentro dela, segue um documento chamado “Portaria” com um número, a descrição da acusação e os nomes dos presos, sendo assinado pelo delegado ou por um representante do exército do lugar onde os presos foram levados para registrar o auto de prisão em flagrante. O Auto de Prisão em Flagrante traz o testemunho do policial ou do militar do exército com patente mais alta que estava presente na apreensão, seguido dos depoimentos dos demais apreensores, contendo, em raros casos os testemunhos de fiscais do IBC, depois seguem os testemunhos dos acusados. Nos casos de acusados menores de 21 anos, é um curador quem faz a fala para o escrivão nomeado, que normalmente é um policial ou um militar do exército. Há também a chamada “Nota de Culpa” assinada pelos presos e delegado. Também há descrição da mercadoria apreendida e termos assinados por aqueles que receberão e cuidarão do destino das mesmas em documentos como o “Auto de Entrega da mercadoria”. Em seguida, surge um relatório feito pelo delegado onde o mesmo realiza um relato resumido do auto de prisão e encaminha o auto para o Juiz de direito da referente comarca. Há ainda a qualificação dos réus e vida pregressa, constando nome, idade, profissão, escolaridade, idade com que começou a trabalhar, entre outras informações. Em alguns casos, são anexadas cópias de documentos pessoais, como título de eleitor, carteira de habilitação e até notas fiscais da mercadoria e documento do veículo. Podem ocorrer pedidos de *habeas corpus* por parte dos advogados. Na contramão, também pode ocorrer os pareceres de promotores pedindo que o Juiz negue a liberdade do apreendido enquanto é instaurado inquérito e processo. Assim, dependerá da avaliação do Juiz se o acusado esperará o inquérito e o processo em liberdade ou não, cabendo ainda ao Juiz atender aos pedidos de intimar outras pessoas citadas pelas partes envolvidas para prestar testemunho. Quando o inquérito é instaurado, novos testemunhos dos presos são coletados em um documento chamado “Termo de interrogatório do réu”, sendo novamente descritas informações sobre a idade, filiação, profissão, conhecimento sobre as acusações, sobre os demais envolvidos, lugar da apreensão, se considera o ato cometido um crime e, etc. Depois é apresentada a descrição e/ou perícias das mercadorias apreendida. Na sequência, os advogados se manifestam tentando provar a inocência dos mesmos, ou pedindo novamente o *habeas corpus*, caso o mesmo tenha sido negado anteriormente. Ao final do inquérito, cabe ao promotor público realizar a leitura do conjunto de documentos coletados até o momento e fazer ou não a denúncia ao Juiz para que vire um processo criminal. Depois seguem pedidos de novos testemunhos, na chamada “Assentada”, as defesas e as alegações finais do Juiz.

<sup>144</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. O autor estudou o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro no início do século XX, utilizando diversas fontes, tais como manuscritos de processos criminais de homicídios entre os anos de 1898 a 1911, legislações e jornais da época.

envolvidos no transporte não regulamentado de mercadorias entre os dois países, que viviam e trabalhavam nessa região de fronteira, compreendiam e orientavam seus modos de vida, lidando com os limites entre o “legal” e “ilegal”.

Além dos autos criminais, analisamos entrevistas com militares reformados e um ex-fiscal da receita federal para discutirmos algumas tentativas de disciplinarização e repressão por parte do Estado por meio das ações direcionadas aos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio de mercadorias não regulamentadas e/ou ilegal nessa fronteira entre o final de 1960 e 2015. Também, trouxemos entrevistas com vendedores de lojas em Salto del Guairá e atravessadores de mercadorias na fronteira a fim de problematizarmos como parte desses trabalhadores se percebem nesse meio e lidam com essas tentativas de controle por parte do Estado nos últimos 20 anos.

## **2.1 Trabalhadores, agentes do Estado e fiscalização na fronteira entre 1960 e a década de 1970**

Nos autos criminais do Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo, a presença do Estado no controle e fiscalização da entrada e saída de mercadorias Brasil-Paraguai apresentava-se, principalmente, quando isso envolvia o trânsito de café, com fiscalizações feitas pelo Exército Nacional Brasileiro e pela Polícia Militar Estadual do Paraná ao longo das décadas de 1960 e 1970. Entre essas décadas, as entrevistas construídas nessa pesquisa também indicaram a frequência do exército em apreensões de *whisky* e a existência do transporte não regulamentado de produtos agrícolas e inseticidas na fronteira.

As acusações de “contrabando de café” presentes nos autos criminais eram feitas até 1970, com base no Artigo 334<sup>145</sup> do Código Penal Brasileiro (CP). Junto a essas acusações,

---

<sup>145</sup> Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, define no mesmo no Artigo 334, as práticas de contrabando e descaminho como: “[...] importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria [...]”. Alguns dos autos criminais combinam a acusação do artigo que define contrabando com o Artigo 12, inciso II, em que se amparam para diferenciar crime consumado e tentativa e, às vezes, com o Artigo 25, que define quem de qualquer modo

combinava-se a Resolução nº. 259 do Instituto Brasileiro de Café (IBC), em que é indicado que “não pode ser transportado (café) a porto marítimo ou a fronteira sem a necessária guia de exportação emitida pelo próprio instituto”.<sup>146</sup> Após 1980, observamos uma mudança de número da resolução do IBC, mas o conteúdo continua similar, sendo citado junto às acusações de contrabando e/ou descaminho<sup>147</sup> o mesmo Artigo 334 do CP brasileiro e o Artigo 7 da Resolução nº. 39/81 do Instituto Brasileiro de Café que implicava na “apreensão da mercadoria quando a carga era desacompanhada da Guia de Trânsito de Café do IBC, em região controlada, como as áreas de fronteira”.<sup>148</sup>

Ao longo das leituras dos autos criminais descritos como “crime de contrabando” da Comarca de Toledo-PR entre 1960 e 1970, constata-se nas referências às acusações de

---

concorre para o crime, ambos do Código Penal (CP) brasileiro, vigente na década de 1960. No “§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos desse artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências”. Incluído pela Lei n. 4.729, de 14 de julho de 1965. Disponível em: BRASIL, Presidência da República. **Código Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 08 mai. 2014.

<sup>146</sup> Auto criminal de 21 de março de 1964. Acervo NDP: 553/50, folha nº. 72. Julgamento feito pelo Juiz de Direito Altair, em 12 de outubro de 1970. As resoluções do IBC sobre normas do transporte de café na fronteira citadas nos autos criminais foram pesquisadas na íntegra com consulta ao Fundo do IBC da Biblioteca Nacional em 2014. Essa pesquisa foi gentilmente facilitada pelos funcionários responsáveis pelo acervo que enviaram cópias da documentação solicitada.

<sup>147</sup> De maneira resumida, a diferença de descaminho e contrabando trata que, para praticar o descaminho é necessário transpor a fronteira, seja saindo ou entrando em território nacional sem pagar os devidos tributos pela quantidade de mercadorias permitidas por lei a serem transportadas. Já o contrabando, trata-se de transportar ilegalmente mercadorias proibidas entrando ou saindo de território nacional brasileiro. Entre 1960 e 1990, contrabando e descaminho não eram facilmente diferenciados no CP. Na atual redação da Lei 13.008/14 de 26 de junho de 2014, há uma diferenciação clara entre descaminho e contrabando. “Descaminho - Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem: I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei; II - pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho; III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem; IV - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos. § 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos desse artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.” (NR). “Contrabando: Art. 334-A: Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem: I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. § 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos desse artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.” Código Penal (CP) brasileiro, 2014.

<sup>148</sup> Auto criminal de 24 de dezembro de 1986, (ocorrência 417/86, inquérito n.027/87-DPF2/Guaíra/PR e Processo nº. 87.1013709-2 PR), comarca de Foz do Iguazu. Folha nº. 3.

“contrabando” algumas diferenças entre as interpretações feitas pelos responsáveis pelas apreensões em relação às denúncias dos promotores públicos e as avaliações dos juízes de direito.

Sobre isso, o Auto Criminal de apreensão no dia 28 de dezembro de 1961 traz interpretações do contrabando e suas respectivas caracterizações amparadas, entre outros, na compreensão legal de “zona fiscal” de fronteira entre os anos de 1960 e 1970.<sup>149</sup> O evento ocorreu durante a madrugada na localidade do Porto Britânia e nas proximidades do Rio São Francisco (verdadeiro), município de Marechal C. Rondon<sup>150</sup>. Refere-se o episódio à apreensão de 90 sacas de café e a prisão de 8 homens, com idades entre 17 e 54 anos. Três deles declararam-se agricultores, dois lavradores, um comerciante, um proprietário do sítio e industrial e um carpinteiro, sendo esse último de nacionalidade argentina.

Com base nos recorrentes aspectos das versões dos testemunhos dos acusados, o transporte do café até as proximidades do Rio Paraná, onde seria encaminhado para o Paraguai, mobilizou todo um conjunto de trabalhadores e divisão de tarefas. Depois de a mercadoria chegar ao Porto Britânia ocorreu o descarregamento do caminhão, armazenagem do café no sítio, carregamento das sacas em uma carroça até a barranca do Rio São Francisco, descarregamento na barranca, travessia do café com uma canoa até a outra margem desse mesmo rio, sendo essa a última etapa até o momento da interrupção pelos policiais ainda em território brasileiro.

Os relatórios do delegado regional de polícia de 1962, assim como os testemunhos de um sargento do exército e de três policiais militares estaduais que realizaram as apreensões

---

<sup>149</sup> Até 1966, não havia a diferenciação entre “zona primária” e “zona secundária” de fronteira utilizada nas definições atuais que será trazida ao longo do texto.

<sup>150</sup> O Rio São Francisco (verdadeiro) e também o Rio São Francisco (falso), localizados em Entre Rios, nas proximidades de Santa Helena-PR, são mencionados como parte dos trajetos até chegar às margens necessárias para atravessar a fronteira utilizando portos existentes na Costa Oeste do Paraná. Muitos dos municípios e portos citados nos autos de apreensão ficavam localizados na antiga “Fazenda Britânia” da “Companhia de Maderas del Alto Paraná”, sediada na Argentina, parte de uma companhia inglesa “The Alto Paraná Development Company Ltd”, “comprada” em 1946 pela “Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná”-MARIPÁ, que encampou um projeto privado e especulativo de revenda de terras em colônias de 25 hectares a 10 alqueires. Os registros do início dessa empresa conhecida popularmente por Fazenda Britânia são de 1905, realizando a “produção”, extração e comercialização de erva-mate e madeira, utilizando também força de trabalho indígena tanto do lado brasileiro como do paraguaio. Sua extensão era de aproximadamente de 274.752,846 hectares, passando na fronteira entre a foz do Rio Guaçu até a foz do Rio São Francisco Falso. Parte dos portos deixados pelo comércio regulamentado ou não feito por essa empresa foi ganhando outras utilidades ao longo do século XX, como o “contrabando” de café e outros produtos. Consulta realizada às obras: KOLLING, Paulo. Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon. **Tempos históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 10, p.351-3671º. sem/2007; WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos - historia do Oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982. Em Anexo 1, mapa dos portos antigos.

desse auto, acusam em comum os presos de “estarem fazendo contrabando de café para a república vizinha”.<sup>151</sup> Para eles, o lugar onde o café transitava e as práticas do transporte durante a madrugada evidenciavam tal crime. Em 1966 um desses policiais afirmou que “[...] costumeiramente elementos do destacamento da polícia militar local saíam pelas imediações de Toledo, às vezes seguindo até as proximidades do Porto Britânia, à procura de contrabandistas de café e outros produtos, visto como naquela região são frequentes os contrabandistas”.<sup>152</sup> A denúncia do Ministério Público trata todos os acusados como praticantes de “contrabando de café para o Paraguai” em 1966.<sup>153</sup>

Nos autos criminais foi recorrente a linguagem comum dos agentes do Estado em tratar popularmente e registrar acusações de “Crime de Contrabando” referindo-se a toda abordagem feita ao transporte de café sem a guia de autorização do IBC e nota fiscal do produto na então compreendida “zona fiscal” de fronteira. Quando se iniciavam os inquéritos policiais e vinham os pareceres do Ministério Público, praticamente todos os promotores e delegados compreendiam e denunciavam a maioria dos acusados nessas apreensões por “crime de contrabando”. Já nos julgamentos realizados pelos juízes, a interpretação específica da lei sobre cada caso fazia com que muitas dessas acusações, também amparadas no Art. 334 do CP brasileiro e na definição de “zona fiscal”, juntamente a argumentos em outros amparos legais, passassem a ser tratadas judicialmente como “tentativa de contrabando”. A leitura e parecer da sentença em 1970 ainda ressalta que:

Referindo-se a Lei Penal em “importar ou exportar mercadoria proibida ou sem o pagamento de direito ou imposto”, quer dizer que todo tráfico de mercadoria sem atendimento às normas estabelecidas pelo fisco, no interior da “zona fiscal”, constitui infração do artigo 334, do C.P. Em relação ao café, notadamente, vigem as disposições constantes da Resolução nº 259, do I.B.C., no sentido de que é vedado seu transporte sem a guia de exportação fornecida pelo próprio Instituto.

Ora se no caso dos autos está provado que o café beneficiado figurante do auto de apreensão de fls. 6, foi encontrado, parte na barranca do Rio São Francisco, parte num depósito, situado à beira do Rio Paraná, tudo no interior da “zona fiscal”, evidenciando-se que, segundo consta dos autos, o produto não se achava acobertado por guia de exportação.

---

<sup>151</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52. Folha 32.

<sup>152</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52. Folha 32. Folha nº. 72. Testemunho de um soldado da PM. Toledo, 05 de abril de 1966.

<sup>153</sup> Idem. Folha sem número. Denúncia feita por Lima, promotor público em 09 de novembro de 1966.

[...] “Se a mercadoria é apreendida dentro da zona fiscal, há tentativa e, se transportada para além dos limites da zona fiscal, há crime consumado.” Decorre daí que, sendo as 90 sacas apreendidas no interior da zona fiscal, parte na barra do São Francisco, parte num depósito do Porto Britânia, os acusados não conjugaram o verbo núcleo da infração penal - “exportar”, por circunstâncias alheias às suas vontades, eis que, foram pilhados pela polícia no momento em que tomavam as providências para transpor a zona fiscal, vadeando parte das bolsas de café de uma para outra margem do Rio São Francisco, que aliás, não é o curso fluvial divisório Brasil-Paraguai, que tem o Rio Paraná sua fronteira natural.

Desse modo, contrariamente ao que propõe a denúncia, o café não transpôs a zona fiscal, nem chegou a ser, qualquer das sacas, conduzida à vizinha República.

Inicialmente, tenho por desclassificada a denúncia da fl. 2 (*Na denúncia feita pelo promotor público consta “o crime de passar as sacas para o Paraguai”, - art. 25*), para admitir apenas, contrabando tentado - art. 334, comb. com o art. 12, nº II.<sup>154</sup>

O Juiz responsável pelo texto, Altair, atuou de dezembro de 1964 a dezembro de 1970 na Comarca de Toledo, sendo identificados seus pareceres em cerca de oito autos criminais referentes a contrabando no Fundo da Comarca no NDP.<sup>155</sup> Nos pareceres escritos em 1970, sempre há a preocupação de Altair em definir sua interpretação da caracterização de “zona fiscal” e “crime de contrabando”, criando como recurso a definição de “contrabando consumado” e “contrabando tentado” para contrapor as acusações feitas pelo Ministério público, pela polícia e militares do exército.

<sup>154</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Folha nº. 105 a 107. Julgamento feito pelo Juiz de direito, Altair, em 9 de outubro de 1970. Obs.: conteúdo em itálico e parênteses acrescentado pela autora.

<sup>155</sup> Há apenas três pareceres de outros juízes antes de 1966, sendo os demais pareceres e arquivamentos constando desse ano até 1974. Conforme informações biográficas deste Juiz, Altair formou-se em direito pela UFPR, atuou no magistério em 1962. Exerceu as funções de juiz substituto nas comarcas de Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Foi nomeado para exercer suas funções na comarca de Alto Paraná, no período compreendido entre novembro de 1963 e fevereiro de 1964, quando foi promovido à comarca de Segunda Entrância de Nova Londrina sendo ali seu primeiro juiz. Em dezembro do mesmo ano, foi nomeado para comarca de Toledo. Em 1970, foi removido para a Comarca de Ponta Grossa. Em 1977, foi para a capital. Em 1987 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada. Foi integrado no Tribunal de Justiça do Paraná, no cargo de desembargador. Aposentou-se em 1988. Faleceu em 2006, em Curitiba (PR). Publicou o livro *Novas considerações sobre o Júri*: questionários – lei nº7.209/84. Curitiba: Juruá, com segunda edição em 1999. Tentamos agendar uma entrevista com um ex-prefeito de Toledo que o conhecia, mas não conseguimos. No trabalho de Ivanor M. de Souza, o nome desse Juiz está presente nas reportagens de jornal pesquisadas por ele entre os anos de 1964 e 1970 em Toledo. Seu nome está associado a uma parte da fração burguesa da cidade numa disputa de poder público municipal, onde o mesmo fazia uso da posição de Juiz para defender os interesses do grupo ao qual se identificava. In.: SOUZA, Ivanor Mann. *A voz do Oeste: e suas articulações burguesas e o Estado em Toledo (1964-1970)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal C. Rondon, 2010. Há apenas três pareceres de outros juízes antes de 1966, sendo os demais pareceres e arquivamentos, constando desse ano até 1974.

Entre 1960 e 1970, observamos como a leitura sobre a interpretação das normas que regem o contrabando não é homogênea por parte daqueles que atuam como representantes do Estado. Em grande medida, os agentes reconheciam a “zona fiscal” como o lugar onde uma mercadoria considerada como produto de contrabando é encontrada, apreendida e avaliada, mesmo sem a exportação ter sido efetivada ou ter chegado próxima aos portos. São ações orientadas pelo próprio Estado, criando normas e regulamentos específicos sobre um determinado tipo de mercadoria com maior circulação no mercado, impulsionando a fiscalização e a criminalização sobre determinadas práticas por meio da atuação de policiais e militares do exército. O café representava uma parte importante da economia brasileira e ao ter um alto fluxo de exportação irregular, fazia com que o Estado perdesse com a arrecadação dos devidos impostos.<sup>156</sup>

Embora exista nos pareceres do Juiz de direito Altair o reconhecimento de que os denunciados não estavam transpondo a fronteira com o café, quando confirmada a intenção de contrabando, os acusados também eram criminalizados ao serem julgados por “contrabando tentado” com base no Art. 334. Para os trabalhadores, essa diferenciação entre serem denunciados por “crime de contrabando” e ser julgados por “tentativa de contrabando” significava o cumprimento de uma pena cerca de quatro meses menor da aplicada quando a travessia não regulamentada da mercadoria pela fronteira era confirmada como “contrabando consumado”.

Nos relatos dos acusados nesse processo, observamos certo conhecimento dos trabalhadores presos sobre algumas das características definidoras da prática de "contrabando". No primeiro testemunho de Gilmar, 45 anos, carpinteiro, natural de Posadas/AR, analfabeto, solteiro e residente em Rio Branco, Marechal Cândido Rondon-PR, coletado em janeiro de 1962, o policial escrivão descreve a fala dele:

[...] estava dormindo quando chegou a aproximadamente as 23:00 horas o Sr. “Djalma”, e lhe chamou para que levantasse, e disse que tinha uma carga para o declarante levar para o lado de lá de São Francisco que lhe pagaria bem, com essas propostas o declarante juntamente a “Nilton” foram esperar na barranca do Rios São Francisco, e lá chegando esperaram que chegasse a

---

<sup>156</sup> Conforme os dados do IBGE, a produção do café e a sua exportação foi expressiva para participação do Brasil nas exportações no comércio mundial nos anos de 1950. IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

carroça com o Café, e o declarante passou 29 sacas de café em uma canoa, e depois viram que chegou gente ao local, vendo que não era companheiro correram para o mato e vieram para sua casa.<sup>157</sup>

Dentro das possibilidades encontradas por Gilmar em seu primeiro testemunho, procurou construir sua fala articulando os questionamentos feitos pelos apreensores à tentativa de legitimar como interpretava seu ato e qual significado o atribuía. Ao construir sua versão, marca o lugar social de onde fala, enquanto trabalhador, morador nas redondezas do sítio e que, mesmo já estando em seu horário de descanso, apenas aceitava uma ordem para realizar mais um trabalho no sítio ao qual ele costumava prestar serviços. Ainda para legitimar seu ato, argumenta que “um dinheiro a mais seria bem vindo”. Gilmar afirma que não vivia daquela ocupação, mas que sua principal renda provinha de sua profissão. Assim, recorre aos valores em torno da construção social do “bom trabalhador”, que, nesse caso, teria um ofício e que não recusava trabalho braçal, mesmo fora de horário, pois precisa trabalhar para prover renda. Da mesma forma, reforça sua condição de classe vivida como trabalhador dentro da divisão social do trabalho.

Quando usa a “presença de estranhos” para justificar sua fuga e não expressa qualquer referência à polícia, deixa por entender como ele e seu companheiro não temia a presença dela, porque em sua defesa precisa indicar como eles não estavam a transgredir a Lei realizando o trabalho para o qual foram contratados para agirem dentro do território brasileiro.

Os trabalhadores envolvidos nas funções de carregadores no transporte não regulamentado de café para o Paraguai, que possuíam conhecimento sobre as implicações das acusações por tal prática, buscavam fugir do local para não serem presos em flagrante. A fuga era uma das tentativas e estratégias para se defenderem, pois significava, entre outros, evitar as acusações, a identificação, o sofrimento de violência por parte dos apreensores no momento da prisão em flagrante e terem maior possibilidade de responder ao inquérito policial em liberdade.

---

<sup>157</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52. Interrogatório feito a Gilmar em 04 de janeiro de 1962. Folha 47. Na leitura desse auto criminal observamos como há peculiaridade nos primeiros testemunhos dos presos serem coletados quase uma semana após a prisão em flagrante. O citado Nilton, 54 anos, natural de Ponta-Porã MS, solteiro, agricultor, primário incompleto, residente em Porto Britânia, Marechal Cândido Rondon-PR, declarou-se como funcionário do dono do sítio e indicou ser contratado para passar café, também pelo Sr. Djalma. Esse último será trazido no decorrer do texto.

No primeiro testemunho de 1961, Gilmar indica a legalidade de seu trabalho na travessia do café ao deixar registrado que o trajeto feito por ele e seu companheiro era apenas de uma margem para outra do Rio São Francisco. Ainda, no segundo testemunho coletado em dezembro de 1963 pelos investigadores da polícia, após mais de um ano da apreensão, Gilmar, ao responder ao inquérito policial, recorreu novamente ao conhecimento adquirido sobre a definição de fronteira nacional e a Lei que caracteriza contrabando, para argumentar como, de acordo com a Lei, o trabalho realizado não era ilegal. Afirmou que “[...] encontrava-se na canoa no Rio São Francisco puxando café, tendo conhecimento da infração pela qual estava sendo acusado”, mas que o lugar onde estava atravessando o café para o outro lado do Rio, ainda não era Paraguai, “[...] pois a Fronteira com o Paraguai fica além do Rio Paraná, e o café que o depoente passou ficou em território brasileiro”.<sup>158</sup>

Assim como esse trabalhador acusado, muitos deles recorriam à própria Lei utilizada pelos apreensores ao criminalizá-los para argumentar a legalidade do seu ato. O momento do testemunho é reconhecido como um espaço também utilizado pelos trabalhadores para construir com base nas próprias acusações ora a legalidade e ora a legitimidade de suas ações. Fazem isso com base em suas experiências de vida, interpretando as possibilidades de fazer uso das próprias definições legais em seu favor.

Na sequência do testemunho de Gilmar, percebemos a tensão que emerge entre sujeitos que se reconhecem socialmente de formas diferentes: acusado e apreensor. O escrivão segue com a transcrição da fala de Gilmar, afirmando que o mesmo mencionou que “apenas algum café foi passado com a canoa até aparecer a polícia e acabar com a alegria”.<sup>159</sup> O registro dessa frase traz indícios de que o Juiz responsável por ditar ao escrivão que datilografava o testemunho também pode ter intercedido na reprodução da fala com sua interpretação. Esse texto contribui para frisar as acusações presentes nos autos criminais de como o “contrabando de café” era entendido como um dinheiro vindo facilmente, sem esforço ou muito trabalho para aqueles que o aceitavam. Nesse espaço da coleta dos testemunhos, também emergem afirmações contribuindo para enaltecer o poder de agentes do Estado em manter a ordem social ao impedir a concretização de práticas ilegais e fora dos padrões de trabalhos comumente aceitos socialmente.

---

<sup>158</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52. Interrogatório feito a Gilmar em 16 de dezembro de 1963. Folha 47.

<sup>159</sup> Idem. Interrogatório feito a Gilmar pelo Juiz de direito Ênio e o escrivão Abel em 16 de dezembro de 1963. Folha 47.

Os relatos dos trabalhadores presentes nos autos criminais pesquisados nos levam a perceber como muitos deles já estavam familiarizados com a presença da fiscalização sobre a prática de transportar café não regulamentado para o Paraguai e as consequências legais da mesma. Ao longo das entrevistas realizadas com moradores que viveram em Guaíra nas décadas entre 1940 e 1970, foi comum fazerem referências à presença constante do exército e da polícia militar em patrulhamentos destinados ao combate do contrabando. Um dos moradores entrevistados, Félix, tentou mostrar seu conhecimento ao ser questionado sobre como era esse comércio na fronteira:

Houve aqui em 1956 o contrabando de café. [...] O exército que tentava cuidar [...] Passava em balsa, passava pelo rio, ali onde tem o rio, onde tem uma casinha abandonada, ali era um porto. Eles faziam balsa, pegava os tambores vazios de gasolina de uns 200 litros e daí eles soldavam a tampa e soldava tudo e largava na água e em cima punha madeira e amarrava e em cima colocava o contrabando, passavam lá por cima, vai assim e depois entra dentro de uma ilha perto da costa do Paraguai, pra cima de onde hoje é a ponte Ayrton Senna, aí pegava um pedaço do rio na divisa com o Mato Grosso do Sul, ia pelo rio, porque ali não tinha nada, não tinha porto era só mato ali. Tinha gente que trazia muita saca de café de Maringá e Londrina, daquela região e o quartel cuidava.<sup>160</sup>

A descrição feita pelo entrevistado nos leva a pensar em como as apreensões de “contrabando de café” eram algo presente nos assuntos cotidianos de muitas pessoas que viviam na fronteira nesse período. Independente da rota e do transporte descritos por ele serem possíveis ou não, sua fala indica como alguns moradores possuíam conhecimento a respeito da presença do contrabando de café, fosse ouvindo a respeito das apreensões ou por presenciarem essa prática na fronteira. A repressão e divulgação das apreensões, também surgiam como uma tentativa de disciplinar a população local sobre as práticas que deveriam ou não ser aceitas socialmente. As prisões eram noticiadas com o rigor e o requinte próprio daqueles presentes em páginas policiais, adicionando informações sobre o encarceramento e os prejuízos deles recorrentes. Isso correspondia a uma propaganda contraproducente para o contrabando, desestimulando a participação.

Em um dos testemunhos colhidos no mesmo auto criminal de 1961, Zito, 24 anos, agricultor, natural de Joaçaba-SC, escolarizado até o terceiro ano primário, casado, residente

---

<sup>160</sup> Félix, 91 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

em Porto Britânia, Marechal Cândido Rondon-PR e funcionário contratado sazonalmente pelo proprietário do sítio, alega ter perguntado ao seu contratante no dia em que combinou o serviço “*se não dava galho*” trabalhar transportando o café numa carroça até a margem do rio sentido Paraguai. De acordo com a transcrição de seu depoimento, ele disse ter aceitado a proposta ao ouvir resposta negativa, sabendo apenas “quando se achava à margem do São Francisco, Djalma explicou que o café seria contrabandeado, mas nessa altura o interrogado já havia trabalhado e continuou até que foram surpreendidos com a chegada da polícia”.<sup>161</sup>

Embora seu depoimento traga a confirmação de sua participação na “tentativa de contrabando”, Zito procura redimir-se do “crime” expondo a preocupação em confirmar a legalidade de seu trabalho, antes de aceitá-lo. Assim, busca na presunção da inocência por meio do desconhecimento da prática real sobre o que realizava, fazendo disso, entre outros, um mecanismo para evitar conflitos morais. Por esse caminho, demonstra conhecimento prévio sobre as práticas criminalizadas na região onde moravam que o permitiriam recusar a proposta, caso soubesse tratar-se de contrabando. No momento do testemunho, ele recorre aos valores construídos em torno do trabalho dentro de uma sociedade capitalista ao afirmar-se enquanto trabalhador e honesto perante as acusações feitas pelos agentes do Estado.

Conforme os testemunhos desse auto criminal os acusados fazem referências a Djalma como o principal mentor da tentativa de transportar o café não regulamentado. Djalma, 25 anos, natural de Erechim-RS, lavrador e comerciante de erva-mate, solteiro, residente em Cascavel-PR, teve seu depoimento coletado na mesma data do auto de prisão em flagrante, junto aos demais ouvidos, mesmo ele tendo fugido do local no dia da apreensão feita pelos policiais militares. Ao ser interrogado, disse saber que o contrabando de sacas de café era crime, “tendo o cuidado, quanto ao trânsito das mesmas em cobri-las com sacos de erva mate”.<sup>162</sup>

Portanto, o conhecimento sobre a presença constante de fiscalização fazia com que os trabalhadores lidassem com isso, tentando criar táticas para burlá-la. Recorrer ao uso de produtos agrícolas que não eram mercadorias visadas pela fiscalização naquele momento, em uma região onde predominava a economia rural, era uma das formas encontradas para burlar o

---

<sup>161</sup> Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52. Interrogatório feito a Zito pelo Juiz de direito Ênio e o escrivão Abel em 16 de dezembro de 1963. Folha 42.

<sup>162</sup> Idem. Interrogatório feito a Zito pelo Juiz de direito Ênio e o escrivão Abel em 16 de dezembro de 1963. Folha sem nº, arquivada entre a Folha 17 e Folha 18. Auto de declaração, interrogatório feito a Djalma em 2 de fevereiro de 1962. Folha s/n, arquivada entre a Folha 17 e Folha 18.

controle da entrada e saída não regulamentada de café. A extração de erva-mate na década de 1960 ainda estava presente mesmo em uma escala muito menor que a circulação tida na primeira metade do século XX.

A descrição contida no testemunho de Djalma é a única a incriminar diretamente o proprietário do sítio. Esse primeiro não foi ouvido novamente no inquérito policial por não ter sido encontrado. O registro do testemunho de Djalma informa que ele costumava fazer fretes para o dono do sítio onde foi encontrado o café, o Sr. Didi, 51 anos, natural de Veranópolis-RS, analfabeto, casado, industrial, residente em Porto Britânia, Marechal Cândido Rondon-PR, produtor e fornecedor de erva mate para a Cia Maripá.

De acordo com a leitura do testemunho de Djalma, o proprietário do sítio é que o teria instigado a praticar esse tipo de frete, convencendo-o da possibilidade de concretização e de ganhos maiores que os obtidos com frete de erva-mate. O frete de café teria sido combinado por Djalma com um proprietário da mercadoria da cidade de Campo Mourão-PR e com o Sr. Didi. Ele havia pego a mercadoria em Cascavel e levado ao sítio desse último no Porto Britânia. Djalma revelou ter acordado a divisão do valor de quarenta e cinco mil cruzeiros com o proprietário do sítio devido à facilidade da localidade em armazenar o café em sua propriedade até ser passado para o outro país. Conforme testemunho de Djalma, o Sr. Didi era o responsável por estocar e atravessar o café para o Paraguai.

Embora o envolvimento do proprietário do sítio e empresário tenha sido denunciado por um dos presos, os demais, que dependiam da contratação sazonal e/ou permanente por parte desse para o trabalho rural, deram testemunhos diferentes. Esses últimos, nos depoimentos de apreensão denunciaram a responsabilidade de Djalma no crime pelo qual estavam sendo acusados e fizeram questão de indicar nos testemunhos do inquérito a inocência de Sr. Didi. Esse último foi o único entre os denunciados a ser absolvido das acusações de “tentativa de contrabando”. Comparado aos demais acusados, a posição social e econômica do Sr. Didi era privilegiada numa região com uma economia predominante rural onde muitos dos trabalhadores possuíam apenas a possibilidade de venda de sua força de trabalho no campo e nas atividades geradas nesse meio para garantirem sua sobrevivência. Sr. Didi parece ter feito uso disto para construir, junto aos demais acusados, uma versão que o favorecesse. A absolvição desse empresário do crime, enquanto todos os demais são penalizados, demonstra as desigualdades presentes nas avaliações legais feitas por um Estado

que não é neutro. Em meio aos conflitos trazidos pelos testemunhos dos acusados, também são evidenciadas as lutas de classes vividas no campo jurídico.<sup>163</sup>

De modo geral, a leitura dos autos criminais trazem referências à predominância do trabalho rural na região como uma das possibilidades de ocupação para trabalhadores com o perfil dos envolvidos no transporte braçal não regulamentado de café. Motivações como a necessidade de afirmar que possuíam trabalho para construir sua legitimidade perante a acusação e a afirmação da identidade cultural experimentada por esses trabalhadores influenciavam para que muitos deles se identificassem como lavradores ao serem questionados quanto à profissão. Diferentemente, aqueles que possuíam alguma propriedade ou arrendavam terras, declaravam-se nos interrogatórios como agricultores. Os acusados envolvidos no transporte braçal de café não regulamentado se declararam também como pobres e com pouca ou nenhuma escolarização. Como veremos na sequência do texto, os trabalhadores também faziam uso disso para tentar construir a legitimidade de seus atos.

Na discussão proposta por Aparecida Darc (2009), o comércio de café entre Brasil e Paraguai fazia-se presente na vida de muitos trabalhadores na tríplice fronteira nas décadas de 1960 e 1970. Em sua pesquisa, ela observa que o “contrabando de café”, “[...] não foi uma iniciativa de pequenos comerciantes ou dos trabalhadores de Foz do Iguaçu. Tratava-se de uma operação maior, na qual alguns trabalhadores engajaram-se de maneira subordinada”.<sup>164</sup> Para a autora, o tempo vivido e lembrado pelos seus entrevistados estruturou-se num tipo de economia que oscilava entre os campos da legalidade e da ilegalidade.

Esse perfil dos presos é identificado tanto em partes dos testemunhos dados pelos trabalhadores como em alguns dos pareceres emitidos pelo Juiz de Direito Altair, por exemplo, ao qualificar um dos trabalhadores que foi denunciado por “crime de contrabando”, ele expõe que “sua personalidade se identifica com a do elemento comum do nosso meio

---

<sup>163</sup> Entre os acusados, Djalma foi considerado o mentor do crime, foi condenado a 18 meses, baixando para 1 ano de reclusão. Já Zito, foi considerado ajudante no carregamento do café numa carroça até a barranca; Nilton, Gilmar, responsáveis pela travessia do café no Rio São Francisco, condenados a um ano, baixando para 8 meses de reclusão. Outros dois menores de 21 anos, sexo masculino, fugiram do local, condenados a 15 meses, podendo cumprir 10 meses de reclusão. Sr. Didi, proprietário do sítio onde o café foi encontrado, foi o único absolvido alegando e, tendo no seu parecer final, que sempre foi isentado de culpa nos testemunhos de todos os presos. Embora o Juiz de direito tenha condenado a todos por prática de contrabando “incursos no art. 334, combinado com o art. 12, nº II e artigo 25”, ele decretou a extinção da punibilidade pela primeira denúncia ter sido feita em 1963 e prescrito até a data do julgamento em 9 de outubro de 1970. Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52.

<sup>164</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo 2009. p. 177.

rural, em geral de poucos recursos e pouca instrução”.<sup>165</sup> Em acordo com essa percepção referente às condições socioeconômicas vividas por muitos trabalhadores da região, destaco o Auto Criminal de 5 de fevereiro de 1964. Esse se refere à apreensão de 74 sacas de café, um caminhão e a prisão de dois jovens, ambos com 20 anos de idade e autodeclarados lavradores. Em seu parecer, o Juiz Altair analisa:

[...] réu primário e de bons antecedentes, visto não constar dos autos informação contrária; considerando a personalidade do agente, menor de 21 ao tempo do cometido delituoso, de pouca experiência e colocado sob o influxo do mau conselho resultante do exemplo colhido num meio áspero e aventureiro, quando o contrabando era para muitos um recurso de vida.<sup>166</sup>

Tratar o contrabando como “recurso de vida” indica uma percepção um tanto diferenciada entre os demais representantes do Estado que atuavam na região. Pareceres como esses dados pelo Juiz Altair, que atuou por mais de 6 anos na região estudada, são indicativos de que não havia uma unidade na interpretação e atuação feita pelos representantes do Estado. Embora tenha feito a crítica ao “contrabando” como mau exemplo, com base na leitura feita das condições de vida e horizontes possíveis para essa população, os Juiz Altair resume a região como “um meio áspero e aventureiro”.

As poucas ofertas de trabalho nessa região não ofereciam atrativos para esses trabalhadores melhorarem suas condições de vida, o que seria o caso dos exemplos das possíveis práticas consideradas ilegais e criminosas. Porém, a avaliação sobre a inserção ou não nessa forma de trabalho não estava ponderada somente nas vantagens econômicas e na possibilidade de consumo. Os trabalhadores acusados levavam em consideração suas interpretações sobre os costumes e valores construídos em meio às experiências vividas junto a uma classe trabalhadora rural.

Os jovens identificados no auto criminal de 1964, como grande parte dos acusados, possuíam trajetória marcada pela vida e trabalho no campo. Rildo, 20 anos, natural de Concórdia-SC, motorista e lavrador, solteiro, residente em Marechal C. Rondon-PR, estudou até a quarta série e trabalhou desde a infância como lavrador. Bellini, 20 anos, natural de Piratuba-SC, lavrador, solteiro, estudou até a terceira série e começou no trabalho rural aos 12

<sup>165</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 122. Sentença do Juiz de direito Altair, 3 de outubro de 1970.

<sup>166</sup> Auto Criminal de 05 de fevereiro de 1964. Acervo NDP: 570/52. Folha IV. Parecer final do Juiz de direito Altair, 15 de outubro de 1964.

anos de idade.<sup>167</sup> O envolvimento no transporte não regulamentado e/ou ilegal de café, por parte destes trabalhadores era um meio de sobrevivência para muitos deles. Ainda, ao ler os testemunhos de muitos dos acusados nos autos criminais, percebemos que o sonho da aquisição de alguns bens, entre eles um caminhão para trabalhar com frete na área rural ou urbana, visando atingir uma melhor condição de vida para o contexto em que estavam envolvidos, parecia ser analisado como um dos atrativos que motivavam esses jovens a se arriscarem ingressando no trabalho de transporte não regulamentado de café.<sup>168</sup>

A própria demora com a qual muitos dos julgamentos transcorriam, tendo alguns casos dos presos enquanto réus primários o direito de responderem aos processos em liberdade ainda pode ser um dos elementos utilizados também para avaliar o envolvimento desses jovens e adultos no transporte não regulamentado de café. Em especial, utilizar a força de trabalho de jovens menores de 21 anos de idade pode ser pensado também como uma tática para evitar a manutenção da prisão em flagrante. Para os contratantes, isso reduzia os transtornos com os trâmites legais com a possibilidade de prisão da força de trabalho contratada.

No auto criminal de 02 de julho de 1963 (acervo NDP. 561/51) o Juiz de direito Altair descreve a vantagem monetária que levava ao envolvimento com “contrabando de café” quando comparado com os rendimentos dos trabalhos nos quais esses sujeitos costumavam se ocupar no campo. Assim, as afirmações finais do Juiz trazem:

[...] ciente de que o empreendimento era ilegal e criminoso, eis que, ninguém se sujeitaria a transportar café para a fronteira com a Rep. do Paraguai, burlando a vigilância, das autoridades do fisco, na calada da noite, ou em plena madrugada sem visar um lucro, fora do comum, bem assim como, nenhum trabalhador braçal se sujeitaria a descer barrancas íngremes com sacas de mercadorias às costas, se não por uma remuneração acima do costumeiro.<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> Nesse auto criminal, um deles havia prestado serviço militar em anos anteriores. Os dois jovens foram condenados por “tentativa de contrabando” pelo Juiz de direito Altair, sendo o Rildo com pena definitiva de 10 meses de reclusão, maior que a de seu colega por ter sido agravada ao tentar subornar o policial que o apreendeu. Já Bellini recebeu 8 meses de reclusão definitivos, por ser entendido como menos malicioso que seu colega, reforçando que ambos estavam na “prática de fazer o contrabando uma forma de vida”. Nenhum dos dois são chamados a cumprir a pena, porque passado seis anos do julgamento, o crime prescreveu.

<sup>168</sup> Referência à necessidade de quitar dívidas feitas com a compra de caminhões são comuns entre aqueles que eram os motoristas e proprietários dos caminhões apreendidos.

<sup>169</sup> Auto criminal de 02 de julho de 1963, com apreensão de 350 sacas de café, 3 caminhões, 1 carro e 8 homens, com faixa etária entre 17 e 38 anos, ocorrida nas barrancas do Rio Felicidade, em Marechal Cândido Rondon. Acervo NDP. 561/51. Folha 219. Parecer do Juiz Altair, 8 de outubro de 1970.

O Juiz de direito separou os interesses e a participação de quem liderava tal empreendimento dos trabalhadores que executavam o transporte “por uma remuneração acima do costumeiro” em 1963. No ano de 1970, havia feito o juiz um discernimento entre capital e trabalho. E se não estivesse ele a desequilibrar arranjos de força na fronteira, numa hipótese sem evidência na documentação encaminhada, sua ação mirava os trabalhadores expropriados por miseráveis relações de trabalho que empurrava trabalhadores para o contrabando. Aos seus olhos, aquela economia de mercado de fronteira produzia uma força de trabalho. O Juiz Altair chegou a liberar os trabalhadores, não se baseando apenas na prescrição do crime após os anos de demora para o julgamento do processo, mas enfatizando o registro do argumento de “contrabando tentado”. De certa forma, isso também o torna protagonista dessa história na fronteira.

Como observado, os acusados encarregados pelas funções do árduo transporte braçal de carregamento e descarregamento do café a caminhões, barrancas e margens de rios eram homens com faixa etária entre 17 e 55 anos, concentrando-se a maioria entre os 20 e 40 anos de idade, com baixa ou nenhuma escolaridade, casados, com filhos e declarando-se agricultores, lavradores ou motoristas. Para muitos, devido aos ganhos recebidos, envolver-se no transporte não regulamentado de café podia significar trabalhar menos tempo e por uma renda maior quando comparado às exigências vividas no trabalho rural.

Muitos desses trabalhadores eram filhos de pequenos proprietários rurais que migraram ainda crianças junto aos pais de outros estados do Brasil, tal como Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Oeste do Paraná. Parte dessas famílias, mesmo com a migração para outro estado em busca de permanecerem vivendo do trabalho no campo, tiveram dificuldades em manter-se com os ganhos e produção advindas de suas pequenas propriedades rurais após as mudanças na produção agrícola nas décadas de 1960 a 1980 no Oeste do Paraná. Entre essas famílias de pequenos proprietários rurais, alguns conseguiram manter-se na área rural, mas precisavam trabalhar sazonalmente para outras famílias rurais com maiores propriedades e melhores condições econômicas. Ou até mesmo parte dos membros dessas famílias rurais deslocavam-se diariamente para trabalhar em ocupações na área urbana, como em serrarias e mecânicas. Outros, precisaram vender suas pequenas propriedades no campo e migrarem para a cidade, como é o caso de alguns dos acusados que moravam na área urbana, mas continuavam vivendo dos poucos trabalhos sazonais no campo, como na colheita de algodão e mandioca.

Esses trabalhadores vivenciaram, em meio ao processo de expropriação do campo, mudanças em seus modos de vida. Em meio a isso, eles experimentaram as novas formas de trabalho no capitalismo dentro de um contexto de perdas, por vezes vivendo em piores condições de vida que as anteriores.

Sobre a forma como a população local percebia o trabalho no transporte não regulamentado de café, observamos que referências às denúncias de caminhões suspeitos de contrabando de café próximos aos portos localizados nos trajetos em direção à fronteira com o Paraguai eram comuns em quase todos os testemunhos dos apreensores nos autos criminais estudados. Em uma entrevista realizada com Everaldo, 81 anos, natural de Iramaia-Bahia, militar do exército reformado, residente em Guaíra, o entrevistado mencionou como as denúncias eram feitas:

Tinha denúncia. Ninguém ia atrás dos malfeitores se nós não recebêssemos denúncias. Recebemos denúncias do nosso serviço de informação, isso eu nem sei quem era, porque era em Curitiba coordenado as denúncias. Aí foi deslocado a patrulha nossa para aquela região de Pato Bragado, Entre Rios e Santa Helena. Aí naquelas imediações, foi descoberto que o pessoal ia passar aí naquela noite. Aí nós fomos ficar na barranca do rio num barraco que tinha. [...] Tinha dias que apreendia numa semana dois ou três e de passar cinco ou seis meses sem apreender nada. O patrulhamento nosso era severo, era noite e dia [...].<sup>170</sup>

Por meio da entrevista, não é possível concluir a origem das denúncias recebidas: elas poderiam partir de outros produtores de café no intuito de garantir mercado; de outros grupos que atuavam no contrabando objetivando a garantia ou a busca da exclusividade de determinadas rotas de passagem; poderiam partir de parte da comunidade local que, em alguma medida, se sentia prejudicada ou incomodada com a prática; ou, até mesmo, do próprio dono da mercadoria, que, por meio da denúncia, visava chamar a atenção dos agentes do Estado para determinado caminhão, abrindo o “caminho” para a passagem de outros veículos carregados. Lembramos que uma das dificuldades em estudar contrabando está

---

<sup>170</sup> Everaldo, 81 anos, natural de Iramaia-BA. Posteriormente, morou no Estado de Minas Gerais, vindo a morar com a Família em Maringá em 1939, onde trabalhou por dois anos na estrada de ferro da Viação Paraná-Santa Catarina. Veio para Guaíra, em janeiro de 1955, para apresentar-se ao exército e com o objetivo de retirar os documentos pessoais necessários para fazer o registro de trabalho na empresa onde trabalhava. Sendo considerado apto ao serviço militar, ingressou no mesmo em fevereiro de 1955. Serviu ao exército em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em 1 de julho de 2014 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (58 minutos).

relacionada aos limites de qualquer tipo de quantificação, pois podemos saber o quanto é apreendido, mas nunca o quanto deixou de ser fiscalizado.

No entanto, por outro lado, a entrevista reforça a tese de que as práticas dos agentes do Estado atuavam no sentido de disciplinarizar o trabalhador na fronteira. Assim, levantamos a hipótese de que, como o “contrabando de café” era uma prática constantemente perseguida e criminalizada pelos representantes do Estado na região, isso criava na população local a internalização de alguns valores sobre quais formas de sobrevivência deveriam ser socialmente aceitas ou rejeitadas, da mesma forma como a interpretação do que deveria ser considerado moralmente como legal ou ilegal e/ou crime. Essa internalização contava com a repercussão das apreensões e com o impacto da violência presente nas relações que envolviam tanto a organização do contrabando quanto a repressão realizada pelo exército, ambas denunciadas pelos acusados em alguns dos autos.

A prática do transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira, na década de 1960, não estava restrita somente ao café. Porém a quantidade de autos criminais com acusações de “crime de contrabando de café” é proporcionalmente predominante no Fundo do Fórum da Comarca de Toledo no NDP. Mesmo se considerarmos que o Fundo contém os registros das apreensões que viraram inquérito, tendo parte deles se tornado processo, percebemos que os anos de 1961 a 1966 são marcados nos autos criminais com maior atenção do poder público em reprimir o transporte não regulamentado de café para o Paraguai. Apenas um entre os autos criminais catalogados nesse período registram a presença e ação do Estado no controle do transporte não regulamentado de outras mercadorias. Ainda, as entrevistas com agentes do Estado que viveram nesse período nessa região também trazem como eles, por vezes, presenciavam abordagens ao transporte não regulamentado de outros tipos de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai.

Trata-se do auto criminal de 6 de abril de 1961, referente a acontecimentos ocorridos na localidade de Porto Britânia, revelando a apreensão de 3 tambores contendo gasolina, 2 tambores contendo óleo, 3 sacos de arroz e 1 de açúcar quando estavam sendo carregados em uma lancha para fazer a travessia para o Porto Marangatú no Paraguai. Entre os presos estava Fontana, natural de Encarnación/Paraguai, 27 anos, residente no Porto Marangatú. Começou a trabalhar com 12 anos, estudou até a sexta série, atuava como armazeneiro na firma COIMPA há 8 meses. Ele foi preso em flagrante acusado de “contrabando”, prestando o testemunho que está descrito abaixo:

[...] o administrador da firma COIMPA, Alcindo, entregou-lhe uma carta e mais CR\$ 3.000,00 para o frete e mandou que entrega-se a para o Sr. Gessy – morador de Toledo; que na manha seguinte no dia 6 após ter atravessado o rio Paraná, pegou o primeiro ônibus que faz linha Porto Britania-Toledo; que uma vez em Toledo procurou seu Gessy conhecido seu lá da firma COIMPA tendo-o encontrado na residência do mesmo; que ao falar com seu Gessy, entregou a carta, que depois de Gessy ter lido a dita carta disse: vamos ver se encontramos; que dali dirigiram-se a casa Comercial de Falcão e lá compraram 3 sacos de arroz e um de açúcar, isso é, fiado; em seguida foram ao posto de propriedade de Pepe; que não encontraram o seu Pepe, tendo Gessy falado com o gerente (alto, escuro, com bigode), ocasião em que conseguiu sem pagar três tambores de gasolina e dois de óleo, depois desceram a rua e alugaram um caminhão de aluguel de propriedade de Pelé por CR\$ 3.000,00 [...] As 15 horas chegaram em frente ao portão privativo da Maripá perto da moradia do fiscal Sr Barbosa, que o declarante foi a casa do fiscal, e lhe disse tenho uma carga ai se deixas passar – passo, se não – não”, que após ter anotado a mercadoria disse que podia passar; que então foram até a praia, lá descarregaram o declarante e o motorista, a carga: tendo o motorista regressado a Toledo, ao que o declarante ficou junto a carga aguardando a chegada do companheiro com a chalana e Gessy pegando um barco de seu Garrincha e foi ao Paraguai; que momento após chegou a chalana rebocada pelo mesmo barco de seu Garrincha – que tinha levado Gessy; que então o companheiro começaram a carregar a chalana; já tinha carregado quase toda mercadoria quando chegou o cabo Paulo Nunes e o Sargento Fernandão do destacamento policial de Toledo, tendo apreendido tal mercadoria bem como dado voz de prisão, uma vez que não apresentaram documentos; diz que foi a primeira vez que tentava passar mercadorias, isso porque foi mandado pelo patrão estava obedecendo ordem.<sup>171</sup>

O fato de haver um único documento descrito como crime de contrabando de comida e combustível no acervo do Fundo a Comarca de Toledo no NDP aponta como não era comum a apreensão desse tipo de mercadoria transportada de forma não regulamentada entre Brasil-Paraguai e vice-versa. Isso não implica dizer que tal prática era pouco realizada, pois como mencionado no auto a mercadoria “era para consumo interno e não para revender”. Esse auto criminal sinaliza que o transporte de alimentos e combustível na fronteira existia e era tolerado por alguns agentes do Estado. Nesse caso, houve o envolvimento de empresários que, somado à possibilidade da compra ser feita sem o pagamento no momento na retirada das mercadorias, revelam uma prática provavelmente costumeira por parte desses empresários que viviam no Paraguai. Não encontramos nenhum auto criminal de prisão por contrabando, em que há trabalhadores transportando para uso próprio mercadorias industrializadas voltadas para consumo. Nesse auto criminal não há registro dos policiais terem sido motivados por

---

<sup>171</sup> Auto Criminal de 6 de abril de 1961. Acervo NDP: 164/15. Auto de declaração de Fontana.

denúncia para chegarem até o local da apreensão, mas de atuarem por estarem serviço no local no momento do transporte.<sup>172</sup>

Atender a demanda de compra de produtos por parte da população residente próxima a Porto Marangatu e de empresas estabelecida no Paraguai aparece como uma prática legítima para comerciantes de Toledo e moradores próximos ao Porto Britânia, já que o acesso a muitos desses bens era mais difícil ou oneroso em seu próprio país. Contudo, reconhecida a legislação fronteiriça que proibia a mesma em grandes quantidades, principalmente no que cabe ao transporte de combustível. A referência da ajuda de pessoas com alto poder aquisitivo para época, sendo citadas no testemunho do acusado, por exemplo, de um dos diretores da Companhia Maripá, Garrincha, que emprestou o barco a motor para ajudar a levar as mercadorias até o porto do lado paraguaio revelam a naturalidade dessas práticas entre empresários.

O relato do trabalhador ao dizer que foi à casa do fiscal para pedir autorização, “tenho uma carga aí se deixas passar – passo, se não – não”, revela o conhecimento sobre parte da legislação fronteiriça, mas também nos diz como a legitimidade sobre essas práticas se faziam no cotidiano de quem vivia nessa região. Embora essas mercadorias sendo passadas sem sua devida regulamentação pudessem ser entendidas pelos agentes do Estado como “crime de contrabando”, dentro dos costumes locais, nem tudo o que era considerado como “ilegal e/ou crime” pelo Estado era entendido dessa forma pela população local. Da mesma forma, nem todos os agentes do Estado, como o fiscal designado para trabalhar no porto, focavam na criminalização do trânsito de alimentos e combustível para “consumo”. A fronteira era reconhecida, mas, no cotidiano dessas pessoas, as relações também fluíam como um espaço de vivência e convivência.

A forma como o Ministério Público encaminha o parecer à acusação de contrabando levantada pelos policiais vai de encontro à leitura feita por parte da população local e do fiscal de porto.

---

<sup>172</sup> Conforme relatos de moradores expostos no museu Willy Barth em Toledo-PR, neste período havia pouco estoque de combustível nos postos da cidade de Toledo.

[...] Ao nosso ver, d. v., tal crime não existiu, pois muito bem salientado ficou que os indiciados não agiam como contrabandistas, agiam de boa fé, sem dolo, que é o elemento principal para a caracterização do crime de contrabando. O contrabando geralmente é feito de grande quantidade de mercadorias e, o que é importante e que o caracteriza crime, é que ele é praticado às escondidas, cujos agentes procuram por toda forma subtrair-se à vigilância fiscal e policial. No presente caso, o volume de mercadorias não autoriza pensar-se em contrabando, essa não se destinava a outro fim senão a de consumo da firma paraguaia compradora, que naturalmente se abastecia do que podia no Brasil, em Toledo, por lhe ser o ponto de abastecimento mais perto[...].<sup>173</sup>

A acusação sobre o “crime de contrabando” ganha outra interpretação com um dos representantes do Ministério Público, quando não há o interesse em criminalizar tais práticas. Há por parte dos próprios representantes do Estado, o reconhecimento da escassez de mercadorias necessárias para abastecer empresas que se fixavam em cidades próximas a fronteira, visando se beneficiar da exploração do capital nessas áreas. A vivência e conhecimento da realidade local, combinados a interpretação política desses sujeitos, permitem a eles usarem do espaço de atuação como representantes dos interesses do Estado para lidarem com as normas que lhes são estabelecidas e fazerem uma leitura diferente da apresentada em legislações ou códigos de conduta.

Em encontro a isso, a pesquisa realizada por Aparecida Darc identifica, nos relatos de viagem feitos por representantes do Estado sobre a região no final do século XIX e início do XX, o reconhecimento das dificuldades das chamadas empresas de “colonização” em conseguirem abastecerem-se nas proximidades. Esses representantes do Estado indicam em seus relatos que entendem como legítimo as mesmas e a população local buscarem esses recursos em cidades mais próximas localizadas em países como a Argentina e o Paraguai até meados do século XX.<sup>174</sup> Na década de 1960 e 1970 ainda observamos essas práticas realizadas por empresários que permaneceram nessa região. Embora reconhecessem o controle de impostos sobre o trânsito na fronteira, continuaram legitimando a busca por recursos entre um e outro país baseados nas dificuldades de acesso a bens de consumo em outras cidades de seu país, nas diferenças monetárias e nos próprios costumes locais.

---

<sup>173</sup> Auto Criminal de 6 de abril de 1961. Acervo NDP: 164/15. Análise do Ministério Público em relação ao processo sendo encaminhado ao Juiz de direito. Folha 38.

<sup>174</sup> DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 2009. p. 160-162.

Como já observado, as entrevistas realizadas com os moradores e trabalhadores que viveram nessa região, entre as décadas de 1940 e 1970 também trouxeram referências ao trânsito de outras mercadorias como alimentos, produtos e insumos agrícolas sendo transportados do Brasil para o Paraguai e vice-versa. Everaldo, que trabalhou nas chamadas “patrulhas de repressão ao contrabando na fronteira”, falou sobre como era comum a entrada e saída de produtos entre os dois países:

[...] ali reto indo pra ponte, lá em baixo onde é perto do porto de balsa, lá em baixo na vila Santa Clara, eles passavam de tudo antes de 1980. Tudo o que não produzia lá no Paraguai, passavam de mercadoria daqui pra lá. Guaíra foi medonha. Foi não, é. [...] A única prisão que eu vi de *whisky*, foi lá em cima na prisão do Zé Cigano, tinha muito tipo de *whisky* lá sendo trazido pra cá, o cavalo branco e outros. Ali nesse Zé Cigano vinha muita coisa, ali foram feitas várias apreensões. Essas coisas eu sei que passavam por lá, lá perto de Tibirissá, lá perto do afluente do Rio Iriema. Aqui passava muita coisa também, mas ficávamos mais fora. Teve muita coisa com a gente, mas faz muitos anos, eu não me lembro de tudo.<sup>175</sup>

Quando falou sobre o trânsito e comércio de café e *whisky* na fronteira referiu a isso como “contrabando”, dando ênfase diferente com referência ao trânsito de produtos brasileiros que não eram produzidos no Paraguai. As alusões ao *whisky*, assim como ao café, fazem-se também por serem mercadorias às quais o Estado dava maior destaque na necessidade de fiscalização, orientando o trabalho desses soldados. Esse interesse está articulado a diversos fatores. Entre eles, observamos que eram mercadorias que, com a entrada ou saída do país em grandes quantidades sem pagar os impostos, expressavam a ausência de um valor significativo para a fazenda. Em conjunto a isso, estavam os interesses das classes dominantes em pressionar o Estado para controlar o mercado e a comercialização de determinados bens em favor das mesmas.

Embora seja unânimes as referências ao “contrabando de *whisky*” nas entrevistas, nos autos criminais pesquisados no Fundo do Fórum da Comarca de Toledo e nos da Comarca de Foz do Iguaçu, com exceção de um auto que traz a apreensão de uma garrafa da bebida, nenhum outro fez referências à apreensão dessa mercadoria. O entrevistado, Carlos Alberto, narrou sobre como ele percebia o controle ao contrabando na fronteira:

---

<sup>175</sup> Everaldo, 81 anos, natural de Iramaia-Bahia. Entrevista gravada com a pesquisadora em julho de 2014 em Guaíra-PR.

[...] esse contrabando é velho, em 1960 já tinha muito, tinha o contrabando de café e, tinha de tora que vinha muito pra cá do Paraguai sem documentação. Tinha até disputa entre contrabandistas e foi onde que o exército interveio, e eles vieram com tudo. Foi aí que eles perceberam a grandeza das coisas. Tinha época que eu passava ali no quartel e tinha aquele monte de aviãozinho ali apreendido com contrabando de café. O exército foi pra cima deles e eles reagiram também, porque você sabe como que é fronteira!<sup>176</sup>

As referências às práticas de contrabando sempre são relacionadas às pessoas que se envolveram na comercialização de mercadorias com maior controle por parte do Estado. O comércio em grande escala na fronteira, envolvendo desde a propriedade da terra até bens como caminhões, não conseguia ser financiado pelos trabalhadores braçais e motoristas constados como presos e qualificados nos autos criminais. Nessas relações, os trabalhadores ocupavam um lugar na divisão do trabalho diferenciado dos que financiavam essa prática. Tinham sua força de trabalho explorada por proprietários de terras com capital suficiente para arcar as despesas com o contrabando, tendo lucros o suficiente para arcar com as possíveis perdas com as apreensões.

A acumulação proporcionada nesse transporte não regulamentado de café na fronteira estimulou a reação dos contratantes dessa prática contra as apreensões por parte do Estado. Relatos de trocas de tiros, violência contra moradores próximos a portos clandestinos e a corrupção de agentes do Estado são relatados nos autos criminais. Os conflitos faziam-se em torno de uma disputa de mercado, em que o Estado em prol de uma parcela de classe dominante empresarial e em defesa de sua arrecadação de impostos agia contra empresários que buscavam acumulação, fazendo uso de meios ilegais/legais. A reprodução do capital fazia-se presente no “contrabando de café” utilizando esse espaço da fronteira e as possíveis formas de acumulação proporcionadas pelas diferenças monetárias e de taxações de tributos sobre a comercialização de determinados produtos nas relações comerciais entre Brasil e Paraguai.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Carlos Alberto, 61 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>177</sup> As notas fiscais apresentas nos autos criminais em defesa dos acusados mostram o conjunto de práticas que envolviam a produção agrícola e o “contrabando” transitando entre o legal e o ilegal. No primeiro capítulo mencionamos as referências de Alfredo da Mota Menezes a respeito dos jogos feitos por proprietários rurais para produzir legalmente e/ou ilegalmente, transportar os produtos ilegalmente para o Paraguai e depois legalizar a passagem pelo Brasil para serem reexportados. MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955- 1980**. Campinas: Papirus, 1987. p. 25-26.

Conforme mencionado no primeiro capítulo, há pesquisas indicando que, ao menos desde o início do século XIX, existia transporte não regulamentado de madeira nessa região de fronteira, havendo maior controle por parte do Estado sobre as mesmas em meados do século XX. Em pesquisa ao Fundo do Fórum da Comarca de Toledo encontramos um auto criminal catalogado como contrabando de madeira, ocorrido em 12 de janeiro de 1972 no distrito de São Pedro em Toledo, acervo NDP: 646/58.

O conteúdo relatado pelo delegado era o de extração irregular da árvore nativa grápia, “amarelinho”, em área de depósito judicial. Nessa abordagem da polícia florestal foram presos cinco lavradores contratados para a extração das mesmas a mando de Roberto Miranda. A qualificação desse último no inquérito está sem preenchimento. Não houve registros que permitissem identificar os destinos das mesmas para o comércio não regulamentado com os outros países.

Contudo, junto a esse inquérito foi anexada uma certidão constando a existência de outro inquérito em 21 de novembro de 1971, por furto de toras e a prisão de três homens, sendo um deles João Miranda, filho de Roberto Miranda. Nesse auto de declarações de 1971, João Miranda era acusado junto a seus empregados de extração ilegal de madeiras de três árvores denominadas óleo pardo, portando ferramentas e arma em terras sob o litígio do Banco do Estado do Paraná S/A. No momento da apreensão foram encontradas na propriedade várias toras de pinho em dois estaleiros com sigla “S. Q.”. Sobre as toras de pinho não há esclarecimentos. No auto criminal de 1972 e na certidão anexada sobre o inquérito de 1971, foram apresentados documentos em que o Juiz de direito autorizava a extração das madeiras feitas no momento da prisão, sendo todos os presos absolvidos. Os Mirandas citados eram proprietários da madeireira e um dos acusados presos em 1971 era seu funcionário.

Embora a pesquisa a esse auto criminal não tenha trazido evidências sobre o transporte ilegal de madeira na fronteira, as ausências de punições, o desigual tratamento entre os acusados e alguns registros feitos pelos fiscais que não foram levantados durante o inquérito nos possibilitam suspeitas sobre “contrabando” e a posição de representantes do Estado defendendo interesses desses proprietários. Vale lembrar que, no caso do “contrabando” de madeira, a pesquisa desenvolvida por Alfredo da Mota Menezes (1987) denuncia como prática comum as madeiras brasileiras localizadas em cidades na fronteira com o Paraguai,

contrabandeando as mesmas desse último país e alegando que a madeira seria extraída no Brasil.<sup>178</sup>

A fronteira é, nesse momento, trazida como um espaço de conflitos entre os agentes do Estado e os que buscavam se beneficiar das diferenças econômicas entre os dois países, procurando, nas próprias dinâmicas de expansão do capitalismo, formas de extrair maiores ganhos. Em encontro a isso, a reflexão de Eric G. Cardin (2011) indica como o comércio nas áreas de fronteira também esteve articulado à própria apropriação desses espaços pelo capitalismo, ao perceber a possibilidade de reprodução nos mesmos, seja fazendo uso de relações consideradas legais ou das ilegais.<sup>179</sup>

Sobre a caracterização da definição de contrabando e de zona fiscal de fronteira até finais da década de 1960, o auto criminal de 15 de abril de 1964, da estrada sentido Toledo até Assis Chateaubriand, é uma importante fonte. Nesse caso, foram apreendidos 192 sacas de café, dois caminhões, 1 carro e foram presos 5 homens com idades entre 24 e 55 anos. Entre esses, dois deles declararam-se motoristas, um agricultor, um lavrador e um mecânico.

Para avaliar e dar o julgamento ao caso, o Juiz de direito inicialmente argumentou sobre o que define a prática de contrabando, já que os advogados de defesa não consideravam como “zona fiscal” a mesma região compreendida judicialmente pelo Ministério Público que prosseguiu denunciando os acusados. Assim, o Juiz define:

Há contrabando, no sentido objetivo, quando se conjugam dois elementos indispensáveis:

a) - o transporte da mercadoria sob controle, sem a autorização passada pelo Órgão fiscal competente;

b) - o ingresso do produto sujeito a controle do território da “zona fiscal” (tentativa); ou a transferência dele além da zona, para o território estrangeiro (fase consumativa). No caso dos autos, muito embora a mercadoria houvesse sido apreendida em lugar relativamente distante da fronteira, os referidos pressupostos materiais estão presentes, eis que o município de Toledo sendo cortado pelo eixo imaginário de 50 quilômetros a partir da fronteira, tem aplicação o dispositivo do 2º, do art. 1º, da Lei Especial, nº 1.884, de 10/I/1.953:

“compreende-se na zona fiscal a totalidade do Município atravessado pela linha de fundo, ainda que parte do mesmo fique fora dessa”.<sup>180</sup>

<sup>178</sup> MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

<sup>179</sup> CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. Araraquara. 2011. UNESP. Tese (Doutorado em Sociologia), Araraquara, 2011.

<sup>180</sup> Auto Criminal de 15 de abril de 1964. Acervo NDP: 418/37. Julgamento feito pelo Juiz de direito Altair, em 2 de maio de 1966.

Naquele momento, as definições utilizadas no item “a” para caracterizar o contrabando de café eram baseadas no Artigo 334 do CP brasileiro, estando descaminho e contrabando juntos no mesmo artigo. O café não era uma mercadoria proibida para exportação. Porém, quando sua exportação não era regulamentada, era considerada ilegal. Ainda, para uma carga de café circular em “zona fiscal”, caso não fosse ser exportada, era imprescindível uma guia de autorização do IBC. Sem isso, esse trânsito também era interpretado por parte dos agentes do Estado como ilegal, sendo tratado por contrabando. O Juiz de direito Altair avalia os casos para os julgamentos, distinguindo o crime de contrabando em duas fases: “tentativa” e “consumativa”. Essa forma de interpretação e avaliação não esteve presente nas acusações feitas pelo Ministério Público e nos julgamentos de outros Juízes de direito que atuaram nesse período.<sup>181</sup> A leitura e a postura do Juiz Altair nos seus pareceres irão, de certa forma, amenizar as denúncias feitas por outros agentes do Estado e pelo Ministério Público aos trabalhadores, reduzindo as penalidades legais ou os eximindo das acusações.

As interpretações de agentes e representantes do Estado presentes nos autos criminais expressam uma compreensão da lei sobre o ato de transportar café não regulamentado para o Paraguai que não se restringiam apenas à leitura específica de uma das legislações. Essa leitura também se articulava com outras normas, com a repressão do Estado sobre determinadas práticas e sobre as experiências vividas naquela região.

De acordo com as versões apresentadas nos testemunhos dos policiais responsáveis pelas prisões constantes no auto criminal de 15 de abril de 1964, a polícia militar recebeu denúncia por parte de um desconhecido, de que seria passada uma carga de contrabando de café na referente estrada. Os policiais relatam terem chegado às proximidades do local da denúncia e, ao verem um veículo *Jeep* parado em um bar, abordaram e apreenderam seus ocupantes, alegando que os mesmos fariam “cobertura” ao contrabando. Cinco horas depois, passaram os caminhões carregados de café a serem apreendidos. Conforme relatado pelos policiais, nesse auto criminal era comum “contrabandistas” darem “cobertura” ao transporte não regulamentado de café utilizando esse tipo de carro. Tal “cobertura” era entendida como aquela que busca verificar se há policiamento na estrada e também era usada para dar apoio ao transporte indicando os locais e, em caso dos caminhões terem falhas mecânicas nas estradas de terra, era usado para prestar auxílio.

---

<sup>181</sup> Não consegui identificar a maioria dos profissionais que atuavam como promotores nos autos criminais pesquisados e razão do uso de rubricas, identificando apenas Ministério Público.

Tanto o conhecimento sobre as práticas e procedimentos comuns do transporte não regulamentado de café, como os estereótipos construídos sobre a região de fronteira influenciavam na leitura dos agentes do Estado ao realizarem as abordagens. A atuação dos mesmos orientava-se pelo conhecimento obtido nas relações cotidianas, entre elas o conhecimento de pessoas e de lugares da região, já que muitos desses “agentes” moravam nas cidades em que trabalhavam. Já para o Ministério Público e o Juiz do caso, o envolvimento dos dois ocupantes do veículo não foi comprovado.

No que compete a esse auto de 15 de abril de 1964, entre os 5 homens presos, dois desses eram reincidentes em prisão em flagrante por “tentativa de contrabando” de café. Conforme Daniel Lemos, 55 anos de idade, natural do Rio Grande do Sul, primário completo, casado e motorista, eles levavam consigo e apresentaram para os policiais “uma cópia da Guia de Recolhimento do Imposto sobre o café”<sup>182</sup>, alegando que o transporte se tratava de um frete de Goioerê a Quatro Pontes-PR.

Carregar uma Guia de recolhimento do imposto demonstrava o conhecimento por parte dos trabalhadores das leis que criminalizavam tais práticas e possíveis formas de tentar burlá-las. Mesmo que essa Guia fosse utilizada para defesa dos acusados, conforme afirmou o Ministério Público ela “[...] comprovava o pagamento dos impostos relativos a 100 sacas de café beneficiado. Ora, além de que o total da carga apreendida era de 192 sacas, a Guia acima mencionada foi extraída em nome de *Manoel* e assinada por *João*, pessoas que nem sequer contam no processo de apreciação”.<sup>183</sup> Essa Guia de Recolhimento do Imposto apresentada no dia da apreensão foi desconsiderada pelos policiais e questionada pelo promotor, mas considerada posteriormente na avaliação do Juiz.

Para o Juiz de direito, a Guia de Recolhimento do imposto do café, junto às versões narradas pelos presos, os eximia da acusação de crime de contrabando, sendo todos absolvidos em 02 de maio de 1966, por falta de provas que os incriminassem.<sup>184</sup> As contradições entre representantes do Estado e o Juiz de direito Altair tornam-se presentes no que compete às avaliações sobre o contrabando na fronteira. Embora esse último reconheça as “tentativas de contrabando” dos trabalhadores acusados, apresenta em seus pareceres uma postura contrária à permanência da prisão, mesmo quando os crimes não são prescritos.

---

<sup>182</sup> Auto Criminal de 15 de abril de 1964. Acervo NDP: 418/37. Folha 62.

<sup>183</sup> Auto Criminal de 15 de abril de 1964. Acervo NDP: 418/37. Folha sem número. Denúncia do Ministério Público. Folha sem número.

<sup>184</sup> Idem. Folha sem número. Julgamento feito pelo Juiz de direito Altair, em 2 de maio de 1966.

O ocorrido no auto criminal de 6 de junho de 1963, na estrada que liga Toledo à Tupãssi, nas proximidades do aeroporto, é mais um fator que indica isso. Foram apreendidas 100 sacas de café, um caminhão e preso um jovem de 19 anos, natural de Tupã-SP, motorista, com primário incompleto e solteiro. Conforme as descrições do Ministério Público, o jovem transportava café com o caminhão do pai, vindo de Goioerê e o frete que fazia era o de pegar um caminhão quebrado e levar a carga até Toledo. Os fiscais do IBC passaram numa kombi e viram o caminhão quebrado, pediram as guias do IBC e o jovem não as tinha. Ele ficou junto ao mecânico esperando os fiscais voltarem com os policiais militares, que deram voz de prisão e levaram o garoto, a carga e o caminhão. Nesse auto criminal o advogado de defesa considera que:

[...] por outro lado, tanto é verdade que se dirigia sozinho que após ter o caminhão que dirigia quebrado, lá permaneceu, e, se soubesse, ou fosse o café destinado à contrabando e isso fosse de seu conhecimento, por certo junto andaria uma condução pequena para fazer “cobertura”, como se diz na gíria dos contrabandistas[...].<sup>185</sup>

Para parte da população local, há o domínio e naturalização de termos adaptados pelos envolvidos no “contrabando”, como “cobertura” para definir algumas funções que faziam parte do transporte não regulamentado de café. O promotor público, fazendo uso das argumentações do advogado, afirma:

[...] alega entretanto não ter procedido com dolo, ignorando o fato de que constitui delito o transporte de café destinado a exportação,[...] as executivas do réu não são dignas de aceitação [...] vistos que não podia ignorar que a cidade de Toledo é fronteira, notadamente para quem reside em município próximo, como é o caso de Goioerê.<sup>186</sup>

As denúncias dessas apreensões por parte do Ministério Público são recorrentes em muitos dos autos criminais pesquisados, adotando uma postura de tratar toda acusação de

---

<sup>185</sup> Auto Criminal de 6 de junho de 1963. Acervo NDP.: 730/66. Folha 29. Defesa do advogado em 19 de junho de 1963.

<sup>186</sup> Idem. Folha 41. Denúncia do Ministério público 23 de maio de 1966. Tornou-se processo em 1966, julgado em 1974 pelo Juiz de direito Telê Santana, argumentando que não houve crime e nem tentativa de descaminho ou contrabando.

“contrabando de café” feita por policiais ou militares do exército, como uma prática a ser criminalizada e seguir com processo.

Nessa mesma linha, encontramos evidências sobre esse padrão de comportamento dos agentes do Estado no auto criminal de 24 de outubro de 1963, Acervo NDP: 552/50. Esse caso envolve a participação de um tenente, um sargento e um cabo do exército, todos pertencentes à 5ª. Cia de Fronteira em Guaíra. O local da “patrulha de repressão ao contrabando” foi realizada entre Porto Rio Branco e Porto Felicidade, na estrada que liga Pato Bragado a Santa Helena, a quatro ou seis quilômetros da Barranca do Rio São Francisco e há 20 km da fronteira fluvial com o Paraguai. Foram apreendidas 110 sacas de café, dois caminhões, um carro e presos três homens com idade entre 28 e 33 anos. Entre esses, um declarou-se motorista e lavrador e os outros dois, motoristas.

Os testemunhos dos acusados coletados pelos militares e registrados pelo escrivão, informam nesse auto que Heleno de Freitas, 33 anos, natural de Palmeira das Missões-RS, motorista, primário completo, residente em Toledo e Jair da Costa, 33 anos, natural de Carazinho-RS, motorista, casado, residente em Pato Bragado, primário completo, estavam em um carro mercury verde que passava pela referida estrada e foram abordados pela patrulha.<sup>187</sup> Conforme testemunho do cabo do exército, Everaldo, 30 anos, “[...] tendo o Ten. resolvido segurá-los até o dia clarear, porque (o cabo, reconheceu que) Heleno de Freitas já esteve envolvido em outro contrabando e não possuía documento do carro”.<sup>188</sup> Conforme o mesmo testemunho, posteriormente chegou outro soldado dizendo que havia apreendido a quatro ou seis quilômetros da Barranca do Rio São Francisco dois caminhões de café, e quatro homens fugiram, menos um motorista de caminhão preso por ele. Esse último disse que as cargas eram de Jair Costa e Heleno de Freitas que estavam no automóvel. No auto de prisão em flagrante, o relatório feito pelo delegado afirma sobre Heleno de Freitas: “costumeiro e useiro na prática do contrabando, por quanto de uma outra feita, que o (tenente) não pode recordar-se

---

<sup>187</sup> Conforme o auto criminal, Heleno de Freitas, motorista do carro apreendido, reincidente em contrabando, recebeu várias multas do departamento de trânsito após ser preso; Jair Costa, disse em seu testemunho que estava indo de carona com Heleno tratar em Foz do Iguaçu de um caminhão seu que estava preso na renda, que o tal do Miudinho, residente em Moreira Sales, do Norte do Paraná, estava com eles no carro até uma altura do trajeto.

<sup>188</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 4, testemunho de Everaldo (o mesmo militar reformado entrevistado em 2014) membro da 5ª. Cia de Fronteira, 24 de outubro de 1963. Anotações entre parênteses da autora.

a data, o aludido indivíduo conseguiu evadir-se em companhia de outros que faziam parte da quadrilha de contrabandistas”.<sup>189</sup>

Nesse auto criminal, o primeiro testemunho dado pelo motorista do caminhão Jorge Mendonça, 28 anos, natural de Pato Bragado-PR , escolaridade até primeiro ano primário, casado, motorista, residente na Vila Industrial em Toledo-PR , apreendido em Marechal C. Rondon, coletado na delegacia de Toledo, traz informações de que:

[...] Perguntado pela autoridade se eram verdadeiras as declarações que prestou e os depoimentos das testemunhas e se queria dizer alguma coisa em sua defesa, respondeu que são verdadeiras as suas declarações, e sendo verdadeiro também os depoimentos das testemunhas. Tendo a dizer que no dia de ontem, mais ou menos as dezoito horas, foi procurado em sua residência, por Heleno Freitas, para fazer um frete de café, tendo o acusado perguntado a Freitas se não havia perigo, ao que o mesmo respondeu que o Delegado de Rondon, estava de acordo com eles;[...] que o declarante desconfiou que era contrabando de café, mas como Heleno tivesse garantido que qualquer coisa que houvesse pagaria até o caminhão, o declarante aceitou porque precisava do dinheiro; [...] que o declarante não foi maltratado e que ninguém bateu no mesmo depois que foi preso.<sup>190</sup>

Nesse trecho e nos testemunhos de outros acusados, observamos a preocupação dos militares do exército em registrar a concordância dos acusados com os testemunhos dos responsáveis pela sua apreensão e, ao final, enfatizar que os acusados não sofreram agressão após serem detidos ou, como outro acusado afirmou “[...] que o declarante e seus companheiros não foram espancados e nem maltratados pelo exército”.<sup>191</sup> Esse testemunho traz indícios de coerção, combinado à violência física. Mesmo em tal situação, ele procura esquivar-se da acusação, trazendo o fato de ter sido recrutado por Heleno de Freitas. Recorre a isso como um atenuante, uma vez que, embora tenha questionado seu contratante sobre os riscos do frete, afirma que o delito não foi dito a ele em nenhum momento.

A concordância ou não de transportar café ilegalmente era avaliada ponderando os prós e contras, dentro das condições, costumes e valores assimilados pelos sujeitos antes de assumir tais riscos. A perda do caminhão, os gastos advocatícios e a ausência do acusado,

---

<sup>189</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 14. Relatório de Oswaldo Rolla, suplente de delegado - Pato Bragado, 24 de outubro de 1963.

<sup>190</sup> Idem. Folha 4, testemunho Jorge Mendonça, coletado em 24 de outubro de 1963.

<sup>191</sup> Idem. Folha 6, data 22 de setembro de 1965.

principal provedor da renda familiar, pesavam nessa avaliação. Por isso, com frequência, as versões dos acusados com menor renda, entre eles os motoristas e carregadores, mencionam como os contratantes lhes davam garantias de não haver riscos. Ou, caso houvesse alguma apreensão, os mesmos se responsabilizariam pelos custos.

O “contrabando de café” precisava ser entendido como algo vantajoso economicamente tanto por aqueles que aceitavam o trabalho como pelos que financiavam essa prática. Assim, os proprietários de café com poder aquisitivo para garantir as expensas causadas pela prisão também utilizavam isso para pressionar os trabalhadores contratados para não delatarem seus nomes e envolvimento.

As condições de vida experimentadas por esses trabalhadores possuíam um peso relevante para eles avaliarem seu envolvimento no “contrabando”. Buscavam legitimar suas práticas com base na importância dos recursos provindos desse trabalho para suas necessidades de sobrevivência. Entre essas, motoristas de caminhão, mesmo sabendo que havia possibilidade de terem problemas com a lei, justificavam aceitar fretes com valores muito acima do comum para quitar as dívidas obtidas com a compra do veículo. Essas situações de envolvimento com algo criminalizado são momentos em que esses acusados colocam em questão as condições de vida experimentadas por eles enquanto classe trabalhadora no contexto vivido.

De acordo com um dos testemunhos dos acusados nos autos criminais, a diferença do valor pago pelo café entre o Brasil e o Paraguai era significativa: “o paraguaio Ramon, era o comprador do café no Paraguai e pagava naquela época Cr\$ 5.500 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) por saca, [...] sacas essas compradas no Brasil ao preço unitário de aproximadamente Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros)”.<sup>192</sup> Há diferentes valores apresentados nos autos criminais quanto aos preços pagos por sacas no Brasil e no Paraguai. Num dos autos criminais de 1960 é relatado pelo perito da polícia brasileira o valor de mil e seiscentos cruzeiros a saca no Brasil. As vantagens econômicas com as diferenças monetárias e com a sonegação de impostos combinadas a práticas ilegais, faziam-se para seus financiadores, favoráveis às possíveis expensas com apreensões.

---

<sup>192</sup> Auto criminal de 22 de setembro de 1965. Acervo NDP.: 810/74. Folha 82. Alegações finais do Ministério Público, dia 21 de fevereiro de 1968. Em 14 de janeiro de 1975, juiz de direito Osvaldo Brandão, declarou extinta a punibilidade pelo processo ter prescrito.

Nos autos criminais pesquisados os advogados se repetem com frequência em vários deles, sendo comum todos os acusados de um auto criminal possuírem o mesmo defensor. Isso se relaciona, entre outros motivos, à escassez de profissionais na região ou mesmo à contratação efetuada por um mesmo chefe ou mentor do “contrabando”. Nesse auto criminal é o mesmo advogado que faz a defesa de Heleno de Freitas e Jorge Mendonça, enquanto Jair da Costa, que possui uma condição financeira melhor que os outros dois, têm outro advogado, apresentando uma defesa mais incisiva e melhor argumentada que a dos outros dois acusados. Além disso, o próprio promotor de justiça pede revogação da prisão em flagrante apenas de Jair da Costa, reconhecendo que ele era de “família tradicional de Toledo” e poderia responder ao inquérito em liberdade.<sup>193</sup> Tal situação, somada às informações contidas em outros processos, como o caso citado do proprietário do sítio e empresário Sr. Didi, revelam a própria diferenciação de classes sociais, em razão das posturas de alguns dos representantes do judiciário diante de acusações.

Ainda no auto de 24 de outubro de 1963, na denúncia de Jorge Mendonça sobre o envolvimento de policiais e delegado no apoio ao contrabando, o Ministério Público fez referências a como o contrabando de café envolvia a formação de quadrilhas bem articuladas, mas deram pareceres negativos quanto às suspeitas de corrupção levantadas pelos presos. Abaixo, segue a argumentação de um promotor negando a liberdade provisória dos acusados:

Queremos crer que a prova a ser produzida, venha alterar, provavelmente a nossa opinião, pela vasta quadrilha de contrabandistas, porém no momento, achamos que a permanência dos denunciados, na Cadeia Pública, é um imperativo, criado pelos mesmos réus e pela vasta quadrilha de contrabandistas que vêm austuosamente desmoralizando o regime constituído, pois a desconfiança impera entre as autoridades encarregadas da repressão ao contrabando, ao ponto do exército não confiar mais nas autoridades policiais de Marechal Cândido Rondon, que são competentes para a lavratura dos inquéritos, ou de autos de prisão em flagrante, tal é o despudor dos contrabandistas que não trepidam sequer, em lançar o descrédito das autoridades, como se verifica em inúmeras peças desses autos.<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 40 a 42. O promotor pede a revogação da prisão em flagrante e o Juiz de direito responsável na época aceita em 13, novembro de 1963.

<sup>194</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 65. Promotor público. Toledo, 5 de dezembro de 1963.

O descrédito às acusações dos presos revela o receio em iniciar qualquer investigação ao corpo policial denunciado. A leitura dos autos criminais também revela que ocorriam, por parte de alguns agentes do Estado, práticas de corrupção visando alguma vantagem entre os acordos quando houvesse êxito no transporte não regulamentado de café para o Paraguai. Em um auto criminal anterior a esse, verificamos a prisão de um policial militar tentando praticar “contrabando de café”.<sup>195</sup> É o mesmo tenente do exército presente nas apreensões do auto criminal de 24 de outubro de 1963 quem realiza a prisão do policial.

Na sequência desse auto criminal de 24 de outubro de 1963, na segunda vez em que são tomados os depoimentos para o inquérito, as versões ganham novos sentidos e informações uma semana após a prisão. Jorge Mendonça mencionou:

[...] como Miudinho (contratante e proprietário do café) lhe apresentasse papéis, que no dizer do mesmo, eram documentos legais da mercadoria, o mesmo aceitou o frete, que não conhece uma Nota Fiscal e não sabe das exigências legais para o transporte da mercadoria, visto ter prática apenas do transporte de madeiras dentro do município [...] que quando foi preso, na estrada o Tenente o chamou de lado, onde os outros não pudessem ouvi-lo e lhe disse para contar na Polícia que a mercadoria era do seu Heleno e de Jair e que dizendo isso o interrogado seria solto no mesmo dia, que o militar era um Tenente japonês, que o interrogado não o conhecia, que o tenente mandou dizer também que havia ajustado o frete com o referido Heleno, pelo preço de hum mil cruzeiros a saca.<sup>196</sup>

Quando comparados, os trechos dos testemunhos revelam a tensão vivida pelos acusados. Não nos importa saber qual das versões possui maior ou menor veracidade, mas as leituras da realidade e os conflitos entre grupos sociais que esses testemunhos podem trazer. Entre isso, destaca-se que, mesmo em uma situação de tensão, o trabalhador utiliza-se da condição de pouca instrução para construir sua legitimidade perante as duas situações de interrogatório. Primeiro, a seu favor, menciona a falta de conhecimento e leitura para compreender as notas que lhe foram apresentadas. Segundo, recorre a obediência e crença na possibilidade de liberdade se delatado os contratantes para o serviço, uns dos principais alvos

---

<sup>195</sup> Auto criminal de 02 de julho de 1963, com apreensão de 350 sacas de café, 3 caminhões, 1 carro e a prisão de 8 homens, com faixa etária entre 17 e 38 anos, ocorrida nas barrancas do Rio Felicidade, em Marechal Cândido Rondon. Acervo NDP. 561/51.

<sup>196</sup> Op. cit., acervo NDP: 552/50. Folha 52 e 53, testemunho de Jorge Mendonça, coletado em 3 de novembro de 1963.

buscados pelos militares nas apreensões.<sup>197</sup> O campo do direito se apresenta nesses autos criminais como um importante espaço de luta dos trabalhadores e também do capital. As relações de força entre trabalho e capital tornam-se evidentes quando acusados percebem a necessidade de lidar tanto com contratantes como com o Estado, ocupando um lugar social e político diferenciado dos mesmos.

Isso ainda ganhou sentido ao estar expressa, na sentença do juiz ao motorista, um tempo menor de reclusão que os demais acusados, considerando que:

Jorge Mendonça, agente primário de infração penal e boa conduta anterior, sua personalidade se identifica com a do elemento comum do nosso meio rural, em geral de poucos recursos e pouca instrução, por isso menos, menos capacitado de entender o caráter anti-social e anti-jurídico do cometimento criminoso; sua participação no evento delituoso é de importância secundária, comparativamente aos dois primeiros réus.<sup>198</sup>

Sobre as denúncias de coação e de tortura trazidas pelos acusados ao longo dos autos criminais pesquisados em que os militares do exército eram os responsáveis pelas prisões, quase todos os acusados em seu primeiro testemunho trouxeram falas confirmando a participação no contrabando. Esses testemunhos dos acusados também costumavam trazer referências à participação de policiais militares e fiscais do IBC que facilitavam a tentativa de transportar café não regulamentado para o Paraguai. Essa característica dos autos criminais com apreensões realizadas pelo exército vai ao encontro com a reincidência com a qual o uso de coação e/ou tortura aparecem nas defesas feitas por advogados e, muitas vezes, em testemunhos.

No auto criminal de apreensão no dia 5 de agosto de 1963, no Porto Felicidade, município de Marechal C. Rondon<sup>199</sup>, foram apreendidas 45 sacas de café, um caminhão e presos três homens com idade entre 29 e 42 anos, entre eles um motorista, um lavrador e um

---

<sup>197</sup> Conforme entrevista realizada recentemente com um dos militares do exército reformados que foi testemunha nesse caso, após serem presos, os acusados eram entregues à delegacia e detidos até sair o *habeas corpus*. Depois disso não havia mais contato legal com os membros do exército.

<sup>198</sup> Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50. Folha 122. Sentença do Juiz de direito Altair, 3 de outubro de 1970. Jorge Mendonça, foi julgado com pena definitiva de 8 meses de reclusão. Heleno de Freitas e Jair da Costa, julgados com penas definitivas de 10 meses de reclusão. Diferente dos outros processos, esse é muito rígido na interpretação do que é contrabando para a época, onde casos semelhantes não foram julgados, porém também é mais um caso em que houve a prescrição do processo.

<sup>199</sup> Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34.

açougueiro.<sup>200</sup> Em especial, há versões muito distintas entre a dos acusados e a dos apreensores. Entre esses últimos, Antônio Lopes e Abel Braga, ambos com 19 anos, soldados da 5ª. Companhia de Fronteiras, sediada em Guaíba, descreveram que enquanto o tenente responsável pela patrulha de repressão ao contrabando foi levar um caminhão e o café apreendido de outro acusado eles ficaram de um dia para o outro fazendo guarda no local.

Com base nas informações em comum das versões narradas pelos soldados do exército, descrevemos a leitura desses testemunhos. Conforme eles, os acusados teriam deixado seus esconderijos quando pensaram que o exército havia ido embora. Disseram que os acusados também estavam envolvidos no contrabando de café apreendido no dia anterior pelo tenente. Os soldados alegaram que verificaram o caminhão dos acusados e os prenderam por haver vestígios de grãos na carroceria que indicava o uso do veículo no contrabando. Além disso, argumentaram terem apreendido sacas de café nas proximidades.

Diferentemente dessa versão, os acusados relataram em seus testemunhos que chegaram ao local onde foram presos porque realizariam a mudança de um morador do Porto Felicidade. O testemunho abaixo foi dado por Sócrates, 29 anos de idade, natural do município de Santa Rosa-RS, casado, lavrador, escolaridade primária completa, residente em Porto Felicidade, município de Marechal C. Rondon e proprietário do rancho e do sítio de onde fariam sua mudança. O testemunho de Sócrates foi produzido com a presença dos militares responsáveis pela apreensão:

[...] o interrogado disse que, tem familiares em Quatro Pontes e reside em maioria dos tempos em seu barraco, próximo ao porto felicidade, onde tem uma propriedade de oitenta e três alqueires; que no sábado dia três do corrente mês, o interrogado saiu de seu rancho com destino à Quatro Pontes e lá chegou a fim de voltar ao porto felicidade para buscar sua “mochila”, mudança; que a finalidade de não ficar mais a barranca do rio, era por ter medo dos paraguaios, com essa onda de contrabando que por alí existe; que foi falar com Otávio, visto o mesmo ser o único que tinha caminhão naquela localidade [...] chegaram até as terras do interrogado; que desceram do caminhão e prosseguiram a pé até o Rancho dele interrogado, momento em que foram presos por uma patrulha do exército nacional; que o interrogado, ao ser preso pela patrulha do exército nacional, não imaginou a causa da prisão.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> Reinaldo, 42 anos de idade, casado, açougueiro, natural de Rena Soares-RS, residente em Quatro Pontes, município de Rondon, terceiro ano primário era o proprietário de um caminhão, cujo a finalidade era trazer uma “mochila” (mudança). Friedenreich, 30 anos de idade, casado, motorista, natural de Santa Rosa - RS, residente no lugar denominado Quatro Pontes, município de Rondon, quarto ano primário e foi junto ajudar na mudança.

<sup>201</sup> Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34. Auto de prisão em Flagrante Delito. Testemunho de Sócrates coletado em 5 de agosto de 1963.

Se a redação do testemunho está correta, possuir grande propriedade de terras, como é o caso de Sócrates, é ter um poder aquisitivo incomum para a maioria dos acusados. Do lugar onde fala, elabora seu testemunho atribuindo as práticas de ilegalidade ao “outro”, “paraguaios”, de nacionalidade diferente à dele. Trata-se de construir sua referência com base na reafirmação de estereótipos negativos com relação à população da nação vizinha a ele. Se há práticas de crime, ele entende que essas ocorrem porque são estimuladas pelo Paraguai.

Os acusados foram levados para o quartel de Guaíra e depois para a delegacia da mesma cidade que, de acordo com os soldados, era a única com delegado presente. Diferentemente da versão registrada no primeiro testemunho, Sócrates relatou em seu segundo depoimento para o inquérito policial que:

Chegando ao acampamento [...] foram presos por três soldados do Exército, os quais amarraram os denunciados e perguntaram onde estava o café, tendo o interrogado dito desconhecer qualquer coisa a respeito de café, que logo depois passaram a sofrer nas mãos dos militares, os quais faziam os interrogados cantarem o Hino Nacional subirem e descerem no caminhão, davam tapas nas orelhas dos denunciados, e finalmente foram conduzidos a um caminhão, que uns oito quilômetros depois o caminhão enguiçou e foram obrigados a dormir na carroceria, e permaneceram naquele local até as 10 horas do dia seguinte. [...]carregaram sacas de café [...], as quais foram descarregadas em Guaíra, [...] que depois disso foram levados à delegacia de Polícia onde prestaram as agressões que o Exército vinham infligindo aos denunciados [...] que a patrulha que prendeu o interrogado e seus companheiros, muitas vezes se alimentaram no acampamento do interrogado, tendo depois feita a prisão, judiado do mesmo, que os militares estragaram todos os mantimentos que estavam no acampamento, que cortaram as roupas e levaram um revólver que era do irmão do interrogado.<sup>202</sup>

O testemunho de Sócrates não é somente um relato das prisões, mas da tortura vivida por eles. Na fronteira, em meio ao mato, o exército parecia ter carta branca para suas ações. Como uma força ativa na região, a coação do exército também se fazia presente para proteger o próprio comércio interno do país e garantir a manutenção sobre a arrecadação de tributos do governo federal sobre a exportação e importação de determinados bens. Para garantir isso, havia o uso da violência e a tortura contra os trabalhadores mobilizados no comércio ilegal

---

<sup>202</sup> Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34. Folha 33 e 34 Testemunho de Sócrates coletado em 30 de setembro de 1963.

presos nas abordagens do exército durante a repressão ao contrabando de café e/ou *whisky* era uma realidade.

Segue entre os outros acusados as denúncias de maus tratos, como descreve Reinaldo, 42 anos de idade, natural de Rena Soares-RS, açougueiro, escolaridade até o terceiro ano primário, casado, residente em Quatro Pontes e proprietário do caminhão preso:

[...] foram revistados e colocados no caminhão, onde os soldados jogaram serragem nas vistas dos denunciados, tendo os denunciados sido amarrados com fios de espinhel; que todos passaram a noite [...] sob temperatura baixa, [...] sendo que antes o acusado pediu o seu paletó e o seu revólver que se achava no porta luva do caminhão, os quais não foram devolvidos, tendo o Tenente da patrulha, dado uns tapas nele.<sup>203</sup>

Em continuidade ao conteúdo desses depoimentos, Joãozinho relatou que estava no acampamento de Sócrates e, antes dos mesmos chegarem, três soldados foram até lá questioná-lo sobre “onde estava o contrabando e quem fazia contrabando”. O mesmo disse não saber de contrabando “que os soldados insistiram e prometeram matar o interrogado de tanta surra, caso esse não contasse”.<sup>204</sup>

O convívio com a presença de militares na tentativa de controle social e do contrabando ficava marcado na memória da população local pelos casos de violência e torturas sofridos e relatados pelos presos ou por aqueles tratados como suspeitos de contrabando. A objetividade dos acusados nos testemunhos indicam como a repressão e o uso da tortura na fiscalização sobre determinadas práticas e mercadorias era comum por parte do exército nessa região. Por mais que, em alguns casos, parte da população local fosse responsável por fazer denúncias de caminhões e pessoas suspeitas de estarem fazendo contrabando ou estocando café não regulamentado em algumas propriedades próximas à fronteira com o Paraguai, havia aqueles que denunciavam, em seus testemunhos, a violência e o preconceito com os quais os moradores próximos aos portos eram vistos ou tratados.

Neste auto criminal, um dos elementos de negociação dos acusados foi chamar os testemunhos da população local para argumentar em favor “da moral e inocência” deles. Está

---

<sup>203</sup> Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34. Folha 36. Testemunho de Reinaldo coletado em 30 de setembro de 1963.

<sup>204</sup> Idem. Folha 40. Testemunho de Joãozinho coletado em 30 de setembro de 1963.

anexado ao processo um abaixo assinado com 36 assinaturas da população local contra a prisão dos acusados, declarando que “[...] residentes e domiciliados na mesma localidade de Quatro Pontes, que sabemos ser os nossos cidadãos honestos e que nunca praticaram crime algum, muito menos de contrabando”.<sup>205</sup> Entre a pequena população desse distrito de Toledo, uma parte da comunidade local demonstrou apoio moral acusados. A repercussão na comunidade local dos maus tratos sofridos pelos acusados também esteve relacionada à própria condição socioeconômica de um dos acusados que, de acordo com o registro do primeiro testemunho, era diferente quando comparado à de outros presos.

Também, entre os autos criminais foram identificados relatos de moradores das áreas rurais próximas as margens do Rio Paraná na divisa com o Paraguai, que sentiam-se pressionados e ameaçados com o fluxo de mercadorias ou pessoas que lidavam com atividades criminalizadas. Muitos moradores das proximidades com a fronteira conviviam com a pressão exercida por aqueles que praticavam o “contrabando” nas localidades onde eles moravam e pelos militares que faziam as patrulhas. Ambos lhes exigiam ora o silenciamento, ora informações sobre aquilo que presenciavam.<sup>206</sup>

O auto criminal de 22 de setembro de 1965 refere-se à ocorrência entre Formosa do Oeste sentido Toledo, em Porto dos Padres, há 20 km da divisa fluvial com o Paraguai, com apreensão de 70 sacas de café, três caminhões, dois homens com idades entre 34 e 41, sendo um comerciante e o outro lavrador. De acordo com os testemunhos dos militares, os acusados foram presos e levados com as cargas de café ao quartel da 5ª. Companhia de Fronteira em Guaíra. O responsável pela apreensão foi o tenente Vicente Feola, residente em Guaíra.

Diferentemente dos demais autos, os documentos da prisão de 22 de setembro de 1965, Acervo NDP 810/74, indicam que os acusados ficaram detidos no quartel para prestar os testemunhos. Um deles, Silas, natural de Caldeiras-BA, 41 anos, lavrador, casado, residente em Formosa do Oeste, que dirigia o caminhão apreendido, ficou 10 meses preso, desde a data da apreensão em flagrante até julho de 1966. Nos dois testemunhos dele, há denúncias dos crimes de contrabando cometidos naquela data e em anos anteriores pelos

---

<sup>205</sup> Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34. Folha 42. Abaixo assinado de 2 de outubro de 1963. Processo julgado como inocentes e arquivado em 1966 pelo Juiz de direito Altair.

<sup>206</sup> Auto Criminal de 4 de março de 1964. Acervo NDP: 328/28. Referente a apreensão de 112 sacas de café e um caminhão em uma propriedade rural em Toledo. O testemunho do morador rural, 43 anos, natural de Santa Cruz do Sul-RS e residente na Vila Santa Margarida em Toledo-PR é mais um que traz informações sobre as ameaças sofridas. Folha s/n. O Ministério Público pede arquivamento do inquérito, que, contudo poderá ser reiniciado, desde que surjam elementos que elucidem a identidade dos agentes. Data do arquivamento: 16 de maio de 1964.

acusados. Também há delação aos contratantes deles, os nomes dos fiscais do IBC e policiais subornados para facilitarem o contrabando, o proprietário do café, o destino da mercadoria e o nome de demais envolvidos em contrabando de café, empresários nas cidades de Toledo e Marechal C. Rondon. A confissão tão detalhada, combinada aos relatos de tortura contra os presos acusados em outros autos criminais, repete-se em alguns casos, ao ponto de o próprio Ministério Público chegar a mencionar em um dos processos:

Se a confissão é, com muita razão, considerada a “rainha das provas”, as declarações dos denunciados, constituem um verdadeiro libelo acusatório [...] Ocorre, porém, algumas vezes, que a confissão não pode ser tida como veraz e merecer fé, por objetivar proteger ou denunciar os verdadeiros culpados, ou ainda por ter sido obtida por meios intimidativos ou coercitivos.<sup>207</sup>

O uso da tortura contra os presos em flagrante também se fazia perceptível na forma como os testemunhos traziam descrições detalhadas sobre contratantes e incriminações sobre eles mesmos que, ainda sem os presos denunciarem tal violência, com a tortura como meio de extrair as informações, eram identificados pelo Ministério Público. Outros indícios de violência surgem, conforme mencionou o testemunho de Paulo Autuori, 22 anos e lavrador, e ex-soldado na época de uma das apreensões em Pato Bragado, “embora apertados os dois jovens presos não chegaram a confessar que se tratava de contrabando a carga por eles conduzida”.<sup>208</sup> Também surgem nos testemunhos expressões como “foi quase forçado a prestar tais depoimentos”<sup>209</sup>, utilizadas pelos acusados para argumentar a defesa e a mudança de versão dos testemunhos quando as prisões eram feitas pelo exército e os primeiros testemunhos coletados com a presença de seus militares.

Porém, por mais que houvesse esse reconhecimento por parte de promotores públicos e juízes, esses representantes do Estado não denunciavam os maus tratos e a coerção praticada por militares do exército. Esse silenciamento também expressava o posicionamento desses

---

<sup>207</sup> Auto criminal de 22 de setembro de 1965. Acervo NDP.: 810/74. Folha 82. Alegações finais do Ministério Público, dia 21 de fevereiro de 1968. Em 14 de janeiro de 1975, Juiz de direito Osvaldo Brandão, declarou extinta a punibilidade pelo processo ter prescrito.

<sup>208</sup> Auto Criminal de 05 de fevereiro de 1964. Acervo NDP: 570/52. Folha 66. Consta do testemunho a data de 3 de maio de 1963, que provavelmente, o ano foi datilografado errado ou juntado na pasta em local inadequado.

<sup>209</sup> Op. cit., acervo NDP 810/74. Folha 50, testemunho do Acusado Mauro em 4 de abril de 1977.

sujeitos com relação às práticas adotadas por representantes do Estado na criminalização do transporte não regulamentado de café. Em entrevista com um militar reformado, ele relatou:

Por eu ter conhecimento dessas estradas, eu era capa de manchete, e todo mundo sabia que tinha esse homem terrível, mas eu não era nada! [...] Eu estava em muitos casos de apreensão, porque era correto. Nós fomos a Toledo, isso foi seguindo a estrada que conhecíamos e onde imaginamos ter a denúncia. Acharmos uma casa com café. O dono da casa nos tratou bem, deu alimentação e tudo. O que caiu na ratoeira foi o Heleno de Freitas que não morava ali. Tinha um depósito em baixo dessa casa, o dono da casa, disse que sabia que iríamos vasculhar a casa, ele já falou que em baixo da casa dele tinha tantas sacas de café. A esposa havia ganhado neném, aí nós com todo cuidado pra não maltratar a dona, nós nos escondemos lá, ele nos deu almoço, quando foi umas duas horas, ele chegou a falou o dono da mercadoria chegou aí. Naquela época eu era jovem e tinha muita agilidade, eu corri atrás, porque o Heleno, no que eu gritei ele parou e olhou pra correr, eu gritei, num esconde e num corre. Eu falei volta, e ele voltou. Como era de ladeira abaixo, ele voltou, no que ele voltou embalado, ele quis me tomar a arma, eu passei a arma pro outro lado, ele bateu no meu braço e caiu. No que ele caiu, ele bateu a cara em uma bananeira. Aí outro tenente, Marcelo Oliveira, pegou ele e o tenente limpou ele. Ele assumiu que a mercadoria era dele, levamos ele pra Toledo, ficou preso. Passou uns tempos, eu já na reserva, [...] Eu cheguei no posto pra abastecer o carro e entrei no bar do posto, ele tava no balcão, ele olhou pra mim e saiu correndo, o dono do bar estranhou, eu fiquei quieto. Eu entrei no carro e dei risada, meu Deus o cara me reconheceu, mas também se ele machucou foi porque bateu a cara na bananeira.<sup>210</sup>

Em sua entrevista, o militar aposentado recordou algumas apreensões, relatando episódios que iam ao encontro com as descrições de ao menos três autos criminais pesquisados. Assim, fez uso do momento da entrevista para construir um registro histórico que o legitimasse no presente as práticas de seu trabalho no exército em tempos passados. A entrevista com o oficial da reserva afastado por quarenta anos dos acontecimentos que narra é elucidativa sobre a participação do exército na repressão ao contrabando. A estrutura formal do relato ressalta o poder invertido no exército na repressão ao contrabando. O caso relatado indica a subserviência dos moradores da zona rural e o medo dos “contrabandistas” face à presença do exército. A mãe e o bebê são citados para alertarem o discernimento e a feição

---

<sup>210</sup> Entrevista gravada com a pesquisadora em 1 de julho de 2014 em Guaíra-PR. O contato inicial para pedir uma entrevista foi justificado por saber que o entrevistado já morava e trabalhava no exército em Guaíra na década de 1960. Disse a ele ter encontrado o nome em um dos autos criminais onde o exército fazia fiscalização ao contrabando de café. Sem ser questionado sobre agressão ou coerção, ele iniciou sua fala comigo, justificando casos em que pessoas desmaiavam ao vê-lo devido à fama que tinha por estar presente em muitas apreensões, argumentando que nunca agiu de forma incorreta ou com violência.

humana dos militares. Também traz a cena cômica da reação do “contrabandista” que machuca o próprio rosto sozinho e depois é preso. Junto a isso, o desfecho grotesco, anos depois, quando o contrabandista reconhece o oficial (agora na reserva) num posto de combustível e “sai correndo”, castigado pela memória de um encontro inesquecível. Pela segunda vez, o oficial mencionava o acidente que feriu o rosto do “contrabandista”, em uma forma assustadora de nos contar sobre as torturas que o ajudavam a ser “capa de manchete”.

O “homem terrível” é um elo importante que nos liga às décadas de 1960 e 1970, particularmente quanto à ferocidade do exército sobre o trabalho ilícito na fronteira. A narrativa do oficial antecipa os elementos dolorosamente popularizados no imaginário a respeito da ditadura militar e de seu repertório de tortura. Está lá o delator, submisso, humilhado e ameaçado pela presença da mulher e do bebê. Nesse tipo de tortura revelada, ele alimenta os soldados, lhes dá descanso e os avisa da chegada do contraventor. Este, assume o papel prescrito de covarde e atrapalhado, tão abobalhado que se machuca. Na sequência está a peça principal, a confirmação do crime. O desfecho acontece quando o “contrabandista” funde o medo com a figura de seu torturador, incorporando esse sentimento sem qualquer possibilidade de anistia.

Em outras situações, observamos o comportamento de apreensores, promotores e juízes sem tolerância quanto à aplicabilidade da lei ou criminalização das práticas dos moradores locais. No auto criminal de 15 de maio de 1964, referente à prisão na travessia da Ponte Rio São Francisco (verdadeiro)<sup>211</sup> em Pato Bragado, foram apreendidos quatro sacas de café, um caminhão e preso um homem declarado motorista.

De acordo com os responsáveis pela prisão foram encontrados na carroceria do caminhão quatro sacas de café que estavam por baixo de cerca de 30 “bolsas de espigas de milho”, cerca de 400 tijolos, um pilão de arroz, um balaio e latas velhas. O acusado Toninho, 24 anos, natural de Gaúcha-PR, motorista, casado, primeiro ano primário, que começou a trabalhar aos 11 anos de idade na lavoura e residente em São Clemente - Marechal C. Rondon, juntamente ao testemunho de um familiar, disse que estavam sendo transportados para fazer a mudança do sogro dele. Enquanto isso, para o soldado Aymoré Moreira e sargento João Saldanha, tratava-se de contrabando pelas sacas estarem ocultas no caminhão. Abaixo segue o testemunho do acusado Toninho:

---

<sup>211</sup> Auto criminal de 15 de maio de 1964. Acervo NDP.: 571/52. Obs.: aparentemente é a primeira vez nos autos em que uma ponte é citada sobre esse rio.

[...] seu sogro iria residir em São Clemente, situada além da Ponte do Rio São Francisco; que seu sogro possuía quatro sacas de café beneficiado, os quais estavam sendo levados na ocasião [...] que ao se aproximar da ponte foi detido pelos militares lá destacados, [...] que o interrogado havia posto os sacos de café embaixo do milho a conselho de seu sogro; que disse que talvez assim eles não encontrassem; que o café não se destinava a contrabando, e sim apenas a consumo de seu sogro; que o interrogado nunca fez contrabando de café, e que já por várias vezes havia atravessado a referida ponte conduzindo cargas de telha, madeiras, etc.; que o café de seu sogro, havia obtido quando havia sido arrendatário de terras em Rondon, na propriedade de um tal de Brida.<sup>212</sup>

Os envolvidos possuíam conhecimento sobre a criminalização de determinadas mercadorias. Contudo, como o transporte era feito para atender a uma necessidade de uso, tal prática era legitimada por eles em seus costumes e valores. O auto criminal trouxe testemunho do sogro confirmando sua versão e assumindo a responsabilidade do ato, assim como a fala de outras testemunhas, entre elas o proprietário do caminhão, que procuravam indicar a inocência do acusado. Porém, para os agentes do Estado responsáveis pela apreensão e trâmites do inquérito, Toninho foi acusado devido a essa prisão ter sido em flagrante e com ocultação da mercadoria.

Toninho ficou preso por 210 dias. Sua soltura recebeu parecer desfavorável do promotor público, Luiz Felipe, alegando que sua prática era de contrabando e não podia responder ao inquérito policial em liberdade, mesmo sendo réu primário e já tendo passado 110 dias de prisão. O Juiz de direito Vanderlei, em 18 de novembro de 1964, nega a liberdade provisória e, depois que o advogado pede a revogação da negação da liberdade provisória, alegando que o denunciante “não estava praticando crime algum, quando da sua prisão”, esse mesmo Juiz reconsidera dizendo que “o contrabando tentado que se imputa o réu é de apenas 4 sacas de café, [...] preso [...] há já 7 meses, não entendo de justiça mantê-lo em prisão processual maior tempo do que sofreria em uma punição definitiva”.<sup>213</sup> Ser um trabalhador rural de poucos recursos, semi-analfabeto preso e acusado por "crime de contrabando" foram fatores gritantes para a justiça manter Toninho na prisão.

Diferentemente do parecer dado pelo Ministério Público no auto criminal de contrabando de comida e gasolina em Porto Britânia, assim como em outros casos de

---

<sup>212</sup> Auto criminal de 15 de maio de 1964. Acervo NDP.: 571/52.. Testemunho de Toninho, coletado em 11 de agosto de 1964.

<sup>213</sup> Idem. Acervo NDP.: 571/52. Juiz de direito Vanderlei, Vistos, Folha 38.

apreensão de café, nesse caso houve denúncia por crime de contrabando. Os autos criminais citados até o momento trazem nos testemunhos casos de abuso de poder e tortura por parte de militares do exército e uma atuação incisiva em criminalizar todo tipo de prática que envolvesse o transporte de café não regulamentado na “zona fiscal” de fronteira.

Em 1970, outro Juiz encerra o processo de Toninho, absolvendo o acusado e considerando:

É necessário ressaltar o zelo da autoridade no tocante à repressão ao contrabando que, nessa região, se exercia com muita frequência, todavia, na hipótese vertente se torna difícil precisar com segurança a intenção dolosa, ou seja, que as quatro sacas de café apreendidas se destinassem efetivamente a contrabando.

Com efeito a quantidade é tão mesquinha que chega à suscitar dúvida quanto à essa pretendida finalidade, pois, o lucro decorrente de quatro sacas de café para a República vizinha não compensaria o risco da empresa. Seria, o êxito da operação, autêntica “Vitória de Pirro.”<sup>214</sup>

Em muitas situações relatadas nos testemunhos e pareceres dos autos criminais há um distanciamento entre as avaliações feitas por e entre aqueles que trabalham para o Estado nos assuntos relacionados ao controle do contrabando. Entre outros motivos, as diferenças e aproximações das interpretações estão relacionadas à compreensão da legislação e à posição política frente às leituras sobre práticas consideradas socialmente aceitas ou não por aqueles que viviam e trabalhavam nessa região.

Por isso, muitas vezes, percebemos que também há por parte de alguns agentes do Estado, principalmente a promotoria pública, uma formação de estereótipos criminalizadores sobre a população local, bem como um distanciamento do conhecimento sobre a formação social, econômica e cultural do lugar onde esses sujeitos acusados viviam e trabalhavam. Entretanto, também há situações contrárias a essas, em que alguns representantes do Estado tomam posturas não apenas com base nas leis e criminalizações que elas estimulam, mas

---

<sup>214</sup> Auto criminal de 15 de maio de 1964. Acervo NDP. 571/52. Folha 136. Juiz de direito Altair 19 de outubro de 1970. Ao analisar os autos criminais, podemos indicar com cautela que o contrabando de café tornava-se viável quando a quantidade de sacas era acima de aproximadamente 40 sacas.

avaliando e articulando suas ações com base no conhecimento da realidade local, dos costumes e valores tidos por uma população formada, em sua maioria, no meio rural.

A criminalização sobre o contrabando do café era internalizada por grande parte da população residente nessa região de fronteira. Diferentemente disto, o comércio de mercadorias como alimentos, combustível e produtos agrícolas sem maior interesse do Estado e intensificação da fiscalização por parte dos policiais e soldados do exército, não era interpretada da mesma maneira.

Os pareceres do judiciário, não foram homogêneos. O Juiz Altair avaliou a maioria dos casos, interpretando a separação entre contrabando “consumado” de “tentado”. A definição de “contrabando tentado” também é fruto da interpretação tida por aspectos que caracterizam fronteira, “zona fiscal” e “divisa nacional”. Para esse Juiz, contrabando “consumado” é interpretado somente quando houve de fato a travessia do marco divisório de um país para o outro. Essa avaliação expressa uma tentativa de construir uma interpretação para julgar os casos, levando em consideração, além das definições legais que caracterizam o contrabando, a realidade local vivida por alguns trabalhadores nessa região que circulam e convivem com esse espaço, buscando retirar dele alguma vantagem.

Assim, embora a definição legal de “zona fiscal” tenha sido referenciada, a utilização dela como está escrita foi adotada pelos policiais e militares do exército. Para esses últimos a caracterização de “contrabando” baseava-se mais no conhecimento sobre como o “contrabando” era organizado nessa região e conforme as orientações do Estado em reprimir incisivamente a saída não regulamentada de café do Brasil. Essas interpretações dos representantes do Estado articulavam-se, muitas vezes, com o conhecimento do lugar onde trabalhavam. Da mesma forma, os trabalhadores envolvidos no transporte não regulamentado de café para o Paraguai que foram presos, lidaram com o conhecimento adquirido em meio a esse espaço.

Os trabalhadores presos e acusados por contrabando trouxeram em seus testemunhos e nas declarações dos autos de qualificação uma trajetória de vida marcada pelo trabalho rural desde a infância e pela experiência de migração de outros estados para o Oeste do Paraná. Muitos deles indicaram que já não conseguiam viver apenas do trabalho no campo ao argumentarem a importância dos valores obtidos com o “contrabando” para suprirem suas necessidades de sobrevivência. Entretanto, embora as mudanças nas condições de vida dos

trabalhadores tenha contribuído para o envolvimento nessas práticas, nem todos vivenciaram esse processo de perda da mesma maneira. Os conflitos vividos pelos trabalhadores entre seus valores morais e as novas formas de trabalho estimuladas pela presença do “contrabando” com a expansão e reprodução do capital nessas fronteiras, faziam-se presentes nos testemunhos.

A necessidade colocada como um dos fatores que legitimavam e impulsionavam o envolvimento desses trabalhadores ao envolvimento em um trabalho considerado ilegal pelo Estado trazia em evidência as dificuldades enfrentadas por eles na busca pela sobrevivência em meio às condições de vida experimentadas nessa região. Vivendo numa relação subordinada, ao serem contratados para o contrabando de café e também para o trabalho rural, esses sujeitos buscavam ora em tipos de trabalhos legais e ora em ocupações consideradas ilegais, meios de sobreviver nessa região de fronteira.

A legitimidade também era construída recorrendo-se aos costumes locais e à própria forma de lidar com a legislação fronteiriça ao argumentarem que estavam realizando um trabalho dentro do limite territorial nacional. A legislação e a criminalização do transporte não regulamentado de café não era algo desconhecido pelos trabalhadores acusados. Eles faziam uso delas para tentar contrapor as contradições entre as acusações, a legislação vigente e as condições de vida experimentadas. O campo jurídico também foi identificado como espaço de luta entre trabalhadores e capital.

## **2.2 A fronteira como lugar de trabalho e os trabalhadores nos limites do “legal” e “ilegal”**

Nos autos criminais pesquisados na comarca de Foz do Iguaçu de 1986 a 1987, seus conteúdos indicam interpretações de alguns agentes do Estado sobre a caracterização de práticas como contrabando nessa região de fronteira com o Paraguai tendo em alguns momentos semelhanças às apresentadas nos autos criminais da comarca de Toledo, por volta de 1960 e 1970. Em anos seguintes a 1970, continuaram as referências feitas pelos

entrevistados à entrada e saída de produtos agrícolas e bebidas, combinada a um fluxo maior de outras mercadorias industrializadas, desde alimentos a eletrônicos. O controle da entrada e saída de mercadorias na fronteira surge realizado por fiscais da Receita Federal e Estadual e por agentes da Polícia Federal a partir de 1970, ano em que há maior ampliação, formalização e definição das funções desses órgãos no território brasileiro.

O caso do auto criminal com o inquérito policial nº 87.10.11751-2/PR de 1987, referente à apreensão de 300 sacas de café, um caminhão, um carro e a prisão de um homem, com 31 anos de idade, natural de Iguatemi-MS, comerciante e proprietário de uma carvoaria e residente em Eldourado-MS, na estrada entre Terra Roxa e Guaíra, nos serve de comparação sobre a compreensão de fronteira utilizada para julgar o transporte não regulamentado de café entre 1986 e 1990.

Nesse auto, a apreensão foi realizada por policiais federais que encontraram um caminhão parado no acostamento e, “[...] ao conferirem a carga constataram que havia no interior da carroceria café beneficiado, sem nenhum tipo de cobertura legal; que por tal carga sem documentação legal encontrar-se na faixa de fronteira, deu voz de prisão em flagrante ao motorista”.<sup>215</sup> Nesse inquérito, os testemunhos dos policiais em relatórios no auto de prisão em flagrante expressaram a existência de troca de tiros entre os ocupantes de um fusca que fazia a “cobertura” da carga e os policiais federais durante a autuação ao caminhão. Também há o testemunho do preso dizendo que a carga deveria ser conduzida até o Porto Salamanca, em Oliveira Castro, na divisa fluvial entre Guaíra-PR /BR e Salto del Guairá/PY.

De acordo com registro do testemunho do acusado, ele aceitou fazer um frete de caminhão pelo valor de cinco mil cruzeiros de Iporã a Guaíra. O mesmo “viu uma bolsinha no interior da cabine do FNM e supôs que a mesma contivesse notas fiscais de mercadorias de transporte permitido”.<sup>216</sup> Esse acusado, que dirigia o caminhão, recorre ao desconhecimento do destino das mercadorias para justificar como não pretendia burlar a lei e reafirma a necessidade financeira para tentar legitimar suas práticas.

O testemunho do preso traz um valor do frete muito abaixo do mencionado por outros acusados de contrabando de café até 1966. Essa redução está relacionada, entre outros fatores, a mudanças econômicas que alteraram o tipo de cultivo agrícola no país, onde as décadas de

---

<sup>215</sup> Auto criminal de 02 de setembro de 1987. Comarca de Foz do Iguaçu-PR. Folha 2. Testemunho do policial federal.

<sup>216</sup> Idem. Testemunho do apreendido.

1970 e 1980 são marcadas pela mudança para monocultura de soja e milho nessa região. Estudos como o de Alfredo da Mota Menezes (1987) indicam uma forte presença do contrabando de soja nessas regiões.<sup>217</sup> Enquanto isso, a exportação não regulamentada do café deixou de ser um atrativo para muitos daqueles que se envolviam nisso, mas continuou presente o “contrabando” voltado para outros produtos com forte presença no mercado desses países.

Sobre o auto criminal citado, a definição utilizada pelos policiais federais para justificar a apreensão é a de “faixa de fronteira”<sup>218</sup>, não mais sendo referenciada como “zona fiscal” como nos autos criminais de contrabando do Fundo da Comarca de Toledo. O uso de “faixa de fronteira” possibilita a reabilitação de apreensão entre os 150 quilômetros da linha divisória do território nacional, indicando distâncias maiores que as dos 50 quilômetros definidos por “zona fiscal” presentes em autos criminais anteriores para legitimar o local da apreensão com o destino portuário à divisa fluvial do Brasil com o Paraguai.

Os policiais federais justificaram a apreensão nos seus testemunhos e o delegado realizou o relatório do auto de prisão em flagrante solicitando o inquérito e o concluindo, com base no “Art. 334 [...] do CPB e Art. 7º da Resolução nº 39/81 do IBC”<sup>219</sup>, para fazer a acusação também de “crime de contrabando” e não de descaminho.<sup>220</sup> Como observado, o comportamento e os procedimentos adotados pelos policiais federais de 1987 foram ao encontro da postura dos policiais e militares do exército da década de 1960, ao considerarem toda e qualquer carga transitando sem documentos que comprovassem o pagamento dos devidos impostos como “contrabando de café”. Diferentemente de casos semelhantes observados, esse auto criminal indica outra compreensão do Ministério Público sobre a caracterização de fronteira e contrabando:

---

<sup>217</sup> MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

<sup>218</sup> Lei 6.634 de 2 de maio de 1979, resolve: “Art. 1º. - É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.” Fonte: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2014.

<sup>219</sup> Essa resolução do IBC, também refere-se ao transporte de café em áreas de exportação desacompanhada pela guia de autorização.

<sup>220</sup> Inquérito policial 042/87, relatório do delegado encaminhando para inquérito. Folha s/n.

Conquanto o fato de transportar café, sem a devida documentação e autorização do IBC, em certas regiões do país, especialmente as fronteiriças, possa constituir suficientemente um ilícito administrativo-fiscal, ocorre que, no caso, a despeito das presunções e indícios, quanto à finalidade de contrabando, não se caracterizou sequer o início, da execução desse delito. Com efeito, a apreensão se deu, quando o caminhão encontrava-se parado, aguardando conserto, sem ter alcançado ainda a cidade de Guaíra. Estava-se, pois, na fase dos atos preparatórios.<sup>221</sup>

Embora o Promotor público reconheça a intenção de cometer “contrabando”, a acusação aos presos só seria entendida como crime se fosse realizada dentro do município fronteiriço ou na travessia da divisa entre o Brasil com o Paraguai, diferentemente da leitura feita pelos agentes do Estado responsáveis pelo auto de prisão em flagrante e inquérito policial. Ao compararmos essa avaliação do promotor com as feitas anteriormente por outros representantes do Ministério Público até 1966 percebemos como, nesse caso de 1987, não houve uma preocupação tão grande em punir o transporte não regulamentado de café. Isso pode estar relacionado à mudança de foco para o tipo de mercadoria a ser controlada, já que no mesmo período há várias pesquisas indicando o fluxo de trabalhadores transportando diversas mercadorias industrializadas, tais como eletrônicos, do Paraguai para o Brasil, sem a declaração e pagamento dos devidos impostos.<sup>222</sup>

Em outro auto criminal da Comarca de Foz do Iguaçu, de 24 de dezembro de 1986, encontra-se uma apreensão realizada em Porto Sete Quedas em Guaíra-PR. A ação foi contra um taxista, de 48 anos, natural de Promissão-SP, com primário incompleto e residente em Guaíra, trazia escondido próximo ao motor do carro uma câmera filmadora, juntamente a uma garrafa de *whisky* e um par de tênis. Nessa fonte documental, também identifica-se as diferenças de interpretação sobre a criminalização do “contrabando” entre agentes do Estado. Conforme o registro do testemunho do taxista, ele:

---

<sup>221</sup> Idem. Pedido de arquivamento em 16 de agosto de 1989. Folha 48 p. 146.

<sup>222</sup> RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

[...] dirigiu-se até o Paraguai, mais precisamente até Salto del Guairá, município fronteiriço com o Brasil, ocasião em que adquiriu uma filmadora, pela quantia de trinta e oito mil e quinhentos cruzados, que também adquiriu pequena quantidade de outras mercadorias estrangeiras; Que o proprietário da loja do Paraguai disse ao interrogado que não se preocupasse com o fato de ser proibida a entrada da filmadora no Brasil, pois daria um jeito da fiscalização não encontrar a filmadora; Que assim, o dono da loja fixou o pacote que continha a filmadora, ao lado do motor Opala taxi de sua propriedade que ao entrar no Brasil foi fiscalizado por um policial federal que encontrou a mercadoria e conduziu o interrogado até essa delegacia; Que alega não ter feito proposta nenhuma ao policial, apenas esclarece que é meio atrapalhado pra falar e disse ao policial que lhe tirasse a filmadora e o deixasse ir embora[...]<sup>223</sup>

Nesse trecho, observa-se como parte da população local, comerciantes em Salto Del Guairá, consumidores e atravessadores de mercadorias lidam com os limites entre o “legal” e o “ilegal” não se amparando apenas na legislação e normas que criminalizam tais práticas, mas nos próprios valores percebidos por eles ao avaliar tanto financeiramente como moralmente o que entendem como uma prática socialmente aceita ou não. Ao esconder a mercadoria no motor, o taxista indica como havia ciência da irregularidade de sua prática. Quando o taxista justifica apenas ter dito “ao policial que lhe tirasse a filmadora e o deixasse ir embora”, parece ter noção das consequências da perda do carro e apreensão por ele ter ocultado a mercadoria. Ao longo de sua defesa, o advogado do taxista apela chamando atenção para as práticas comuns da população local:

[...] Por outro lado, havendo punição do Requerente com a perda de seu veículo, seria como se ele fosse culpado por nada menos que 26 mil habitantes de Guaíra-PR e Região, que possuem esse tipo de aparelhagem e, não é necessário dizer de onde é sua procedência.<sup>224</sup>

Nos autos criminais pesquisados, muitos dos apreendidos conhecem a Lei e, por isso, articulam-se, buscando benefícios em seu favor, enquanto outros não conhecem todas suas especificidades e se orientam pelas práticas consideradas comuns pela população local, por, normalmente, essas não sofrerem tanta repressão. Ao longo das entrevistas com trabalhadores

---

<sup>223</sup> Auto criminal de 24 de dezembro de 1986, comarca de Foz do Iguaçu. (ocorrência 417/86, inquérito n.027/87-DPF2/Guaíra/PR e Processo no. 87.1013709-2 PR). Testemunho em 30 de junho de 1987, Folhas 39-40.

<sup>224</sup> Idem. Carta de impugnação do acusado. Folha 25, 16 de janeiro de 1987.

que moram em Guaíra ou em Mundo Novo, constata-se como a interpretação dos mesmos sobre passar poucas mercadorias tais como eletrônicos e bebidas, acima ou não da cota permitida, dificilmente é entendida como algo criminalizado. Entretanto, é compreendido que se trata de uma tentativa de ludibriar uma fiscalização, sendo necessário arcar com as despesas de impostos ou ter perda da mercadoria, caso sejam parados.<sup>225</sup>

De acordo com os documentos de investigação sobre o ocorrido no auto criminal, a apreensão das mercadorias e do carro deu-se por um agente da polícia federal em “zona primária”<sup>226</sup>, que tentou registrar o auto de apreensão em flagrante do taxista pela acusação de descaminho, combinado à tentativa de suborno, mas houve a recusa do delegado da polícia federal em fazer o registro de apreensão em flagrante. Por isso, não há testemunho do acusado na data de apreensão e apenas no inquérito. A justificativa do delegado de se negar-se a fazer a prisão em flagrante é a de que o taxista não poderia ser acusado por descaminho porque:

[...] referida mercadoria foi retirada pelo Agente da polícia Federal no Porto Sete Quedas, sendo posteriormente acionado o Fiscal da Receita Federal para as medidas cabíveis ao caso o que efetivamente ocorreu; Que entendeu o inquirido não estar caracterizada a finalidade comercial das mercadorias apreendidas, apesar de ultrapassar o limite da cota permitida, cabendo tão somente a retenção da mercadoria pela Receita Federal; Que o fiscal da receita federal apenas reteve a mercadoria, não fazendo sua apreensão [...] que num prazo máximo de trinta dias, à contar da data da ciência, o mesmo poderá desembarcá-la junto a Receita Federal, tendo em vista não trata-se de mercadoria de importação proibida.<sup>227</sup>

O que temos observado na forma como os inquéritos são encaminhados e na própria forma como os agentes do Estado trabalham no processo de fiscalização e apreensão é que as ações podem variar, em alguns casos, conforme a interpretação que cada agente do Estado faz

---

<sup>225</sup> Sobre os tipos de mercadorias, muitas pessoas comumente as compram no Paraguai e passam pela fiscalização sem ao menos saber que estão cometendo ilegalidade, por estarem passando mercadorias não permitidas por Lei. Por exemplo, comprar facas, veneno pra por horta no Paraguai, não é permitido pelas normas aduaneiras. Porém, não há relatos de pessoas que tenham respondido por isso. No máximo há relatos da apreensão da mercadoria por parte do fiscal.

<sup>226</sup> Conforme o Decreto Lei, N. 37 de 18 de novembro de 1966 são “[...] I - zona primária - compreendendo as faixas internas de portos e aeroportos, recintos alfandegados e locais habilitados nas fronteiras terrestres, bem como outras áreas nos quais se efetuam operações de carga e descarga de mercadoria, ou embarque e desembarque de passageiros, procedentes do exterior ou a ele destinados; II - zona secundária - compreendendo a parte restante do território nacional, nela incluídos as águas territoriais e o espaço aéreo correspondente.”

<sup>227</sup> Auto criminal de 24 de dezembro de 1986, comarca de Foz do Iguaçu. Termo de Inquirição ao delegado da polícia federal lotado em Guaíra no dia da apreensão do taxista, 15 de janeiro de 1987. Obs.: Nesse trecho foram retirados os nomes citados.

do cumprimento ou não do Código Penal Brasileiro - CPB, Regulamento Aduaneiro e outras normas formais.<sup>228</sup> Além disso, tal interpretação não ocorre seguindo exclusivamente esses documentos que orientam o trabalho dos agentes do Estado, mas com base na própria vivência experimentada ao longo do trabalho e cotidiano desses sujeitos. Assim, tanto nos processos envolvendo diversos agentes do Estado como em entrevistas com fiscais, há indícios de como esses valores trazidos por cada um desses sujeitos entram em conflito na realidade de trabalho vivida cotidianamente por eles.

As descrições contidas no conjunto de documentos que envolvem o auto criminal de 24 de dezembro de 1986 do taxista originaram mais três inquéritos. Um deles trata-se de uma sindicância instaurada pelo delegado contra o agente da polícia federal que fez a apreensão porque o agente abandonou o posto de trabalho após a recusa desse mesmo delegado em fazer o registro de autuação da prisão em flagrante contra o taxista. O outro inquérito é do agente da polícia federal contra o delegado por ter recusado registrar a prisão em flagrante. Para o agente da polícia federal argumentar a legitimidade de seu trabalho e da apreensão realizada, recorre ao regulamento aduaneiro:

[...] Sob o aspecto Administrativo Fiscal, o Decreto nº 91.030 de 05/03/85, Regulamento Aduaneiro, na Seção IV, trata de pena de Perdimento de Mercadorias, conforme abaixo: “artigo 514 - aplica-se a pena de perdimento da mercadoria (Decreto de Lei 37/66, Art. 105 e Decreto de Lei nº 14 55/76,

---

<sup>228</sup> Entre as normas formais está o crime de descaminho. Esse ocorre quando a acusação é pela sonegação fiscal de mercadorias que podem ser comercializadas entrando ou saindo do Brasil. Nesses casos, embora uma mercadoria seja permitida, considerada como bagagem e abaixo da cota, quando há quantidades de uma mesma mercadoria caracterizando o comércio ou revenda, não há como efetuar o pagamento dos impostos, sendo as mercadorias apreendidas. Para tanto, normalmente, a prática de descaminho ocorre quando não há iniciativa do comprador que está transportando a mercadoria acima da cota ou em determinadas quantidades de uma mesma em parar na chamada “zona primária”, ou seja, posto de fiscalização da Receita Federal localizado na divisa e declarar o que está levando como bagagem e, verificando se a quantidade que está levando é permitida. Nos casos de mercadorias acima da cota, o transportador deve efetuar o pagamento dos impostos necessários, como os 50% em cima do valor que excede a cota de US\$ 300,00 atualmente permitidos mensalmente por cada indivíduo. Também, nessa situação relatada, o veículo que está transportando as mercadorias, pode ser apreendido se o valor em mercadorias exceder os 20% do valor do veículo. Em exceção a isso, o veículo é apreendido se a mercadoria estiver escondida em algum compartimento do mesmo. Nesses casos, o sujeito recebe uma multa por tentativa de sonegação, tendo que se defender judicialmente pela acusação do crime de descaminho, pagando os impostos sonegados, multas e custos referentes ao ato, podendo, de acordo com a avaliação da situação, recuperar as mercadorias e o veículo. Já no caso do comprador que está transportando a mercadoria, ser abordado na chamada “zona secundária” em um ponto de fiscalização fixo ou móvel, seja da receita ou da polícia federal e, estiver com uma mercadoria acima da cota ou uma quantidade de mercadorias que caracterizem comercialização, não há como pagar o imposto e as mercadorias são apreendidas. Isso, por não ter ocorrido a iniciativa do comprador declará-la, podendo o mesmo ter que responder por crime de descaminho. Nesses casos, o veículo também pode ser apreendido.

Art. 23, IV) e parágrafo único III - oculta a bordo do veículo ou na Zona Primária qualquer que seja o processo utilizado[...].<sup>229</sup>

Ainda, o policial federal continua afirmando “[...] que recebeu informe de que o “JAPONÊS” do taxi opala bege traria armas do Paraguai, [...] que o indivíduo confidenciou de que em outras ocasiões teria atravessado com vídeo cassete [...],”<sup>230</sup> e de que “[...] o japonês disse que a gravadora era de um comerciante paraguaio, não declinando seu nome e que estava recebendo 3.500,00 cruzados pelo serviço; [...]”<sup>231</sup>. Elementos como casos de denúncia e o conhecimento adquirido pelos policiais que viviam e trabalhavam na região são utilizados com frequência nos autos criminais para serem feitas as acusações contra os apreendidos. Repete-se ainda a forma como agentes do Estado costumavam fazer referências às pessoas que trabalhavam transportando mercadorias não regulamentadas na fronteira como criminosas, independente da quantidade da mercadoria, forma ou uso. Por isso, mesmo sem ter como provar, associar o taxista ao tráfico de armas poderia contribuir para legitimar seu trabalho de apreensão, já que apenas a acusação de descaminho com apreensão de uma mercadoria acima da cota e escondida no veículo não pareceu suficiente para seu superior.

Já o terceiro inquérito é do agente da receita federal, acusado de erros na relação de mercadorias apreendidas e abuso de poder. Conforme relata o taxista, ele foi chamado para:

[...] comparecer urgente junto ao Porto de Paragem, para assinar uma nova papeleta de apreensão e, essa definitiva, ou seja, o senhor agente se arrependeu do trabalho feito no dia 24 e, preferiu 'dar um toque final' no dia 26 do mesmo mês. Valendo dizer, inclusive que ficou fora da relação de mercadorias, uma garrafa de champanhe, e, que até o momento ninguém sabe de seu paradeiro, sem falar em outras barbaridades ocorridas, tais como: agressão física etc.<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> Auto criminal de 24 de dezembro de 1986, comarca de Foz do Iguaçu. Folha 12, defesa escrita pelo agente da polícia federal em 28 de janeiro de 1987.

<sup>230</sup> Idem. Folha 04. Carta com assunto “Informação faz” encaminhada ao coordenador regional judiciário pelo delegado da polícia federal de Guaíra em 03 de fevereiro de 1987.

<sup>231</sup> Idem. Folha 13. Termo de interrogatório com testemunho do agente da polícia federal em 22 de janeiro de 1987.

<sup>232</sup> Auto criminal de 24 de dezembro de 1986, comarca de Foz do Iguaçu. Carta de impugnação do acusado. Folha 25, 16 de janeiro de 1987.

Enquanto isso, o agente da receita federal argumenta sua concordância com a prisão feita pelo policial federal e a elaboração de um novo relatório ao “[...] ter constatado posteriormente existir indícios de que o contribuinte era contumaz em tais práticas, esclarecendo que esses indícios são palpáveis ao ser examinado seu talonário de cheques”.<sup>233</sup> Os trechos dos inquéritos relatados acima nos levam a perceber como em 1986 continua por parte de alguns agentes do Estado uma atuação combinando abuso de poder e violência física para retirar dos trabalhadores apreendidos informações sobre as práticas do transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira.

Da mesma forma, quando esses agentes realizam o trabalho de disciplinarização e repreensão ao “descaminho”, tratando-o como “contrabando”, continuam a afirmar e lançar estereótipos criminalizantes à população local ocupada na travessia de mercadorias na fronteira. Com essas mudanças, as relações entre trabalhadores envolvidos no comércio de mercadorias e “agentes do Estado” vão ganhando novas formas, na medida em que a circulação de algumas mercadorias se intensifica, combinado ao aumento do controle sobre as mesmas. Isso implica em mudanças na forma como agentes do Estado e trabalhadores interpretam e lidam com a legislação e outros elementos que interferem em suas vidas atualmente.

Fernando Rabossi (2004) analisa o surgimento do comércio na fronteira e os conflitos presentes nas relações entre trabalho e capital. Para ele, não é apenas a presença abundante de mercadorias importadas no limite da fronteira internacional - onde há diferenças de legislações e moeda entre o Brasil e o Paraguai - que contribuem para circulação em favor de compradores e revendedores. Deve-se considerar como fundamental a quantidade significativa de força de trabalho disponível para exercer essas atividades comerciais na fronteira, sejam elas ditas legais ou ilegais. Também considera que:

A partir do plano de estabilização acordado com o Fundo Monetário Internacional em 1956, o governo paraguaio eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos às importações e nunca implementou uma política de desenvolvimento industrial baseada em um modelo de substituição de importações [...] Brasil e Argentina, pelo contrário, implementaram esse último modelo estabelecendo altos impostos ou

---

<sup>233</sup> Idem. Folha 36. Termo de declarações do fiscal da Receita Federal em 29 de junho de 1987.

diretamente proibindo a importação daqueles produtos cujas indústrias se pretendiam incentivar.<sup>234</sup>

Ainda, Fernando Rabossi (2004) identifica regionalmente as mudanças econômicas que contribuíram para a existência dessa força de trabalho disponível, entre elas a construção da Hidroelétrica de Itaipu e a mecanização do campo entre 1970 e 1990 na região leste do Paraguai e Oeste do Paraná. O autor avalia que para a formação de uma Zona Franca em Ciudad del Este/PY foi fundamental a existência da mão de obra excedente mobilizada em Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este durante a construção de Itaipu e, principalmente, seu aumento depois do término da obra, combinado ao êxodo rural na região.

Deste modo, Fernando Rabossi (2004) enfatiza o intenso comércio na fronteira combinado à reprodução dessas formas de trabalho, como relacionados às mudanças decorrentes das políticas econômicas de desenvolvimento industrial locais e nacionais. Contudo, esses elementos estão vinculados a fatores ainda mais amplos.

Em grande medida, o comércio nessas áreas de fronteira também é resultante das tentativas de expansão do capitalismo em se apropriar de trabalho legal, ilegal ou informal para se reproduzir.<sup>235</sup> De acordo com Eric G. Cardin (2011), pode-se dizer também que no período de 1990-2000 houve aumento de pessoas buscando comprar diversas mercadorias, principalmente eletrônicas e informática, para serem vendidas em outros estados. Isso foi combinado com a intensificação da fiscalização sobre a compra da cota máxima que, nos últimos anos, era de U\$300,00 por pessoa, a cada 30 dias. Tal controle gerou a contratação de um número muito maior de “laranjas” e a ampliação do trabalho de “cigarreiros”, ambos dentro de uma dinâmica de relações de trabalho mais competitivas. Além disso, estimulou a

---

<sup>234</sup> RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira**. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004. p. 16.

<sup>235</sup> Conforme Cardin (2011), são apontados como fatores para isso: “1) o rápido e desorganizado crescimento demográfico oriundo principalmente da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; 2) o predomínio de um modelo de desenvolvimento alicerçado nas relações antagônicas entre capital e trabalho; 3) o processo de democratização e liberalização econômica do Brasil e do Paraguai; 4) o conseqüente aumento da implantação de políticas internacionais visando facilitar o trânsito de capitais e de mercadorias; 5) a reestruturação produtiva ao permitir que as indústrias de bens e serviços se beneficiassem das melhores condições de produção independente do local onde esteja instalada sua matriz e, por fim; 6) a reestruturação das relações de trabalho, ampliando as formas de extração de mais-valia absoluta e relativa através do desemprego e subemprego”. Trecho de CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. 2011. 2011. UNESP. Tese (Doutorado em Sociologia), Araraquara, 2011. p. 62.

economia local e o surgimento de hotéis em Foz do Iguaçu utilizados como depósitos para armazenar as mercadorias compradas no Paraguai.

Ainda, conforme o autor, no período de 2000 a 2010, conhecido pelo enrijecimento da fiscalização com a política de cota zero, inaugura-se uma nova Aduana da Receita Federal. Isso repercutiu negativamente no setor hoteleiro, voltado para esse público e a reconfiguração e criação de novas estratégias praticadas pelos trabalhadores e compradores para transportar as mercadorias na fronteira. Entre elas, pode-se mencionar o aumento do número de portos clandestinos na barranca do rio, combinados ao surgimento das ocupações de barqueiros, agenciadores de cargas, olheiros, batedores, freteiros e motoristas.<sup>236</sup>

Em Guaíra-PR e Mundo Novo-MS a pesquisa aos arquivos do jornal *Rio Paranazão* a partir de 1996, encontrou constantes registros de prisões da polícia federal a jovens e adultos transportando irregularmente eletrônicos, pneus, cigarros, bebidas, drogas e armas do Paraguai para o Brasil. Já no sentido Brasil-Paraguai, houve, entre outros, prisões no transporte não regulamentado de produtos agrícolas, como soja e mandioca. Nesses registros, a forte presença do Estado na repressão ao transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias fez-se presente no controle a eletrônicos, pneus, cigarros e drogas.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> No glossário criado pelo autor, segue: “[...] **Política de cota zero** representa o fim da tolerância do governo brasileiro em relação à entrada de mercadorias compradas fora do país sem a devida declaração de bagagem. [...] **Agenciadores de cargas:** Trabalhador responsável pelas articulações entre os diversos sujeitos inseridas no circuito, garantindo as ligações entre sacoleiros, laranjas e proprietários de portos.[...] **Olheiros:** Responsável pela segurança dos portos e dos locais de armazenamento das mercadorias. [...] **Batedores:** Dirige os automóveis que vão à frente dos veículos que transportam as mercadorias compradas no Paraguai. O objetivo é verificar as “condições” da pista e comunicar aos *sacoleiros*. Em outras palavras, o trabalho dos *batedores* é conferir e avisar se os postos de fiscalização da Política e da Receita Federal estão funcionando e se existe algum tipo de fiscalização realizada ao longo da rodovia.[...] **Motoristas:** Trabalhador responsável pelo transporte de mercadorias do Paraguai para o Brasil através de “empresas” de exportação.”. Trecho de CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. 2011. UNESP. Tese (Doutorado em Sociologia), Araraquara, 2011. p. 184-186.

<sup>237</sup> Conforme a pesquisa com os jornais, o “contrabando” mais comum nas duas últimas décadas nas cidades em estudo é o trânsito não regulamentado de cigarro e eletrônicos do Paraguai para o Brasil. Nos últimos anos o foco da fiscalização do Estado está em reprimir e criminalizar principalmente essa prática com o cigarro realizando apreensões e as divulgando nos meios de comunicação locais, tais como jornais impressos e noticiários televisivos. Em 27 de outubro de 2006, o jornal *Rio Paranazão*, noticiou: “Polícia Federal apreende 6 barcos carregados de cigarros”, descrevendo “[...] No mês de agosto, numa única operação na qual o NEPOM - Núcleo Especial de Polícia Marítima da PF surpreendeu contrabandistas em plena atividade ilícita, foram apreendidos 10 barcos que também transportavam cigarro pelo Rio Paraná até portos clandestinos dos municípios de Guairá, Terra Roxa e Altônia, onde a mercadoria seria descarregada e repassada a receptadores [...]”. Em conjunto a isso, houve uma ampliação por parte do poder público do número de órgãos e de policiais destinados a trabalharem nessa fronteira reprimindo o contrabando e o tráfico. Com a ampliação dessa fiscalização, também há recentemente relatos de violência e abusos de poder, sofridos por jovens apreendidos enquanto realizavam o transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira entre Guaíra e Salto del Guairá.

Conforme ocorrem mudanças nas dinâmicas econômicas do processo de acumulação e expansão capitalista no comércio com a fronteira, os tipos de mercadorias a terem maior circulação vão mudando e/ou se alternando, e promovendo mudanças nos tipos de ocupações existentes. Outras ocupações vão surgindo em meio a isso para conseguir organizar o trânsito não regulamentado de mercadorias entre esses dois países. Algumas dessas ocupações até podem ser extintas, enquanto outras passam a ser repensadas e reorganizadas com estratégias condizentes à realidade local e atual.

Em conjunto a isso, o Estado também vai alterando e reelaborando a forma de intervir nessas práticas; por exemplo, passa a reprimir mais incisivamente o trânsito de outros tipos de mercadorias às quais antes não havia tanto interesse em criminalizar. Tais mudanças relacionam-se com as alterações econômicas que, entre outros fatores, também interagem com as exigências de um mercado consumidor. Esse processo é construído lidando-se com as diferentes interpretações, valores morais e costumes que a população local possui e com o olhar dos próprios fiscais e policiais federais que vivem e atuam nessas fronteiras.

Em entrevista realizada com Marco Antônio e Betânia, moradores desde 1961 da área rural de Guaíra na divisa fluvial com o Paraguai, os entrevistados mencionam situações já vividas:

Betânia: Iche tem tanta gente que quer comprar essa nossa terra, gente que mexe com contrabando, mas nós não quer vender. Num mexemos com isso. Tem tanto carro que entra aí. Eu já fui de encontro com você quando você chegou, porque se fosse bandeirinha eu já ia fazer você arrancar o carro. Porque aqui, nós mora, é aqui o nosso lugar. Se deixa carro parado aí, a polícia chega e já sobra pra nós porque aqui é da gente. [o que é bandeirinha?] Bandeirinha, é os que toma conta do contrabando. Apelida ele de bandeirinha, se ali no mato tem 4 a 5 pessoas trabalhando. É pra avisar.

Marco Antônio: Ali em cima tem gente puxando é cigarro, pneu, contrabando.

Betânia: maconha, arma, carro. Ali a barra é pesada. Tem dois porto, aqui e ali, e nós estamos no meio.

Marco Antônio: Só que estão puxando mais aqui.

Betânia: E a polícia vem, mas você sabe, né?! É um caso sério. [...] Já aconteceu da gente ajudar gente com carro roubado a desatolar. Ele falou que era cabrito, mas a gente num entendia nada, não sabia o que era cabrito. Pra nós cabrito era animal! Depois que nós fomos pegando e apreendendo o que era. [...] Tinha noite que a gente não dormia de tanto barulho.[...]

Marco Antônio: Mas esse café que vinha era de fora, porque Guaíra num era terra de café. Eles passava lá em baixo, no São João, no Capivarí, aqui na Faixinha também passava, alí naquele porto ali em cima. Também passava Gado. Iche, nós morando aqui, já ajudemos e desamarremos tanta gente, aqui é estrada de bandido, porque aqui tudo acontece. Uma vez soltamos um

soldado, mas pra desamarrar ele a gente falou que só desamarrava se ele aceitasse um 38 no pé do ouvido, porque a gente tinha medo, num sabia se era bandido ou polícia. Aí ele falou aceito, e soltemos ele.<sup>238</sup>

Ao conviverem com o trânsito de pessoas e mercadorias atravessando a fronteira e fazendo uso de suas terras como parte do trajeto, esses sujeitos foram aprendendo com as dinâmicas dessa prática e mudando a forma de interpretar e comportarem-se nesse espaço. Esses moradores relatam a experiência de mudarem sua conduta de acordo com as mudanças das próprias práticas de travessia em um porto clandestino próximo à propriedade deles. Nessa entrevista, observamos o relato de vários tipos de “contrabando” - o café, carros roubados, drogas, pneus e cigarro. Esses portos considerados ilegais, vão sendo reapropriados e ganhando novos usos, de acordo com as dinâmicas proporcionadas pelo processo de expansão e acumulação capitalista e, também, conforme os valores e intenções daqueles que passam a ser proprietários dos mesmos. Tais mudanças interferem e interagem com os próprios costumes da população rural residente nessas áreas.

O envolvimento de policiais na facilitação ao contrabando também é algo trazido ao longo das entrevistas com os trabalhadores. A possibilidade de acumulação com o transporte não regulamentado e/ou ilegal na fronteira faz com que o risco do envolvimento venha a ser compensado financeiramente.

Embora exista por parte de Marco Antônio e Betânia o reconhecimento da violência com que convivem, esses também se apropriam de determinadas formas de agir, sem deixar seus costumes, como a ajuda prestada ao próximo. Da mesma forma, reafirmam seus costumes de trabalhadores rurais e identificação com o lugar onde moram, ao resistirem em vender o restante da propriedade que lhes sobrou após a desapropriação de parte dela com a formação do Lago de Itaipu.

Em entrevista, um ex-fiscal da receita federal falou sobre as mercadorias que costumavam ser contrabandeadas, fazendo uma leitura de como eram péssimas as condições de trabalho no posto da Receita Federal em Mundo Novo-MS, enfatizando os riscos e falta de estrutura física nos anos 1990 sob a qual eles atuavam:

---

<sup>238</sup> Marco Antônio, 87 anos, Santo Antônio do Jardim-SP, residente em Guaíra-PR e Betânia, 77 anos, natural de Penápolis-SP, ambos agricultores aposentados. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

[...] No começo era aquele posto fiscal que tinha perto da divisa, 110 metros longe da divisa, sem estrutura nenhuma. Quando eu passei no concurso, em 1991, fomos os 11 primeiros concursados, depois de 10 anos sem concurso, porque até então tinham só 2 pessoas trabalhando lá como contratados pela receita. Aí chegamos lá, na fronteira ficaram 3 funcionários só e eu fiquei no serviço interno. Aí o plantão começava 7 da manhã e ia até 7 horas da noite, sem segurança, sem polícia federal junto, nem telefone tinha, só rádio transmissor e tinha época que não pegava na sede nossa. Aí o cara tava de plantão ao Deus dará, num tinha viatura, era o carro dele, era 2 funcionários e Deus. Então, as 7 da noite a receita fechava, então, as vezes os contrabandos, a receita deixava filmadoras pra filmar a pista e tinha noites que passava 10 carretas do Paraguai adentro, era contrabando de eletrônico, de cigarro, do capeta, era de tudo. Mas durante o dia não tinha tanto, porque se quisessem render os dois funcionários era fácil, mas como já sabiam que depois das 7 da noite não ficava ninguém, então passavam nesse horário. Nem guarda noturno ficava, tinha vezes que a DOF ficava ali no postinho, no escurão, e as vezes a gente chegava e tinha marca de tiro pra todo lado. Você deve lembrar a parede era toda metralhada! Tinha muita gente que morria ali, principalmente caminhoneiros.<sup>239</sup>

As marcas citadas por ele estavam na parede, mas o medo era dos tiros reais. A forma como o trabalho era organizado no posto de fiscalização da Receita Federal indica um investimento na estrutura física e de funcionários menor ao observado na década de 2000. Mesmo sendo esporádica, a tarefa de realizar as apreensões com maiores fluxos de mercadorias na divisa nacional era destinada à polícia federal. Aos fiscais da receita impunha-se a fiscalização daqueles que passavam cientes do controle. A estrutura fiscal e policial disponível para o exercício daquela atividade nos indicam que a década de 1990 foi um período de grande crescimento do comércio não regulamentado e/ou ilegal de eletrônicos, pneus e cigarros, combinado ao baixo investimento do poder público em fiscalizar essas regiões.<sup>240</sup>

Por mais que tenha se intensificado o fluxo dessas mercadorias na fronteira nessa região em estudo, continuaram a serem relatados casos de transporte não regulamentado de produtos agrícolas até os dias atuais.

---

<sup>239</sup> Joel, 48 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>240</sup> Tais apontamentos vão de encontro às referências feitas pelos trabalhadores pesquisados por Cardin sobre o crescimento do comércio dessas mercadorias e outros produtos industrializados. In.: CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara, 2011.

[...] Outra manha que os caras fazem é o cara que tem sítio que produz gado e daqui a pouco arruma uma nota de que está produzindo mandioca, então a mandioca saiu do Paraguai, mas arruma nota com um sítio do Brasil, daqui a pouco o cara tem 5 alqueires e está produzindo 10 toneladas de mandioca, tem como você provar que em uma terra tão pequena não dá pra se produzir isso tudo, mas ninguém vai atrás disso.<sup>241</sup>

Numa região onde a produção rural ainda é fortemente presente na economia, as diferenças monetárias e legais entre os dois países usualmente são aproveitadas por alguns proprietários rurais visando beneficiarem-se das mesmas. Nesse comércio, as relações transitam entre o legal e o ilegal, e os produtores fazem uso de velhos e novos métodos para burlar a fiscalização na fronteira entre os dois países.

Em uma manchete do jornal *Rio Paranazão*, encontramos o seguinte chamado: “Aumenta precio de mandioca ante contrabando en Fronterira”. De acordo com a reportagem, a quantidade do produto sendo transportado sem regulamentação do Paraguai para o Brasil aumentou o preço pago pela mandioca em uma empresa brasileira estabelecida no Paraguai, visando elevar a quantidade de oferta do produto por parte de produtores no Paraguai. “Segundo los datos, en la frontera seca, los compradores furtivos ofertan hasta G\$ 30.000, por tonelada de mandioca ingresada masivamente de contrabando hasta una fabrica [...] en lo Brasil”.<sup>242</sup> Essa reportagem demonstra como as possibilidades de obter benefícios das proximidades e diferenças legais e monetárias entre os dois países também interferem na economia local.

Relaciona-se à fiscalização, a própria estrutura oferecida pelo Estado e o interesse do mesmo sobre o que, como e quando fiscalizar. As ações do Estado na fiscalização interferem diretamente na forma de atuação dos sujeitos envolvidos com o comércio e transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira. Esses sujeitos visualizam, observam e interpretam essas ações do Estado, produzindo diferentes respostas a elas.

A própria estrutura com a qual o posto estava organizado na década de 1990 criava um código de conduta informal entre os fiscais e aqueles que desejassem passar com maiores quantidades de mercadorias para comércio. Os fiscais lidavam com a realidade local:

---

<sup>241</sup> Joel, 48 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em agosto de 2013 em Guaíra.

<sup>242</sup> Autor não identificado. **Aumenta precio de mandioca ante contrabando en Fronterira**. Jornal *Rio Paranazão*, 31 de outubro de 2003. P.7.

[...] Teve uma época que era absurdo. [...] já aconteceu de um contrabandista famoso de Mundo Novo, ele entrava com o carro dele pela receita federal e voltava meia hora depois pela estrada secundária com lona em cima da caminhonete com 2 metros de altura. E esse contrabandista era respeitado. Eu me enfezei e um dia ele foi entrar no Paraguai no meu plantão, e eu parei a caminhonete dele e falei, meu amigo, se você for mexer com coisa errada, não faz isso no meu plantão que eu vou prender você, essa receita aqui fecha pela noite, vê se para de ficar passando.<sup>243</sup>

Até mesmo dentro do conhecimento construído pelo fiscal, o posto de fiscalização da Receita Federal não é um espaço onde as pessoas procuram passar com grandes quantidades de mercadorias quando a fiscalização é constante. Trata-se de um lugar utilizado como passagem, normalmente por aqueles que procuram comercializar em quantidades menores que as usualmente praticadas por aqueles que investem maior capital. A fala do fiscal, indica uma interpretação sobre os limites daquela realidade local de trabalho e das próprias normas de conduta que são estabelecidas informalmente entre a fiscalização e o “contrabandista respeitado”. Essas relações expressam as contradições entre o vivido e os códigos de conduta aduaneiros que regem essa ocupação.

Sem perder de vista as diferentes interpretações e atuações dos agentes do Estado no processo de abordagem e criminalização de trabalhadores que atravessam a fronteira com quantidades de mercadorias permitidas e não regulamentadas, o trecho da entrevista abaixo, cedida por um ex-fiscal da receita, apesar de longo, é esclarecedor, a respeito do “pequeno contrabando”:

[...] Tem muito sacoleiros nisso, mas tem sacoleiros que vive da seguinte forma: ele pega a cotinha de U\$ 300,00 do Paraguai e vai passando pela receita federal, aqui em Guaíra tem várias pessoas sobrevivendo disso. Ele pega o carro dele e coloca 4 pessoas dentro e cada um traz sua cota dentro da lei, normalmente, aí ele vai passando na receita, se o fiscal notar que esse cara está mexendo com esse “sacolismo”, aí ele vai passando quantas vezes der, até ele ser cadastrado. É muito fluxo de carro e o fiscal não trabalha todo dia, ele trabalha de escalas, só que quando ele percebe ele faz o cadastro, aí por um mês você perde. Só que as pessoas continuam trazendo os caronas e vendedores, os laranjas, que ganham em torno de R\$ 20,00 por cota, aí eles trazem e vão fazendo estoque aqui em Guaíra, porque é pro dono de outra cidade, pois aqui em Guaíra não funciona, porque se você vai trazer uma informática pra vender aqui, ninguém compra, vai pra Maringá, Londrina, São Paulo. [...] Aqui, o que vem pra Guaíra, é 90% mercadoria que vem por rio, entre acima das cotas e proibidas, como cigarro e arma, aí o cara pega

---

<sup>243</sup> Joel, 48 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

aqui em Guaíra e segue em carros menores ou não, com batedor na frente, com toda uma organização [...].<sup>244</sup>

Há, por parte desse ex-fiscal, uma interpretação sobre a importância desse comércio para sobrevivência da população local. Apesar de as descrições desse fiscal sobre como são realizadas as práticas dos “sacoleiros” e dos “laranjas”<sup>245</sup>, sendo formalmente reconhecidas por ele como descaminho, o ex-fiscal não faz referência às mesmas estigmatizando-as como “crime de contrabando”. Ao fazer uso da própria linguagem adotada pelos trabalhadores que vivem do transporte de mercadorias na fronteira, tratando essa prática como “sacolismo”, busca diferenciá-la do contrabando com base em outras referências que vão além do código aduaneiro ou da legislação que orientava seu trabalho. Na estrutura narrativa desse ex-fiscal, a utilização do diminutivo “cotinha” para adjetivar a atividade dos sacoleiros como moderada e até mesmo inofensiva, sugere desproporcional e injusta ação do Estado contra esse tipo de trabalhador. Diferentemente, o comércio em maior escala, envolvendo investimento de capital, como aquisição de barcos e contratação de trabalhadores organizados numa outra dinâmica é reconhecido como “contrabando”.

As leituras diferenciadas de agentes do Estado que atuam nessa região indicam novamente a relação do trabalho com a vivência local. Esta é combinada a outros elementos como a experiência de trabalho nesses espaços, permitindo a construção de visões que não são sempre homogêneas e que nem sempre vão de encontro à construção de estereótipos amparados pelo Estado e veiculados pelos meios de comunicação.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> Joel, 48 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em agosto de 2013 em Guaíra.

<sup>245</sup> O “sacoleiro” pode ser um trabalhador “autônomo” ou ter um “patrão”. Ele normalmente compra a mercadoria no Paraguai, seja para revender em seu próprio estabelecimento comercial ou por encomenda de um patrão, proprietário de loja do Brasil que o contrata para fazer suas compras no Paraguai. Os sacoleiros são responsáveis por parte significativa da entrada de mercadorias do Paraguai que abastecem o Brasil. Já o “laranja” é contratado para transportar mercadorias compradas por diversos sujeitos, podendo ser sacoleiros, que já atingiram a cota de consumo permitida pela aduana, ou “turistas-turistas” que compraram acima da cota de US\$ 300,00. Sobre isso, conferir: DAVI, Elen. **Trabalhadores na Fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006)**. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, 2008.

<sup>246</sup> São exemplos das notícias de apreensão matérias como essas: “[...] Durante a madrugada dessa quinta-feira (13), na BR 272, próximo ao trevo de Terra Roxa, Policiais Rodoviários Federais de Guaíra apreenderam um veículo GM/ Corsa Sedan, com placas de Sorocaba/SP. O automóvel estava carregado com diversos produtos eletrônicos de origem estrangeira, avaliados em aproximadamente R\$ 25.000,00. O condutor informou que as mercadorias seriam distribuídas no interior de São Paulo. O veículo e os produtos importados ilegalmente foram encaminhados à Receita Federal em Guaíra para os procedimentos cabíveis”. Autor não identificado. **PRF de Guaíra apreende mais R\$ 25 mil em contrabando**. *Jornal Rio Paranazão*. Edição n. 809, de 14 a 20 de junho de 2013.

A veiculação dessas informações e a visualização de apreensões repercute na forma como os próprios trabalhadores envolvidos no comércio não regulamentado de mercadorias começam a avaliar e diferenciar o “legal” e “ilegal”, não apenas com base na legislação, mas também interpretando esses valores que são construídos. Os trabalhadores no comércio em Salto Del Guairá compreendem atualmente o transporte de mercadorias um pouco acima ou dentro da cota e em pequenas quantidades, seja no interior dos carros ou à mostra, sendo passadas diariamente na fiscalização como algo aceito no cotidiano de trabalho. O entrevistado Roberto, fez questão de descrever algumas práticas comuns entre seus pares, vendedores de lojas em Salto del Guairá que moram em Guaíra ou em Mundo Novo e atravessam diariamente a fronteira:

[...] tem pessoas que não ganham tanto dinheiro com venda, aí trabalha muito com giro de trazer mercadoria de lá prá cá, traz aí o cliente paga um tanto, ele traz entrega aqui, o cliente volta e pega, porque ele vai e volta todo dia. Ainda tem determinadas pessoas que levam, chamam isso de cota, levam uma cota pra você, pagam 10 reais por dia de cota [...] Ainda tem gente que não cobra nada de carona, você tem que ter a responsabilidade de quando chegar parar na aduana, assumir o risco da cota que é, pra não dar problema na receita, que seria os 300 dólares. Então, se tiver fixo com aquela pessoa é garantido ela ir e voltar de graça no carro. A única coisa que ela faz é assumir, nesse caso, é se chegar a cair lá na receita, ter que pagar o “DARF”, né?! Ah a maioria são vendedores, quando vem o negócio de laranja assim geralmente o povo já traz lá da cidade deles, né?! Aqui não tem muito laranja não. Acontece bastante é retenção de mercadoria, que o risco é grande pra eles passarem duas Aduanas e alguns trazem pra Guaíra, alguns pegam um atalho e o cliente já pega no mesmo dia aí já fecha.<sup>247</sup>

Roberto indica um termo criado e utilizado comumente pelos vendedores brasileiros em Salto del Guairá para definirem e diferenciar de outras ocupações geradas pelo comércio na fronteira. Para ele, ser “cotista” é ocupar supostamente um lugar na “cadeia produtiva” diferente de um “laranja”. Nessa região em estudo, o termo “cotista” é usado para definir o vendedor que transporta diariamente mercadorias dentro da cota para terceiros, bem como aqueles que passam mercadorias acima da cota com a intenção de não declarar os impostos, mas que tomam a iniciativa de declarar caso sejam parados no posto de fiscalização. O resultado de seu trabalho no circuito de acumulação gerado pelo comércio dessas mercadorias não difere do exercido pelo “laranja”. Porém, limita-se a atravessar a fronteira indo às cidades

---

<sup>247</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

próximas com pequenas cargas de mercadorias e entregando-as em hotéis ou casas em Guaíra ou Mundo Novo. Posteriormente, serão buscadas por “sacoleiros” ou “laranjas” em lugar combinado de entrega ou os “turistas-turistas” virão até sua casa retirar a mercadoria. Quanto a “pegar um atalho”, a referência é contratar o serviço de atravessadores; por exemplo, daqueles que transportam, com barcos, mercadorias pela fronteira, utilizando portos clandestinos no Rio Paraná.

Ana mencionou como fazia para compor sua renda quando trabalhava como vendedora em uma loja de importados em Salto del Guairá, fosse transportando “cotas” diárias ou acordando o valor das “cotas” com terceiros:

[...] Lá eu trazia mercadoria pra complementar, é o que todo mundo faz, cota, eu mesmo, era trazer notebook. O que a gente mais queria era vender notebook, porque o valor passava da cota e a gente já se oferecia pra levar, R\$ 150,00 ou R\$ 200,00, só que o cara que trazia os notes cobrava menos e a gente ganhava em cima. As vezes quando tava com carro eu trazia. [...]No máximo eu levei até Umuarama. Geralmente eu não levava, não me envolvia muito.[...]Só dessas coisas de cota por dia, em mês bom dava pra tirar, uns R\$ 1.000,00, em mês fraco uns R\$ 300,00. Geralmente era uns R\$ 500,00. Ao todo eu conseguia fechar o mês ganhando em torno de R\$ 2.500,00 a R\$3.000,00 reais.<sup>248</sup>

Entre vários motivos possíveis, recorrer a terceiros para realizar o transporte das mercadorias recebendo comissão sobre o valor era uma saída para não correr riscos com a fiscalização e ter despesas inesperadas. Ana deixa por entender seu conhecimento sobre a não legalidade de sonegar os impostos acima da cota. Porém, utiliza esse limite do valor de compras estabelecido pelo Estado brasileiro para tirar vantagens econômicas dele.

Os trabalhadores lidam com essa situação tentando encontrar um espaço de trabalho que lhes permita alcançar melhor remuneração frente à que conseguiriam no país onde residem. Assim, não desconsideram a ilegalidade de sua prática, mas avaliam conforme a legitimidade atribuída a ela e combinada com os valores morais comuns entre esses trabalhadores.

---

<sup>248</sup> Ana, 27 anos, natural de Marechal Cândido Rondon. Trabalhou como vendedora no comércio em Salto del Guairá-PY por cerca de 5 anos. Posteriormente, trabalhou apenas como laranja. Entrevista gravada pela pesquisadora em maio de 2013 em Guaíra. Arquivo em mp3 (44 minutos).

Dentro dessas dinâmicas do transporte de mercadorias, tanto o trabalhador que não possui carro como aquele que possui, consegue beneficiar-se com essa forma de trabalho estimulada pelas normas estabelecidas pelo Estado. Possuir um veículo significa também conseguir mais renda quando comparado às adquiridas pelos “cotistas caronas”. Esses primeiros conseguem pagar suas despesas com o transporte e ainda receber alguma porcentagem em cima das mercadorias trazidas pelos demais. Para organizar isso, são criadas normas estabelecidas informalmente, mas adotadas e seguidas como um código de condutas entre aqueles que contratam e os que praticam o trabalho de cotistas:

[...] Eu tenho carona fixa, mas eu sirvo como cota, eu não posso trazer nada de mercadoria do Paraguai pra pegar a carona, porque se a receita pegar eu tenho que assumir a cota que está no carro. Esse tipo de carona que eu estou agora eu não pago nada, antes eu pagava. Aí, então assim, todo dia ela traz a nossa cota. Nós somos em 4, todo dia ela traz aquela cota ali pra 4 pessoas. Se parar eu entro no carro eu pego a nota e eu já sei o que é que eu tenho que declarar no meu nome. Assim eu tenho que deixar o meu nome lá cadastrado. Aí é um mês sem trazer nada e geralmente quando acontece isso, aí eles trocam a caroneira e aí eu perco a vaga na carona por um mês. Ultimamente eles estão parando direto. Aí param você lá, só faltam chacoalhar o carro pra ver se sai alguma coisa, te param no meio da pista, é a maior falta de respeito com as pessoas, e começam a descer tudo e vai formando aquela fila. Às vezes te param nas duas fiscalizações ali na receita e lá PRF, no mesmo dia, as vezes pra ir trabalhar também.<sup>249</sup>

Nesses trechos, observamos como ocorre conflito entre as normas estabelecidas pelos praticantes do transporte de “cotas” com as normas de fiscalização da Receita Federal de não permitir que uma pessoa passe mais que a cota atual de U\$ 300,00 em um mês. O trabalho como “cotista” é algo entendido e aceito socialmente pelos vendedores que transitam na fronteira diariamente. O fato de sentir-se constrangido reside em reconhecer que legalmente tal prática não é aceita e saber que essa prática pode ser recriminada perante outras pessoas não habituadas com aquela realidade de trabalho.

Porém, quando mercadorias pequenas em grandes quantidades são transportadas nos veículos, principalmente se armazenadas em lugares ocultos no carro, a leitura e valores morais dos trabalhadores mudam. Como mencionado, isso também é relacionado à forma

---

<sup>249</sup> Luiza, 29 anos, natural de Guaíra-PR . Trabalha há cerca de 1 ano em lojas no comércio em Salto del Guairá. Entrevista gravada pela pesquisadora em maio de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (53 minutos).

como as tentativas de “descaminho”, por parte dos trabalhadores, são criminalizadas e tratadas pelos agentes do Estado que trabalham com a fiscalização. Um dos entrevistados, Rivelino, relatou o que significou se envolver no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira, configurado legalmente como “descaminho”:

[...] Você vem pra cá e pra você ganhar dinheiro mesmo é só fazendo coisa errada, perdemos o carro dela, a gente perdeu um monte de dinheiro em mercadoria e só foi prejuízo. E, trabalhando honestamente no Paraguai você não consegue ganhar dinheiro, sem trazer alguma coisa, pegando alguma encomenda, você só sobrevive. [...] A gente tava trazendo R\$ 4.000,00 de mercadoria, mais um carro de R\$17.000,00, são R\$21.000,00 que a gente não recuperou até hoje. Antes disso, as vezes passava um not, ganha uns 50,00, traz um tablet, ganha uns 30,00, um play e ganha uns 25,00. As vezes as pessoas pedem e a gente traz e um pede de lá outro de cá, traz caixa de bebida. Os dois trazendo pros nossos clientes, a gente tira passando frete pra cliente, dá pra pagar a gasolina da semana e metade da prestação do carro, mas isso é sobrevivência mesmo. As vezes você pode arriscar de trazer um montão, mas lá na frente você pode perder. Essa vida de fazer coisa errada não é pra mim, já entramos nessa e nos demos mal. A minha mãe me deu uma educação diferente disso que eu estou fazendo e eu tenho vergonha disso que eu faço. Não me orgulho, eu sei que eu estou trabalhando, mas eu tenho vergonha de falar pra minha mãe e pra minha família o que eu faço aqui. Nunca poderei falar abertamente o que eu faço, todo mundo é bem sucedido, nunca ninguém teve que enganar ninguém, teve que é burlar o sistema. É um sistema filha da puta, desculpa a palavra, mas é o sistema é a nossa vida aqui, nós temos que seguir isso. Errado ou não é, são essas as regras, mas esse é o jogo. Tem coisa aqui que eu não me orgulho de fazer, tenho muita vergonha.<sup>250</sup>

Rivelino parece mergulhado nessas contradições criadas pelas relações capitalistas na fronteira, que o empurram para o “contrabando”. São muitos os motivos e significados que levam à decisão de trabalhar em outro país na condição de imigrante, com autorização da *imigración* paraguaia, sem nenhum vínculo trabalhista formal. Entre eles, devemos considerar que possui peso para avaliação a possibilidade de conseguir uma renda maior do que a que se teria no Brasil. Aos vendedores entrevistados essa renda só se torna atrativa quando é complementada com o trabalho de “cotista” ou com outras formas consideradas não “legais”.

---

<sup>250</sup> Rivelino, 32 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em julho de 2012 em Guaíra-PR. O desabafo feito na entrevista deve-se a relação de amizade com a autora.

A fala de Rivelino é representativa ao indicar como reconhece legalmente as normas que definem contravenção em seu cotidiano de trabalho; entretanto, o peso maior de sua avaliação recai sobre os valores morais construídos junto à família. Esses valores entram em conflito quando ele se depara com uma realidade de trabalho onde “burlar o sistema” não significa algo rejeitado por parte das pessoas que convivem com esse trânsito cotidiano entre a fronteira ao buscar sua renda. A angústia e tensão vivida nesse ambiente de trabalho não se reduz apenas a conviver com longas jornadas em uma condição de trabalho precária e informal em lojas em Salto del Guairá, mas também em lidar com essas diferenças de valores morais e costumes trazidos por essa condição de vida experimentada atualmente por ele.

Com uma trajetória marcada por outras experiências de trabalho, Rivelino avalia o significado de viver nesse espaço de trabalho, indicando a legitimidade de suas práticas por compreender que se trata de tentar a sobrevivência em uma realidade de trabalho organizada praticamente toda fora da legalidade. Ainda, cabe observar como o transporte não regulamentado de mercadorias em grandes quantidades não é um meio em que todos que tentam entrar conseguem se estabelecer. Há disputas nesse universo, que vão desde os clientes de entrega até ao poder aquisitivo necessário para conseguir concluir a tentativa de “descaminho”. Assim, nem todos que tentam se inserir ou nisso conseguem permanecer:

[...] Então lá tem muita concorrência, a gente até acha que perdeu o carro por isso, por denúncia, porque tem muita gente que faz isso. A gente está super marcado lá, não dá nem pra trazer um pen drive que eles param a gente e dá uma geral no carro. É super humilhante, que o nosso carro sai da fila, sai, abrem porta, bate na lataria e fica todo mundo olhando, mesmo a gente estando com outro carro, já marcaram a gente, já sabem quem trabalha. A gente que é formiguinha não tem potencial pra fazer acerto, é só gente grande mesmo pra conseguir suborno, é coisa grande. E gente grande mesmo, eles não param, eles também tem medo, só pegam trabalhador, gente pequena mesmo. Grande que mexe com coisa pesada, parece que são invisíveis quando passam ali. Eu falei isso uma vez pro fiscal, eu me irritei, e disse, tem gente passando coisa pior aí, a gente só quer ganhar o pão de cada dia [...].<sup>251</sup>

Nesse trecho da entrevista, os conflitos passam a ser expressos na tensão vivida cotidianamente ao atravessar o posto fiscal do lado brasileiro da fronteira. Esse espaço ganha

---

<sup>251</sup> Rivelino, 32 anos. Entrevista gravada pela pesquisadora em julho de 2012 em Guaíra-PR.

significados representativos para esse trabalhador e muitos outros, pois é onde eles são constantemente lembrados ou estigmatizados como criminalizados. Esse trajeto marca os limites entre o que é contravenção em um país, quando não o era há menos de cinco minutos em outro. Viver o chamado “movimento pendular”<sup>252</sup> não se restringe apenas ao deslocamento diário entre os dois países para trabalhar. Significa também lidar com uma série de conflitos e situações que extrapolam as diferenças das condições de trabalho, passando também pela busca em entender como essas pessoas lidam com isso, interpretam e se fazem em meio a isso.

Os trabalhadores lidam com as normas estabelecidas visando não apenas segui-las e tencioná-las, mas também fazendo uso das mesmas para escapar da punição e, em outros momentos, usando as mesmas para desenvolver ou recriar meios de trabalho que lhes tragam benefícios financeiros e/ou formas de sobrevivência.

Entre os trabalhadores entrevistados que trabalham atualmente no Paraguai e transitam diariamente com mercadorias deste país para o Brasil, há homens e mulheres jovens, e com escolarização indo desde o ensino fundamental incompleto ao ensino superior, sendo a maioria concentrada no ensino médio. Esses apresentaram diversas trajetórias, concentrando-se a maioria em ocupações geradas no setor de serviços. No entanto, observamos entre alguns testemunhos e entrevistas desses trabalhadores como a angústia pela dificuldades em conseguir outras possibilidades de trabalho que lhes ofereça uma renda próxima à adquirida com o trabalho, comércio e o transito de mercadorias não regulamentadas na fronteira, ainda é algo presente.

Entre a década de 1960 e de 1990 as próprias formas de trabalho motivadas pelas diferenças econômicas, legais e sociais entre os dois países não contavam com uma presença tão significativa de jovens trabalhando e transportando mercadorias diariamente entre Guaíra e Salto del Guairá como a identificada a partir de 2000. Entre 1960 e 1980 muitos jovens estavam envolvidos com o trabalho no campo.

Atualmente, observa-se como a comparação entre as possibilidades de uma renda maior com o trabalho e o transporte de mercadorias entre a fronteira, é um dos atrativos para muitos jovens brasileiros buscarem se beneficiar de formas de trabalho resultantes das

---

<sup>252</sup> MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai. Entretanto, nem todos os trabalhadores que vivenciam em Guaíra ou Mundo Novo procuram ou tentam envolver-se em ocupações geradas por esse comércio com a fronteira.

Ao longo do período e lugar estudado, observa-se como os produtos a serem comercializados entre os dois países dependem dos aspectos políticos e econômicos relacionados à circulação de mercadorias no mercado. O café foi um produto vantajoso, enquanto havia interesse na sua produção e comercialização, tendo possíveis benefícios a comercialização não regulamentada entre o Brasil e o Paraguai. Quando o interesse de expansão e acumulação capitalista muda, alteram-se também os tipos de mercadorias que podem resultar em possibilidade de ganhos com o comércio e o transporte não regulamentado entre os dois países. Essas mercadorias com maior interesse de controle por parte do Estado são as mercadorias que receberão maior fiscalização. Logo, muitos trabalhadores que se envolvem no comércio e transporte de mercadorias acabam lidando com essa intervenção e criminalização, fazendo, em alguns momentos, uso disso para tirar vantagens econômicas ou mesmo organizar meios de trabalho que consigam sobreviver disto.

Ainda, existem tipos de comercialização de mercadorias que não são o foco de fiscalização do Estado, sendo que sua comercialização e transporte não regulamentado são utilizados por muitos trabalhadores e produtores rurais ao observarem nisso uma possibilidade de renda. São inúmeras as formas que muitos desses sujeitos criam para tentar burlar a fiscalização, sendo que algumas delas fazem uso tanto de meios ilegais como de legais para serem concretizadas, como é o caso do comércio de mandioca.

Por mais que existam iniciativas do Estado voltadas para disciplinarizar a população local, muitos dos parâmetros entre o “legal” e o “ilegal” não são internalizados da mesma forma por todos aqueles que convivem nesse espaço. As pessoas lidam com essas tentativas de controle e criminalização por parte do Estado, interpretando e avaliando seus atos e olhares sobre seu convívio nesses limites da fronteira com base em muitos aspectos; entre eles, essas ações do Estado, suas trajetórias de vida, suas experiências de trabalho, seus costumes, valores e suas necessidades.

As ações dos agentes do Estado voltadas para o controle e fiscalização das mercadorias também vão mudando ao longo das últimas três décadas, conforme ocorrem mudanças nas interpretações sobre a fronteira e o crime de contrabando por parte dos

responsáveis pelo julgamento dos sujeitos que foram detidos. Em meio a isso, também mudam as formas de realizar o contrabando, pois os trabalhadores, independente do controle estatal, continuam a desenvolver ou a buscar meios de sobrevivência com o comércio e o transporte na fronteira.

Ainda cabe compreender como as mudanças apresentadas até o momento também significam mudanças na forma de trabalhar, nas relações de vida dessas pessoas. Para analisar como os trabalhadores envolvidos na venda em lojas de importados, na venda ambulante e/ou na travessia de mercadorias legais e/ou ilegais na fronteira Brasil-Paraguai se percebem e lidam com as condições de vida experimentadas nessas ocupações, discutimos sobre as relações de trabalho dos mesmos. Nessas relações, analisamos como os conflitos entre capital e trabalho se fazem no dia a dia desses sujeitos.

### CAPÍTULO 3

## RELAÇÕES SOCIAIS NA FRONTEIRA: EMPRESÁRIOS, VENDEDORES E ATRAVESSADORES DE MERCADORIAS

Ao transitar pelas ruas comerciais de Salto del Guairá, tornam-se visíveis as diversidades dos sujeitos e dos tipos de ocupações dos envolvidos nas relações de trabalho neste comércio. Em um curto trajeto neste lugar, um consumidor e/ou visitante encontrará vendedores e proprietários de lojas de importados oriundos de diferentes países e, também, famílias com crianças vendendo produtos importados como meias, perfumes, comidas e bebidas pelas ruas. O contraste entre as estruturas físicas dos pontos comerciais será notável. Ao transitar por inúmeras pequenas lojas, abarrotadas de mercadorias nas calçadas, o consumidor será abordado insistentemente por vendedores. Caso decida adentrar em lojas maiores ou em *shoppings*, ele estará em ambientes perfumados e climatizados, com oferta de serviços como alimentação e transporte de suas compras.

Para um pesquisador em Salto del Guairá, as desigualdades sociais proporcionadas pelo processo de acumulação de capital na fronteira serão ainda mais gritantemente visíveis se ele dispôr a adentrar a alguns bairros fora do circuito do turismo comercial oferecido pela cidade. Lá estarão as ruas não asfaltadas, a escassez ou ausência dos serviços públicos de saneamento básico e as construções de moradias aparentemente provisórias, pertencentes às famílias que atuam como ambulantes na rodovia mais próxima ligando o Paraguai ao Brasil.

Neste conjunto de informações e contradições perceptíveis por quem observa este centro comercial, há inúmeros trabalhadores, com diferentes trajetórias de vida, vivendo nestas ocupações intensas e variadas formas de exploração da sua força de trabalho. Os contratos de trabalho oscilam entre "informais/formais", havendo muitos trabalhadores atuando em lojas em situação de imigrante irregular. Em meio a esta pluralidade de situações na fronteira, também há uma disputa constante neste mercado entre proprietários de lojas com diferentes poderes aquisitivos e nacionalidades buscando acumulação de capital. Ainda, fazem-se presentes os conflitos em torno da concorrência entre trabalhadores de diferentes nacionalidades ao buscarem meios para sobreviver neste fluxo comercial.

Estas relações sociais envolvendo o trabalho na fronteira não conseguem ser compreendidas se apenas visualizadas como um lugar comercial onde o capitalismo se reproduz. Isto não implica dizer que a importância das teorias a respeito do processo de acumulação e reprodução do capital não seja significativa para refletirmos sobre as relações sociais presentes nesta fronteira. A vasta produção bibliográfica sobre o tema tem contribuído e muito para este estudo quando refletimos sobre a relação entre capital e trabalho. Contudo, consideramos que sem estudarmos a realidade destes trabalhadores, por meio de suas experiências vividas em meio ao trabalho, a família e aos espaços de sociabilidade, se tornará difícil compreender como estes sujeitos se percebem em meio a este processo de mudanças no trabalho na fronteira.

Ressaltamos isto por compreender que o processo de mudanças envolvendo as relações de trabalho destes sujeitos precisa ser pensado levando em consideração as experiências dos trabalhadores, percebendo-as articuladas à realidade social e sendo constantemente construídas em meio à luta de classes. Condizentes com esta visão, estão as reflexões levantadas por Edward P. Thompson (1987), ao analisar como, nas práticas cotidianas do trabalho, na cultura e no lazer, os trabalhadores na Inglaterra do final do século XVIII e do XIX encaravam e produziam o mundo em que viviam experimentando de modo diferente suas condições e produzindo respostas diferentes. Estes construíam a experiência junto às relações sociais, compartilhando problemas comuns às outras pessoas e a sociedade, traduzindo-as, em sua consciência, como cultura, “tradições e sistemas de valores e idéias”, “definidas pelos homens enquanto vivem sua própria história”<sup>253</sup>.

Nas relações sociais experimentadas pelos trabalhadores ao longo de suas trajetórias de vida, eles vivenciam relações sociais de reprodução, construindo uma consciência sobre situações historicamente vividas. Esta experiência faz com que gerações produzam respostas diferentes às tentativas de dominação e exploração capitalistas. Como bem enfatizou Edward P. Thompson (1981), no “fazer-se” enquanto classe, os sujeitos produzem respostas diferentes às situações históricas, conseguindo estabelecer possibilidades de disputas e pressão sobre as mudanças tentadas pelo capitalismo.<sup>254</sup>

---

<sup>253</sup> THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

<sup>254</sup> Idem. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189.

Por isso, ouvir os trabalhadores estudados é fundamental para compreender quem são esses sujeitos, como se relacionam com esses lugares, como interpretam seu trabalho e fazem suas vidas em meio às relações sociais que vivenciam. Assim, nos aproximamos das interpretações dos trabalhadores sobre as mudanças vividas por eles nas relações de trabalho e de quais são os significados e os usos da fronteira para eles.

Com o levantamento das experiências vividas pelos trabalhadores em Salto del Guairá, analisamos como estes sujeitos, que vivem subordinados a uma realidade específica de trabalho, se percebem nestas relações sociais. Ainda, entre os trabalhadores de nacionalidade brasileira e paraguaia, o que há em comum e de diferente entre eles com relação aos significados e aos sentidos atribuídos ao trabalho. Por conseguinte, estudamos como se estabelece o convívio entre estes trabalhadores de nacionalidades diferentes para discutir o que há de culturalmente comum entre os sujeitos entrevistados em relação às interpretações sobre estas formas de trabalho na fronteira.

Para tanto, em um primeiro momento, analisamos as condições de trabalho experimentadas por vendedores em lojas e ambulantes atuantes no comércio de mercadorias em Salto del Guairá/Paraguai e pelos jovens envolvidos no transporte de produtos desta cidade para o Brasil entre 1980 e 2015. Em meio às situações vividas no cotidiano destes trabalhadores e descritas por eles, emergiram os conflitos entre diferentes grupos sociais e a luta entre capital e trabalho nos vários tipos de acordos formais e informais entre vendedores, proprietários de lojas e compradores de mercadorias.

O levantamento e análise das relações de trabalho relatadas pelos entrevistados e a pesquisa a outras fontes, como o jornal *Rio Paranazão* entre a década de 1990 a 2015, permitiram problematizar os diferentes interesses entre os próprios empresários proprietários de lojas e as disputas em torno deste mercado em Salto del Guairá. Em meio a esse processo, foram emergindo os conflitos entre empresários, o poder público e os trabalhadores que buscam sua sobrevivência neste lugar. Após elucidarmos como se configuram parte destas relações sociais, discutimos como se configuram os conflitos entre os trabalhos em torno das suas diferenças de nacionalidade. Este levantamento permitiu perceber as diferenças entre a fronteira pretendida e a vivenciada pelos trabalhadores entrevistados.

### 3.1 As condições de trabalho dos vendedores em lojas e as relações com o comércio na fronteira

Em meio às relações de trabalho envolvendo o comércio de mercadorias na fronteira Paraguai-Brasil, encontramos a articulação de diversas ocupações para a circulação de mercadorias neste espaço. É exemplo o trabalho de pilotos ou barqueiros, bandeirinhas, batedor de caixa, motoristas, atravessadores, patrão, batedores de estrada,<sup>255</sup> sacoleiros,

---

<sup>255</sup> De modo geral, piloto ou barqueiro, são utilizados pelos próprios trabalhadores para se referirem a suas ocupações de pilotos de barcos ou lanchas que atravessam com mercadorias a fronteira por meio do Rio Paraná. Os veículos utilizados por eles, normalmente, são propriedade do “patrão”. Os tipos de mercadorias transportadas definirão o valor de sua renda. Quanto mais arriscado e quanto maior for a punição legal pelo seu ato, maiores são os proventos. Estas mercadorias variam de acordo com o meio em que o barqueiro está envolvido e do contratante do serviço, podendo ser desde eletrônicos, cigarros, roupas, drogas e armas. Já o bandeirinha, normalmente é um adolescente ou um jovem responsável por visualizar e avisar quando há policiamento ou se este é incomum ou, ainda, quando há movimentação de estranhos nas proximidades do lugar onde está sendo realizado o transporte de mercadorias não regulamentadas ou ilegais na fronteira Paraguai-Brasil. Normalmente utilizam celulares para comunicação entre o local onde eles estão e o lugar onde os trabalhadores estão atuando na barranca do rio. O batedor de caixa possui variada faixa etária, mas costuma ser homem e jovem, porque é necessário força para erguer e transportar as caixas de mercadorias do barco até o meio de transporte terrestre que fará o deslocamento parcial do destino da mercadoria não regulamentada. Na maioria das vezes, carregam caixas com uma quantia determinada de mercadorias embaladas e, muitas vezes, envelopadas com sacos de lixo para proteger da umidade. O motorista é o sujeito responsável por dirigir o veículo com as caixas de mercadorias, normalmente em caminhonetes de propriedade do “patrão”, da barranca do rio até vários locais próximos dentro da sua cidade, podendo ser um ponto de encontro com o comprador, à beira de uma rodovia, em um barracão ou uma casa onde o produto é estocado. Já o motorista de estrada, é o que faz as longas distâncias e costumam ser acompanhados pelos batedores de estradas. Estes últimos, já mencionados, são os responsáveis por acompanhar o veículo com carga de mercadorias não regulamentadas podendo atuar no Brasil ou no Paraguai. Eles vão um pouco à frente do veículo para observar se há policiamento na rota da mercadoria e, às vezes, para fazer proteção a roubo de cargas. Atravessador é um termo genérico utilizado para indicar algumas funções neste circuito. Uma delas é para referenciar o sujeito que faz os contatos e organiza a força de trabalho para efetivar a travessia não regulamentada de mercadorias pela fronteira. Normalmente, é utilizado para fazer referência ao sujeito que negocia com o comprador e o fornecedor. No caso do contrabando de cigarros, estes são chamados de patrões pelos trabalhadores contratados. São os patrões que escolhem e contratam quem trabalhará em cada um dos postos do circuito de transporte não regulamentado ou ilegal das mercadorias, definindo os dias, horários de trabalho e pagamentos. Este atua como uma espécie de empresário visando lucros com o estabelecimento de contatos com compradores, fornecedores e com fiscais e policiais corruptos. Compram cigarros por um determinado valor e cobram uma margem de lucro em cima de cada caixa transportada e entregue no local combinado. Este lucro precisa passar o valor das despesas com a organização da força de trabalho mobilizada no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira. Para estes “patrões”, o “patrão” é o atravessador de quem eles compram o cigarro, ou seja, o sujeito que compra cigarros direto da fábrica e fornece para eles. O termo atravessador também é usado para se referenciar ao sujeito que organiza os demais trabalhadores para que a mercadoria chegue até a barranca do rio Paraná no lado do Paraguai. Ainda pode ser usado para indicar o sujeito que organiza o transporte da mercadoria em longas distâncias quando o mesmo já está no país de destino. O termo cigarreiro é muito genérico. Ele é um elemento de identificação que não diferencia as hierarquias entre as funções e as ocupações de todos os envolvidos no transporte ilegal de cigarros. Serve como um elemento de reconhecimento entre todos aqueles trabalhadores e envolvidos que atuam num mesmo ramo do “contrabando de cigarros”. Atualmente, têm sido noticiadas outras práticas pouco comuns na fronteira, como o roubo de cargas de cigarros contrabandeados ou outras mercadorias. Estas tornam-se explícitas para a população local devido à atrocidade com a qual os envolvidos nos roubos são assassinados.

vendedores e “cotistas” ou laranjas.<sup>256</sup> Como observado, muitos dos entrevistados envolvidos com o transporte diário de mercadorias atuam como laranjas e se reconhecem como “cotistas” por estarem ocupados como vendedores no mercado de trabalho formal e/ou informal em estabelecimentos comerciais em Salto del Guairá.

No caso dos brasileiros que trabalham em Salto del Guairá/PY, são comuns acordos de trabalho informais e verbais que excedem a legislação trabalhista paraguaia. Isto até mesmo quando os trabalhadores possuem a documentação referente à regulamentação da sua presença e trabalho em outro país e estão registrados formalmente em lojas. Identificamos os motivos que levam estes trabalhadores a terem ou não esta regulamentação, bem como aceitarem estes acordos de trabalho que extrapolam as leis trabalhistas do país onde atuam. Neste contexto, analisamos como os trabalhadores de nacionalidade paraguaia lidam com a presença de muitos trabalhadores imigrantes e com a pressão para cumprir jornadas de trabalho que excedem as permitidas pela legislação em seu país.

Nas descrições trazidas pelos vendedores sobre contratos formais ou informais e/ou verbais de trabalho, foram relatados alguns aspectos diferentes entre estes acordos que variavam conforme a nacionalidade do empregador e do trabalhador<sup>257</sup>. Algumas das especificidades dos contratos informais com empresários estrangeiros em Salto del Guairá, estão presentes na entrevista com o vendedor Roberto, ao falar sobre suas condições de trabalho em uma loja de venda de eletrônicos, informática e perfumes de proprietário libanês:

[...] Lá a gente tem no mês, quatro folgas, sendo que, algumas lojas deixam você folgar no domingo e algumas não. Por exemplo, na loja que eu trabalho hoje eu não posso folgar no domingo, se eu folgar no domingo eu tomo uma multa de cem reais. É então, eu posso folgar de terça a quinta, sexta-feira não porque dá movimento e dia de segunda é dia de fazermos limpeza. Então é batidão, não tem descanso assim. Almoço na loja que eu tô agora é quarenta

---

<sup>256</sup> Em síntese, cabe lembrar que cotista é o termo empregado por vendedores que trabalham em lojas de produtos importados em Salto del Guairá e atravessam diariamente a fronteira Paraguai-Brasil; na maioria das vezes transportando mercadorias dentro da cota atual de US\$300,00. Fazem isto em troca de um determinado pagamento pelo serviço ou em troca de transporte (carona) para deslocar-se de Guaíra (PR) ou de Mundo Novo (MS) até as lojas onde trabalham em Salto del Guairá (PY). Na prática, exercem uma atividade muito semelhante ao dos laranjas. Estes últimos são trabalhadores ocupados no transporte de mercadorias entre o Paraguai e o Brasil, na maioria das vezes dentro do valor da cota permitida, passando uma ou várias vezes ao dia ou da semana, atuando com ou sem vínculo com um ou mais sacoleiros. Já estes são os compradores das mercadorias e, às vezes, também transportam as mesmas na fronteira Paraguai-Brasil a fim de revender as mercadorias neste último país. Podem ser vendedores ambulantes, fornecedores de mercadorias para outros estabelecimentos de venda de importados ou proprietários de lojas no Brasil.

<sup>257</sup> Durante a pesquisa não tivemos acesso a contratos escritos de trabalho formal e nem informal.

minutos, então é uma coisa boa. É bem puxado assim, apesar de que é só atendimento de balcão, né? Só que você tem que se esforçar porque seu salário só vem de venda comissionada. [...] Não há salário-base não. Salário base é geralmente, é só pra pacoteiro, pessoas que trabalham no pacote entregando mercadoria, eles têm um salário fixo e a gente que é vendedor é só comissionado, mas só que ganha mais. Ah, tem a questão das férias também. Férias lá é assim, são só quatorze dias e mais seus quatro dias de folga. E o período que você está de férias você não ganha, tá?! Nem o salário-mínimo paraguaio, tem algumas lojas que pagam o décimo terceiro e outras nem falam sobre isso [...] <sup>258</sup>.

Na entrevista, Roberto justifica com base no trabalho e nos tipos de contratos a diferenciação salarial entre vendedores (brasileiros) e “pacoteiros”. Estes últimos, identificados como “eles”, são de nacionalidade paraguaia. Ele usa a descrição de seu acordo de trabalho para chamar atenção para como a composição do seu salário é transferida a ele, independente da jornada e do desgaste físico despendidos. Em conjunto, as multas atuam como mecanismos de coerção e disciplinarização aos trabalhadores na tentativa dos empresários estenderem a jornada de trabalho sem o pagamento de horas extras em busca do aumento da extração do sobretrabalho.

Para este entrevistado, estar no “balcão”, significa a internalização de metas que requerem uso de seus conhecimentos profissionais e pessoais no trabalho. Isto representa um tipo de conhecimento entendido por ele como dispensável àqueles que ocupam os postos de empacotador. Na hierarquia dos postos de trabalho da loja, ele se vê ocupando um lugar diferenciado dos demais trabalhadores naturais de Salto del Guairá. Assim justifica uma possível diferença salarial, como retribuição ao conhecimento, esforço e qualidades individuais. Este é um dos elementos que contribuem para o vendedor brasileiro identificar-se com uma condição social diferente de seus pares de nacionalidade paraguaia <sup>259</sup>.

Esta divisão do trabalho é comum em lojas nas cidades paraguaias fronteiriças com o Brasil. A contratação informal da força de trabalho dos vendedores brasileiros representa alguns benefícios ao empregador, tais como o não pagamento de encargos e não cumprimento

---

<sup>258</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

<sup>259</sup> Nessa pesquisa, não foi possível levantar dados estatísticos sobre a proporção de trabalhadores brasileiros e paraguaios ocupados nas lojas em Salto del Guairá, devido à grande quantidade de contratos informais. Entre os 13 vendedores em lojas de importados entrevistados, apenas cinco possuíam registro em carteira de trabalho, sendo dois de nacionalidade paraguaia e três de nacionalidade brasileira. Sobre o número de proprietários de lojas não foram levantados os dados sobre a proporção de paraguaios e brasileiros durante a pesquisa.

dos direitos trabalhistas paraguaios<sup>260</sup>. Por exemplo, um dos entrevistados relatou: “Se você fica doente, você tá enrolado. Se for uma empresa grande, e for um caso grave de saúde, eles te dão uma licença, mas nesses dias que você não está trabalhando você não vai ganhar, porque você não está dando lucro”<sup>261</sup>. A remuneração baseada apenas na produção e não na jornada expressa as condições de trabalho impostas e comuns em muitas lojas. Entre elas, Dario manifesta esta compreensão dizendo que “dar lucro” é receber apenas pela produção diária e adoecer ao ponto de comprometer a presença no trabalho é correr o risco de demissão<sup>262</sup>.

Nas entrevistas com os empresários, foi relatado que a redução dos custos trabalhistas com a informalidade nem sempre representa menores gastos para eles, pois, conforme os empresários, o pagamento da composição salarial dos vendedores brasileiros (com comissões e metas de vendas) tornara-se maior do que a dos trabalhadores paraguaios formalizados e com salário-mínimo. Ao ser questionada, uma das empresárias entrevistadas justificou desta forma composição do salário:

Olha a carga horária, quem combina certinho é o contador, que dá todas as leis deles. [...] Não tem pagamento de horas extras não. Tem como é que diz assim, é eles ganham por porcentagem. Olha os nossos funcionários, tem sempre assim que ganhar em torno de R\$ 3.000,00 reais por mês, ainda com comida. Então, eles trabalham feliz, porque não importa pra eles se estão trabalhando até sete horas da noite, porque eles estão ganhando lucro, ganhando a comissão deles. Não é como aqui, por exemplo, que se passa

---

<sup>260</sup> Em meio as estipulações da Ley nº 213/93, Código del Trabajo del Paraguay, destacamos: Jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais; Horário de intervalo para refeições mínimo de 30 minutos; Descanso mínimo de 10 horas após a jornada de um dia de trabalho; Horas extras com máximo de três horas diárias, sem exceder 57 horas semanais, respeitando as exceções previstas em lei; 50% sobre a hora normal para as horas extras e 100% nos feriados; Adicional de 30% para trabalho noturno; Adicional de periculosidade e insalubridade; Direito a 1 dia de descanso semanal; 13º salário proporcional ao tempo trabalhado, incluindo a média do salário, horas extras e comissões; Férias remuneradas de 12 dias úteis entre 1 ano a 5 anos de trabalho, 18 dias entre 5 a 10 anos de trabalho e 30 dias úteis após 10 anos de trabalho; Salário mínimo nacional; Pagamento de imposto ao Instituto de Previdência Social; Licença maternidade de seis semanas após o parto, podendo ter seis semanas antes do parto, caso o médico solicite; Entre os quinze e dezoito anos, é permitida jornada de 6 horas diárias e 36 horas semanais, sem permissão para horas extras. Empregados estrangeiros para cada empregador não pode exceder 25%.

<sup>261</sup> Dario, 26 anos, natural de Guaíra. Trabalha há 10 anos em lojas no comércio em Salto del Guairá-Paraguai e já trabalhou de laranja. Entrevista gravada pela autora em maio de 2013 em Guaíra. Arquivo de mp3 (46 minutos).

<sup>262</sup> Em Salto del Guairá há um Consulado brasileiro. Isto deveria facilitar o encaminhamento das queixas formais dos trabalhadores brasileiros ao não acesso aos direitos sociais no Paraguai. Porém, isto não é a realidade descrita nas entrevistas. Ao longo do texto discutiremos como estas relações costumam acontecer.

eles vão ganhar R\$ 1.000,00, mas cinco e meia vai embora. Mas, se passa a hora e eu pago a mais, não dá isso<sup>263</sup>.

Os acordos estabelecidos entre empresários e vendedores seguem uma conduta moral estabelecida nos acordos informais. Afirmar o estado de ânimo do vendedor como aquele que “trabalha feliz” é um recurso utilizado pela proprietária de loja entrevistada para legitimar o descumprimento das leis trabalhistas em troca de comissões por produtividade.

Na medida em que há exigência de metas de vendas aos vendedores e a necessidade do trabalhador tentar aumentar as comissões para compensar o deslocamento para este local de trabalho, também há o aumento da acumulação de seus empregadores. Trata-se de uma estratégia de acumulação por parte dos proprietários de lojas que organizam esta forma de contratação da força de trabalho. Ainda, a contratação informal de vendedores permite ao empregador ter um número maior de funcionários brasileiros do que os 25% permitidos por lei.

Esta procura por contratar trabalhadores brasileiros, sejam eles regularizados ou não e contratados formalmente ou informalmente, também se justifica pelo público consumidor ser majoritariamente da mesma nacionalidade destes vendedores. Nesta escolha, pesam as diferenças do idioma e o comportamento cultural dos trabalhadores e consumidores dos dois países. Isto influencia os vendedores brasileiros conseguirem certa proximidade e credibilidade com os consumidores de mesma nacionalidade que estão comprando em outro país. Atualmente, há predominância de consumidores brasileiros nestas lojas.

No caso de Roberto, ele possui sua regularização para trabalhar no Paraguai. Retirou-a mediante exigência de uma das lojas que trabalhou informalmente e, posteriormente, formalmente no Paraguai, o que ocorre devido à fiscalização acompanhada de multas a lojas que contratam informalmente trabalhadores brasileiros não regularizados. A fiscalização é realizada no comércio em Salto Del Guairá por representantes do Ministério do Trabalho com sede em Asunción. O valor da multa varia conforme a reincidência do empresário<sup>264</sup>.

---

<sup>263</sup> Nara, 73 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR, proprietária de loja em Salto del Guairá e em Guaíra. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

<sup>264</sup> De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, no Guia Dirigido dos Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, neste período ainda não estava incluso a Venezuela) do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, qualquer pessoa com nacionalidade em um destes países, com residência legal em outro país deste bloco e com sua devida regularização, pode trabalhar e estudar neste último tendo acesso as seguridades sociais

Conforme as entrevistas com os vendedores brasileiros, essa fiscalização se restringe a controlar quem está regularizado ou não para trabalhar no país. Já o cumprimento das leis trabalhistas por parte dos empresários a estes trabalhadores não são fiscalizadas.

Ao descrever como fez seu “permiso” e sua “migración”, Roberto expressou a desconfiança sobre os abusos nos valores descontados em seu salário para pagar os custos destas regularizações. Assim, descreve:

[...] Eu já estava meio esperto, meio desconfiado aí eu falei vou fazer por conta própria (o documento de migración), aí ela falou pra mim assim: “Por quê por conta própria?” a contadora né?! Ela queria ganhar o dela, aí chegou até conversar com o Ali falar que eu tava desconfiando dela e querer me demitir, entendeu? Falei assim “Então faz, pode fazer então” que naquele tempo não dava pra largar o serviço assim, Falei então você pode fazer então! Aí ela fez, aí depois de cinco meses chegou. Aí com o tempo eu peguei e saí daquela loja, entendeu? [...] Porque é absurdo! Eu faltei um dia porque eu tinha auto escola, aí me deram uma multa de 200 reais. Aí eu cheguei pra contadora e falei: “Eu não ganho 200 reais pra você me dar um desconto de 200 reais”. É por dia né?! “Não ganho 200 reais pra você me dar isso de desconto” aí ela falou assim: “Foi mando do patrão” aí eu falei: “Então tudo bem, mas você assina aqui esse papel que você tá me dando uma multa de 200 reais”. Aí ela falou: “Não eu não vou assinar”, por que ela sabia que eu ia lá no consulado e eu ia pra cima deles. Aí nenhum deles assinaram. Aí eu peguei, recebi, desci e fui embora. Até hoje eu não voltei lá na loja pra dar satisfação, eles não me deram satisfação o dia que eles foram me dar multa também [...] <sup>265</sup>.

---

deste lugar. Este acordo de residência começa a funcionar em 2009, com o Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai. Ainda, sobre a regularização de trabalhadores de Foz do Iguaçu/BR no comércio em Ciudad del Este/PY, a pesquisa de mestrado em ciências sociais de Oberty Coronel (2013) analisa que “[...] As categorias de admissão prevista na Lei de Migração nº 978/96 (Paraguay) compreendem estrangeiros “residentes” e “não residentes”. É considerado “residente” o estrangeiro que em razão da atividade que desenvolve fixe a sua residência no Paraguai e tem a vontade de permanecer de forma permanente ou temporária. Considera-se “não residente” o estrangeiro que ingressa no Paraguai sem intenção de radicar-se naquele país. Categoria que, a princípio, seria a que compreenderia os brasileiros, especialmente pelo que está disposto no artigo 29, inciso 6, que admite a recepção de trabalhadores migrantes fronteiriços contratados de forma individual ou coletiva. Há ainda a possibilidade de utilizar-se de parentesco paraguaio, [...] que está prevista na Constituição Paraguaia em seu artigo 146, onde filhos de paraguaios são admitidos como paraguaios natos (como se fossem nascidos no Paraguay – *jus sanguinis*) desde que radicados naquele país de maneira permanente.[...]”. CORONEL, Oberty. **Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013. Em Salto del Guairá Esta regularização é feita por meio da Dirección General de Migraciones, exigindo vários documentos do solicitante, tais como comprovante de residência no Paraguai, antecedentes criminais do país de origem e atestado médico. Após a regularização o trabalhador imigrante recebe um dos dois documentos: o primeiro é chamado popularmente de “permiso”, (radicación temporaria para ciudadanos del MERCOSUR) e o segundo de “migración” (radicación permanente para ciudadanos del MERCOSUR). Disponível em: PARAGUAY, República del. **Dirección General de Migraciones**. In.: <<http://www.migraciones.gov.py/>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

<sup>265</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR. Algumas lojas costumam pagar pela regularização do trabalhador e emissão dos documentos “permiso”, que garante a regularização temporária do trabalho, podendo ser renovada por duas vezes e do documento “migración”, para a regularização permanente, e depois descontar parcelado da remuneração dos trabalhadores. Nas entrevistas foram informados valores

Resistências às práticas de abuso moral e exploração do trabalho praticadas pelos empresários são expressas nas ameaças por parte dos vendedores de buscarem pelo cumprimento dos seus direitos trabalhistas ou no abandono do emprego. Tais ações dos vendedores são avaliadas dentro de um contexto econômico e cultural experimentado por muitos dos trabalhadores em Salto del Guairá. Como observado na entrevista com Roberto, ele vive em seu atual acordo informal de trabalho as mesmas cobranças de muitas vividas em um de seus primeiros empregos formais em lojas de Salto del Guairá. A recusa à permanência no emprego, feita por ele no primeiro ano de trabalho neste comércio, não é a mesma vivida atualmente.

Relaciona-se a esse processo a ampliação do número de lojas em Salto del Guairá nos últimos anos, combinada à ampliação da concorrência entre os lojistas que oferecem praticamente as mesmas mercadorias, o que dificulta aos vendedores conseguirem postos de trabalhos com possibilidades de aumentar a renda com vendas em lojas maiores que possuem algum diferencial nos preços e qualidade dos produtos. Junto a estas mudanças, também houve a fixação de um padrão de comportamento por parte dos empresários na imposição de contratos ou acordos verbais informais com os trabalhadores contratados formalmente ou informalmente, extrapolando leis trabalhistas.

Momentos com queda nas vendas alargam os números de vendedores que são dispensados de suas ocupações. Logo, junto a este excedente de força de trabalho, também aumentam os abusos morais por parte dos empregadores. Esta condição é uma condição comum vivida por muitos destes vendedores que buscam sobrevivência neste comércio na fronteira.

Cabe chamar à atenção o fato de que mesmo o dólar estando, no período desta entrevista, com valores acima do observado no início de 2015, conseqüentemente, os

---

cobrados pelas empresas aos trabalhadores para a retirada deste primeiro documento, que variam de R\$ 60,00 a R\$ 450,00 e, para o segundo, de R\$ 600,00 a R\$ 2.000,00. Há por parte dos entrevistados a desconfiança de contadores e advogados cobrarem uma porcentagem em cima do valor para fazerem estes documentos. Além da referência ao pagamento de propina por parte destes intermediários para conseguir documentações falsas, tais como comprovantes de residência no Paraguai e atestado médico e, ainda, para o documento ser feito em um prazo menor do que de outras pessoas que aguardam pela emissão do mesmo. As entrevistas indicam que a retirada da “migración” por estes caminhos conta com trâmites legais, articulados a esquemas de corrupção e fraude de documentos. Por vezes, a recusa a regularização da cidadania por parte do vendedor brasileiro está relacionado às expensas com a mesma e a discordância quanto ao pagamento de propina para obtê-la burlando alguns dos requisitos exigidos.

vendedores tendo a comissão com vendas reduzida, muitos dos entrevistados continuam tentando manter-se nesta forma de trabalho. Com ganhos menores, estes vendedores procuram realizar cada vez mais o trabalho de “cotistas”. A manutenção como vendedores em lojas foi sustentada pela necessidade de sobrevivência e pela possibilidade de complementação de renda com o transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira. Além disso, muitos destes trabalhadores avaliam a posição que teriam no mercado de trabalho no lado brasileiro, caso saíssem ou perdessem o emprego.

O convívio com a queda de rendimentos é uma situação constante vivida pelos trabalhadores envolvidos com as ocupações oriundas das relações comerciais que ocorrem na fronteira. Os entrevistados destacam que o período correspondente aos anos de 1998 a 2001 se caracterizou pela demissão de vendedores ocupados nas lojas no comércio local<sup>266</sup>. A esse respeito, uma das trabalhadoras relatou:

[...] É assim, agora tem movimento e tudo, cresceu mais. Só que eu também acompanhei aquela época da crise de 1998, em que o dólar subiu bastante, teve muitas lojas que foram fechadas. Muita gente perdeu o emprego, foi só loja grande que conseguiu se manter, porque as pequenas mesmo, fecharam quase tudo. Aí, nessa época já tinham construído o Shopping e tinham conseguido inaugurar, porque aqui mesmo (no Shopping), só ficou a Casa Maeda, a Acácia, a Bless, a Infinite, a Casa Maringá, essa Atlética Esporte, e a Casa Simón. Nessa época de crise, foi quando eu perdi o emprego, que eu trabalhava lá no centro, e por isso que eu comecei a trabalhar em Guaíra, fiquei 1 mês lá, e depois já comecei a trabalhar lá na Acácia (em Salto del Guairá). [...] na Acácia, foi ela quem foi atrás de mim pra eu trabalhar com ela, que também era só pro final do ano que ela precisava, e acabei ficando por 6 anos ali. E aqui, também foi a mesma coisa, era pra eu trabalhar só no final do ano e acabei ficando, fazendo os cursos da loja sobre roupa e tênis.

<sup>267</sup>

<sup>266</sup> O salário-mínimo brasileiro em 29/07/1998 era de R\$ 130,00 ou U\$ 113,00 e, o valor do dólar comparado ao real era de R\$ 1,14. Já em dezembro de 2001 o dólar custava R\$ 2,46 e o salário-mínimo brasileiro era de R\$ 180,00 ou \$ 83,00. A redução da quantidade de vendas a consumidores oriundos do Brasil relaciona-se a capacidade de consumo destes últimos. Em outros momentos de aumento das vendas, articula-se ao crescimento do número de novas lojas abertas em Salto del Guairá. Ainda, cabe enfatizar que o impacto sobre as vendas também torna-se expressivo quando a alta do dólar ocorre com uma porcentagem expressiva independente dele estar com um valor considerado baixo ou alto em relação a moeda brasileira. Histórico do dólar. Disponível em: <<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar/>>; Evolução do salário-mínimo 1940 a 2014. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/salario-minimo.htm](http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

<sup>267</sup> Sílvia, 31 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (15 minutos). Entrevista gravada nos fundos da loja.

A relação estabelecida com o trabalho pela entrevistada fixa-se também em identificar-se com o conhecimento referente à ocupação que desenvolve há mais de 16 anos na cidade de Salto del Guairá, lugar onde ela conhece as relações e comportamentos em que está envolvida. Esta entrevistada se identifica com o trabalho de vendedora em lojas e, mesmo com as oscilações deste mercado de trabalho, o avalia como melhor para sua vida quando comparado ao que ela consegue no mercado de trabalho da cidade de Guaíra, onde reside. Silvia cria uma identidade do trabalho, afirmando-se como vendedora, seja vendendo perfumes, tapetes, utensílios domésticos ou vendendo roupas e tênis importados.

Nas entrevistas com os vendedores de ambas as nacionalidades, são comuns denúncias referentes aos abusos nas relações de trabalho por parte do empresariado. Nestas situações, a possibilidade do vendedor buscar seus direitos trabalhistas parece não coagir o empresariado de Salto del Guairá. Os empresários sabem da possibilidade de corromper fiscais locais e da demora da fiscalização de Asunción vir a Salto del Guairá após as queixas chegarem ao Ministério do Trabalho. Até a fiscalização chegar à loja, o vendedor provavelmente já foi forçado por abusos morais a procurar outro emprego<sup>268</sup>. Diana, uma das vendedoras brasileiras entrevistadas que fez sua regularização para trabalhar no Paraguai quando seus pais moravam e trabalhavam numa cidade próxima a Salto del Guairá, relatou sua procura ao sindicato comerciário para denunciar abusos do empregador:

[...] Faltou mercadoria, mas sobrou igual outras [...] Era nós três que ele tava com birra assim, aí ele pegou colocou eu numa sessão, a outra na outra e a outra na outra, daí e tinha um outro menino que ele colocou o menino na outra sessão, daí ele fechou as portas. Aí ele chamou a policia, falou que a gente era ladrão, que era ladrona que não sei o quê, que tinha sumido aquelas câmeras e que tínhamos que pagar, que não podíamos sair dali sem pagar. Mas isso foi num final de ano, tínhamos vendido muito, tinha uma boa comissão pra receber, aí ele inventou isso, pra poder descontar e não pagar a comissão. Esses árabes é sem vergonha mesmo! Aí ele fez isso, pra pegar e não pagar. Aí fomos no sindicato do trabalho pra denunciar que ele tinha feito tudo isso, mas no final daí, pra ele pagar o que ele devia pra gente, uma funcionária teve que fazer um acordo com ele, que ia voltar a trabalhar pra ele não ficar na mão e pra ele pagar os outros que tava saindo, aí nenhuma das outras três voltou a trabalhar lá, nunca mais. A outra tá lá ainda, até hoje, tinha saído, mas voltou de novo. [...] Procurar o sindicato, num resolveu nada. Porque lá é tudo comprado. Como ele tinha dinheiro ele foi e falou com eles lá, ofereceu dinheiro pra eles, preferiu pagar pra eles, do que ele pagar pra gente. Aí não adiantou nada, tivemos que conversar mesmo e

---

<sup>268</sup> Estas constatações levantadas durante as entrevistas vão ao encontro dos resultados das pesquisas dos já citados MASUZAKI (2013) e CORONEL (2013).

entrar em um acordo entre nós mesmo. Lá não tem lei nenhuma trabalhista, não tem direito nenhum. Lá num tem registro, alguns paraguaio que são registrado [...] <sup>269</sup>.

Neste momento, os trabalhadores desta loja não reivindicavam diretamente o cumprimento dos direitos trabalhistas estabelecidos no Paraguai, como horas extras ou férias, mas o pagamento estabelecido em acordos de trabalho informais e, principalmente, a defesa de seus valores morais às acusações de furto. Diana, tendo em vista a pressão para o cumprimento dos pagamentos, não recebeu do sindicato o auxílio esperado pelos vendedores.

O fato de o empresário ter que subornar os fiscais procurados pelos três vendedores, permitiu a estes últimos acordarem informalmente com o empregador o recebimento de seus salários/comissões e a suspensão da acusação de furto das mercadorias. Mesmo a permanência da vendedora sendo barganhada, a recusa a manter-se neste ambiente ocorreu quando, para além dos abusos, também foram rompidos laços morais e éticos por parte do contratante. O pedido de demissão feito pelos trabalhadores não se baseia somente na necessidade ou não de se manterem no emprego, mas também como a relação vivida no trabalho interfere ou não em seus valores morais.

A expressão de Diana, “árabes são sem vergonha mesmo!”, busca denunciar um padrão de comportamento entre muitos dos empregadores de uma mesma nacionalidade. Ela recorre à nacionalidade para diferenciar o comportamento do outro e não apenas à relação de exploração que é estabelecida entre empresários e vendedores. Estes empresários normalmente se fortalecem por se organizarem em associações entre aqueles que possuem proximidades étnicas e atuam num mesmo setor. Críticas ao comportamento do empregador são feitas com base nos comportamentos que fogem a um tipo de padrão da forma como empresários em Salto del Guairá lidam com os trabalhadores contratados informalmente. Conhecem um padrão comportamental presente nas relações de trabalho, pelas experiências do dia a dia com outros trabalhadores e por compartilharem com seus afins as características da realidade de trabalho em lojas <sup>270</sup>.

---

<sup>269</sup> Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada pela autora em julho de 2012 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (41 minutos).

<sup>270</sup> Esta sociabilidade pode ocorrer quando estão numa mesma mesa de almoço, quando estão em carros que os transportam para o trabalho, quando tem outros membros da família que também trabalham em lojas em Salto del Guairá, e, em alguns casos, quando frequentam espaços de lazer comum.

Embora as entrevistas indiquem que as diferenças culturais e étnicas dos empresários tragam algumas peculiaridades no comportamento dos mesmos, os acordos verbais descritos pelos vendedores sobrepõem aos estabelecidos formalmente e apresentam alguns padrões comuns na organização da exploração desta força de trabalho<sup>271</sup>. Diferentemente da nacionalidade do empregador, estes acordos ocorrem numa relação de disputa entre empresários e trabalhadores.

Diana ainda explicou sobre as diferenças entre os trabalhadores formais nacionais e os informais estrangeiros ou não:

[...] Só pros paraguaios mesmos, que daí eles tem medo. Os paraguaios eles tem mais voz lá, porque se eles quiserem levar eles na justiça, eles tem que fazer indenização. Então, daí os paraguaios que são registrados, eles cumprem a lei, eles fazem os quinze dias (férias), mas daí recebem a mesma coisa do salário, já com os brasileiros não. Em cada loja tem um jeito de trabalhar<sup>272</sup>.

Este comportamento, expresso na fala de Diana, implica em entender a condição de trabalho informal vivida por ela em outro país, mesmo estando regularizada para trabalhar nele. Entre outros motivos, a recusa por parte dos vendedores brasileiros aos acordos formais, muitas vezes é por não perceberem vantagens nesta relação, decorrente da forma como os acordos informais são apresentados pelos empresários como aqueles que proporcionam a possibilidade do trabalhador obter uma renda maior do que a dos formalizados.

Por mais que estes trabalhadores sejam pressionados a aceitarem as condições impostas nestes acordos informais de trabalho, há tentativas individuais de negociação. Nesta situação estão aqueles vendedores que possuem um conhecimento diferenciado sobre determinados produtos vendidos e uma clientela já formada. É comum trabalhadores que se destacam com as vendas de determinados bens receberem a proposta para ingressarem em outra loja acompanhada de uma gratificação para aceitá-la:

---

<sup>271</sup> Por exemplo, alguns vendedores relataram que entre empregadores de origem Libanesa, é comum surgirem acordos com trabalhadores brasileiros onde o salário é composto somente com o pagamento de determinada porcentagem sobre a quantidade das mercadorias vendidas individualmente. Já entre os empregadores brasileiros e paraguaios, muitos vendedores relataram acordos onde recebiam apenas o salário-mínimo estabelecido no Paraguai ou o salário mais uma comissão sobre as vendas e as metas da loja.

<sup>272</sup> Diana, 24 anos. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra.

[...] Se a pessoa vê que você vende bem, que você tem cliente, eles querem que você trabalhe na loja, se eles não vê que nada acontece, não rola [...] Funciona através do meio que é deles mesmo, né?! Ah! Tal fulano vende bem, ou tem cliente, ou atende bem, você vai, eles te ligam ou... geralmente eles conseguem seu telefone e te ligam [...]"<sup>273</sup>.

Dizer que a oferta de emprego “funciona através do meio que é deles mesmo”, expressa o entendimento de que a imagem dele enquanto trabalhador naquele meio, não depende apenas de um esforço individual, mas do julgamento de quem contrata e de seu círculo social. Este “meio” afirmado pelo trabalhador expressa os vínculos entre empresários concorrentes, que ora se aproximam na defesa de seus interesses e ora se distanciam em meio à disputa neste mercado. Os trabalhadores lidam com estas condições de trabalho, buscando retirar alguns benefícios individuais dela, como a formação e fidelização de uma cadeia de clientes para negociar seus “salários”.

Além disso, construir uma referência como uma pessoa a quem o patrão possa confiar as responsabilidades sobre o estabelecimento comercial que possui, também são um dos valores destacados pelos trabalhadores ao receberem propostas de trabalho melhores que a do último empregador. O conhecimento adquirido em suas experiências de trabalho anteriores, fez com que suas escolhas sobre as vagas que lhe foram ofertadas não se baseassem apenas no salário dentro da loja, mas em outros benefícios que estes poderiam trazer, como a possibilidade de ampliação da cadeia de clientes para atuar como “cotista” ou mesmo o aumento do tempo de horário de almoço.

Nestas relações, o trabalhador entende que mesmo ele sendo um vendedor formal ou informal, legalizado ou não em outro país, suas condições de trabalho e salário não são garantidos pela legislação trabalhista ou reivindicadas com êxito pelo sindicato da categoria em Salto del Guairá. Estas dependem de uma lógica local de organização construída em meio ao conflito de classes.

Por mais que ocorram tentativas por parte dos empresários em ditar normas, ritmo e rotinas de trabalho, nem sempre estas são seguidas da forma como estes desejam. Nestas relações de trabalho percebemos as ações individualizadas de muitos dos vendedores contra a exploração do seu trabalho. Não há uma organização sindical e associação formada pela

---

<sup>273</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

iniciativa coletiva destes vendedores, visando impor limites aos abusos da exploração da força de trabalho praticada pelos empresários. Estas ações individualizadas fazem-se em meio a negociações informais com os patrões, com a recusa aos abusos e com o enfrentamento do medo do desemprego com os pedidos de demissão. Neste contexto, manter-se neste forma de trabalho permite exercer a atividade de complementação de renda como “cotista” que, em alguns casos, será maior a que a renda principal obtida no emprego de vendedor.

Tendo em vista esta avaliação, muitos dos vendedores entrevistados costumam trabalhar em horários para além da jornada fixada nestas lojas. Por exemplo, quando a entrevistada Jaqueline relatou:

[...] Tinha muito cliente fixo de Maringá e Londrina, que eles já iam pegando confiança em você. Até mesmo, era o pessoal que ligava no celular e pedia pra você pegar e depois pegavam na sua casa. Você conseguia cliente porque atendia bem, e dizia que era comissionada, pedia pra voltar e comprar com você, deixava contato e dava liberdade pra eles ligarem. Então com esse atendimento, por celular, mensagem pela internet, pois era uma forma de fazer cliente, ligavam a noite, fora de horário [...] <sup>274</sup>.

O envolvimento do trabalhador com as vendas está relacionado à forma como a composição salarial não é organizada pela jornada ou quantidade de trabalho, mas pelo aumento da lucratividade dos proprietários. Não se trata de um envolvimento do trabalho que está associado unicamente à ideologia de esforço em prol da empresa, mas de garantir a composição de sua própria renda e a manutenção neste circuito. Além disso, é uma tentativa do vendedor em criar mecanismos para conseguir manter-se neste mercado de trabalho com alguma credibilidade para negociar a composição de sua renda. Entre os entrevistados, alguns relataram a retirada de mercadorias em crédito na loja, fosse em seu próprio nome ou no de clientes cadastrados, para somente na hora da entrega receberem o valor da mesma com a cobranças do trabalho de “cotista”. A esse respeito, Roberto descreve o perfil de alguns clientes com crédito na loja que trabalha:

---

<sup>274</sup> Ana, 27 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR.

[...] Eles compram geralmente para revenda, venda no ML (Mercado Livre). Maioria de compras no Paraguai são feitas pelo mercado livre, tem alguns que tem loja em Maringá, Londrina, mas a maioria é clientes de mercado livre. [...] Eles anunciam, alguns deles, esses fortes que compram tem a mercadoria, anunciam e vendendo já manda coloca lá, despacha manda por sedex ou pac e fala ah tantos dias vai estar aí, sempre mantendo contato com o cliente. Aí alguns também vem pega, só colocam na página do mercado livre. Ah tem 10 produtos a venda, só que ele não tem nenhum. Ele vendeu, ele corre no Paraguai ou ele manda algum freteiro trazer, ah traga tal peça aqui em Maringá. O freteiro vai lá cobra 18 a 20% e entrega a mercadoria lá, ele paga tudo em mãos, mas ele só vai pagar quando chegar na mão dele, paga e paga mais os 18% daí ele paga e manda no outro dia para o cliente.<sup>275</sup>

Para os trabalhadores brasileiros, a informalidade nos contratos de trabalho tem significado a realização de acordos que garantem uma suposta possibilidade de tentarem maiores ganhos. Manter-se empregado em determinadas lojas garante contatos para o vendedor atuar como “cotista” e obter uma renda para além da recebida em seu “balcão”. Inserir-se neste mercado de trabalho como funcionário de determinadas lojas, garante para muitos deles, terem um ponto fixo para fazer clientes e negociar diretamente com o proprietário da loja os descontos sobre determinadas mercadorias e o acesso às mesmas sem o investimento de algum capital monetário.

Quando o trabalho de “freteiro” é realizado pelo próprio vendedor que também atua como “cotista” após o horário de trabalho ou em dias de descanso, ocorre uma extensão da jornada de trabalho deste vendedor ainda articulada ao trabalho como empregado da loja. No entanto, quando ele combina seu trabalho de vendedor com mais duas ocupações, o de “cotista” e o de “freteiro”, indica como o salário obtido em seu emprego não lhe é suficiente as suas necessidades. Ele desenvolve mais duas funções, onde sua força de trabalho é contratada por outro empresário ou por um consumidor. O prolongamento do tempo de trabalho diário e nos dias de descanso relaciona-se com as tentativas do capitalismo em se reproduzir criando uma falsa autonomia de que o trabalhador age independentemente das relações de exploração. A presença destas ocupações em tempo parcial não é percebida aqui como formas de libertar ao máximo o trabalhador do tempo despendido em suas jornadas de trabalho, mas de intensificar e prolongar a exploração do trabalhador.

---

<sup>275</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

Neste circuito do transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, o capitalismo se expande e reproduz, plasmando a percepção de empresários que estimulam a especificidade de algumas ocupações, bem como de alguns trabalhadores que irão envolver-se e definir algumas funções, buscando obter meios de sobrevivência e/ou acumular algum capital. Não se trata de uma nova ocupação, mas de uma redefinição de um tipo de trabalho, voltado para desempenhar especificamente uma função dentro o conjunto de práticas que envolvem o circuito do contrabando. Neste mercado, o “freteiro” concorre com outros trabalhadores que também buscam socorrer-se nisto.

Entre as funções deste circuito, o trabalho de “freteiro” é como uma ocupação reconhecida neste meio e vivenciada por muitos trabalhadores como única fonte de renda. Não é algo específico apenas desta fronteira, mas está presente em outras regiões onde a prática do “contrabando” faz presente no cotidiano de alguns trabalhadores. A especificidade no caso relatado por Eduardo em Salto del Guairá está na maneira com a qual sua força de trabalho é recrutada para esse fim, como parte da composição da sua renda como um trabalhador na fronteira. Esta é composta desde o trabalho formalizado em lojas, com o trabalho informal e “ilegal”. Além disso, seu trabalho neste circuito contribui para uma forma de revenda *on-line*, pouco comum até a década de 2000.

Há um padrão específico de conduta entre os trabalhadores (freteiros, vendedores e “cotistas”), os proprietários de lojas e os compradores envolvidos em cada uma destas funções dentro deste circuito de circulação da mercadoria. Entre as formas de pagamento, também foi relatada a existência de uma espécie de crediário até a presença física dos compradores “*acertando as contas de compras*”, em que a venda informal a prazo e o transporte são fixados com base nos laços de confiança entre eles. Contudo, estes laços possuem limites, pois há necessidade de cumprimento de todas as partes para esta circulação da mercadoria se concretizar, como, quando Roberto diz sobre o comprador, “mas ele só vai pagar quando chegar na mão dele”.

Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa com gerentes e atravessadores, parte das formas de efetivação dos pagamentos das mercadorias era desconversada. A pesquisa de Oberty Coronel é uma das poucas que coletou entrevistas descrevendo como parte da transação monetária e transporte é realizada. Em síntese, ele analisou que:

Trata-se de um sistema de pagamento onde os clientes depositam a quantia necessária à transação numa conta bancária brasileira, esta conta é controlada por casas de câmbio instaladas em Ciudad del Este que se responsabilizam por repassar o dinheiro aos destinatários, sejam eles os *Freteiros* ou as empresas.<sup>276</sup>

Os trâmites do comércio de mercadorias na fronteira passam tanto por relações consideradas legais como ilegais, dependendo do país e da situação a qual ela é analisada. Partes dos trâmites realizados no Paraguai são legalizadas. Da mesma forma, são utilizadas as brechas legais em bancos brasileiros para, posteriormente, serem utilizados meios ilegais. No caso dos correios, a não declaração das mercadorias que, por vezes, não são exigidas notas fiscais de regularidade das mesmas no ato do despacho, burlam também as regulamentações da empresa que realiza o transporte. São estratégias criadas por aqueles que estão fazendo uso das diferenças legais, fiscais e econômicas entre os dois países para tentar usufruir das brechas da chamada “globalização” ou do processo de reprodução capitalista no trabalho na fronteira.

Roberto, que foi citado anteriormente, assim como outros vendedores entrevistados, possui a regulamentação de imigrante no país, mas não está trabalhando registrado formalmente. Os vendedores evidenciaram que percebem no dia a dia, como o cumprimento das leis trabalhistas não costumam ocorrer em Salto del Guairá até mesmo para os trabalhadores registrados formalmente. O trabalhador brasileiro também avalia como a regularização da sua força de trabalho deixaria o trabalho mais caro para o proprietário da loja, o que influenciaria na distinção da renda que ele poderia obter com os acordos salariais informais e as comissões diferenciadas de vendas. Além disso, as despesas com a formalização dos brasileiros e a computação formal do excedente de empregados estrangeiros além do permitidos por Lei a cada empresa teriam impactos nas inserções dos brasileiros neste mercado de trabalho.

---

<sup>276</sup> O autor traz a entrevista de Jonas: “Ele (comprador) fechando o pedido, dificilmente é essa mesma pessoa que vai retirar comigo ali em Ciudad del Este. Então ela tem uma pessoa que vai buscar a mercadoria comigo ali. Então ele deposita adiantado o valor. Ele deposita em contas de bancos brasileiros que tem um acordo ilegal com casas de câmbios em Ciudad del Este, onde ele deposita em real aqui e a casa me paga em dólar lá...essa conta é em nome de terceiros, de laranja ou de empresas grandes no Brasil, que tem a movimentação financeira muito alta que não serão fiscalizadas. É autorizado em determinada casa de câmbio a retirada desse dinheiro no meu nome. Funciona igual banco e até melhor, porque a burocracia é bem menos. No Brasil você não pode sacar quantias acima de...sei lá...5 mil reais...porque tem que comunicar o banco antes. Ali eu consigo se quiser amanhã mesmo receber 100 mil dólares, levando apenas a minha identidade pra uma pessoa que eu nunca vi na vida.” In.: CORONEL, Oberty. **Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013.

Embora muitos entrevistados possuam longas trajetórias como vendedores em lojas em Salto del Guairá, alguns deles encaram este trabalho como temporário e não esperam contar com este tempo de serviço para sua aposentadoria em seu país de origem. Para, além disso, manter-se como trabalhador em Salto del Guairá pode significar também um sentimento de derrota das expectativas pessoais do trabalhador com relação aos horizontes de sua vida. Sobre isto, a entrevista de Rivelino que possui ensino superior e outras experiências de vida, como a de trabalhador imigrante no Japão, é uma das que marca essa angústia:

Quando eu faço um resumo da minha vida, o que eu conquistei? Minha vida está oca!!! Eu queria poder pagar uma previdência privada, ir me organizando pra aposentar, porque eu estou sem isso. Eu começarei a pagar. Porém eu luto comigo mesmo, é conflito interno, eu não vou começar a pagar porque eu quero sair de lá, e se eu pagar é sinal de que estou entregando os pontos<sup>277</sup>.

A fala de Rivelino evidencia o sofrimento ao lidar com seu reconhecimento sobre uma condição e tempo que correm contrários a suas expectativas. Uma vida avaliada como “oca”, marca o esvaziamento sentido com relação ao trabalho em sua condição atual de vida. Esta é marcada por sua necessidade de sobrevivência, em que o provisório tem se feito como permanente em sua vida e na de muitos outros trabalhadores.

Relacionam-se, nesse conjunto, os motivos da recusa de muitos trabalhadores a sua regularização enquanto imigrante no Paraguai. Para eles, esta recusa à cidadania significa também a não aceitação ao pertencimento em específico a esta outra nação, que este documento poderia simbolizar. Por vezes, cabe lembrar que a recusa por parte do vendedor brasileiro também está relacionada às expensas com a mesma e a discordância quanto ao pagamento de propina para obtê-la burlando alguns dos requisitos exigidos.

O entrevistado Jairzinho, com uma trajetória ocupacional próxima à experimentada por Rivelino, relatou em sua entrevista, ao ser indagado se algum dia ele havia pensado em estar naquele emprego:

---

<sup>277</sup> Rivelino, 32 anos. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra-PR.

Nunca. Na época que surgiu a crise financeira lá (no Japão), eu até brincava com meus amigos que eram japoneses, vou ter que ir embora pro Brasil, porque está feio de emprego. Eu falava assim, a última opção é correr pro Paraguai, virar contrabandista! Parece brincadeira. Acabou virando realidade<sup>278</sup>.

Jairzinho ironicamente referencia o *contrabando* como algo que seria seu último recurso para sobrevivência após várias migrações. Ele não ampara sua identidade no trabalho como “contrabandista”, mas como vendedor. Lida com seu envolvimento no transporte não regulamentado de mercadorias como algo esporádico e imposto pelas suas condições materiais de vida. Este entrevistado, embora recorra à diferença entre o planejado para sua vida e os rumos que a mesma tomou, busca trazer, para quem o entrevistou, como ele se relaciona com o trabalho de vendedor de vinhos. Assim se expressa:

Mas eu gosto de estar lá, na verdade eu não gosto do Paraguai assim, eu gosto do que eu faço de vender vinho, isso eu acho muito legal, é uma profissão assim que é meio que infinita, todo dia você está aprendendo uma coisa diferente, não é aquela coisa *robótica* igual eu estava acostumado a ser lá no Japão, sabe você acordar, levantar, ir trabalhar numa linha de montagem, numa linha de produção, é totalmente diferente. Chegou produto novo, você vai ter que saber que produto é aquele, o que você está passando pro cliente. Você trabalhando numa linha de montagem é diferente, ou vendedor de carro por exemplo, ele já sabe que tipo de carro são, se tem ar, vidro, esse tipo de coisa assim. O vinho não é assim. Ele é uma coisa muito rica, é bem diferente de um vinho pro outro, e o que é mais interessante é que cada pessoa tem um paladar, [...] você tem que adivinhar o que as pessoas querem, o que elas estão acostumadas a degustar. É difícil, mas eu já estou acostumado. E mês que vem, se Deus quiser eu vou fazer um curso de vinho, e eu quero me aprofundar mais<sup>279</sup>.

Por meio das experiências vividas ao longo de sua trajetória de trabalho, Jairzinho busca evidenciar no que é possível construir uma identificação com seu trabalho atual. O entrevistado se ampara na possibilidade de construção e troca de aprendizado que sua ocupação pode oferecer. Fundamentalmente, constrói uma identidade não vinculada

---

<sup>278</sup> Jairzinho, 30 anos, natural de Campo Grande-MS. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (39 minutos). Trabalha há mais de 2 anos na mesma loja no comércio em Salto del Guairá-PY. Esta avaliação de Jairzinho é trazida em meio a entrevista, sem em momento nenhum ele ser questionado sobre o trabalho de “cotista” ou não.

<sup>279</sup> Jairzinho, 30 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

diretamente às categorias de “cotistas” ou “contrabandistas”, mas a especificidade do conhecimento proporcionado pela função exercida por ele como vendedor. Neste aspecto, o trabalho com o qual ele se identifica é separado daquele que ele considera como esporádico ou temporário. Seu trabalho serve como uma referência para ele se perceber e se afirmar enquanto sujeito. Portanto, o traçar dos horizontes e expectativas com relação ao trabalho e a vida não se fixa apenas na condição com a qual o trabalho é vivenciado, mas amparam-se também nas experiências e interpretações destes sujeitos em como vivenciam seu cotidiano e interpretam suas trajetórias de vida.

Em outra entrevista, a manutenção no trabalho como vendedor informal e “cotista” em Salto del Guairá, foi expressa em alguns objetivos:

[...] faço direito na UNIPAR, no terceiro ano. Também é uma coisa que eu só estou estudando porque o Paraguai me dá condição, [...] o meu salário todo do Paraguai dá. Já se fosse aqui por Guaíra eu andaria de a pé e não estudaria.[...] Eu quero vir e quero fazer algum estágio, e agora eu estou estudando mais do que eu estudava antes, agora comecei ler alguns livros de alguns concursos, mas bem poucos ainda, porque o Paraguai é muito cansativo, então você chega exausto. A expectativa minha era sair no começo desse ano, entendeu? Até fui atrás ver pra eu fazer um cursinho para alguns concursos, mas acabou não dando por querer ir para a faculdade e meu carro. Então eu teria que ter trancado tudo, parado com tudo pra fazer isso. Quero parar (o trabalho no Paraguai) ano que vem pra fazer tudo certinho, pra ver se eu começo a estudar definitivamente, virar profissão. Investir na área que eu estou fazendo<sup>280</sup>.

As cobranças e prioridades de Roberto com relação às suas expectativas futuras também são vividas como angústias<sup>281</sup>. Por mais que ele projete sair desta condição de trabalho, ele não consegue. Filho de mãe cabeleireira e pai motorista para serviços gerais em prefeitura, Roberto descreve os motivos que o levou a ingressar no trabalho aos 15 anos de idade: “[...] Eles falavam assim, “cuida dos gastos de vocês, que lá em casa a gente cuida.” Então sempre foi assim, eu e meu irmão cuidamos de faculdade, de carro, de roupa de tudo que tem pra cuidar a gente se mantém, aí eles cuidam da casa”<sup>282</sup>. Um projeto de mudança de vida associado à educação superior é trazido como uma forma dele tentar melhores condições

<sup>280</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

<sup>281</sup> Em contato com Roberto em 2014, ele ainda não havia parado de trabalhar em loja em Salto del Guairá.

<sup>282</sup> Roberto. Idem.

de vida e trabalho que as experimentadas ao longo de sua trajetória de vida. Esta possibilidade é considerada por ele como inviável na realidade do mercado de trabalho em Guaíra.

A situação relatada por Roberto sobre a importância deste trabalho para proporcionar o acesso a suas expectativas são as mesmas vividas por alguns dos jovens ocupados neste comércio. As perspectivas criadas ao procurar fazer desta ocupação algo temporário e que garanta a possibilidade de mudanças das condições de vida por meio do acesso aos estudos, não é algo vivido concretamente por muitos destes vendedores. Um dos motivos é porque o tempo de trabalho consome boa parte do tempo de vida deles, sendo comuns os relatos de abandono ao ensino médio e superior. Para além destas formas de lidar com este trabalho, a maior parte dos entrevistados relatou o envolvimento neste meio como fundamental para suprir suas necessidades de sobrevivência e manutenção da família.

Além disso, a poupança com as rendas proporcionadas pelo trabalho de vendedor, “cotista” e “freteiro”, muitas vezes, é investida na sua cidade de origem com a abertura de um ponto comercial. Por exemplo, os entrevistados Dario, Jaqueline e Diana que tentaram primeiro prosseguir com a escolarização, mas não obtiveram o sucesso desejado, posteriormente tentaram abrir restaurantes não tendo novamente o retorno esperado neste meio, desistindo ou perdendo o investimento. Situação comum relatada por trabalhadores de nacionalidade paraguaia oriundos de cidades próximas que migram para Salto del Guairá tentando guardar algum capital para depois investir na sua cidade de origem. De certa forma, esta movimentação contribui para uma pequena parte do capital gerado pelo comércio de mercadorias na fronteira em Salto del Guairá chegar a outros municípios próximos.

Estes relatos indicam trabalhadores vivendo sobre uma realidade específica de trabalho, com expectativas e interpretações que, por vezes, se diferem e, por vezes, também se aproximam. Contudo, há em comum entre os vendedores em lojas de importados e cotistas de ambas as nacionalidades um perfil de trabalhadores jovens, pensando sua vivência nesta ocupação como temporária, mesmo estando nela há vários anos. Muitos criam expectativas de aumentar sua capacidade de consumo ou juntar algum capital por meio dela e, conseqüentemente, buscar outros meios de sobrevivência que os experimentados atualmente. Com este desenho, identificamos uma situação de classe comum experimentada por muitos destes trabalhadores entrevistados, em que o pertencimento à sua categoria encontra-se nas condições comuns de trabalho vividas por eles e na relação e expectativa que estabelecem com este trabalho.

Cientes das práticas dos vendedores em comercializar com compradores e cobrarem pelo transporte das mercadorias, há empresários que estabelecem contratos proibindo os trabalhadores de atuarem como “cotistas” ou “laranjas” e também como “intermediários” comissionados entre os clientes da loja e outros “freteiros”. Este comportamento se deve ao fato de que algumas lojas já possuem um setor da empresa responsável pelo transporte ou já possuem acordo com alguém especializado em realizar e organizar este transporte ilegal (“patrão” ou “atravessador”)<sup>283</sup>. No período da entrevista, Dario trabalhava em um dos maiores estabelecimentos comerciais em Salto del Guairá que fazia parte de uma rede de empresas estabelecidas em outras fronteiras do Brasil-Paraguai e relatou:

Agora que estou trabalhando no (local) eu não faço trabalho extra, porque eles te proibem, se descobrirem que você está fazendo qualquer coisa por fora, eles te mandam embora. Porque antigamente eles entregavam mercadoria no Brasil, e hoje já não fazem mais. Teve um amigo meu que fazia isto e mandaram embora. Mas antes eles entregavam mercadoria até em São Paulo, o próprio (local onde trabalha) que organizava isto. Deveria ter um esquema muito grande, antes faziam. [...] Em mês normal, eu ganho em torno de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.300,00 reais, e no fim de ano, em torno de R\$ 4.000,00 reais. Isso com salário e comissão. Lá eu assino todo o mês o recibo com o valor do salário-mínimo, que está G\$ 1.670.000,00, que deve estar dando uns R\$ 800,00 reais, e a comissão vem à parte, num papel separado, acho que pra não terem problemas trabalhistas. Lá os acordos são todos informais. Lá no (local), deve ser uns 30% registrados, só que lá a maioria é paraguaio, deve ter entre 500 a 600 funcionários. Têm os gerentes, um gerente geral responsável por todos os gerentes, depois gerente por setor e os responsáveis por contratar vendedor, e cada setor tem uns dois ou três repositores[...]<sup>284</sup>.

Falar sobre as práticas de transportes da empresa utilizando o tempo passado é um dos recursos para não comprometer legalmente o lugar onde esteve empregado. Contudo, quando fala sobre as relações trabalhistas da loja, ele não expressa esta preocupação porque parece ser uma prática naturalizada naquela realidade de trabalho. Prática tão comum que mesmo nos acordos informais há registro separado do salário-base e dos valores que o excedem. Embora

---

<sup>283</sup> Como já levantado em outras pesquisas, há diferentes meios e trajetos, aéreo, fluvial e terrestre, com diferentes formas de venda e pagamento, mobilizando diversos tipos de funções desenvolvidas por trabalhadores e empresários para as mercadorias saírem irregularmente do Paraguai e serem distribuídas no Brasil. As pesquisas já citadas de CARDIN (2011), CORONEL (2013) e MASUZAKI (2013), descrevem diferentes trajetos, ocupações e meios utilizadas neste circuito comercial.

<sup>284</sup> Dario, 26 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR. Obs.: Durante a pesquisa não consegui uma cópia do manual do funcionário.

ele esteja regularizado para trabalhar no Paraguai, seu contrato de trabalho é informal. Isto não depende apenas da vontade deste trabalhador, mas da pressão que sofrem por esta prática ser comum em muitas empresas.

Estas lojas, mesmo sem a formalização da relação trabalhista, impõe em seus contratos informais normas de conduta para o trabalhador. Estes trabalhadores além de lidarem com as condições de trabalho relatadas, também lidam com as próprias normas estabelecidas pela concorrência dos empresários envolvidos no transporte de mercadorias.

Quando você entra eles te dão lá um manual do funcionário, tudo o que você não pode. Eles te dão pra você ler, pede pra ler e prestar bastante atenção, e já falam, qualquer deslize você está fora. Se você beber de uniforme na rua, você já está fora. E não posso comprar na loja de uniforme, não posso passar no caixa de uniforme. [...] Eu cumpro oito horas de serviço, com uma hora e meia de almoço. Só que agora implantaram lá uma putaria de para você ganhar a comissão do mês, você tem que ter 15 horas de horas extras por mês, o que dá quase meia hora por dia a mais. Eu fico 10 horas, lá, mais o tempo que levo pra ir e voltar, 11 horas. Trabalhar num trabalha muito não, mas é bem cansativo, só que se for passar raiva aqui pra ganhar R\$ 800,00 reais, compensa passar raiva lá e ganhar mais, mas eu me privo de muitas coisas que eu gosto de fazer. [...] Não crio expectativas lá não, porque enquanto você está dando lucro, tudo bem, quando não está o acordo é você entra com a bunda e eles com o pé. E você sai com a mão na frente e outra atrás, porque não pagam direitos trabalhistas, então se você está trabalhando ali, você tem que saber que uma hora ou outra você pode não ter mais aquilo, então tem que ir já trabalhando e juntando uma graninha<sup>285</sup>.

A forma como cada trabalhador lida com as tentativas de controle por parte destas lojas, conta com a própria experiência da realidade de trabalho enfrentada pelos vendedores e a leitura dos horizontes de trabalho que lhes restam. Viver em Guaíra e trabalhar em Salto del Guairá não é vivido somente como uma escolha. Dario iniciou sua trajetória ocupacional de mais de 10 anos. Em meio a este tempo, tentou cursar Direito em uma universidade particular, mas não conseguiu manter as despesas quando as vendas diminuíram. Mudou-se de Guaíra e tentou seleção para trabalhar em empresa aérea, mas reprovou na avaliação da língua estrangeira, espanhol.

---

<sup>285</sup>Dario, 26 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR.

No período da entrevista, a renda familiar de Dario não deixou de ser composta com o trabalho de “laranja”. Sua esposa é quem fazia o transporte para os contatos com clientes que os dois haviam construído quando atuavam como vendedores em outras lojas. Assim, quando Dario anuncia o trabalho como “passar raiva aqui ou lá”, ele identifica sua condição material de classe nos dois países. Estes empresários, embora tentem controlar ao máximo o tempo de trabalho e a vida destes vendedores, não conseguem realizar isto completamente. Os trabalhadores lidam com estas formas de controle fazendo uso dos conhecimentos acumulados ao longo de suas trajetórias de vida e ponderando suas necessidades de sobrevivência.

A situação vivida por Dario não é apenas dele, mas da maioria dos trabalhadores. As diversas situações apresentadas pelos vendedores com contratos formalizados ou não nas lojas e envolvidos com diferentes formas de atuação no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira Paraguai-Brasil, trazem elementos em comum, como a exploração da força de trabalho com a extensão da jornada de trabalho, composição salarial por produtividade e metas punitivas. Embora o trabalho nas vendas possa ser entendido como uma das pontas de parte do processo de circulação da mercadoria, ele contribui com a reprodução e acumulação capitalista envolvendo, entre outros, os fabricantes, as importadoras, os proprietários de lojas e os “patrões” do contrabando.

Em uma das entrevistas realizadas com empresários, perguntamos: “quando você contrata funcionário paraguaio, existe algum tipo de acordo ou de registro de trabalho?”. A resposta que obtivemos foi: “não, esse já não é pra perguntar, não precisa. Acho que não interessa gravar”.<sup>286</sup> A recusa em responder a respeito dos contratos de trabalho indica a relação de desconfiança com quem entrevista, da mesma forma como o silêncio pode relacionar-se ao não cumprimento da legislação trabalhista com os trabalhadores contratados.

Por mais que os jovens de nacionalidade paraguaia sejam maioria entre os trabalhadores com contrato formal no comércio em Salto del Guairá, a pesquisa de campo indicou que nem todos os formalizados conseguem acesso pleno aos seus direitos trabalhistas.

---

<sup>286</sup> Dalva, 56 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá.

A gerente<sup>287</sup> de uma das lojas de proprietários brasileiros em Salto del Guairá trouxe referências a este assunto ao falar sobre a jornada de trabalho:

[...] é muito cansativo, absorve muito teu tempo, você ficar das sete horas assim, segunda a segunda até fechar, absorve muito teu tempo, mas assim também, em termos de salário recompensa, mas em termos de descanso e aproveitar a família não. [...] um domingo a gente vai até meio-dia, e na semana a gente tem folga, e no próximo domingo a gente não trabalha. [...] dezesseis por cento de um salário mínimo é descontado, seria uns, por exemplo, um salário mínimo no Paraguai hoje seria uns 700 a 800 reais. Tem o salário mínimo que é obrigado, né?, mas no primeiro mês, de 1 a 3 meses as pessoas ganham 1 salário mínimo e depois conforme vai passando, vai melhorando a pessoa também, vão ganhando um pouquinho mais, os vendedores ganham a comissão, comissão sobre a venda e cada setor acho que tem uma porcentagem<sup>288</sup>.

Quando descreve os acordos salariais dos seus pares e faz um balanço das vantagens nesta loja, Perla não menciona o pagamento de horas extras a trabalhadores registrados. As comissões com vendas e a possibilidade de folgar um dia na semana parecem, novamente, sobrepor-se a necessidade de a empresa pagar estes direitos. Entretanto, Perla recorre a valores morais relacionados a seus costumes para enfatizar o impacto das longas jornadas com as quais todos os funcionários estão submetidos.

São ofertadas aos trabalhadores nacionais condições de trabalho e renda com acordos formais sobrepostos pelos acordos verbais. Estes acordos possuem algumas características similares aos trabalhadores não regularizados e/ou "informais". Isto significa a tentativa do empresariado em estabelecer um padrão de comportamento e condições necessárias para exploração desta força de trabalho.

A vivência nesta fronteira traz, para adolescentes e jovens, o convívio direto e/ou indireto com formas de trabalho que transitam entre a "legalidade e a ilegalidade" e entre o "formal e informal". Estes sujeitos lidam com valores morais e comportamentos específicos a determinados espaços. Os jovens não definem ou julgam seus comportamentos fixando-se apenas nas definições de leis do Estado.

---

<sup>287</sup> Postos de gerências em grandes lojas são comuns a jovens paraguaios com maior escolarização e contratados formalmente. A nacionalidade do trabalhador que ocupa postos de gerência costuma ser a mesma do empregador.

<sup>288</sup> Perla, 32 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá/PY.

Alguns jovens da classe trabalhadora, com uma trajetória de vida e condições sociais, culturais e econômicas distantes ou próximas a de muitos vendedores entrevistados, não conseguem ou mesmo não avaliam como interessante se sujeitar às extenuantes jornadas de trabalho de vendedores e “cotistas”. Entre estes outros, há aqueles que, muitas vezes, percebem em atividades consideradas, por vezes, criminalizadas por pelo Estado, uma forma de atingir suas necessidades de sobrevivência ou expectativas imediatas e/ou futuras com relação à vida.

Um exemplo está nos jovens que trabalham atravessando cigarros na fronteira, muitas vezes mesclando esta atividade com o transporte de mercadorias como eletrônicos, brinquedos e outros.<sup>289</sup> No meio social vivenciado por eles, estar envolto em num circuito que envolve ocupações definidas, como barqueiro ou piloto, bandeirinha, batedor de caixa, “freteiro”, atravessador, batedor de estrada e patrão, entre outras, possui muitos significados.

Conforme o contato estabelecido com estes jovens e também em uma das entrevistas gravadas, para muitos é a única fonte de renda da família. Para poucos, pode significar, uma renda que o permita se expressar com algum diferencial econômico perante seus próximos. Nestes casos, isso é refletido normalmente no consumo de roupas, calçados, meios de transporte e a possibilidade de frequentar festas. Da mesma forma como alguns trabalhadores podem perceber esta ocupação como temporária, até conseguir seus objetivos, há aqueles jovens que aspiram, nas ocupações e hierarquias presentes neste trabalho, a continuidade no mesmo. Outros interpretam essa dinâmica como uma forma de trabalho que exige conhecimento e dedicação para manter-se nele e conseguir garantir a manutenção econômica de sua vida e a de sua família.

Analisamos esta situação levando em consideração a entrevista com Zé Maria. O envolvimento dele com o transporte não regulamentado de pneus, e posteriormente de cigarros, fez-se presente em sua vida após tentar manter-se como mecânico e procurar melhores condições de vida com a migração para outro estado. Zé Maria iniciou no trabalho

---

<sup>289</sup> A suposição dos tipos de mercadorias pode ser infinito, sendo legais ou não, é porque durante a pesquisa de campo e em conversas não gravadas, adolescentes e jovens para os quais eu lecionava na rede de ensino público, descreviam as rotinas de trabalho mencionando como as embalagens feitas com papelão e sacos pretos não permitiam a visualização do que era transportado por eles. Porém, a confiabilidade do trabalhador no patrão ou no fretista contratante é que garantia a eles o que transportavam na fronteira. Realizei no mês de maio de 2015 uma entrevista com um colega de 34 anos que coordena o contrabando de cigarro e contrata estes meninos. Novamente, procurei os meninos, alguns ex-alunos ou filhos de colegas com quem havia conversado e nenhum permitiu ser entrevistado formalmente. A entrevista com o ex-“atravessador”, só foi possível porque o conhecia desde a infância e ele era amigo de uma pessoa da minha família.

por volta dos 10 anos de idade como auxiliar de mecânico em uma oficina. Abriu sua própria oficina mecânica em Guaíra. Um estabelecimento pequeno que, após alguns anos, não foi possível manter funcionando sem prejuízos. Mudou-se para outro Estado para acompanhar a esposa, onde alugou um estabelecimento para iniciar outra oficina mecânica, chegando a contratar três funcionários. Após alguns anos, reavaliaram as condições de vida experimentadas naquele lugar e a necessidade de estarem mais próximos da família de ambos, retornando a Guaíra. Logo que retornaram, Zé Maria abriu uma borracharia. Assim, ele relatou seu início no transporte ilegal de mercadorias:

Eu voltei e montei uma borracharia. Aí que começa a abrir as portas, começa pneu, de pneu vai pra cigarro. (Cíntia: *Explica isto*). Num cheguei a fechar. Montei uma borracharia, que pneu na época, era a bola da vez pneu, foi em 2009. Aí começa a surgir as oportunidades. Na época em que tava rolando, era muito pneu, você ia lá e você, tipo assim, ah eu não sei, você ia lá e trazia uma quantidade X de pneus e você tirava R\$ 500,00 a R\$ 600,00 num dia. Eu tô falando assim, mas em quantidade pouca nessa parte. Eu que atravessava e vendia, eu fazia tudo, já pro consumidor final. Eu atravessava com caminhonete, eu perdi duas caminhonetes, rs, eu atravessava lá por Mundo Novo. Nesse tipo aí de trabalho. Que na época em que eu mexia com pneu era assim, eu ia lá montava, triplava, eu perdi duas caminhonetes, simplesinha, eu cheguei a colocar 4 pneus um dentro do outro, e rodava, foi quando eu perdi uma delas. E assim, começam as oportunidades. O cara chega: Ah, chegou pneu, você num monta se eu trazer aqui pra você? [...] (Cíntia e Eric: *Como foi esse contato?*) Amizade influencia, alguém te indicou pra vir aqui, assim vai passando e abrindo os caminhos, vendo porto, assim. Passei cigarro e pneus por cinco anos, vai abrindo caminho pra mexer com outras coisas, eletrônicos, armas, drogas, de tudo vai surgindo. Não tem. Ter tem, você pega se quiser. Tem amigo meu que eu vou falar para você, se quisesse passar mil quilo de drogas passava, passava mil armas, agora se quisesse passar 10 caixas de cigarro num passava porque não compensa, na concepção dele é inviável. Mas tudo os caras que mexiam com drogas na época, você pode ter certeza que estão tudo morto, quebrado. Não que eu tô bem, mas assim, acontecia muito. [...] Cheguei a passar pneu aqui pro lado de baixo do rio, foi quando eu perdi as caminhonetes. Aí já abriu outros caminhos. Depois tive barco, já tive tudo. [...] Nunca, eu nunca imaginei que um dia ia mexer com isso. É que nem eu falei pra vocês é que foi abrindo caminho, tudo se abre oportunidade<sup>290</sup>.

Zé Maria enfatiza seus esforços para manter-se com a profissão que exercia, sendo seu início no transporte ilegal de mercadorias descrito quase como conduzido pelas condições

---

<sup>290</sup> Zé Maria, 35 anos, nacionalidade brasileira. Entrevista feita em conjunto com Eric G. Cardin, em maio de 2015 em Umuarama-PR. Arquivo de mp3 (57 minutos).

socioeconômicas e culturais do lugar onde vive e trabalha. Seu envolvimento contou com sua leitura sobre estas práticas e a avaliação de seus costumes, valores e de suas necessidades econômicas. Além disso, mesmo após o envolvimento nestas atividades consideradas ilegais, houve uma margem possível para ele de aceitação ou não. Por isso, fez questão de se colocar ora como empurrado por estas relações "informais e ilegais" presentes na fronteira do Brasil com o Paraguai e ora impondo limites ao envolvimento que teve neste meio, ao enfatizar como também foi empurrado para o tráfico de armas e drogas, mas não permitiu se envolver.

Neste ponto Zé Maria estabelece um limite entre o socialmente e moralmente aceito por ele e por parte do meio em que convive. Embora cigarros e pneus também sejam legalmente criminalizados pelo Estado, seu olhar sobre esta atividade difere quando comparado a outras práticas. Os exemplos citados por Zé Maria sobre as consequências do envolvimento neste meio como aqueles que “estão tudo morto, quebrado”, baseia-se na experiência de conviver com o conhecimento dos conflitos entre os envolvidos neste meio e as ações do Estado na repressão e punição.

Por mais que o transporte não regularizado de pneu e o cigarro na fronteira sejam criminalizados pelo Estado, o tráfico de armas e drogas é entendido por ele como outro nível de envolvimento com a ilegalidade. Os meios, investimentos e até mesmo a dedicação despendida, trazem o compromisso com relações diferentes da vivida no “contrabando” de cigarros e pneus. Zé Maria legitima moralmente a atividade que desenvolvia como descaminho, mesmo sabendo que se tratava de mercadorias consideradas "ilegais" e como “contrabando”. Assim ele diz: “você paga imposto, você é contribuinte, você não paga você é contrabandista, porque faz descaminho. Num é assim que funciona?!” Diferentemente de suas práticas, o tráfico é observado e julgado, entre outros motivos, devido ao tipo de envolvimento moral requerido neste meio e das consequências decorrentes.

O envolvimento na coordenação do transporte não regulamentado de mercadoria conta com uma rede de relações, contatos e vínculos que transitaram desde o meio de convívio das relações sociais de envolvimento do sujeito até capital para o investimento nisto. Possuir bens como carros e barcos torna-se importante para o planejamento e concretização desta atividade. Situação esta percebida também nos relatos presentes nos autos criminais sobre “crime de contrabando de café”, na década de 1960. Contudo, conforme as fontes pesquisadas, possuir bens não é único fator necessário. Os contatos pessoais, tanto com vendedores, consumidores e com outros sujeitos que trabalham neste ramo, permitem a abertura de espaços para

utilização de portos e negociações que o permitam exercer as ações e contatos necessários para articular e concretizar o transporte não regulamentado. Ainda sobre estas relações, Zé Maria relatou:

[...] Tem 298 portos mapeados entre clandestinos e legalizados até o Rio Guaçu perto de Mercedes. Em cada beco ali que você acha que não tem nada e tem. [...] Ali não precisava pagar para usar, a não ser que você queira usar o certo, mas quem vai querer usar o porto legalizado, você num cai lá porque já tem gente morando, envolve muita coisa. [...] O meu lugar onde trabalhava era mais pra baixo. (*Como definiu?*) Eu defini porque tinha um amigo meu que trabalhava. Depois ele foi meu sócio, ficamos cinco anos com sociedade. Ele era morador de lá e eu morador daqui e foi que se acertamos de trabalhar lá. Você num vai sair daqui pra trabalhar num lugar que você não conhece. (*Tinha mais gente que utilizava?*) Nossa sim, não é específico um porto para cada pessoa, é meio que comunitário. Pelo menos para nós era. Mas era de boa, daqui pra Altônia (PR), tem um monte que todo mundo usa, mas tem que ter um conhecimento, você tem que saber onde pisa. Que nem no nosso caso, lá nós conhecíamos<sup>291</sup>.

Embora a clandestinidade e a informalidade dos portos estejam presentes na fala do entrevistado, a necessidade de “ter algum conhecimento” para fazer uso expressa os limites estabelecidos. Esta situação demarca como o envolvimento e permanência neste meio não é algo vivido por todos aqueles que pretendem iniciar nisto. Ser tratado como um porto “público” ou “comunitário”, não significa dizer que você não precise pertencer à comunidade envolvida neste meio ou se articular entre aqueles considerados externos a isto, como é o caso de portos onde há comunidades moradoras. Em alguns portos fixados em propriedades ocupadas há necessidade de pagamento de taxas para o proprietário.

As relações são estabelecidas seguindo a códigos de comportamento construídos entre o conjunto de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o transporte não regulamentado de mercadorias. A aceitação, combinada ao silenciamento da população local moradora próximo aos portos, é importante para a realização desta atividade. Para tanto, a violência faz-se presente neste meio. Embora extensa, não é em toda margem do Rio Paraná presente nestas cidades fronteiriças em estudo que o contrabando é praticável. Há locais onde proprietários de terras não aceitam estas práticas e conseguem evitar que aconteçam em suas

---

<sup>291</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

terras. Como menciona Zé Maria, “ as vezes você se limitava no sítio de um cara. As vezes, tem um sítio ou outro, que lógico, num vai dar pra você fazer”<sup>292</sup>. Como observado em outros capítulos, a população local reage de forma diferente com relação ao transporte ilegal de mercadorias na fronteira, baseando-se em seus valores, costumes e na leitura sobre as condições de vida experimentadas no contexto vivido e as ações de repressão por parte do Estado.

Um comportamento discreto e uma conduta moralmente aceita por aqueles que praticam o transporte não regulamentado de mercadorias são importantes para articulação do transporte na fronteira. Sobre isto, no caso dos trabalhadores contratados para “bater caixa” na barranca do rio, quando questionado, Zé Maria relatou os critérios que usava para contratá-los:

Confiança, né? É o primordial, confiança e honestidade. Já é um serviço meio sujo assim e se você não tiver uma pessoa de confiança e honesta do seu lado, é a primeira coisa que se leva em consideração. Tem um menino que trabalhou desde que começou comigo, menino vírgula, é um senhor, dessa grossura, se tiver que aguentar eu não aguento, se tiver que correr, já correu. Essa última apreensão que teve, vocês viram? Nossa senhora, era nego pulando na água, correndo pra tudo quanto é lado. Não é qualquer um, as vezes é uma amizade, você ia ajudar quem? Quem te rodeia, o cara que está mais perto de você. Numa adianta eu te falar que não te conheço, eu estou aqui por causa dela, porque é parente do meu amigo de infância. (*Eric: Já teve situações de te procurarem pra pedir pra trabalhar?*) Já teve sim, direto tinha. (*Cíntia: Quem te procurava?*) Eram pessoas que estão precisando. A situação que está hoje é gente que precisa mesmo. Que gostar, bom, eu acredito que gostar ninguém goste de ficar correndo e trabalhando a noite! Ah, era molecada, na faixa etária de até uns 25 anos. Tem de tudo quanto é idade, na verdade, ia mais é por uma precisão mesmo. Ninguém ia ali porque gostava, é precisão mesmo. Tem senhor de até 60 anos que já trabalhou com nós. Que nem esse você num ia dar um serviço mais puxado. Você ia dar uma aliviada no tipo de serviço pra ele<sup>293</sup>.

Força, disposição e agilidade para um tipo de trabalho pesado e noturno como o de “bater caixa” são requisitos, mas não são os mais importantes deles na opinião do entrevistado. Citar a “confiança” e a “honestidade” como critérios para selecionar a força de trabalho mobilizada em uma atividade considerada ilegal e difundida por parte do Estado como tal, traz significados e valores atribuídos aos envolvidos nesta prática. Trata-se de

---

<sup>292</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

<sup>293</sup> Idem.

entender como no meio vivido por estes jovens, o convívio e mesmo as necessidades de sobrevivência experimentada por muitos deles, contribuem para estabelecer comportamentos e valores amparados na interpretação da realidade vivida.

A necessidade ou “precisão” é um dos fatores mais citados, tanto por parte de jovens quanto de idosos. O envolvimento destes trabalhadores nestas ocupações consideradas “informais e ilegais” por parte do Estado, não se reduz ao fato deles serem empurrados pelas suas condições socioeconômicas. Há por parte destes trabalhadores a interpretação e avaliação tanto dos seus costumes, valores e necessidades de sobrevivência sobre o envolvimento ou não nesta forma de trabalho. Assim como até onde o seu envolvimento pode ir, como é o caso da necessidade de Zé Maria afirmar o não envolvimento com o tráfico.

O trabalho do batedor de caixa, que é a força de trabalho menos remunerada neste ciclo, foi descrita como:

É carregar caixas nas costas, fazer aquele formiguinha que eles falam, né? As vezes sai do porto. As vezes não é longe. É só jogar de cima do caminhão pra cima do barco, ou do barco pro carro. (*Cíntia: E quantos ganha uma pessoa pra trabalhar nisso?*) Vou falar comparando os nossos que tínhamos, né? Hoje é mais ou menos uma diária aí de um R\$ 100,00 a R\$ 150,00. Diária, em uma hora ele faz esse serviço, só a parte de tirar do barco e colocar em cima. (*Eric: E quantos dias ele trabalha por semana?*) Eu vou falar de hoje. Antes eles ganhavam de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 por mês. Hoje não ganha isso, é entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 ganha ainda. Há um ano atrás, era em torno de seis a sete mil reais. Teve barqueiro meu que chegou a tirar R\$ 15.000,00 num mês, já chegou a 12, 14 mil reais<sup>294</sup>.

A quantidade de dias de trabalho e a carga horária dependem do fluxo do “contrabando” no momento. A alta do dólar nos últimos anos tem pesado sobre estas práticas reduzindo a quantidade de cargas a serem passadas por atravessadores com poder aquisitivo menor a que de outros com maior estrutura física e financeira para suportar a oscilação monetária. A remuneração sobre o trabalho desenvolvido, os turnos, condições e jornada de trabalho descritas não são as mesmas comumente ofertadas nos empregos “formais” em Guaíra ou Mundo Novo. Envolver-se nesta forma de trabalho também significa para muitos a negação a sujeitar-se a determinados salários, jornadas e condições de trabalho em outras

---

<sup>294</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

ocupações possíveis no lugar onde residem. Estes jovens não avaliam sua relação com o trabalho e a vida, somente a partir das definições legais impostas pelo Estado.

No “contrabando”, os trabalhadores envolvidos no transporte, carga e descarga destas mercadorias ocupam trabalhos subordinados a de seus contratantes. Estes sim possuem articulação e capital para investimento nesta prática. Por isso, no caso de Zé Maria, sua situação nesta divisão do trabalho era outra. Como *ex-atravesador*, ocupava nesta hierarquia o lugar de empresário ou proprietário, popularmente chamado pelos seus contratados de “patrão”. Abaixo, ele descreve sobre a relação estabelecida com este trabalho:

Ah, todo mundo planeja sair. Eu vou falar assim pra você, num é que eu num gostava, eu gostava. Vocês gostam de dar aula, num gostam? Eu gosto, mas num é que tipo assim, ah hoje, na situação que a gente vivencia, você ia lá trabalhava duas horinhas e meteu duzentos contos ou milhão no bolso. [...] Ah, às vezes é bom você estar lá, você está correndo pra lá e pra cá, não está com o coco rachando embaixo de um sol quente. Eu gostava, é gostoso, não por financeiramente [...]. Essa situação de risco era até gostoso. Cheguei a pilotar, depois não, mas se às vezes precisava eu ia e pilotava, ia lá bater caixa com os meus meninos. Eu ficava lá pra cuidar, num é porque eu tava ali num ia descer lá<sup>295</sup>.

Tratar a força de trabalho recrutada para o "contrabando" como “meus meninos” indica a relação que este tentou construir para garantir a fidelidade e sigilo destes jovens contratados. Por parte dele, esta relação também precisava ser recíproca, pois caso os *meninos* precisassem de dinheiro emprestado ou de suporte a família e custos advocatícios em caso de prisão, seriam de responsabilidade do *patrão*. Estas relações não estavam em um contrato formal, mas em códigos éticos reelaborados neste meio. Da mesma forma, este tipo de relação social estabelecido entre *patrões* e *meninos* garante a exploração desta força de trabalho neste processo, onde estes primeiros buscam usar a fronteira para acumular capital e os segundos para sobrevivência.

A relação que estes sujeitos estabelecem com uma identidade com o trabalho não se ampara entre a divisão entre "formal/informal e legal/ilegal". Independentemente de a ocupação ser considerada "informal e ilegal", os trabalhos desenvolvidos por eles são

---

<sup>295</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

importantes na afirmação de sua identidade enquanto sujeito. Por isso, fez questão de enfatizar o seu conhecimento sobre todas as funções necessárias para o desenvolvimento da atividade. Para além disso, a relação estabelecida com o tipo de trabalho, o prazer pela função desempenhada ou até mesmo o status alcançado, também foram lembrados.

Ele possui compreensão sobre a criminalização de sua atividade, contudo lida com isso de forma a tentar garantir sua convivência em outros círculos sociais que não o “contrabando”. “Quando eu estava lá com os meus amigos de serviço eu conversava. Lá era cigarro. Agora se eu fosse conversar com os amigos da minha mulher, eles nem imaginam que eu mexia com isso, as vezes sabiam que tinha oficina”<sup>296</sup>. Zé Maria lidava em seu cotidiano com os limites entre o socialmente aceito ou não pela população local. Além disso, ser “patrão” de contrabando ou popularmente um “cigarreiro” requer cautela para não tornar público seu envolvimento na atividade. Por mais que a maior parte da população tenha conhecimento sobre as pessoas envolvidas e os locais destas práticas, tanto o medo de sofrer represálias, quanto suas leituras sobre as condições vividas na realidade local são fatores que motivam o silenciamento. Ainda, a renda gerada nesta atividade também tem sua importância na economia local. Parte do capital acumulado por “patrões” costuma ser investido na construção civil e no consumo de outros bens oferecidos por empresas locais.

Ainda, sobre a quantidade de pessoas mobilizadas em uma noite de trabalho, Zé Maria relatou:

[...] Era tudo proporcional, porque quanto menos tempo em beira de rio, melhor era, mais rápido chega e mais rápido sai. Tinha uma época, que eu acho que tinha uns 20, 30 ou 25 funcionário ou mais, entre bandeira, batetor de caixa, motorista, barqueiro, barco. Fora os indiretamente que é a turma do Paraguai que carregava lá. É tudo assim, um dependendo do outro. Lá do lado do Paraguai é o grupo deles. Eles tinham a obrigação de me dar o cigarro no porto. E eu tinha a obrigação de tirar. Nós que embarcávamos tudo. Não era de qualquer jeito, porque envolvia muito dinheiro. Eles iam lá, levavam, ajudavam a colocar na embarcação e aí de lá pra cá era problema nosso. [...] (*Eric: Você que distribuía pro restante do território?*) Não, isso daí já era problema de outro. Cada um fazia o seu ciclo. Eles lá traziam, eu passava, eu cuidava da passagem, aí outros lá já levavam, outros já recebiam. Aí já era outro e tudo ia dependendo um do outro<sup>297</sup>.

---

<sup>296</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

<sup>297</sup> Idem.

Quando Zé Maria descreve parte de todo o “*ciclo*” necessário para o andamento da atividade, reforça a importância de valores como compromisso e honestidade, para a concretização da atividade. Para além disso, o alto capital movimentado nas relações envolvendo o contrabando é que pressionavam o cumprimento das etapas dentro do “*ciclo*”. As consequências das perdas podiam ser significativas no capital investido, mas poderiam pesar ainda mais nesta atividade com a perda de clientes, contatos e outros tipos de punições morais e físicas. Estes sujeitos não dependem de contratos formalizados para o cumprimento ou não de suas práticas, mas de um tipo de confiança limitada entre as partes envolvidas. As caixas chegavam embaladas, muitas vezes em papelão e ou envoltas em sacos de lixo escuros, a confiança estava em, mesmo sem olhar, saber que o conteúdo passado era aquele combinado. Arriscar o rompimento desta confiança, significava também abrir mão do lugar ocupado e dos rendimentos levantados dentro deste ciclo.

Sobre a violência praticada por parte de agentes do Estado em meio a repressão ao contrabando, isto é algo presente para os trabalhadores envolvidos atualmente no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, assim como era em outros momentos analisados na década de 1960. Zé Maria, ao ser questionado sobre como eram as prisões, descreveu:

[...] Teve casos meu de amigo que já apanhou, ah, pegaram lá num sei quantas caixas de cigarros e cinco ou seis peão. Tem uns que bate mesmo. Mas eu nunca passei por essa situação, então, também num posso falar. Como já aconteceu de pegar 10 peão e nenhum levar um tapa. Existe aquele mais folgadinho e mais bocudinho que leva mesmo<sup>298</sup>.

Embora Zé Maria convivesse com as notícias de violência por parte de policiais aos prendidos, estas eram justificadas pela falta de subordinação e silenciamento perante os apreensores. A relação que Zé Maria estabelecia com o policiamento era, por vezes, diferenciada, o que discutiremos ao longo do texto, enfocando como o policiamento nestas regiões podem ganhar sentidos diferentes deste citado. Embora o silenciamento dos seus contratados não tenha sido acompanhado de tortura, há relatos sobre estas situações, principalmente entre os jovens.

---

<sup>298</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

No contato com adolescentes e jovens com idade entre 13 e 17 anos, envolvidos no transporte de cigarros, eles relataram a pesquisadora que policiais davam surras neles com sabonetes colocados dentro de meias para não ficarem com hematomas ou marcas no corpo. As dores e a tortura vivida ficavam marcadas em suas memórias. Contudo, dificilmente delatavam o dono da mercadoria, contratante do serviço feito por eles. Caso isso acontecesse, por vezes, a violência poderia ser ainda pior. Nestes casos, os comportamentos mais agressivos estão presentes nas apreensões feitas por agentes do Estado que compõem os quadros de polícias especiais com atuação em fronteira, compostos por agentes não residentes em cidades fronteiriças.

Nesta pesquisa, observamos como a tortura aos presos por envolvimento no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, fez-se presente ao menos desde a década de 1950. Assim como os autos criminais indicaram que o exército teve carta branca para agir nas barrancas do Rio Paraná e em meio à mata desta região de fronteira, a década de 1960 e a de 1980. Nos anos seguintes, constata-se como fiscais da receita federal de portos e policiais recrutados para ações especiais contra o contrabando na fronteira também tiveram e têm a mesma liberdade de agir com violência e tortura contra estes trabalhadores envolvidos em práticas ilegais. O abuso de poder por parte de agentes do Estado, ainda é algo relatado pela população local. São vários os relatos sobre situações em que a polícia agiu violentamente contra o contrabando. Também, casos, onde houve moradores que tentaram passar por barco mercadorias para consumo acima da cota permitida e perderam suas vidas em meio a estes conflitos<sup>299</sup>.

Para além disso, o próprio policiamento presente nas proximidades dos portos clandestinos traz algum tipo de contribuição para que o local não seja ocupado por outras práticas, tal como servir de rota para passar carros roubados - “cabrito”, desencadeando outras

---

<sup>299</sup> No diálogo com moradores de Guaíra foi possível encontrar relatos de pessoas que perderam alguém de sua família por este ter tentado passar mercadoria para consumo fora da cota permitida na rota fluvial de contrabando. Ainda, há pessoas que moveram ações contra o Estado porque apanharam de policiais em ações contra o contrabando, por estarem ao lado de um estabelecimento onde a polícia fazia a prisão de pessoas envolvidas no contrabando. Além disso, houve casos de vizinhos de pessoas envolvidas no contrabando, terem carros e bens apreendidos nas ações destes policiais. Os prejudicados tiveram que mover ações para comprovar a aquisição dos seus bens e o não envolvimento no contrabando. Em um dos protestos organizados por parte da população de Guaíra, moradores carregavam faixas de denúncia contra a ação violenta da Força Nacional, acusada de matar um jovem de 15 anos que chegava de barco com o contrabando de um triciclo. O PRESENTE. **Homicídio de menor causa comoção na população de Guaíra.** Disponível em: <<http://www.opresente.com.br/policial/2012/06/homicidio-de-menor-causa-comocao-na-populacao-de-guaira/1068512>>. Acesso em: 08 ago. 2015. Não trouxemos as matérias, devido à dificuldade de aprofundar o assunto neste momento da pesquisa.

relações. A respeito, Zé Maria relatou sua percepção ao ser questionado sobre a repressão e policiamento:

Perigoso assim num é. Sabem que ali é contrabando, que não é tráfico de drogas. Tô falando de como era a minha região, estou falando de lá, porque lá ainda tem policial, tem posto da polícia militar e a turma ainda respeita com droga, arma, cabrito. Porque ali hoje o contrabando é a fonte de renda de muita família. Hoje o (local) em si, é muita gente. Tô falando pra você, já teve 70 pessoas pulando na beira do rio. Até os policiais falaram, vão embora, vai embora, num vem aqui de barco, vai embora. O problema num é nem ter onde por 70 presos, o problema era o povo ainda fazer um rebuliço e ir contra eles, aí daria merda. Aí chegaram lá, deram dois três tiros pra cima, fizeram uma apreensão menor. Eu mesmo tomei prejuízo neste dia<sup>300</sup>.

A realidade experimentada em determinadas localidades, como a região rural e periférica de Guaíra, permite a interpretação do transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira como uma atividade entendida por uma parcela desta população local que tem sua fonte de renda nela, como uma forma de trabalho legitimada em meio as suas condições de vida. O comportamento dos agentes do Estado ganha outra dimensão quando se trata de operações que envolvem policiais que conhecem a realidade local do lugar onde trabalham. No relato do entrevistado, observamos como a presença deste policiamento ganha um sentido diferente daquele pretendido pelos investimentos e ações de repressão por parte do Estado. Embora a presença da polícia pudesse trazer esporadicamente alguns prejuízos para os negócios de Zé Maria, ela foi importante para a proteção dos portos clandestinos utilizados por estes trabalhadores.

Nestas relações entre o tipo de trabalho socialmente aceito ou não na fronteira, chamamos atenção para a identificação de formas de trabalho aparentemente distinguidas moralmente, por exemplo entre o vendedor “legal” e o cigarreiro “ilegal”, mas que atuam e se interligam dentro ou fora da legalidade e da informalidade em um mesmo local de trabalho: a fronteira. O jovem<sup>301</sup> que muitas vezes é considerado pejorativamente no meio social do

---

<sup>300</sup> Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

<sup>301</sup> A maioria deles são do sexo masculino, podendo apresentar faixa etária que varia de menores de idade a 40 anos. Além disso, o trabalho noturno e a necessidade de força e agilidade física também têm seu peso nesta seleção. Esta característica de contratar menores vai ao encontro das preferências dos contratantes, por estes trabalhadores não responderem da mesma forma às penas legais que os maiores de 18 anos estão sujeitos. Porém, há aqueles que não contratam menores, para não correrem o risco de responderem pelo crime de aliciamento.

vendedor de lojas como “cigarreiro”, é aquele que provavelmente trará mercadorias lícitas ou ilícitas que o trabalhador vendeu em uma loja em Salto del Guairá para serem transportadas ao outro lado da fronteira.

Estas poderão ser transportadas e guardadas em lugares como hotéis e casas, onde serão posteriormente direcionadas por trabalhadores que assumem outras funções, por exemplo atravessadores e batedores até a cidade onde o sacoleiro ou o empresário possui um ponto de venda. Contudo, socialmente estes dois trabalhadores - o “vendedor/cotista” e o “cigarreiro” - são diferidos como sendo os primeiros legais e os últimos criminalizados por parte da população local.

O transporte não regulamentado ou ilegal de mercadorias na fronteira, quando feito em grande escala como o caso do cigarro, envolvendo empresários com capital para investir em toda estrutura e contratação da força de trabalho necessário é interpretado como contrabando. Este se difere da leitura feita sobre os vendedores envolvidos como “cotistas”, “laranjas” ou “freteiros”. Esta última é uma atividade desenvolvida em torno do chamado popularmente de “formiguinha” ou “pequeno contrabando” e legalmente conhecido por crime de descaminho, em que parte das mercadorias compradas no Paraguai são para consumo de clientes próximos a fronteira, sendo a outra parte para atender necessidades de proprietários de lojas de diversas regiões do Brasil.

No geral, identificamos uma pequena parte das diferentes ocupações envolvidas no transporte não regulamentado ou ilegal de mercadorias presentes nesta fronteira Guaíra, Salto del Guairá e Mundo Novo. No caso dos trabalhadores envolvidos como vendedores em lojas, as relações de trabalho não são pautadas apenas na separação entre trabalho formal e informal. Neste mercado de trabalho, os acordos entre proprietários de lojas e vendedores formalizados ou não extrapolaram a legislação trabalhista paraguaia. Pautaram-se em uma dinâmica de exploração da força de trabalho que apresentou padrões de comportamento comuns nos acordos relatados pelos entrevistados nas relações entre capital e trabalho neste comércio local.

Muitos destes trabalhadores compõem sua renda realizando, para além do trabalho de vendedores, o de “cotistas” ou de “freteiros”. Neste contexto, outras normas de comportamento e conduta fazem-se no cotidiano de trabalho destes sujeitos e em meio a conflitos com a fiscalização da receita. Estes trabalhadores também tomam como base as

experiências de trabalho dos “laranjas”. Já entre os envolvidos no “contrabando de cigarros”, as relações de trabalho são estabelecidas pelos vínculos e contatos possíveis com o contratante. Estes “cigarreiros” estão sujeitos constantemente à violência tanto por parte do meio onde trabalham e do convívio com a repressão por parte de agentes do Estado. Nas ocupações vividas por estes trabalhadores entrevistados todos estão vivendo uma condição comum de envolvimento em tipos de trabalhos subordinados às relações capitalistas de exploração.

### **3.2 Disputas pelo comércio na fronteira: mercado, nacionalidade e trabalhadores**

Nas entrevistas com os vendedores em lojas e ambulantes em Salto del Guairá e com os atravessadores de mercadorias na fronteira entre este município e as cidades brasileiras de Guaíra e Mundo Novo, emergiram referências a conflitos em torno da concorrência entre os trabalhadores de nacionalidades diferentes e também entre os proprietários de lojas. Tais conflitos foram expressos quando descreviam sobre as condições vividas em suas ocupações e as dificuldades enfrentadas ao buscarem nessa fronteira formas de sobrevivência.

Ao tentarmos compreender estes conflitos, analisamos como a relação estabelecida pelos trabalhadores com a nacionalidade amarra-se também com as próprias relações de mercado estabelecidas nesta fronteira. Estas relações não são harmônicas. Por exemplo, um projeto de cidade pensado por parte do empresariado local junto ao poder público municipal entra, por vezes, em conflito com a presença de trabalhadores de diferentes nacionalidades buscando sobrevivência neste lugar. Há, igualmente, os conflitos entre uma parcela dos empresários locais de Salto del Guairá e investidores oriundos de outros países com diferentes expectativas com relação ao trabalho nesta fronteira<sup>302</sup>.

---

<sup>302</sup> Nem todo empresariado local de Salto del Guairá (proprietários de lojas tanto de nacionalidade paraguaia quanto brasileira que residem ou residiram em Salto del Guairá e atuam desde 1970, 1980 e 1990 no comércio de produtos importados) possui as mesmas expectativas sobre o projeto de cidade direcionado ao turismo comercial.

Para entender sobre qual a importância da relação de mercado nos conflitos que emergem nas relações sociais vividas cotidianamente pelos trabalhadores, recuperamos uma parte do desenho de como este mercado se configura nesta cidade fronteiriça. Também se trata de compreender as diferenças entre a fronteira almejada por parte deste empresariado local e do poder público municipal de Salto del Guairá e as relações sociais vividas pelos trabalhadores neste lugar. Uma das fontes utilizadas para estudar esse processo são algumas matérias veiculadas na imprensa local no final da década de 1990 a 2010, além das entrevistas realizadas com proprietários de lojas e com trabalhadores envolvidos como vendedores ou ambulantes em Salto del Guairá.

Em 02 de maio de 1997, o jornal *O Paranazão*, com circulação entre as três cidades fronteiriças, trazia na página destinada às notícias de Salto del Guairá a seguinte matéria:

**Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu.**

Salto del Guairá, transformado num grande atrativo para investidores, não só do Brasil mas também dos cinco continentes. [...] Salto del Guairá-PY, Guaíra-Pr e Mundo Novo-Ms, fazem uma trilogia com miras no futuro, nesta paragem de compras e ecologia, elas, fazem florescer uma mistura sem precedentes de fascínio para os turistas. A união espiritual destas três cidades ligadas pela solidariedade fará desta, um povo só que luta por ser reconhecido pelo que vale. A coragem de sobreviver fez que Salto del Guairá seja o destino de comprar mais procurado pelos amantes do melhor. Por isso, novos prédios estão-se construindo espalhados pela pequena cidade, mas não são só as compras que fazem de Salto del Guairá uma promessa de boas compras. É o calor humano que impregna cada negociação, a segurança, a hospitalidade do povo paraguaio que está atento em agradar o visitante<sup>303</sup>.

A tentativa de construção de uma vocação turística para o comércio de mercadorias importadas é redesenhada para Salto del Guairá, principalmente na década de 1990, período posterior a formação do Lago de Itaipu. Entre os anos de 1970 a 1980, a vocação turística atribuída à cidade voltava-se para o turismo de contemplação a *Salto Siete Quedas*.

---

<sup>303</sup> Diretor responsável: Ademir Brito dos Santos. **Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu.** Jornal *O Paranazão*, 02 de maio de 1997. p. 8. A produção da matéria está em português, mas apresenta alguns termos em espanhol. Existe a possibilidade de ter sido escrita em espanhol e traduzida para o português.

Conseqüentemente, associava-se a este trânsito de visitantes, oriundos tanto do Paraguai quanto do Brasil, as compras no comércio de mercadorias nacionais e importadas<sup>304</sup>.

Embora nas décadas de 1970 e 1980 a cidade apresentasse o desenvolvimento deste turismo de contemplação e de comércio de mercadorias importadas, sua economia concentrava-se na presença de serrarias, extração de madeiras, palmito e na monocultura da soja, principalmente por brasileiros. Desta forma, “coragem de sobreviver” e “solidariedade” são recursos usados na tentativa de manutenção do comércio nos anos seguintes ao final da década de 1980, quando há redução do fluxo de consumidores nas lojas de importados da cidade. Já “segurança” e “hospitalidade” significaram tentativas de elaboração de um suposto diferencial para a cidade desde 1990, quando o país já tem como referência de centro de compras de produtos importados Ciudad del Este. Abaixo uma das imagens de propaganda para o turismo comercial em Salto del Guairá em 1997:

**Figura 4 - Mapa de propaganda de Salto del Guairá**



**Fonte:** *O Paranaezho*. Guairá, 25 de julho de 1997. Sem autor.

<sup>304</sup> São referências as entrevistas com proprietários de lojas em Salto del Guairá, como a entrevista com Rosa, 70 anos, nacionalidade paraguaia, e as obras de memorialistas, tais como a professora SOTO, Fernanda Feiliú. Canindeyu-Zona Alta. **Los Brasiguayos**. Asunción: Imprenta LEO S. R. L., 2004.

Na propaganda distribuída em hotéis e restaurante voltadas para o público consumidor oriundo de Guaíra, Mundo Novo e cidades próximas a fronteira, são trazidas as localizações da Avenida Paraguay, principal rua comercial de Salto del Guairá, das lojas patrocinadoras e de alguns pontos de referência de órgãos públicos e privados desta cidade e de Guaíra. Em 1997, ano da inauguração de um dos primeiros shoppings em Salto del Guairá, os comerciantes e o mercado imobiliário local previam o crescimento urbano e comercial da cidade no sentido da fronteira com Mundo Novo (MS). Isto devido à construção da ponte Ayrton Senna que liga os dois estados brasileiros: Paraná e Mato Grosso do Sul.

No acervo deste jornal encontramos esforços por parte do poder público das três cidades e de parte dos empresários locais em organizar reuniões de debates para pensar ações que incentivassem ou promovessem os aspectos econômicos oferecidos pela região. Estes conteúdos sobre a suposta integração e harmonia das relações entre as cidades fronteiriças são encontradas tanto em português quanto em espanhol. A construção da imagem de harmonia entre empresários, trabalhadores e consumidores de nacionalidades diferentes carrega elementos das propagandas de “integração” difundidas com o MERCOSUL. Neste momento, nas matérias pesquisadas, a nacionalidade é recuperada para agregar qualidades a trabalhadores paraguaios e brasileiros sem diferenciá-los.

Contudo, as imagens construídas sobre o viver nesta fronteira também entram em contradição com as demais notícias que são veiculadas por este meio de comunicação. O jornal traz, nas mesmas, edições propagandas sobre uma suposta harmonia dividindo espaços com a necessidade brasileira de debater e ter ações sobre a “segurança de fronteira”, o “comércio ilegal de madeiras” e o “andamento de obras na região de fronteira junto aos impactos socioeconômicos”<sup>305</sup>. Quando a pauta do jornal reforça os interesses trazidos pelas

---

<sup>305</sup> Autor não identificado. **Comitê permanente de fronteira**. Jornal *O Paranazão*, 27 de junho de 1997. P. 05. Edições nº01 a nº50. Período de debate do Projeto de Lei n. 2.304/96, proposto pelo deputado Federal Maurício Requião, nele é proposto que “o congresso nacional decrete a criação de uma área de Livre Comércio ALC em Guaíra, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social deste município e das regiões vizinhas”. Abaixo o conteúdo do projeto: “Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras de livre comércio far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e d Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a: I - consumo e vendas internas na área de livre comércio; li - beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal; li - agropecuária e piscicultura; IV - instalação e operação de serviços de turismo ou de qualquer natureza; v - estocagem para comercialização no mercado externo; VI - industrialização de produtos em seu território.” REQUIÃO, Maurício. Projeto de Lei 2.304/96, de 20 de agosto de 1996. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=76F4EBFB0962871ED7528A483C2CA9F1.node1?codteor=1131880&filename=Avulso+-PL+2304/1996](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=76F4EBFB0962871ED7528A483C2CA9F1.node1?codteor=1131880&filename=Avulso+-PL+2304/1996)>. Acesso em maio 2015. De modo geral, tal projeto foi apoiado inicialmente por vários deputados, mas depois ele foi barrado devido as influências políticas de uma parcela dos empresários que teriam seus interesses econômicos lesados.

diferenças econômicas e políticas entre as três cidades e seus respectivos países, os conflitos sociais e as desigualdades entre elas ganham maior evidência<sup>306</sup>.

O planejamento para Salto del Guairá, voltado para o turismo comercial, ganhou diferentes sentidos quando junto a este projeto também entrou em disputa o mercado em torno da venda de produtos importados. Na década de 1970 e 1980, havia poucas lojas de venda de produtos importados em Salto del Guairá. Estas se organizavam com o abastecimento de mercadorias vindas de importadoras que já dominavam o mercado em Ciudad del Este. Como já mencionado, muitos destes comerciantes se abasteciam também com a compra de mercadorias de lojas em Ciudad del Este e em Asunción.<sup>307</sup>

A entrevista realizada com uma proprietária de loja de nacionalidade brasileira, que reside e tem comércio em Salto del Guairá desde a década de 1960 (tendo já comercializado alimentos, tecidos, eletrônicos e ferramentas), expressa um pouco como este empresariado local percebeu parte destas mudanças:

[...] Antes estoque não existia. Era só pra ter o teu produto e vender para algumas pessoas. Não fazem muito tempo que foi descoberto Salto, acho que fazem uns 8 ou 10 anos por aí.

Filho: Faz mais, uns 15 anos.

Mãe: Que foi descoberto mesmo não, com os árabes. Porque não fazem muitos anos que foi descoberto Salto, que entrou os árabes.

Filho: Foi a partir de 2000 pra frente, na copa de 1998 começou a chegar gente com loja. Naquela época a gente vendia tecido e eletrônicos e o pai voltou com a barbearia. Tava em crise até 2005, nós ficamos passando fome [...] Ferramentas foi em 2005<sup>308</sup>.

---

<sup>306</sup> Autor não identificado. **Fronteira Brasil-Paraguai: Integração aduaneira trará prejuízos para Guairá.** *Jornal Rio Paranazão*, 11 de julho de 2003. P.10. A integração aduaneira, de modo resumido, foi uma tentativa de formar em cidades fronteiriças uma aduana integrada envolvendo, entre outros, funcionários públicos da receita federal de ambos os países. No caso de Guairá e Mundo Novo, a sede desta aduana seria em Salto del Guairá, chegando a ter sido construída parte da obra. Esta aduana, por vezes, facilitaria a liberação de cargas que sairiam do Paraguai, sem passarem pelo tempo de demora que teriam na aduana brasileira. Porém este projeto não se consolidou. Entre os motivos, identificamos tanto pelo impacto que isto geraria na economia das cidades fronteiriças, quanto na dificuldade de muitos fiscais de nacionalidades diferentes trabalharem em conjunto, com políticas e Leis específicas de cada país.

<sup>307</sup> Isto é expresso nas entrevistas com os proprietários de lojas, Edu, 50 anos e Rosa, 70 anos, ambos de nacionalidade paraguaia, residentes em Salto del Guairá. Entrevistas gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá. Falas traduzidas durante a transcrição da gravação.

<sup>308</sup> Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá/PY.

Maria Cleuza e sua família, como imigrantes brasileiros, experimentaram melhoras financeiras em suas vidas quando houve condições econômicas favoráveis para exploração do turismo comercial em Salto del Guairá. Já a mudança percebida no padrão de vida da família, em conjunto a mudança do tipo de mercadoria comercializada na loja, esteve associada a dois momentos: 1º) quando ocorre a expansão comercial da cidade com a abertura de novas lojas, principalmente por empresários brasileiros<sup>309</sup>; e 2º) quando ocorre a ampliação da presença de muitos investidores estrangeiros, como libaneses e chineses, sendo que grande parte deles já possuíam mercado em Ciudad del Este<sup>310</sup>.

A entrada de outro perfil de investidores marcou tanto o declínio como a ascensão econômica de Maria Cleuza e sua família. A chegada a Salto del Guairá de investidores oriundos de outros países e/ou com mercado já estabelecido em Ciudad del Este, trouxe para pequenos comerciantes maior fluxo de consumidores na medida em que melhorou a estrutura para eles. Posteriormente estes trouxeram para parte do empresariado local a necessidade de reorganizar o comércio para se manterem no mercado. Isto ocorreu quando não conseguiram concorrer com os preços destes investidores de maior porte e com o aumento significativo de pequenas lojas oferecendo praticamente os mesmos tipos de mercadorias.

No caso de Salto del Guairá, as décadas de 1990 a 2000 ainda eram marcadas por um mercado onde poucas importadoras controlavam a entrada e os valores dos produtos a serem comercializados. Estas, localizadas em Ciudad del Este, estavam muitas vezes vinculadas às associações de empresários relacionados ao tipo de mercadoria vendida e à nacionalidade. Neste último caso, ocorria a exclusividade do acesso a alguns benefícios apenas aos que estavam vinculados a estas associações.

Na última década, este controle continua presente para a maioria das mercadorias que chegam às lojas em Salto de Guairá. São poucas as empresas que conseguem adentrar este meio, conseguindo comprar direto de importadoras, ou mesmo realizar acordos com importadoras ou com associações para terem melhores margens de lucros na compra e venda

---

<sup>309</sup> Por exemplo, a loja Bless import de proprietários brasileiros tendo uma loja inaugurada em 1997 e outra em 2010. Já o Shopping China, possui proprietários de nacionalidade paraguaia, inaugurado em Salto del Guairá em 2006, decorrente de uma empresa grande de Pedro Juan Caballero iniciada em 1933 que também se expandiu em 2006 para outros países na América do Sul como Bolívia e Uruguai.

<sup>310</sup> São exemplos, o Shopping América e o Shopping Mercosur. O primeiro foi inaugurado em 2008, com investimento de chineses e sul-coreanos que já possuíam mercado em Ciudad del Este. O segundo, inaugurado em 2013, com investidores de origem libanesa, grupo Colise, que também já possuíam negócios em Ciudad del Este.

de produtos importados. Com a expansão comercial da cidade, houve uma parcela do empresariado local que conseguiu se reorganizar economicamente para concorrer com os investidores de maior potencial econômico. Por exemplo, as empresas que conseguiram abrir seu capital<sup>311</sup>. Ainda há pequenos comerciantes em Salto del Guairá que não conseguem comprar de importadoras as mercadorias ofertadas por eles em suas lojas, buscando as mesmas, por exemplo, em distribuidoras intermediárias, comprando de lojas em Ciudad del Este ou em outras cidades de ambos os países.

Em meio a este cenário, apenas grandes empresas dominam o mercado de importação exclusiva de algumas mercadorias para Salto del Guairá. Sobre tal questão, alguns vendedores relataram como suas comissões oscilavam de acordo com o controle desta circulação de mercadorias:

As mercadorias que são de importadoras locais você vai ganhar 0,3%, e tem muita importação que é deles mesmo. Nestas mercadorias, você vai ganhar 5% a 7%. A diferença, é que nem o Johnnie Walker, é uma marca que tem uma importadora que é só eles que trazem no Paraguai. A importação do (nome do shopping), eles tem uma importadora, tendo marcas que são só eles que trazem. Eles têm os esquemas deles, de trazer mercadorias que são exclusivas de importadoras locais, mas eles conseguem trazer. Mas pra te incentivar a vender mercadoria deles, importada por eles, te pagam mais comissão. Por exemplo, se eu vendo uma caixa de Johnnie Walker e eu vender uma garrafa de uma bebida importada por eles, eu ganho mais na venda de esta uma garrafa. O incentivo é pra vender as mercadorias deles<sup>312</sup>.

Ao descrever como sua remuneração é composta, o entrevistado traz elementos sobre como tal controle passava de relações formais com as importadoras até os meios informais, “esquemas”. Neste sentido, valoriza o conhecimento adquirido em seu cotidiano de trabalho para justificar como a empresa onde trabalhava conseguia oferecer ao vendedor uma renda maior que as demais lojas em Salto del Guairá.

Quem controla o acesso à entrada e à distribuição das mercadorias aos lojistas em Salto del Guairá, controla também a garantia de um melhor posicionamento neste mercado de

---

<sup>311</sup> Uma destas lojas é Queen Anne, iniciada em 1970 como Comercial Salto del Guairá. Continuou com os filhos dos primeiros proprietários em 1978, chamando-se Casa Queen Anne, passando a sociedade anônima em 2000 como Queen Anne S.A.

<sup>312</sup> Dario, 26 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR.

vendas de produtos importados. Isto é um dos mecanismos usados para tentar controlar o preço de revenda que outras lojas concorrentes também oferecem. Tão importante quanto conseguir o monopólio da importação e distribuição das mercadorias é conseguir articular meios informais de concorrer com as vendas das mercadorias que tem sua importação controlada por outras empresas. Para além disso, como já citado anteriormente, estas empresas possuem mecanismos de vendas e transporte, entregando diretamente as mercadorias no Brasil sem passar pelo balcão da loja e muito menos pela regularização da exportação e importação entre os dois países.

Como o controle do mercado de importação de produtos de alta rotatividade, tais como, informática, eletrônicos e bebidas está nas mãos de grupos de grandes investidores, tendo a maioria deles organizados em associações, outras empresas locais de Salto del Guairá com capital necessário para firmar acordos de importação buscam oferecer mercadorias diferenciadas. Por exemplo, a referência feita por uma das empresárias entrevistadas: “[...] Hoje ela, é a única importadora de tapetes direto da China, ela foi pra lá e negociou com importadora de tapete, flores e vasos chineses, ela é a importadora. Igual a dona Nilda, ela tem uma marca, uma qualidade de bolsa que é a única que importa”<sup>313</sup>.

O controle da entrada e distribuição das mercadorias importadas ao Paraguai que chegam a Salto del Guairá por parte de grandes capitalistas terá impacto sobre as pequenas lojas excluídas dos mesmos benefícios obtidos por eles. Uma das vendedoras entrevistadas, Morena, destacou como a entrada ilegal de produtos importados do Brasil para o Paraguai também é uma prática comum entre alguns dos proprietários de lojas. As lojas menores recorrem a vendas de algumas mercadorias oriundas do Brasil, não comuns nas prateleiras das grandes lojas, como forma de se manterem no mercado oferecendo produtos diferenciados das demais lojas de importados. Assim, Morena descreve:

[...] Ali em Salto, vão viajar no máximo pra São Paulo, pra vender as coisas ali no Paraguai. [...] No caso das bolsas mesmo, as bolsas do Paraguai são quase tudo de São Paulo. Se você for comprar tem do Paraguai mesmo, só que o material é inferior, já as de São Paulo são melhores, mais bonitas e mais caras. Os donos de loja em Salto, vão a São Paulo e pegam bolsas e bijuterias pra vender aqui, não paga imposto nem nada, só que pra passar aqui na receita é difícil, você tem que ir passando 5 peças por dia, porque se eles pegarem, tomam tudo. Tem muita gente que busca roupa em Cianorte

---

<sup>313</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

pra vender ali em Salto. [...] Eu fui viajar uma vez com a proprietária da loja, ela paga o quê? R\$ 60,00 reais naquelas bolsas da Vitor Hugo e as pessoas vão lá e compram muitas pra vender em Curitiba por R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais, sendo que se elas fossem lá em São Paulo, elas iam pagar muito barato[...] Eu vendia por atacado para um cara de Curitiba e ele levava do quê? De 12 a 15 peças, ele pagava R\$ 200,00 em cada bolsa, ele chegava lá e vendia por R\$ 450,00, mas se ele fosse dali até São Paulo, ele ia comprar por R\$ 60,00 as mesmas bolsas e ia gastar bem menos do que vir de lá até aqui, sendo que ele vai 3 vezes pro Paraguai pra trazer as 15 bolsas porque não passa na receita. Ele vem aqui, deixa aqui no hotel, vem e volta e deixa mais umas aqui no hotel [...] <sup>314</sup>

Quando olha para este fluxo de mercadorias na fronteira e questiona o por quê de se contrabandear para o Brasil um produto brasileiro, a entrevistada traz as contradições percebidas naquele mercado. No caso da origem das bolsas brasileiras, em grande medida, estas são fabricadas por força de trabalho boliviana em São Paulo e vendidas por um valor considerado baixo. Comprar estas bolsas em grande quantidade por estes valores baixos não é uma atividade tão simples de ser feita. Há redes de contatos e limites mínimos de mercadorias a serem consumidas. Ainda entra o interesse do sacoleiro em adquirir outros bens com o deslocamento até o Paraguai. O que, visivelmente, mobiliza trabalhadores “laranjas” ou “cotistas” e, ainda, beneficia o setor hoteleiro em Guaíra.

Entre os pequenos proprietários de lojas brasileiros, muitos abrem pontos comerciais em Salto del Guairá e agem informalmente na compra e revenda de muitas das mercadorias oferecidas. Conforme Morena, a mesma estratégia usada para transportar diariamente mercadorias não regulamentadas, mas dentro das cotas, do Paraguai para o Brasil, são utilizadas nesta transação sentido contrário. A entrevista de Morena elucida como a circulação destas mercadorias e o trânsito de pessoas envolvidas nestas ocupações de “cotistas” e “sacoleiros” não acontecem somente em sentido a um país. Os trabalhadores mobilizados no comércio nesta fronteira transitam entre os limites territoriais dos países preocupados em fazer deste espaço um lugar onde a busca pela sua composição da renda seja possível. Já os proprietários de lojas, visam nisto o acúmulo de capital com a revenda e a exploração da força de trabalho destes vendedores e cotistas.

Na imprensa local pesquisada são quase unânimes as matérias com denúncias sobre apreensão de contrabando de mercadorias industrializadas e vestuário no sentido Paraguai -

---

<sup>314</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíra-PR.

Brasil. Não há tanto interesse por parte do Estado brasileiro em fiscalizar a saída sentido Brasil - Paraguai, pois praticamente não são parados os carros que transitam pela receita na atuação da aduaneira brasileira localizada nesta fronteira. A fiscalização é visível no controle da saída em caminhões de produtos agrícolas (*in natura*) com destino ao Paraguai. Como a região tem uma alta produção agrícola, as cobranças dos impostos sobre a exportação são consideradas relevantes pelo Estado.

Ademais, estas lojas de menor porte se concentram em atender não apenas ao público consumidor oriundo do Brasil, mas também consumidores que vivem no Paraguai. Por exemplo, quando uma vendedora afirma que “No centro tinha mais cliente paraguaio mesmo, só que pra você vender no centro pra paraguaio você tem que ter coisa brasileira. Eles não gostam de comprar a mercadoria deles, porque eles não gosta de usar igual”<sup>315</sup>. Nesse sentido, o diferencial das mercadorias também se torna um atrativo para estas lojas se manterem com a concorrência deste mercado em Salto del Guairá. Uma parcela do empresariado local de Salto del Guairá não conseguiu manter as margens de lucros tidas anteriormente a década de 2000. Sem estrutura econômica para concorrer neste mercado, recorreram à mudança no tipo de mercadoria ofertada em suas lojas<sup>316</sup>.

Este também foi o caso de Maria Cleuza e o filho que passaram a comercializar ferramentas em 2005, reorganizando, atualmente, as marcas vendidas, as porcentagens dos lucros sobre a venda das mercadorias e os métodos de venda. Sobre isto, Maria Cleuza relatou:

[...] a gente depende quase só do turismo. O paraguaio num compra, quem compra são brasileiros. [...] Meu outro filho vende só pela internet, tem um site disponível e o cliente vem buscar. Com essa concorrência, tem muita loja, está ficando difícil de trabalhar, em Salto del Guairá agora tem mais de 50 lojas de ferramentas. Tem que ter preço, e você já num ganha na mercadoria se negociar. Por exemplo, meu vizinho, se chegar um cliente meu e eu não estiver aqui, tiver ido almoçar, ele diz ela já foi embora vem aqui que eu te atendo. Você tem que procurar ter mercadoria uns três ou quatro meses sem que o vizinho descubra a sua marca, entendeu? Aí você pode se manter com uma marca, um diferencial. [...] A margem de lucro é bem menor que tinha antes, se você colocar mais que os 10% a 20% em

---

<sup>315</sup> Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra.

<sup>316</sup> Por exemplo, a loja Infotec iniciada na década de 1970, reformulou o tipo de mercadorias comercializadas passando de uma loja que ofertava produtos artesanais nacionais e eletrodomésticos, para ofertar informática e outros eletrônicos, visando oferecer mercadorias que iam ao encontro da procura por parte dos consumidores.

cima da mercadoria, você num consegue. Se você colocar 25% você nota que teu limite já caiu. Antes do ano de 2000 conseguia colocar 100%, e, assim, e o aluguel subiu muito aqui<sup>317</sup>.

Para Maria Cleuza, o uso da venda pela internet para conseguir se manter neste mercado não era algo visualizado em outros tempos. A reorganização das vendas imposta pelas novas dinâmicas deste mercado, também impactam culturalmente na relação que ela estabelece com a decadência de seu status social e econômico na posição de empresária proprietária de loja. Além disso, as mudanças na forma de acumulação destas empresas geraram impactos na forma como proprietários de lojas irão se relacionar entre eles e, também, com os trabalhadores mobilizados no comércio. Estas vendas pela internet aumentarão a necessidade de articulação com a força de trabalho envolvida como “cotistas” ou laranjas, barqueiros e batedores no transporte destas mercadorias na fronteira entre Paraguai e Brasil.

No caso da empresária Maria Cleuza, ao descrever atualmente o comportamento de seus vizinhos comerciantes em Salto del Guairá, a mesma busca estabelecer um marco divisor entre a mudança nas relações vividas no passado e no presente. Assim, recorre à falta de solidariedade entre vizinhos para indicar como as mudanças econômicas e sociais vividas nesta cidade fronteiriça, ressaltaram a concorrência e a distinção da nacionalidade entre seus pares. Em acordo com isto, Maria Cleuza afirma:

[...] Então lá no Brasil, meus filhos comiam carne. A gente chegou aqui e não tinha comida, tinha pouca coisa. Eles escutavam a criança chorar, ai mãe a gente quer carne. Tinha uma vizinha minha, a Reina e o seu Flores, esses foram os que... Ele tinha um açougue e eles traziam. Ela fazia aquelas bisteconas de carne com mandioca e traziam para as crianças, eles são muito bons. Os daqui né. Os veteranos de Salto del Guairá. Inclusive o meu marido foi homenageado como um dos veteranos. A turma de Salto del Guairá são muito solidário. Os que são estúpidos, que são racistas são esses que vem de São Pedro, de Ciudad del Este, não de Ciudad del Este não são porque estes são fronteira também, os que são também são de Asunción. [...] Classe baixa mesmo, da classe média pra cima eles já são mais solidários. Agora o Paraguaio, o paraguaio mesmo o do mato, aqueles pé de chinelo, os *cuyarê*, do pé sujo que eles falam, esses são mais racistas. Agora os daqui não. A

---

<sup>317</sup> Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá. Maria Cleuza pode ter se sentido a vontade para fazer tais referências, por ter sido entrevistada por uma pessoa de nacionalidade brasileira.

gente tem muitas amizades. [...] Os paraguaios daqui gostavam de casar com brasileira. A minha filha chegou a ser rainha do clube nacional. A gente frequentava muito a sociedade, a gente fazia reunião nas casas. A gente era mais unido. Hoje não existe isso mais. [...] Outra coisa, a pessoa vai crescendo e se entrega mais a trabalhar e não tem mais tempo pra ter amizade. A gente fazia festas, bailes. [...] Até uns 15 a 18 anos atrás<sup>318</sup>.

A ascensão econômica por meio do comércio vivido pela família é lembrada como um tempo de “veteranos”, em que as relações sociais entre seus pares davam-se de forma diferente da atual. O declínio desta condição experimentada por ela em conjunto com as mudanças vividas com o processo de acumulação de capital nesta região são denunciadas por ela nas diferenças de comportamento entre os atuais comerciantes e trabalhadores com os quais ela se relaciona e disputa mercado. Por isso, para a entrevistada é importante lembrar a solidariedade e o convívio no momento da entrevista ao fazer a comparação entre o passado e os tempos vividos atualmente. Não se trata de dizer que anteriormente as desigualdades e os conflitos não estivessem presentes no cotidiano vivido por essas pessoas, mas de perceber que estes conflitos, enfatizados atualmente, são recuperados pela entrevistada para expressar as perdas de um modo de vida.

Maria Cleuza, ao fazer referências ao outro, afirma a sua nacionalidade enquanto brasileira. Para ela, a população natural de Salto del Guairá e Ciudad del Este são referenciadas com características qualitativas devido à presença de brasileiros circulando nestas cidades e tendo trocas culturais com a população local. Entre aqueles com maior poder aquisitivo estão proprietários de terras voltados para o cultivo da monocultura da soja que adentravam a estas regiões ao menos desde a década de 1950. A presença destes brasileiros em território paraguaio, combinada ao momento econômico e ao projeto de desenvolvimento do país, proporcionou mudanças a estas regiões, que vão desde a expropriação do camponês e indígenas de suas terras a costumes vividos por esta população<sup>319</sup>. Para além disso, o comércio de madeiras e de mercadorias importadas também mobilizou muitos brasileiros para estas regiões de fronteira. Logo, os “da classe média pra cima”, citados pela entrevistada, compõem parte desta população que se articulou e/ou se beneficiou de um tipo de projeto econômico para o país.

---

<sup>318</sup> Maria Cleuza, 63 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY.

<sup>319</sup> Sobre isto conferir: ALBUQUERQUE, José L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Fortaleza, 2005.

Mesmo vivendo no Paraguai desde a década de 1960, para Maria Cleuza o outro não é o estrangeiro brasileiro, grupo ao qual ela se enquadraria. Ela já identificou o outro como os “árabes”, responsáveis pela expansão comercial. Neste momento da entrevista, identifica dentro do Paraguai como o outro a própria população nacional de baixo poder aquisitivo, que migra de outras regiões do país em busca de sobrevivência ou melhores condições de vida. A referência a esta população como “pé de chinelo, os cuyarê, do pé sujo”, utilizada tanto no português, quanto no espanhol, indica como paraguaios de Salto del Guairá também estabelecem uma relação diferenciada com estes migrantes. Assim, a identidade assumida pela entrevistada neste momento aproxima-se mais de uma identificação com uma classe social do que com a nacionalidade.

A diferença de nacionalidade é um recurso de distinção com relação ao outro, recuperada neste momento também para expressar a disputa pelo mercado de vendas nesta fronteira. Da mesma forma, recorre-se à diferenciação entre o “nós” e os “outros” quando a constituição da cidade difere das expectativas criadas por parte do empresariado local.

Com a ampliação do turismo comercial em Salto del Guairá, emergiram conflitos em torno das diversidades culturais e das diferenças de comportamento entre os proprietários de lojas com relação ao lugar. Estes conflitos também foram expressos pelos trabalhadores, ao lidarem com isto no cotidiano de trabalho. Morena descreveu como ela percebe estas diferenças:

Eles são muito católicos, lá tem muito católico, são fervorosos, são bem mais firmes que no Brasil. Eles são de guardar dia de santo, de ir na missa todo domingo [...]. Que nem na sexta-feira santa, os donos de loja que são paraguaios mesmo, na quinta-feira da véspera, depois do meio-dia, eles já param de trabalhar. Eles seguem certinho, eles são bem mais religioso do que a gente que é católico aqui no Brasil, bem mais. Os brasileiros não fecham as lojas nos feriados de dia santos, só que quando a prefeitura dá ordem de fechar aí as lojas que ficam abertas ganham multa. Mas os brasileiros teimoso e os árabes ficam lá, pagam a multa, mas continuam aberto. Os paraguaios não, eles fecham a loja, eles não tem assim essa ganância, porque assim brasileiro e árabe vão lá e são muito gananciosos. Se fala assim, ah, assim, tem que fechar dia de sábado porque é algum dia de religião. Ah, Deus o livre, é uma guerra dos brasileiros e dos árabe contra os paraguaio. Eles vão na prefeitura, fazem de tudo pra não fechar. Agora, se você falar pros paraguaio, na hora eles vão aceitar, eles topam, eles fecham. Não tem essa ganância, de falar que não, que precisam abrir porque amanhã vai dar bastante gente e eles têm que vender. Tem uma visão diferente.

Agora, aqui no Brasil, brasileiro fecha, agora vão lá os brasileiros e os árabe e ficam brigando, brigando até ficar aberto<sup>320</sup>.

Quando Morena recorre à expressão “guerra” se referencia à disputa pelo mercado entre proprietários de lojas. Como trabalhadora estrangeira ocupada em Salto del Guairá, ela se sente atacada de ambos os lados neste conflito. As práticas dos empresários brasileiros respingam diretamente nas relações de convívio entre vendedores brasileiros e os trabalhadores nacionais. Por isso, trabalhar em dias santos é viver o constrangimento causado pelo rompimento de um costume com a qual Morena possui identificação com seus pares de nacionalidade diferente da sua.

“Ganância” é um dos termos usados por Morena ao comparar a diferença de comportamento dos empresários estrangeiros perante os nacionais. Ao dizer que estes últimos “têm uma visão diferente”, a entrevistada chama atenção para refletir como a relação deles com o lugar de vida pauta-se também em outros horizontes, para além da acumulação proporcionada pelo mercado de importados na fronteira. A descrição sobre a contradição do comportamento do empresário brasileiro (que adere ao calendário dos dias santos em seu país, mas não em outro), leva a refletir como a relação destes últimos com a cidade Salto del Guairá difere dos nacionais. Ter empresa neste lugar não significa necessariamente internalizar ou lidar com a cultura local ao ponto de seguir seus costumes, mesmo quando há proximidades com sua cultura.

Quando proprietários de lojas estrangeiros descumprem o calendário acordado entre a parcela dos empresários da cidade, organizados em associação comercial, e o poder público municipal, evidenciam que não há um projeto coeso entre todos os proprietários de lojas. As próprias multas indicam uma tentativa de controle que não consegue ter efeito. Os lucros obtidos em dia de feriado católico brasileiro que coincide com feriado católico paraguaio parecem compensar estes valores. Estes proprietários estrangeiros possuem uma relação com a cidade que se diferencia do pretendido inicialmente por uma parte do empresariado local quando incentivou a vinda de “investidores”. A abertura do mercado paraguaio para a entrada de mercadorias importadas oriundas de outros países com a baixa cobrança de impostos

---

<sup>320</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra.

significou, entre outros motivos, um processo de mudança marcante em algumas cidades fronteiriças com o Brasil.

No caso de Salto del Guairá, contribui para estas mudanças a articulação de todo um empresariado nacional e estrangeiro em aproveitar alguns fatores econômicos, políticos e sociais no final da década de 1990. Entre eles, o aumento da fiscalização por parte do Brasil na Receita Federal de Foz do Iguaçu e toda a infraestrutura financiada pelo Estado brasileiro com a construção da Ponte Ayrton Senna, feita para promover maior agilidade no transporte de soja, milho e gado entre o Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraná. O rápido crescimento do mercado de comercialização de produtos importados em Ciudad del Este e conseqüentemente a concorrência e a evidenciação das desigualdades sociais tiveram algum peso na visualização de Salto del Guairá como um lugar para investidores que já possuíam trajetórias neste mercado.

Após o marco de formação do Lago de Itaipu, combinada à abertura econômica do Paraguai, o poder público municipal de Salto del Guairá assim como o de Ciudad del Este já incentivavam um projeto de turismo comercial para suas cidades. A atuação destes agentes, combinada às facilidades de circulação de entrada e saída de moeda e mercadorias do país, também teve papel importante para atrair estes investidores. No final da década de 1990 o poder público municipal de Salto del Guairá recuperava as perspectivas atribuídas ao projeto de crescimento econômico para a cidade, quando denunciava a presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados:

**Ilegales costará caro a los comerciantes. Comuna exigirá legalización de empleados brasileños.**

La municipalidad de esta capital departamental clausurará los comercios que no cumplan con el código laboral vigente en nuestro país, principalmente, en lo relativo a contratación de extranjeros. Tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio. El objetivo es frenar la invasión de mano de obra extranjera<sup>321</sup>.

---

<sup>321</sup> DUARTE, Rosendo. **Ilegales costará caro a los comerciantes. Comuna exigirá legalización de empleados brasileños.** *O Paranazão*, 13 de novembro de 1997. p. 4. Edições n. 51 a n.100.

Quando o poder público municipal recorreu à ameaça de que “[...] tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio [...]”, ele indicou a necessidade de tomar medidas punitivas para tentar manter suas perspectivas sobre a cidade pretendida por eles. Apenas uma parcela do empresariado parece concordar com esta expectativa, já que o anúncio de punição é dirigido a todos empresários da cidade. Cabe enfatizar que a ação do poder público também foi pressionada por trabalhadores nacionais que não conseguiram vagas neste mercado de trabalho. Assim, em conjunto a esta disputa, acentuaram-se as referências à nacionalidade para distinguir as pessoas com direito ou não de desfrutar deste projeto.

O projeto de turismo comercial pretendido pela cidade não foi e nem é homogêneo entre a classe dominante local. Entre os empresários locais de Salto del Guairá, que se consolidaram entre 1970 e 1990, muitos deles apresentaram nas entrevistas interesses divergentes desta perspectiva defendida pelo poder público municipal. Entre eles, a discordância sobre o perfil de força de trabalho a ser contratada.

A contratação de estrangeiros em Salto del Guairá, no final da década de 1990, articulou-se à necessidade de uma força de trabalho com perfil que se adequasse à expectativa de vendas ao público consumidor pretendido. Entre outros motivos, tornava-se mais atrativo economicamente a contratação destes trabalhadores do que investimentos para qualificação da força de trabalho local e nacional. Assim, alguns empresários argumentaram que recorreram aos “empleados brasileños”:

Aqui na loja mesmo é mais paraguaio que brasileiro, já teve mais brasileiros. É que agora tem mais opção de dentro, dos jovens que vem pra aqui na cidade já tem umas três universidades, e pra estudar sustentam o estudo com o trabalho, mas até pouco tempo atrás a oferta de mão de obra era mais de gente do Brasil. Era visível funcionários pegavam carona de Guaíra e de Mundo Novo. Para mim era indiferente de onde vinha. A minha mulher é brasileira e os meus filhos são meio a meio, estudam no Brasil. Mas em geral aqui, num há, principalmente com Guaíra os laços assim, tem bastante com gente de Guaíra e Mundo Novo. Num se percebe assim uma discriminação. Tanto porque aqui quase todos os colonos da soja são brasileiros. Só que aqui dentro é normal.<sup>322</sup>

---

<sup>322</sup> Edu, 50 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietário de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto a Eric G. Cardin. Fala do entrevistado traduzida durante a transcrição da gravação.

Ao dizer “era indiferente de onde vinha”, o interesse era em ter uma força de trabalho de baixo custo e sem necessidade de maiores investimentos em qualificá-la. Não se trata de dizer que não havia trabalhadores procurando envolver-se neste mercado de trabalho, mas de terem no outro lado da fronteira uma oferta abundante de força de trabalho dentro do perfil pretendido.

Na entrevista com o empresário, as universidades são colocadas como marco para presença de trabalhadores com um perfil diferenciado daqueles da década de 1990. Estes últimos, em alguns casos, eram oriundos de ocupações no campo ou com outros tipos de trajetórias ocupacionais na cidade, por exemplo: mulheres envolvidas no trabalho doméstico, com baixa escolaridade e com dificuldades no idioma português. Esta parcela possuía um tipo de qualificação e perfil diferente do pretendido para o trabalho nas vendas em lojas de importados.

Contudo, cabe ressaltar como a experiência de vida deste entrevistado também influencia na forma como ele interpreta esta diferença de nacionalidade. Edu, além de ser casado com uma brasileira, também teve parte de sua trajetória de vida no Brasil. Filho de uma família abastada, teve uma formação e um círculo de relacionamentos diferente da maioria da população de Salto del Guairá.

Diferente da perspectiva deste empresário, outra parcela do empresariado local de Salto del Guairá enfatiza a relevância da nacionalidade do trabalhador na hora da contratação. Dalva falou sobre isto:

Eu comecei a trabalhar com 19 anos, já com meu negócio. Por isso que está há 32 anos, era pequeno, como todo mundo começa pequeno. Já tinha funcionários paraguaios, sempre trabalhei com paraguaios. Nunca brasileiros [...] porque eles querem fazer normas no trabalho, e você não pode viver no país de outro e dizer que não vão fazer isto, que não sabem isto. O brasileiro se querem achar. São deseducado, eles não se colocam no lugar. [...] Quando comecei era eu, dois funcionários e marido.[...] Hoje já tenho 7 funcionários, já cheguei a ter 20, quando o real tava bem, em 2008.<sup>323</sup>

---

<sup>323</sup> Dalva, 56 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY.

Quando a entrevistada destaca a diferença de perfil entre os trabalhadores mobilizados em Salto del Guairá não se ampara somente na nacionalidade e nem fala sobre a qualificação dos mesmos. Ela recorre ao comportamento deles em meio a relação de exploração da força de trabalho. Sua fala evidencia o estranhamento do trabalhador estrangeiro às leis e acordos trabalhistas formais e informais estabelecidos neste mercado de trabalho em Salto del Guairá. Estes brasileiros já trazem consigo uma trajetória ocupacional e/ou de vida com relações de trabalho diferentes das vividas neste lugar. O termo “não colocarem-se no lugar”, para referir-se ao perfil do trabalhador brasileiro, expressa a não aceitação deste vendedor a muitos acordos informais de trabalho, em que são estabelecidas condições que extrapolam até mesmo a própria legislação paraguaia.

Em meio a esta diferenciação entre a força de trabalho nacional e a estrangeira, a prioridade na contratação da força de trabalho nacional por parte de Eva acaba indo de encontro com a perspectiva de desenvolvimento econômico pensado para a cidade por parte do poder público municipal e afirmado nos meios de comunicação locais. Entretanto, a relação estabelecida entre estes moradores e empresários de Salto del Guairá com a identidade nacional, também é recuperada para expressarem como eles se percebem nas relações cotidianas com o outro.

A vendedora Morena enfatizou as dificuldades percebidas ao diferenciar a relação com os vizinhos de lojas de acordo com a nacionalidade deles. Sua descrição é longa, mas expressiva para entender parte destas relações:

[...] Assim, lá no Shopping Salto, quando eu trabalhei lá, quase não tinha, assim, paraguaio mesmo, as lojas por perto eram tudo quase que de brasileiros mesmo ou de árabes. Agora, ali mesmo no centro onde eu trabalhei, ali era tudo paraguaio mesmo, minhas vizinhas eram tudo paraguaia mesmo. Assim, eles são meio traiçoeiros, eles se fazem de amigos, mas depois, se você precisar deles pra qualquer coisa, você não precisa contar com eles, que eles não ajudam mesmo. É meio difícil de lidar com eles. É poucas pessoas ali que eu conheci, que eu consegui lidar com eles, que eu consegui fazer amizade. Porque o resto assim, que o dia que você precisar deles, você pode esquecer. [...] Porque eles não ajudam, não ajudam mesmo. Um dia me roubaram lá, aí quando eu percebi, que eu me dei conta, eu saí pra fora pra falar com o meu vizinho, que aquele pessoal que tinha ido lá, que eles tinham me roubado que e eu estava sozinha. Eu falei com ele, e ele fingiu que nem era com ele. E lá no Shopping América quando aconteceu isso, que a moça roubou uma bolsa, e eu sai pra fora falando que a moça tinha roubado, os brasileiros, todo mundo correu atrás da moça pra pegar a bolsa de volta. E ali não, eles agiram assim. Se fosse na loja deles ou de

algun deles, eles corriam atrás, já vi isso, agora como era na minha loja que era brasileiro, então eles não precisavam ir atrás. Eu sei lá, era um sistema assim muito diferente, porque ali tinha eu, aí tinha a minha prima do lado, que assim, se você precisava de uma indicação, “ah, você sabe onde fica tal lugar?”, ele respondia “não sei”, mesmo morando ali, mesmo você sabendo que não tinha como eles não saberem. [...] Agora, se você colocar uma lata de refrigerante da mesma que eles têm, eles te condenam, assim, todo mundo coloca as coisas iguais, mas se um brasileiro colocar, eles condenam o brasileiro, porque eles sabem que o brasileiro vende mais, porque fala mais, se colocar algo igual ao do deles. Então isto é uma coisa que acaba distanciando eles, é a questão da concorrência, eles têm medo de você colocar a mesma coisa que eles e começar a vender mais que eles. É que nem acontecia, o meu patrão ia comprava as coisas, eles viam e colocavam as coisas iguais, e eu nunca reclamei, mas se eu estava vendendo mais que eles, eles viravam a cara pra mim. Tipo assim, no fim de semana, eles ficavam o tempo todo cuidando para ver o que eu estava vendendo, se eles soubessem, vamos supor, que eu estava vendendo mais manta que eles, eles viravam a cara, eles não conversavam comigo o dia inteiro, porque eu estava vendendo mais do que eles<sup>324</sup>.

Morena que, em alguns dos empregos, assumiu o cuidado sobre as lojas, por vezes, inverteu a relação entre trabalhadora e proprietária na internalização das responsabilidades que lhe eram atribuídas, por ter que responder pela falta de mercadorias no estoque da loja. A entrevistada trabalhou em lugares com um perfil de proprietários de lojas e consumidores distintos. As inúmeras pequenas lojas na Avenida Paraguay e suas ruas próximas possuem proprietários de diferentes nacionalidades como brasileiros, libaneses e chineses. Entretanto, são lugares onde há maior concentração de proprietários e trabalhadores de nacionalidade paraguaia. Já os dois *shoppings* citados na entrevista são dos chamados “investidores estrangeiros”, sendo ocupados a maioria por proprietários de lojas brasileiros e libaneses. A concorrência entre proprietários de lojas de nacionalidade paraguaia e empresários imigrantes que se ocupam destas brechas do capitalismo na fronteira, abrindo comércio onde há possibilidade de lucros, tem impacto direto sobre os trabalhadores.

Quando recorre ao termo “traíçoeiros”, Morena não nega que há amizade entre os vendedores de nacionalidade paraguaia, mas que, dependendo do que se compartilha, esta relação de amizade pode ser distanciada. O relato de Morena recupera situações onde o bom convívio entre paraguaios e brasileiros não é negado. Porém, este convívio possui limites. A solidariedade não é necessariamente algo a ser constantemente compartilhado com estrangeiros que disputam sua sobrevivência no mercado de importados na fronteira. Há

---

<sup>324</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

códigos de conduta e comportamentos entre estes trabalhadores que não são estendidos a outros trabalhadores de nacionalidade diferente da sua. A troca cultural e o convívio entre estes vendedores possuem especificidades e limitações que servem para amparar o reconhecimento entre os seus pares nacionais e de mesma ocupação. Estes limites são recorridos para a própria afirmação da identidade destes trabalhadores, tanto paraguaios, quanto brasileiros.

A esse respeito, o estudo etnográfico realizado por Fernando Rabossi em Ciudad del Este (2004) indica que as fronteiras étnicas entre os trabalhadores não se restringem às disputas do mercado ao respingarem em situações cotidianas. Entre as diversas observações empíricas destacadas pelo autor, o simples ato de beber cerveja ganha significado e apresenta fronteiras silenciosas. Embora brasileiros e paraguaios convivam num mesmo espaço de trabalho, estes não costumam compartilhar o mesmo copo de cerveja com os brasileiros, prática que representa um sinal de companheirismo entre os trabalhadores paraguaios. Por meio de experiências como esta, o autor traz elementos para analisar como a fronteira entre os trabalhadores de nacionalidade brasileira e paraguaia transparecem ou são firmadas nos momentos de sociabilidade ou na cotidianidade entre aqueles que possuem maior identificação entre eles<sup>325</sup>.

O ressentimento vivido pela população trabalhadora local de nacionalidade paraguaia, por lidar com a concorrência de imigrantes trabalhadores, muitas vezes é expresso na diferenciação e distanciamento com o outro quando se percebem em relação desigual. Os vendedores de lojas estão na ponta deste processo de acumulação capitalista, lidando com conflitos e pressões geradas por esse processo na fronteira.

Em 29 de maio de 1998, o jornal *O Paranazão*, trouxe uma matéria afirmando:

**Rapai que quiere trabajar aquí, tiene que vivir aquí. Ley contra empleados brasileños ya está vigente.**

La municipalidad empezó a implementar la Ordenanza 082/97 que prohíbe la contratación de brasileños ilegales como empleados en el comercio. La ley que busca proteger la mano de obra local establece fuertes multas a los propietarios de negocios que infrinjan dicha disposición comunal. [...] Sin

---

<sup>325</sup> RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

embargo, fueran detectado casos en que el Juez ha firmado certificados de residencia a brasileños que no residen aquí [...] <sup>326</sup>.

A lei municipal criada para fiscalização de brasileiros envolvidos no comércio trouxe a iniciativa do poder público municipal em tentar defender parte dos interesses de desenvolvimento econômico, com o projeto de turismo comercial pensado para Salto del Guairá. O autor da matéria, quando se posicionou em relação ao trabalhador não regulamentado, não recorreu apenas à nacionalidade, mas também estabeleceu um limite de pertencimento a comunidade para diferenciar o sujeito com direito de ocupar vagas no mercado de trabalho local. Já as denúncias de irregularidade no processo de regulamentação dos vendedores indicou o interesse dos trabalhadores locais de Salto del Guairá em exigir do poder público maior controle sobre a questão.

A presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados em Salto del Guairá e a existência de paraguaios nas mesmas condições nas cidades de Guaíra ou Mundo Novo não é um aspecto novo nesta fronteira. A circulação destes trabalhadores entre os países não tem se fixado nas demarcações legais dos limites internacionais, mas, entre outros, na busca por sobrevivência e/ou na tentativa de melhores condições de vida que as diferenças econômicas e políticas entre estes países podem oferecer.

Não é uma prática comum dos vendedores brasileiros de lojas ou ambulantes mudarem-se para Salto del Guairá. Muitos destes já possuem seus círculos de relacionamento, família e moradia em uma destas duas cidades brasileiras fronteiriças. A não imigração permanente por parte dos vendedores brasileiros igualmente ocorre pela comparação entre as estruturas na saúde, educação e no custo de vida entre as cidades. Como já mencionado, o rápido crescimento comercial da cidade implicou no encarecimento do custo de vida para a população trabalhadora e na piora dos serviços públicos como luz e água. Como Perla, moradora de Salto del Guairá elucidou: “aqui em Salto o custo de vida é bem alto, em relação, por exemplo, por aqui tudo vem de fora, tudo é mais caro, aluguel, água, luz, comida,

---

<sup>326</sup> Com a pesquisa ao jornal *Rio Paranazão*, observamos que a imprensa de Salto del Guairá vem veiculando denúncias sobre a presença de trabalhadores estrangeiros não regulamentados em Salto del Guairá tanto nos períodos marcados pela redução de empregos no comércio quanto em momentos em que há aumento da contratação de vendedores. No jornal *O Paranazão*, em 16 de outubro de 1998, p. 8, temos a manchete “Brasiguayos fueran desalojados por orden judicial en Grasoly.” (autor: DUARTE, Rosendo). Também dia 30 de outubro de 1998, p. 7, “Brasiguayos desalojados no Paraguai” e “Famílias temem novas agressões”.

vestuário a cesta básica, é caro em comparação a outras cidades como Assunção, que é centro”<sup>327</sup>.

Uma das entrevistadas comentou sobre a cidade ao ser questionada porque não residia em Salto del Guairá, tendo em vista a demora do deslocamento diário devido aos congestionamentos:

Ah, é muito difícil pra morar lá. Lá assim, tem a prefeitura ali, mas eles não cobram imposto e justificam que é por isso que a cidade não vai pra frente. Isso pode até ser verdade. Porque você vai pra dentro ali daquela cidade, é aquele poeirão, um deserto. Ali no centro ninguém vê estas coisas, mas ali no centro. Porque assim, é aquelas crianças tudo suja brincando na rua. A água mesmo assim, é uma água totalmente ruim, eu mesmo tinha pavor de tomar aquela água de lá [...]”<sup>328</sup>.

Quando Morena chama atenção para as condições urbanas da cidade fora da região central onde os turistas frequentam, elucida os contrastes entre os lugares de moradia acessíveis a renda dos trabalhadores e os pontos comerciais destinados ao turismo. Ademais, as diferenças culturais e as segregações entre eles ressaltam-se nestas escolhas. Isto será discutido ao longo do texto.

Mesmo objetivando uma “migração pendular”, o uso da rede de relacionamentos também é importante para os vendedores brasileiros envolverem-se no mercado de trabalho em Salto del Guairá. Entre os entrevistados foi comum relatarem o ingresso em lojas, por indicação de amigos ou familiares:

Foi por indicação dele (cunhado). A dona da loja é meio que amiga dele. [...] Demorou quase um mês pra gente ingressar dentro da loja. [...] Ela tem uma folha de currículo, na verdade você leva seu currículo lá, e ela tem uma folhinha com umas questões, sabe? Se você é casado, se você é solteiro, qual seu emprego anterior, esse tipo de coisa assim, se seus pais são vivos ainda, se tem filhos. [...] É bem diferente. Eles perguntam mais da família, do que da pessoa. [...] Não sei porque. [...] porque que nem eu disse, já fui barman, e daí eu entrei por isso né. [...] É tipo, sabia de muitas bebidas. Mais licores assim, de vinho nem tanto. Sempre tive vontade disto, mas nunca tive oportunidade de estar perto”<sup>329</sup>.

---

<sup>327</sup> Perla, 32 anos, nacionalidade paraguaia. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY.

<sup>328</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

<sup>329</sup> Jairzinho, 30 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

Eduardo recupera e valoriza suas experiências anteriores ao longo de sua trajetória de trabalho para fazer referências ao seu ingresso em sua atual ocupação. Assim, o trabalho é trazido ainda como um fator importante na afirmação de sua identidade enquanto sujeito. Embora a indicação para o ingresso como vendedores em lojas de importados em Salto del Guairá seja um fator importante, há tanto um perfil profissional quanto pessoal pretendido por estas lojas. Por exemplo, ao questionar “mais da família”, a empresa demonstra o interesse em selecionar um perfil de trabalhador com condições de cumprir as jornadas e condições de trabalho estabelecidas nos acordos informais. Evidentemente, não é qualquer trabalhador indicado que conseguirá ingressar nestes empregos.

A qualificação de muitos destes vendedores vem de uma trajetória marcada pelas experiências anteriores com as vendas ou com algum tipo de conhecimento requerido na ocupação. A força de trabalho excedente nas três cidades fronteiriças contribui para a existência desta seleção e da imposição das condições de trabalho firmadas informalmente nas contratações dos vendedores.

Novamente, os empresários entrevistados foram marcando algumas posições em relação com o “outro” ao fazerem afirmações sobre suas escolhas na contratação da força de trabalho dos vendedores. Nesse contexto, de igual modo foram emergindo aspectos culturais elaborados ao longo de suas trajetórias de vida. Estes aspectos influenciaram na forma de interpretar e avaliar o convívio entre pessoas com culturas e interesses que ora se aproximaram e ora se distanciaram. Na entrevista com Maria Cleuza foram observadas estas percepções:

Mãe: Todos que eu contratava era brasileiro. Os paraguaios não gostam de trabalhar. O brasileiro você pode ensinar que ele tem pique para o trabalho, vinham de Guaíra, porque era mais fácil vir com a balsa. Antes era mais leve a fiscalização.

Filho: Uma vez a mãe pegou funcionária paraguaia, trabalhou um dia só, a mãe deu almoço, deu tudo e levou ela na porta de casa no fim do dia. No outro dia, levou ela no ministério do trabalho. Aí o pai conhecia o fiscal, deu tudo, acho que vinte mil guaranis e o cara deu para ela. Eles simplesmente não alegam nada, é direitos mesmo, como no Brasil. É eles e eles só. Agora está pior a fiscalização. Exigem o IPS e da documentação de imigrante. Eu tenho casa aqui, dava o endereço da casa. Faz uns 15 anos, eu mantive funcionário por 4 ou 5 anos<sup>330</sup>.

---

<sup>330</sup> Maria Cleuza, 63 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY.

A entrevistada busca desqualificar o trabalhador paraguaio em relação ao brasileiro. O parâmetro está na reação destes dois perfis de trabalhadores ao descumprir a regulamentação dos mesmos. Na experiência com a contratação de força de trabalho paraguaia, houve a denúncia de sua irregularidade. Quando a fiscalização se faz presente sobre os vendedores brasileiros, o comportamento da proprietária de lojas é burlar esta regulamentação para manter esta força de trabalho. Ao burlar este controle, indica sua discordância com parte das expectativas do projeto de turismo comercial para cidade pensado pelo poder público municipal e parte do empresariado.

Esta postura dos empresários com relação à nacionalidade dos trabalhadores também é encontrada na forma como os vendedores brasileiros de lojas em Salto del Guairá irão relacionar-se com seus pares. Um dos vendedores brasileiros ao justificar sua presença em Salto del Guairá, mencionou:

Por exemplo, se você perguntar o preço pra um paraguaio e ele puder te responder dali mesmo sentado, ele te responde, não se interessa em atender bem. Eles fazendo pra viver e comer o mês inteiro está bom, eles não tem perspectiva. Também um brasileiro não vai sair daqui pra ganhar, um salário trabalhando de repositor, tem que compensar. Salário de vendedor é tudo igual entre brasileiro e paraguaio. Lá na Bless era diferente, brasileiro ganhava um pouquinho mais<sup>331</sup>.

A necessidade de afirmar uma suposta superioridade do vendedor brasileiro em relação ao paraguaio explicita o preconceito existente entre trabalhadores envolvidos num mesmo ambiente de trabalho. Ao descrever e julgar a suposta diferença de comportamento e de “perspectiva” entre trabalhadores de nacionalidade paraguaia e brasileira, Dario ampara-se na sua relação com o trabalho e nas construções de estereótipos.

A diferenciação entre o perfil pretendido pelas empresas e a quantidade de força de trabalho disponível atendendo a este perfil, também definirá a diferenciação entre os postos de trabalho e salários. Por exemplo, no emprego ocupado por Dario cerca de 10 anos atrás, havia salário desigual entre vendedores paraguaios e brasileiros. Essas relações tiveram impacto na forma como estes trabalhadores de nacionalidades diferentes construíram suas convivências.

---

<sup>331</sup> Dario, 26 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR.

Além disso, o preconceito é visível no comportamento estabelecido entre alguns consumidores brasileiros ao serem atendidos por vendedores de nacionalidade paraguaia.

Muitos dos consumidores brasileiros associam as mercadorias oriundas do Paraguai às falsificações com preços baixos quando consome ou visualiza as mesmas nos chamados “camelôs” no Brasil. Isto contribui para estes consumidores tragam consigo desconfiança sobre o comportamento dos vendedores quando estão realizando compras. Contudo, tal desconfiança ocorre com vendedores de qualquer nacionalidade. Morena relatou sobre o comportamento dos consumidores:

Que nem lá na loja, ela vendia Adidas e comprava de um cara lá de Ciudad del Este, mas você olhava as etiquetas e via. Vinha Falso, vinha, mas vinha tudo misturado falso e original, era tudo misturado. Você olha de uma peça pra outra e para quem conhece, que compra coisa de marca, se olhar bem por dentro consegue diferenciar, agora pra quem não conhece, é tudo igual. Está escrito Adidas, acha que é original. Chegava uma pessoa lá, olhava a costura, tava perfeita, mas pela linha a pessoa sabia que não era original. Você tinha que cuidar muito pra quem você falava que era original. Eu tive sorte, porque pra todo mundo que eu falava que era original acreditavam. O pessoal mais metido é o que menos sabia, que queria usar roupa de marca pra dizer que era o tal. Era muito engraçado<sup>332</sup>.

Morena percebe, em meio às situações vividas em seu cotidiano, as dificuldades de trabalhar em um país onde o controle sobre as definições legais de mercadorias diferem das do país de seus consumidores. Os consumidores se deslocam até este país tendo conhecimento das diferentes procedências destas mercadorias. Os vendedores já estão habituados a uma conduta moral de convencer o cliente sobre a “*originalidade*” das mercadorias para concluírem seus objetivos neste trabalho.

Os limites entre falso e original das mercadorias que chegam aos centros comerciais do Paraguai possuem dificuldades de serem diagnosticados desde sua fabricação. Conforme Rosana Pinheiro Machado (2008), uma fábrica que produz bolsas para uma marca famosa, também produz a mesma mercadoria para venda, substituindo apenas a etiqueta e alguns detalhes. Quando estas mercadorias chegam aos seus distribuidores, a etiqueta é substituída por outra imitação de etiqueta da tal marca famosa. Além disso, há facções especializadas em

---

<sup>332</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

copiar os modelos e materiais. Estas compram a matéria prima em um mesmo distribuidor da marca famosa ou em outra que produza similar sem pagar a exclusividade das especificidades de criação e inovação<sup>333</sup>.

Outro vendedor entrevistado descreveu como avalia os motivos das diferenças de postos de trabalho de acordo com a nacionalidade:

As vezes, por não falar o português correto, as vezes por ignorância mesmo, porque alguns paraguaios são ignorantes mesmo, as vezes eles pegam falam o Guarani, xinga a pessoa e ela não entende, mas a pessoa se toca: ah tá retrucando comigo entendeu, perde o cliente, aí o patrão já fica meio assim. Geralmente os paraguaios ocupam mais o pacote que é só para entregar mercadoria, aí deixa um brasileiro de responsável, entendeu? E aí a maioria como vendedores. Tem muitos paraguaios que atendem super bem. [...] Amizade a gente sempre tem, mas não aquela amizade assim, ah to lá. Não é amizade, é de loja, de comércio, amizade. É, até tem amizade, com alguns, mas de ir na casa não<sup>334</sup>.

O uso do idioma nativo, guarani, na maioria das vezes, não compreendido pelos consumidores, colegas de trabalho e proprietários de lojas, é um dos recursos que expressam o descontentamento com as condições de trabalho e com o comportamento imposto aos trabalhadores de nacionalidade paraguaia em sua ocupação. No resgate do idioma guarani, o trabalhador reafirma sua identidade naquele ambiente de trabalho em que ele convive com brasileiros, chineses, libaneses, entre outros.

No caso do trabalhador brasileiro que se desloca para Salto del Guairá, o domínio do idioma do país para onde ele migra para trabalhar não é algo relevante. Pelo contrário, seu idioma nativo contribui para ele atender ao perfil da força de trabalho almejada. Relaciona-se a isto o processo de expansão capitalista brasileiro para esta região do Paraguai, onde, entre diversos aspectos, igualmente é imposta a cultura do país com maior poder econômico na relação. Por exemplo, muitos dos proprietários de terras produtores de soja, dos proprietários de lojas de importados, proprietários de madeireiras são de nacionalidade brasileira.

---

<sup>333</sup> PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. In: **RBCS**, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 117-133.

<sup>334</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

Ainda, ao utilizar o termo “entendeu”, o entrevistado busca garantir a compreensão do seu silenciamento e cuidado para não parecer preconceituoso. Concordantemente, a convivência entre estes trabalhadores de nacionalidades diferentes, na maioria das vezes motivada pelas necessidades de se manterem no mercado de trabalho desta cidade fronteiriça, restringe-se somente ao local de trabalho. Assim, a *amizade de loja* é diferente de ter amizade de “ir na casa” do outro.

Uma das entrevistadas, que se desloca diariamente há mais de 15 anos de Mundo Novo (MS) para trabalhar em loja de importados em Salto del Guairá, relatou como foi se adaptar a esta rotina com outro país:

No começo o que eu mais estranhei foi a convivência com os paraguaios eu tinha um pouco de medo e tal, eu tinha medo de ficar aqui fora do horário, hoje eu não tenho mais medo, de jeito nenhum, se eu precisar dormir aqui, eu durmo. Só que foi uns dois anos pra eu perder esse medo, eu ficava bem receosa com os paraguaios, por estar no Paraguai, você ouve falar tanto de violência, destas coisas que você fica com um pouco de medo. *Você tem amigos paraguaios que você convive?* Não, não tenho. Como a gente trabalha aqui e não tem horário de almoço, a gente come ali mesmo. É muito puxado, então não sobra tempo pra conhecer, pra festa, assim mesmo. Se eu for num baile a noite, no outro dia eu não consigo vir trabalhar. Não dá pra ter um ritmo assim<sup>335</sup>.

A experiência positiva de trânsito entre a cidade que trabalha e mora contribuiu para sua permanência no emprego. Atualmente ela é gerente desta mesma loja de materiais esportivos, que ingressou na juventude. Os proprietários são brasileiros, assim como a maioria dos colegas de trabalho. Para Fafá e Roberto, a relação com o lugar é marcada pela relação de trabalho e o tempo de permanência no mesmo. A presença nos círculos de amizade e nos lugares de lazer é mantida por parte dos vendedores entrevistados na cidade onde residem e não na cidade onde trabalham. Tanto Fafá como Roberto se amparam na rotina de trabalho para estabelecer os limites que os orientam a isto. Outro trabalhador entrevistado mencionou este fato:

---

<sup>335</sup> Fafá, 32 anos, nacionalidade brasileira e residente em Mundo Novo-MS. Entrevista gravada em julho de 2012 em Salto del Guairá/PY.

Você acaba fazendo amizade com algumas pessoas de lá, eles convidam pra ir em aniversário de filho e ir na casa, mas eu não suporto aquele lugar. Eu só estou lá porque quero trabalhar, então eu não consigo manter estes vínculos. Eu só tenho vontade de chegar na minha casa<sup>336</sup>.

Rivelino limita seu convívio com o lugar pensando-o a partir do próprio sentido que ele atribui ao seu deslocamento para trabalhar em outro país. Ao expressar “só estou lá porque quero trabalhar”, refere-se aos elementos motivadores de envolver-se como vendedor em outro país. Estar no Paraguai, para ele é uma necessidade relacionada à sua sobrevivência dentro da configuração atual de sua vida. Não se trata de dizer que o convívio e a relação com outros trabalhadores não aconteçam. Estas se desenvolvem, neste caso, sem estabelecer a diferença de nacionalidade com o outro. Contudo, estar naquele lugar fora dos seus horários de trabalho é estar revivendo a memória da sua condição de trabalho e vida. Esta memória tenta não ser recuperada quando ele estabelece a fronteira entre o seu lugar de trabalho do seu lugar de descanso.

As falas de parte dos entrevistados indicam que as relações entre trabalhadores, vivendo subordinados a uma mesma realidade de trabalho nessas lojas de importados, são pautadas também na distinção entre a nacionalidade. Esta distinção ganha evidência, principalmente, quando são trazidos os conflitos em torno da concorrência entre trabalhadores e a disputa de mercado entre os empresários. Embora se trate de uma cidade fronteira com fluxo, convívio e trocas constantes entre pessoas, para parte destes entrevistados a fronteira cultural e social entre eles continua a existir mesmo convivendo num mesmo espaço de trabalho.

No entanto, vendedores de nacionalidade brasileira e paraguaia trouxeram ao longo das entrevistas outras formas de comportamento na relação entre eles. Em algumas entrevistas, os vendedores traziam a nacionalidade enquanto falavam de outros assuntos. Uma das vendedoras entrevistadas de nacionalidade paraguaia ao ser questionada se costumava sair em conjunto a colegas de outra nacionalidade, respondeu:

---

<sup>336</sup> Rivelino, 32 anos. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra-PR.

[...] A não ser que você faça alguma coisa com o pessoal na sua casa, se tiver piscina, jogar futebol, assistir televisão, um filme, faz alguma coisa em casa, mas especificamente não tem área de lazer. Eu não tenho nenhum, por exemplo, amigos árabes não, chineses também não, [...] mas assim, muito pouco, quase nada, só com os brasileiros mesmo. Assim, depende, a gente tem uma convivência boa, né? Só que a nossa patroa é brasileira. Quando começa aquele negócio de futebol, por exemplo, tem essa rivalidade, ela já vem conversar com o pessoal pra não ter isso né, porque isso aí, aqui vai passar e a gente vai ficar e teve nesse tempo que passou a Copa e tudo mais, né? Mas assim desde que tenha respeito pela gente e a gente tenha pelos outros, mas nossa relação é sempre boa.<sup>337</sup>

A estrutura urbana oferecida por Salto del Guairá não é percebida pelos jovens vendedores como algo que proporcione ambientes de convívio social entre eles fora do ambiente de trabalho. Para acontecer o convívio social entre eles, a amizade prévia é vista como necessária, já que muitas destas relações ocorrem em suas moradias. No caso de Perla, há convivência com brasileiros ao longo da jornada de trabalho, mas não com árabes e chineses, pois a construção destas relações pessoais é dificultada. De certa forma, a ausência destes ambientes e as rotinas extenuantes de trabalho possuem peso sobre isto. Contudo, relaciona-se a isto como estes jovens atribuem sentidos ao seu trabalho. Por exemplo, algumas entrevistas apresentadas expressam a importância deste trabalho para proporcionar acesso a um tipo de consumo que outras ocupações não proporcionariam.

Perla traz a oscilação do convívio entre trabalhadores de nacionalidade diferentes de acordo com as disputas postas em pauta. O campeonato de futebol evidencia a distinção do nacionalismo. Este é um período em que se transita pelo comércio de Salto del Guairá e se vê a predominância dos adornos com as cores da bandeira do Brasil nas lojas e nas mãos dos vendedores ambulantes. Trago estas observações, porque estes momentos evidenciam muitos dos conflitos e disputas travados, entre um país com uma história marcada por constantes tentativas de domínio econômico por parte dos governos brasileiros. Domingo Laino (1979), em seu livro *Paraguai: Fronteiras e penetração Brasileira*, problematiza como a imigração brasileira e as práticas de expansão do governo brasileiro sobre as terras, recursos naturais, economia e cultura do Paraguai, sempre prevaleceu os interesses do “sub-imperialismo” brasileiros e do imperialismo norte-americano na segunda metade do século XX. Nos acordos entre Brasil e Paraguai, sempre prevalecem as decisões e medidas das políticas públicas

---

<sup>337</sup> Perla, 32 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá/PY.

adotadas pelo primeiro com relação ao segundo, o interesse na manutenção das desigualdades sociais e econômicas<sup>338</sup>.

Na entrevista com Silvia, novamente a relação dos vendedores com a cidade de Salto del Guairá como um lugar exclusivamente de trabalho foi ressaltada. Ela citou sobre as amizades construídas com outros vendedores de nacionalidade diferente da sua:

Só que é assim, eu venho aqui no Paraguai e só fico aqui neste local. Eu não sei como que é a vida deles lá, eu não tenho muita noção de como é a vida do povo aqui do Paraguai no dia a dia, as dificuldades. [...] Fiz muita amizade. Tenho mais amizades aqui, do que lá no Brasil. Do Salto, de Asunción, de Ciudad del Este, eu conheço bastante gente. Eu me dou bem com essas pessoas que eu fiz amizade, eles são bem legais. [...] Com o pessoal que eu tenho amizade aqui, eu saia mais com o pessoal daqui que com os de lá, agora não, agora que eu estou namorando, já não saio mais. *Seu namorado é paraguaio?* Não, ele é brasileiro, de Guaíra. *Já namorou paraguaio?* Não. *Por quê?* Deu certo lá.<sup>339</sup>

Embora Silvia tenha estabelecido relações de amizades com os trabalhadores de nacionalidade paraguaia para além do ambiente de trabalho, subjetivamente as diferenciações são muito arraigadas. Nas falas destes vendedores brasileiros entrevistados, chama atenção a forma como as relações com a cidade é estabelecida apenas com o local de trabalho. Outro elemento é perceber como, embora exista o convívio entre estes trabalhadores de diferentes nacionalidades, as relações entre eles possuem alguns limites. Entre os entrevistados com mais de 50 anos de idade, observamos como os relacionamentos pessoais, como namoro e casamento, entre sujeitos de nacionalidade brasileira e paraguaia eram enfatizados como parte importante deste convívio e troca cultural entre ambos<sup>340</sup>. No caso dos entrevistados mais jovens, não identificamos nenhum deles que já tivessem estabelecido namoro ou casamento com pessoas de nacionalidade diferente da sua.

<sup>338</sup> LAINO, Domingo. **Paraguai**: Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Editora Global, 1979.

<sup>339</sup> Sílvia, 31 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (15 minutos). Entrevista gravada nos fundos da loja.

<sup>340</sup> Uma entrevista realizada no dia 01 de maio de 2015 em Guaíra com a senhora Maria Tereza Cabrera de nacionalidade Paraguai, evidenciava estas trocas e convívio. Ela estava em um dos locais de referência de cultura paraguaia em Guaíra, onde há uma capela de Nossa Senhora do Guadalupe e onde de segunda a sexta as 17:00 horas são vendidas *chipas* paraguaias e chá de erva mate. Esta senhora estava no local para ajudar na organização da barraca paraguaia, que trabalha em prol de uma instituição de caridade brasileira nos dias da comemoração anual chamada Festa das Nações.

Como discute Fernando Rabossi (2010), as relações entre moradores da Tríplice Fronteira são movimentadas pelo mercado comercial e pelas trocas estimuladas pelos limites nacionais. Nas decisões importantes como a escolha do local de moradia, da pessoa com quem ter um casamento e da cidade onde os filhos irão estudar, o reconhecimento desta fronteira territorial faz-se na valorização da identidade nacional dos moradores. Isto é observado pelo autor ao menos em dois momentos: na baixa quantidade de matrimônios entre os moradores das três cidades e seus respectivos países e nos relatos de quando um destes sujeitos decidem morar em uma das cidades diferente da sua que compõe a Tríplice Fronteira, ocasião em que vive nela como um imigrante<sup>341</sup>.

Por meio da pesquisa realizada, compreendemos que no convívio entre muitos trabalhadores de nacionalidades diferentes são construídas relações de amizade em outros espaços da vida social. Ao encontro da discussão proposta por Fernando Rabossi, identificamos que quanto mais propício o lugar de evidência das diferenças culturais entre eles, mais ocorrem comparações onde os trabalhadores reafirmam suas características culturais. Estes limites marcam as diferenciações construídas e reafirmadas entre eles. Uma das entrevistadas, ao visitar a casa de uma colega de trabalho de nacionalidade paraguaia, expressou sua impressão sobre o modo de vida desta. Abaixo, trago uma longa transcrição da entrevista para refletir estas relações:

Tinha sim. Fora ali, é um povo diferente, o sistema deles é diferente. Até tinha um casal que eles vieram ali na minha casa, eles depois chamaram a gente pra ir na casa deles. É totalmente diferente, a casa deles assim, nossa senhora! É muito diferente. *Por quê?* Eles eram paraguaio, paraguaio mesmo assim, de ser de família, de ter nascido lá. Observo que eles são muito desleixados, são relaxados, vamos supor assim, a questão da comida deles é horrível, rs. No dia que a gente foi almoçar lá, Jesus amado! Rs, falei: \_Gente do céu, que horror! É um povo muito assim, assim. Na verdade, eles são assim muito pobres, na verdade, muito simples assim. Então, quando a gente foi lá, era uma casa toda aberta assim, um monte de criança suja assim, correndo pra lá e pra cá, subindo pra cima das panelas, a questão da higiene deles, eles são bem mais, ah, eu não sei como te dizer. Sei que é diferente. Na questão deles conversar também, tudo deles eles são melhores do que os brasileiros. Você nunca pode falar que você é melhor do que eles em algo, que é arrumar briga. É que nem o rapaz falou assim pra mim, você pode ser muito minha amiga, você pode ter 10 amigos paraguaios, mas se um dia você precisar de 1, você não precisa contar com nenhum. Agora se for um

---

<sup>341</sup> RABOSSI, Fernando. Como pensamos la Triple Frontera? In.: La Triple Frontera. **Dinámicas culturales y procesos transnacionales**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010. p. 21-46.

paraguaio que precisar do outro paraguaio, daí eles se ajudam, agora você não. Ele falou:

\_Você pode ter 10 amigos paraguaios, mas o dia que você precisar de um, você não pode contar com nenhum, porque aqui ninguém ajuda brasileiro. Porque é questão assim de bobeira, de um monte de coisas, até de guerra que aconteceu à anos atrás e eles vão levando de geração em geração. Sabe? Paraguaio odeia brasileiro, mas ali tudo depende do brasileiro. *É, por quê?* Por questão do comércio, o povo que vai comprar ali é tudo brasileiro, porque paraguaio num compra, é questão de serem assim, um pessoal muito pobre, né? Então poucos que conseguem abrir loja lá. Tudo eles dependem do brasileiro, mas só que eles odeiam brasileiros. Só que em relação ao comércio, o que sustenta ali é os brasileiros e árabes que investem, mas brasileiro assim, eles detestam.

*Você já foi convidada pra participar de alguma festa lá no Paraguai?* Já participei do carnaval deles, mas é tudo diferente. No Paraguai é tudo diferente, roupa, conversa, aquelas músicas deles, o jeito de dançar, todo mundo dança igual, no mesmo jeito, num é assim, tem funk, outras misturas, é mais *catchaca*, né? Então é aquele mesmo jeito de dançar, eles dançam o mesmo jeito o baile inteiro. Eles viram a noite dançando o mesmo passo. Começa uma música, começa outra e eles estão no mesmo ritmo, não tem diferença de um ritmo pro outro. Se arrumam bem pra festa, é tudo diferente, aquelas mulheres colocam aquelas sombras aqui em cima da sobrancelha, aqueles blush aqui assim, que parece que foi passado batom. As mulheres se arrumam mesmo! Até demais. Mas eles são assim, o sistema deles são bem diferentes.

*E se uma menina brasileira resolve namorar um paraguaio?* Teve gente que trabalhava comigo no Paraguai que se envolveu com paraguaio, né? Mas então assim, também não deu certo, por uma questão de jeito, porque eles são meio assim. Porque você pode observar que lá no Paraguai, você não vê um casal de Paraguaio dado à mão na rua. Você não vê. A vizinha paraguaia mesmo, ela falava assim que os homens brasileiros são mais carinhosos com as mulheres, andam de mão dada, eles conversam, eles se abraçam na frente dos outros, mas lá não. Lá não, se os homens, são homens, se ele abraçar uma mulher, se ele beijar uma mulher, alguma coisa assim na frente dos outros, ele está sendo rebaixado. Então, pra ser homem lá eles tem que ser assim, eles tem que ser bravo, bruto, tem que ser assim. Ela mesmo falou assim: eu acho tão bonito ver um casal de brasileiro de mão dada, conversando, para em uma loja, para em outra, conversa, pede opinião. Aqui isso não existe. Você não vê um casal de paraguaio assim, abraçado, conversando, dando a mão. Ou mesmo se estiverem numa lanchonete, num lugar assim, você não vê essas coisas, é cada um na sua, quase não conversam quando estão na rua, dentro de casa também quase não conversam, é o jeito deles. Num tem assim, num troca carinho, estas coisas assim não. Elas dizem que em casa, o homem tem que chegar, a comida está pronta e, é isso o que importa, rs. Por isso, que é muito difícil das mulheres que são casadas lá trabalharem. Logo engravidam, começa a vir filhos e filhos e vivem assim, numa miséria lascada, a mulher não consegue trabalhar. Tem muitas famílias que colocam as crianças pra trabalhar, né? Não se interessam muito. Do jeito assim, que se tiver mandioca pra comer a semana inteira, eles comem mandioca a semana inteira, eles não interessam, se tiver arroz pra comer, eles comem arroz a semana inteira. Não tem assim, ah, eu preciso ter o leite, o pão, o arroz, o feijão e a mistura. Não, o que tiver eles comem, de manhã, a tarde e a noite<sup>342</sup>.

<sup>342</sup> Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR.

Entre outros vendedores entrevistados, quando as perguntas despertavam a necessidade de descrever a relação entre os trabalhadores com os quais conviviam, muitos pausavam sua fala e escolhiam as palavras ou então utilizavam expressões como “*né?, é?, entende?, assim*”, e gestos para dizer a entrevistadora: “você sabe o que penso e não quero deixar registrado”. No longo trecho da entrevista de Morena observamos como o termo “muito assim, assim”, é utilizado como um recurso de linguagem demonstrando certo cuidado para se referir ao outro sem parecer preconceituosa. O “assim” significa também a relação com o momento da entrevista gravada, tendo certo cuidado ao se referir ao outro. Em críticas feitas por Morena às diferenças percebidas por ela na cultura do outro, ela recorre à fala de amigos de nacionalidade paraguaia para fazer as descrições, por exemplo, “um amigo falou” ou “a vizinha paraguaia falava”. Embora a fala de Morena traga alguns destes comportamentos, a conduta dela em expressar sua opinião deve-se também à proximidade dela com a entrevistadora.

Estes cuidados também se relacionam ao reconhecimento destes entrevistados de estarem, enquanto moradores de cidades fronteiriças, tendo contato e relação com pessoas de nacionalidade diferente da sua. Independente de serem relações pessoais, de convívio ou de trabalho, estes trabalhadores transitam entre estas cidades e convivem nelas. Nestas três cidades, estes trabalhadores convivem com isto em locais diversos, como no trânsito, nos mercados, em consultórios médicos, nas escolas, em restaurantes e etc. É possível que existam pessoas residentes nestas cidades que nunca tiveram convívio ou contato com estrangeiros. Porém, é impossível nunca ter ouvido falar sobre alguma situação ocorrida em sua cidade envolvendo as duas nacionalidades.

Chama atenção nestas entrevistas com trabalhadores de nacionalidade brasileira e paraguaia como a circulação entre uma e outra cidade muitas vezes é entendida como parte de seu cotidiano. Em algumas falas, você não identifica a separação física da fronteira enquanto eles falam sobre suas migrações para o trabalho, lazer ou estudos. Contudo, as fronteiras culturais, sociais e econômicas aparecem com mais frequência nas entrevistas. Estas são recursos sacados para demarcar onde inicia, onde mistura e onde termina a identificação e relação entre eles. Trata-se de trabalhadores vivendo subordinados a uma mesma realidade de trabalho, que ora não se identificam com seus pares e ora se percebem como parte de uma mesma classe social.

Quando Morena olha para sua colega de trabalho e avalia suas diferenças de costumes e hábitos na alimentação, no comportamento e na dança, ela subjetivamente avalia a colega como diferente dela. Contudo, há elementos em comum que as aproximam ao ponto de frequentarem a casa uma da outra. Entre estes pontos está a convivência em uma mesma situação de trabalho. Parte de uma situação onde ela entende a sua cultura como superior à do outro. Para tanto, recorre à relação de dependência econômica desta fronteira do Paraguai com o Brasil. Ainda, busca historicamente trazer como esta relação é desigual desde outros tempos<sup>343</sup>.

Na elaboração das entrevistas, os pontos de contradições das falas emergiam, principalmente em meio a questionamentos sobre o cotidiano de convívio entre as pessoas de nacionalidade diferentes. Estas contradições não são recuperadas visando desqualificar as argumentações dos entrevistados, mas para trazer a subjetividade e tensões presentes nestas fontes orais. Por exemplo, no caso da entrevista de Maria Cleuza, a entrevistada fez referências à década de 1970 e 1980 como um período marcado pelo convívio harmônico entre paraguaios e imigrantes brasileiros em Salto del Guairá. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a matricular os filhos em escolas brasileiras, ela descreveu:

Devido ao castelhano. Antes eles diziam, se o brasileiro não aprendia, vai pra tua terra. É o que eles falavam e falam até hoje. O racismo aqui é muito grande, até hoje a gente enfrenta isto. *Por quê?* Num sei, acho que por causa da guerra dos antepassados. Essa gente do Salto não é tanto, mas essa gente que vem de fora é sim. Eu tive já fazem, uma mulher, uma camelô me falou isto, porque que eu não ia pra minha terra?! Aí nós se confrontamos. Eles são muito racistas.<sup>344</sup>

A entrevistada recupera a expressão “vai pra tua terra” ouvida em dois momentos diferentes de sua vida. Ambos interpretados por ela como racismo. Primeiro temos a situação

---

<sup>343</sup> A Guerra do Paraguai é ensinada no Paraguai como a *Grande Guerra*, sem poupar nenhuma tinta nas atrocidades e injustiças cometidas pelo Brasil. Não se trata desta população trabalhadora recorrer às memórias de uma relação desigual construída nestes últimos 40 anos entre os dois países, por exemplo, recorrendo ao impacto do acordo de Itaipu com o fim de *Salto Siete Quedas* ou a entrada massiva de capital brasileiro e sua exploração nesta cidade paraguaia. Esta relação política e econômica entre os dois países pesam na formação de opinião e valores nas relações construídas cotidianamente entre estes trabalhadores pesquisados. Sobre isto conferir: ALBUQUERQUE, José L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza,

<sup>344</sup> Maria Cleuza, 63 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013, em Salto del Guairá/PY.

de distinção pela nacionalidade, quando há uma presença maciça de brasileiros vivendo em Salto del Guairá e frequentando as escolas locais sem dominar o idioma do país. Segundo, quando estes proprietários de lojas começam a disputar espaço com os vendedores ambulantes, principalmente de nacionalidade paraguaia, ocupando a Avenida Paraguay. Estes apontamentos trazem a relação com a nacionalidade sendo recuperada não apenas nos momentos de conflitos de classes e de disputa por mercado. O recurso à nacionalidade para distinção entre o eu e o outro, é sacado quando as tensões entre estes sujeitos que vivenciam nestas cidades fronteiriças ficam mais evidentes.

Ao longo das entrevistas com alguns empresários e da pesquisa com os jornais, constatamos como a presença dos trabalhadores ambulantes mobilizados pelo comércio de importados não fazem parte da imagem pretendida para Salto del Guairá. Juntamente ao crescimento de estabelecimentos comerciais em Salto del Guairá no final da década de 1990, ampliaram-se também o número de pessoas tanto de outras cidades paraguaias quanto brasileiras próximas desta fronteira buscando formas de sobrevivência. Sobre isto, a presença destes trabalhadores oriundos de Salto del Guairá e de outras cidades próximas são anunciados em 1998 como uma categoria a ser pensada dentro da proposta de imagem almejada pelos comerciantes da cidade:

**Salto del Guairá, la ciudad de la amistad. Pero se encuentra ante un grave problema social. Municipalidad pelea por mantener la buena imagen de la ciudad, sin ocupaciones desordenadas.**

La municipalidad encuentra-se empeñada en solucionar definitivamente la ocupación ilegal de veredas e paseos centrales de las calles de la ciudad. El caso, sin embargo, no resulta fácil, teniendo en cuenta el grave problema social que representa. [...] La decisión no sería difícil si no se tratase de un problema social, donde está en juego la manutención de familias enteras, que ante la falta de una ocupación laboral, recorren a la informalidad ubicándose con su carrito o casilla en los espacios que les corresponde con exclusividad, mas sino a todos por igual.[...] El objetivo fundamental de la Municipalidad es mantener la imagen de una ciudad fronteriza diferente, limpia y en serio, sin desordenes desproporcionados sin solución, similar a las que se tiene en otras regiones de frontera como Ciudad del Este, Encarnación y Pedro Juan. Mismo también en la capital. Las autoridades comunales están conscientes de que este es el momento de frenar la ocupación de espacios públicos de una buena vez antes que alcance medidas incontrolables. [...] La intendencia tiene por objetivo firmar un contrato temporario no renovable con cada uno de ellos, y luego a su vencimiento que cada uno por cuenta propia se retiren del espacio ocupado<sup>345</sup>.

---

<sup>345</sup> DUARTE, Rosendo. **Municipalidad pelea por mantener la buena imagen de la ciudad, sin ocupaciones desordenadas. Ley Municipal, Ordenanza 054/94.** *Jornal O Paranação*, 29 de maio de 1998.

Em 1994, com a Ley Municipal, Ordenanza 054/94, encontramos a iniciativa do poder público defendendo os interesses do empresariado local ao definir legalmente o impedimento da presença destes trabalhadores nos espaços públicos do centro comercial. Entre estes interesses, está a retirada das desigualdades sociais visíveis (expressa na presença de vendedores ambulantes) da organização urbana de Salto del Guairá. Tais vendedores foram observados em grandes proporções em outras cidades fronteiriças que também viveram um rápido crescimento comercial, onde uma parcela significativa da população não estava incluída em seus benefícios.

As desigualdades sociais motivadas pelo crescimento comercial, por exemplo, o aumento do custo de vida, a supervalorização dos imóveis e a piora dos serviços de distribuição de água e energia tiveram impacto direto sobre a vida de uma parcela da população local excluída deste crescimento. Algumas famílias reorganizaram-se para manter parte de seus membros no trabalho na rua, como o caso da presença de mulheres e crianças vendendo meias, batatas e erva mate para tererê para completar a renda familiar ou ter nisso sua principal fonte de renda.

Em Salto del Guairá foi, e é visível, a presença de trabalhadores, principalmente de nacionalidade paraguaia, envolvidos no trabalho como ambulantes, ocupando as ruas e vendendo mercadorias que seguram nas mãos, em bolsas, “carritos ou casillas”. Entretanto, a reportagem de 1998 marca um perfil de vendedor ambulante, oriundo de cidades pequenas e de Salto del Guairá, diferente do perfil presente a partir de meados de 2000. Antes estes vendedores ambulantes eram vivíveis facilmente na avenida principal e na rua entre Salto del Guairá e o transporte fluvial a Guaíra (PR).

Nara, proprietária de lojas, ao relatar sua trajetória de vida, relatou seu início no comércio em Salto del Guairá trabalhando com *casillas* nas ruas em 1968:

Eu comecei na rua, depois na galeria Tatiana, na galeria Dávilo, depois a da Dona Elvira, depois e outra ainda, pra depois virmos pro shopping.  
[...] Já lá no Paraguai, não tinha nem metade das pessoas que vendem na rua hoje. Até lembro quem tinha, tinha um homem que vendia laranja, outro com um carrinho de banana, sabe assim?! Passava uma chipinha de vez em

quando, era assim, bem calmo, com pasito em pasito, como eles mesmo dizem [...].

Aquele problema que teve com os camelôs, como o meu marido era paciencioso, a gente tinha a loja com vitrine na frente e a porta que entrava. Os camelos colocavam as mercadorias no nosso vidro e no toldo na frente, eles botavam mesa, jogo, fogareiro, as pilhas de meia até em cima no teto e tampavam toda a nossa vitrine, só ficava a porta liberada. Acontecia muito quebra pau por isso, mas ele falava, eles vão desistir e ver que não estão certo. Até que não desistiram e quem desistiu fomos nós, compramos a loja no Shopping Salto. Depois deu um quebra pau lá que os donos da loja, tirou eles a ponta pé de lá, sabe, desse jeito?!<sup>346</sup>

A entrevista de Nara faz referências a um período onde sua venda como ambulante não concorria com uma quantidade expressiva de outros vendedores ambulantes oferecendo as mesmas mercadorias das lojas. Havia vendedores de alimentos, poucas lojas e a cidade não tinha no comércio de importados sua principal economia. Um modo de vida urbano de “pasito em pasito”, não continuou sendo o mesmo vivido nas décadas posteriores. O final da década de 1990 marca parte das mudanças percebidas por Nara ao identificar a presença massiva de vendedores ambulantes nas ruas e ocupando as calçadas da cidade. Sua identidade fixa-se em uma condições social e econômica de empresária, diferente da vivida quando iniciou vendendo mercadorias nas calçadas.

Embora a entrevistada deixe registrados os conflitos entre ela e os vendedores ambulantes, ela considera importante frisar que sua família não agiu para retirá-los. Isto se relaciona a um dos confrontos e violências praticadas por parte poder público municipal contra os vendedores ambulantes, em especial em 2011. Tentaremos compreender um pouco sobre os conflitos de interesses que desencadearam estes confrontos.

Na pesquisa ao jornal local *Rio Paranazão*, identificamos novamente um discurso do poder público municipal sobre a imagem pretendida para a cidade e a presença de vendedores ambulantes nos anos de 2004 e 2005. Eram vendedores ambulantes que já atuavam nesta ocupação em Ciudad del Este:

---

<sup>346</sup> Nara, 73 anos. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

### **Vendedores informales migran de Ciudad del Este a Salto del Guairá.**

Esta ciudad hasta entonces libres de los “camelos” ahora se enfrenta con uno grave problema que deberá ser analizado e reglamentado para no permitir a importación de otros males como mendigos, niños de las calles e incluso los pequeños infractores. Si bien, la masiva visita de los brasileños traen consigo buena cantidad de circulantes varios comerciantes no ven con buenos ojos *“Ellos no representan competencia para nosotros, no cuestionamos su presencia desde ese punto de vista, si la posibilidad de que los visitantes sean molestados o estafados, hecho que denigrará la imagen de la ciudad que hasta ahora es nuestro mejor postal”*, dijo uno de los comerciantes en reclamo a nuestro medio. Los vendedores reunidos en grupos copan los puntos principales de la Av. Paraguay, centro comercial y el puerto de balsas [...] Las autoridades esperan que esta “visita” sea solo por las fiestas de fin del año [...].<sup>347</sup>

O poder público municipal, empresários e a imprensa de Salto del Guairá não incluem no seu projeto de desenvolvimento voltado para o turismo comercial a presença de vendedores ambulantes. Já os grandes empresários e investidores com trajetórias de negócios em Ciudad del Este são bem-vindos por esta classe dominante. Os conflitos em torno da presença destes trabalhadores podem ser pensados em torno da concorrência com os pequenos proprietários de lojas. Logo, os grandes proprietários e o poder público municipal fixam seus conflitos principalmente entre a contradição da propaganda de diferencial divulgado em torno do turismo comercial para a cidade e a realidade concreta de Salto del Guairá. Abaixo seguem as medidas tomadas por estes grupos:

#### **Preparan operativo para este fin de semana. Buscan contener invasión de vendedores ambulantes. Los vendedores están por toda parte aprovechando la concurrencia de turistas los fines de semana y feriado.**

Las veredas más tranquilas y un comercio organizado se ha vuelto un verdadero caos en los últimos días en Salto del Guairá, cuando verdaderos batallones de vendedores ambulantes invadieran las calles veredas y espacios verdes. Los que antes se constituía en temporales visitas de fin de año, esta vez los vendedores permanecieran en Salto del Guairá e incluso propiciaran la venida de otros grupos. Las cuatros cuadras de la zona de comercio fueran abarrotadas por los vendedores cada turista que desciende de su rodado es disputado por los vendedores que tienes de todo. El ofrecimiento en principio pasivo se vuelve molesto, inclusive con la insistencia de los vendedores quienes persigue al visitante hasta lograr su objetivo de vender lo producto. Libre de los mesiteros y vendedores ambulantes entonces Salto del Guairá, con orgullo proyectaba su imagen de una ciudad turística, pacata e

---

<sup>347</sup> Autor não identificado. **Vendedore informales migran de Ciudad del Este a Salto del Guairá.** *Jornal Rio Paranazão*. Data 31 de dezembro de 2004.P. 4. Como mencionado, os meios de comunicação local expressam o aumento de trabalhadores ambulantes nas ruas de Salto del Guairá, oriundos de Ciudad del Este.

confiable, libre de los vicios que afectan a grandes urbes como Ciudad del Este. Los comerciantes reaccionaron e la intervención de la comuna, este por su vez, sancionó la ordenanza 146/2005 por la cual se establecen los requisitos para la habilitación de vendedores ambulantes dentro del distrito de Salto del Guairá. [...] Certificado de vida e residencia con mínimo cinco años dentro del municipio; Certificado de antecedente judicial expedido por la circunscripción judicial local; Certificado de antecedentes policial; Poseer bienes raíces en el municipio con su respectiva certificación; Certificado de nacimiento original; Referencia personal e laboral; Facturas legales de las mercadorías a serien vendidas [...] <sup>348</sup>.

Neste momento, não são os brasileiros a serem considerados como indesejados por uma parcela deste empresariado e do poder público municipal, mas trabalhadores nacionais oriundos de outras cidades. Os critérios estabelecidos na lei municipal de regulamentação dos vendedores ambulantes, como tempo mínimo de cinco anos de residência e a propriedade de bens na cidade, já indicam a seleção de um perfil que não se encaixa para a maioria destes trabalhadores. Tais critérios são pensados para atingir a maioria dos vendedores ambulantes, pois muitos emanam de Ciudad del Este e de outros municípios para trabalhar em Salto del Guairá.

Na matéria há um esforço grande em relacionar os problemas sociais da cidade a estes vendedores ambulantes. A imprensa, junto ao poder público municipal e ao empresariado, busca construir uma criminalização destes trabalhadores. Se na pesquisa não foi possível visualizar todos os empresários com discursos contrários a presença de vendedores brasileiros não regulamentados trabalhando em lojas, o discurso contrário a fixação de vendedores ambulantes nos espaços públicos é praticamente um consenso entre eles. Sobre isto, Dalva descreve, “Atrapalha, chega gente, você não sabe quem é. Agora não tem mais, tem muito pouco. O prefeito tirou, ele tem forma de fazer isto. Tem lugar lá pro camelô, na rodovia. Acho que tem uns dois anos. Eles enchem a avenida” <sup>349</sup>.

A responsabilidade sobre o crescimento e controle dos trabalhadores ambulantes é remetida ao poder público municipal. Atualmente, esta presença de ambulantes citados pela entrevistada que se concentra na rodovia entre Salto del Guairá e Mundo Novo-MS, não é o perfil do ambulante com condições econômicas como aqueles, em sua maioria, oriundos de

---

<sup>348</sup> Autor não identificado. **Preparan operativo para este fin de semana. Buscan contener invasión de vendedores ambulantes.** *Jornal Rio Paranazão*, 10 de junho de 2005. p. 7.

<sup>349</sup> Dalva, 56 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá.

Ciudad del Este. Tratam-se de migrantes de cidades próximas a Salto del Guairá ou de moradores de bairros periférico em Salto del Guairá. Um perfil de trabalhador ambulante normalmente com uma trajetória marcada pelo trabalho no campo, com baixa ou nenhuma escolaridade e com capacidade de consumo insuficiente para adquirir ou estocar mercadorias de preço relevante. São os vendedores de batatas, água, erva-mate e *torrone* formados por pais e crianças que andam na rodovia oferecendo mercadorias enquanto os consumidores brasileiros aguardam na fila da aduana brasileira.

Embora observada a presença destes vendedores por parte de empresários e do poder público, eles não se encaixam no perfil de vendedor ambulante que teve um determinado tipo de reconhecimento e ações por parte do poder público na tentativa de regularizá-los e realocá-los. Entre estes vendedores ambulantes, uma das entrevistadas mencionou como foi esta ação do poder público:

Eles me expulsaram e deixaram sem nada, aí tivemos que ir na prefeitura, acabamos vendo isto aqui através de conhecimento com parente, mas já mandaram a gente sair daqui várias vezes. Foi ordem do prefeito, a prefeitura que colocou estes fiscais para trabalhar e tirar nois da rua, não é só nois não, todo mundo. *Qual a justificativa?* Uai que era para limpar a rua, ele falou que ia limpar a rua e limpou! Quando o prefeito entrou, quando ele tomou a prefeitura ele já fez isso. *Por que?* Porque ele não dá permiso para camelô. Como no Brasil também, que camelô não pode trabalhar na rua e ele copiou de lá também. Ele é nascido e criado aqui e ele conviveu muito no Brasil, estudaram lá. Tudo eles quer copiar do Brasil e fazer aqui também. Pra mim foi bom, só que no momento pra mim, foi um choque muito grande, no momento que eles mandou a gente sair, se não saísse eles metiam o pau e quebravam tudo. Teve muita gente que apanhou, teve pai de família mesmo, que nem minha vizinha que tava com comida e com panela, e foi pegado e jogado tudo no caminhão. Eu, quando eles avisaram, um dia antes eu saí. Já tinha um ano e três meses que eu já ocupava ali. Eu tava ali atrás do shopping Salto e depois mandaram sair. Aí eu fui para ali em frente onde tá a Devile, e depois de três meses ali a Devili mandou tirar nois ali da frente. [...]

Eu já estou cansada de problema. Cada salão, dá quase 7 milhões de guaranis, você paga uns R\$ 4.000,00, dá uma entrada da metade e vai pagando parcelado. Aqui é tudo gente de fora, que não trabalhava na rua de camelô, que tá ocupando aqui, de dentro da prefeitura que vieram avisar a gente, tem que ocupar esse lugar.

[...] O meu marido era moto-taxista e tinha ponto ali. Veio um documento, uma notificação que a gente teria que desocupar em 12 horas, a minha vizinha assinou. Eu não assinei não, porque eu falei, eu sou bem mandada. Vou é já me mandar. Teve abordagem a noite, foi terrível esse pessoal do caminhãozinho. [...] Nós temos uma associação de camelôs, 500.000,00

guaranis por mês. Tem todo mundo aqui organizado. Só quem está aqui. Os camelôs da rua não são cadastrados<sup>350</sup>.

A ação do poder público em apoio à associação de empresários buscou uma política de retirada dos vendedores ambulantes da Avenida Paraguay, agindo de modo violento com esta população. A resistência contínua desde grupo possibilitou a construção de pequenas salas comerciais destinados aos ambulantes com condições de atenderem aos critérios de cadastramento, já citados anteriormente. Contudo, boa parte destes vendedores ambulantes não conseguiu cumprir estes critérios ou mesmo se negaram a fixarem-se num lugar onde há pouca ou quase nenhuma presença e circulação dos turistas e sacoleiros. Ser “bem mandada” é saber que a violência e desrespeito aos seus direitos é algo real naquela situação<sup>351</sup>.

Quando a entrevistada associa o comportamento e ação do poder público “imitando o Brasil”, denuncia que a governabilidade deste órgão não atua em favor da população paraguaia, mas dos empresários estrangeiros que dominam este local. Não há preocupação em atender a uma necessidade da população local, mas aos empresários e turistas que frequentam o espaço comercial desta cidade. Os consumidores que compram dos camelôs, não costumam ser os mesmos que frequentam aos luxuosos shoppings ou a grandes lojas. Trata-se de uma população de baixo poder aquisitivo tanto paraguaia quanto brasileira que consome os produtos ofertados nas ruas pelos ambulantes. O projeto de turismo comercial de Salto del Guairá, também envolve a segregação entre classes sociais. A cidade e os resultados de seu possível desenvolvimento econômico não são para todos que vivem nela.

Aos vendedores ambulantes, flanelinhas, catadores o centro comercial não é um lugar onde esta população é bem-vinda. Estes são constantemente empurrados para fora do centro da cidade. Contudo, eles reagem e continuam presentes neste centro, criando meios e estratégias para continuarem tentando sobreviver deste comércio mobilizado na fronteira. Os

---

<sup>350</sup> Célia, 40 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Fala da entrevistada traduzida em alguns momentos durante a transcrição da gravação, pois alguns termos eram utilizados em espanhol. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá/PY.

<sup>351</sup> Um dos últimos conflitos durou mais que um dia, em que os vendedores ambulantes se organizaram e contaram com o apoio de algumas pessoas que compunham o movimento campesino paraguaio. Os empresários de lojas também se organizaram e fecharam as portas do comércio por um dia. De maneira geral, parte da negociação deu-se entre o poder público, os camelos e os empresários de lojas. Contudo foi o uso da coerção que garantiu o fim provisório do conflito. Não consegui localizar no jornal pesquisado alguma matéria sobre este conflito. Apenas as entrevistas traziam informações sobre isto. Não havia boletim de ocorrência na delegacia de Salto del Guairá. Representantes do poder público foram procurados, mas não me atenderam.

resultados são visíveis. Os fiscais municipais atuam de forma incisiva sobre estes trabalhadores. Muitos deles escondem suas mercadorias em mochilas e oferecem aos consumidores quando estes estão adentrando em seus carros. Outros fazem acordos com proprietários de lojas, deixando suas mercadorias em cima das calçadas e, se acaso a fiscalização apareça, dizem que a venda é em conjunto ao dono da loja. Há aqueles, como a vendedora entrevistada que muda de um ponto para o outro, ocupando ruas transversais. Ainda, há uma minoria que ocupa parte da construção destinada aos ambulantes, sendo que a maioria dos salões deste espaço está abandonada.

De modo geral, observamos como não há uma hegemonia entre os interesses das classes dominantes de Salto del Guairá. Contudo, há pontos de interesses em comum relacionados a ações que possam promover a acumulação para estes empresários. Nota-se, igualmente, que os interesses são de classe, como o exemplo citado das ações contrárias a presença maciça de vendedores ambulantes, há coesão nestes segmentos sociais.

Além disso, esta coesão pode ser encontrada na padronização do comportamento destes empresários nos acordos fixados com os vendedores de lojas para exploração da força de trabalho. Os interesses do poder público municipal e de outros órgãos que atuam na fiscalização das leis trabalhistas e da presença do trabalhador imigrante, são orientados, em sua maioria, em favor destes empresários. Tanto o trabalhador formalizado quanto o informal atuante em lojas de importados em Salto del Guairá, vivenciam, nesta realidade de trabalho, o não cumprimento das leis trabalhistas paraguaias e do estatuto de proteção ao trabalhador imigrante.

No geral, entre os vendedores em lojas formais e informais, de nacionalidade brasileira e paraguaia, as condições de trabalho experimentadas por eles são comuns. Eles percebem que estão vivendo como trabalhadores numa mesma realidade específica de condições de trabalho presente neste comércio na fronteira. Contudo, nesse contexto, há uma interpretação por parte destes trabalhadores que os fazem se perceber como diferentes uns dos outros, principalmente quando comparam seus postos de trabalho, salário e sua nacionalidade. O vendedor brasileiro que migra diariamente para trabalhar em Salto del Guairá percebe-se em uma condição cultural e socioeconômica diferente do trabalhador paraguaio. Isto porque, para ele, muitas vezes, este trabalho é entendido como temporário. Da mesma forma, acredita ter maiores condições ou possibilidades de tentar mudar de condição de trabalho em seu país de origem, mesmo alguns relatando terem insucesso em suas tentativas.

Já as trajetórias anteriores de muitos destes trabalhadores paraguaios ocupados em lojas, é normalmente comparada como pior em termos de salário e condição de trabalho com relação à experimentada atualmente. A dificuldade de inserir-se neste mercado de trabalho, combinada à concorrência gerada pelos trabalhadores estrangeiros, contribuiu, em certa medida, para dificultar a organização política destes trabalhadores. O trabalhador estrangeiro acaba, muitas vezes, sendo visto como a materialização das dificuldades do trabalhador paraguaio e não necessariamente a forma como a classe dominante organiza a expansão do capital naquela cidade fronteiriça. No caso dos vendedores ambulantes, embora a organização em uma associação ainda apresente resultados insuficientes para suas necessidades, eles se percebem com interesses comuns a serem defendidos.

Os trabalhadores envolvidos com o comércio não regulamentado de mercadorias na fronteira, vivem a exploração capitalista na informalidade e na considerada ilegalidade. Estes trabalhadores criam formas de organização e comportamentos morais entre eles gerando um padrão de conduta, onde há um reconhecimento de pertencimento a um grupo. Tal padrão também se ampara no uso da coerção e repressão por parte daqueles que ocupam postos mais altos dentro da hierarquia dos postos de trabalho que compõe o ciclo do “contrabando”. São trabalhadores considerados “ilegais” e, praticamente, ninguém além daqueles identificados com aquele grupo, agirá em defesa da garantia de manutenção e de obtenção de renda por meio daquela ocupação.

Ainda, cabe considerar, novamente, como os limites entre o moralmente aceito ou não entre estes trabalhadores se ampara em muitos outros aspectos para além dos conceitos de “legal/ilegal e formal/informal”. Dentre eles, estão os costumes, valores, necessidades de renda e mesmo a forma como lidam com as ações por parte do Estado na criminalização de suas práticas.

Sobre os conflitos entre nacionalidades, podemos elencar ao menos três elementos considerados aqui como fundamentais. Primeiro, o que contribui para emergência destes conflitos é a disputa de mercado gerada por este comércio na fronteira. Segundo, estes conflitos também passam pelas diferenças entre classes sociais. Terceiro, historicamente, na expansão capitalista prevalece o domínio econômico do Brasil sobre o Paraguai, o que tem peso na formação cultural do preconceito e dos conflitos em torno da nacionalidade entre estes trabalhadores que vivem em Salto del Guairá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei a pesquisa que resultou nesta Tese, o aumento do fluxo de consumidores e trabalhadores entre as cidades de Guaíra e Salto del Guairá já era perceptível ao menos desde meados da década de 2000. Salto del Guairá vivia os resultados das mudanças econômicas e políticas do Brasil e do Paraguai, visualizados no aumento significativo de novas lojas de importados e importadoras com o investimento do capital de empresários oriundos de outras nações. Uma pequena cidade no Leste do Paraguai, que passou, em um curto período de tempo, a ser a segunda mais importante economicamente em seu país quanto ao comércio de importados, depois de Ciudad del Leste. A mídia local anunciava entusiasticamente os resultados das mudanças nesse comércio na fronteira, destacando os novos estabelecimentos comerciais, a qualidade dos novos serviços ofertados, o crescimento no setor de Construção Civil e a geração de empregos, proporcionando melhorias para a população local de Salto del Guairá e para as cidades brasileiras fronteiriças Guaíra-PR e Mundo Novo-MS. Um suposto progresso em favor de todos.

A importância desse comércio fronteiriço de Salto del Guairá para a sua economia e também para as cidades vizinhas brasileiras não foi negada nesta pesquisa. De modo geral, os empresários dos diferentes ramos comerciais e muitos atravessadores, responsáveis pelo trânsito "legal e/ou ilegal" de mercadorias, conseguiram acumular algum capital. Consumidores conseguiram comprar bens para consumo que não eram ofertados em suas cidades de origem ou ofertados por um valor mais alto no mercado interno brasileiro. Muitos trabalhadores buscaram a sobrevivência nesse espaço; entre estes, alguns atingiram expectativas de fazer uma pequena poupança, enquanto outros experimentaram a criminalização pelo seu trabalho. Contudo, esses apontamentos não indicam como os trabalhadores envolvidos como vendedores ou atravessadores de mercadorias vivenciaram tais mudanças em meio às experiências acumuladas ao longo das suas trajetórias de vida e aos conflitos entre diferentes grupos envolvidos nessas relações sociais.

Por isso, o que buscamos nesta pesquisa foi problematizar como a população trabalhadora local, nos serviços de venda em Salto del Guairá e/ou na travessia de

mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai, experimentaram e perceberam as mudanças no trabalho vividas neste lugar. Entre a fronteira anunciada e a fronteira vivida pelos trabalhadores percebemos algumas diferenças. Nem todos vivenciaram as mudanças como melhorias nas condições de vida. Nas relações sociais dessa fronteira, as mudanças não foram vividas da mesma forma pelos trabalhadores mais velhos e mais novos.

Entre as questões enfrentadas na pesquisa, houve esforço em problematizar como as mudanças no trabalho da fronteira, vivenciadas pelos trabalhadores, não estavam apenas reduzidas às alterações na legislação e na economia, mas também respondiam aos significados históricos atribuídos a essas condições de vida experimentada pelos sujeitos da pesquisa. Ao estudar os trabalhadores e suas percepções, procuramos contribuir com a produção acerca do tema, pensando esse processo histórico de mudanças a partir da forma como tais sujeitos lidam e se fazem em meio às condições de vida experimentadas.

Em um primeiro momento, identificamos, por meio das entrevistas, que as relações comerciais na fronteira Brasil-Paraguai entre as cidades de Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá não são um fenômeno novo nessa região. O trânsito de pessoas e mercadorias em busca de trocas, meios de consumo e sobrevivência fez-se presente ao menos desde o início do século XX com a fixação de empresas estrangeiras voltadas para a exploração de recursos naturais como a erva-mate e a madeira. Isto, sem considerarmos o fluxo de pessoas e trocas já existentes entre os moradores e as comunidades indígenas na região.

O controle sobre a forma como a população buscava meios de sobrevivência e bens de consumo entre um ou outro lado da fronteira não se fazia tão presente por parte do Estado como começou a ocorrer em meados do século XX. As trocas e o comércio de mercadorias para bens de consumo eram interpretados como algo socialmente legitimado em meio às condições de vida experimentadas pela população local. Trabalhar e viver na fronteira era interpretado com base nos costumes e valores morais compartilhados entre a população local do período.

Conforme ocorreram mudanças econômicas e políticas – como a redução do ciclo de extração de erva-mate e de outros recursos naturais na região, sendo substituído pela produção agrícola em conjunto com a intervenção do Estado com maior atuação nas fronteiras –, também houve mudanças nas percepções sobre o trabalho envolvendo as relações comerciais na fronteira. Em meio a isso, a população local dessas cidades passaram a olhar e lidar de

modo diferenciado para o envolvimento de amigos, vizinhos e familiares no transporte de algumas mercadorias como o café e o *whisky*.

Quando o Estado interveio no intuito de combater o contrabando de café, os trabalhadores passaram a perceber a criminalização do trânsito de determinadas mercadorias na fronteira, estabelecendo conhecimentos e questionamentos sobre a legislação fronteiriça. No comércio e no transporte de mercadorias que não envolviam o café, a relação da população continuava sendo legitimada pelas necessidades de consumo e de trocas na fronteira. Gradativamente, os conflitos expressos nesse controle proporcionou mudanças nos costumes e valores relacionados à interpretação do trabalho na fronteira. Contudo, essas mudanças não eram aceitas pacificamente por tais sujeitos. Em meio às condições de vida e as experiências vividas ao longo de suas trajetórias de vida, muitos trabalhadores buscaram legitimar e demonstrar a necessidade do envolvimento nessas formas de trabalho.

Embora a agricultura expressasse um peso significativo para a economia local, as relações de trabalho e trânsito envolvendo o comércio na fronteira também tiveram um papel importante para a sobrevivência de parte dos trabalhadores dessas cidades fronteiriças em meados do século XX. Muitos trabalhadores que viviam da agricultura de subsistência, da contratação sazonal no campo ou em madeiras, envolviam-se em mais de um tipo de trabalho, conciliando suas ocupações com o comércio e/ou o transporte fronteiriço. Nos relatos presentes nos autos criminais, os trabalhadores denunciavam suas condições de vida e as dificuldades de manterem-se apenas com o trabalho no campo. Ainda, evidenciavam as perdas de um modo de vida rural trazido com o processo de mecanização do campo e a mudança do tipo de cultivo agrícola combinado à expropriação de pequenos proprietários rurais. As angústias vividas com o impacto disso nos costumes e valores morais desses trabalhadores eram resgatadas nas dificuldades enfrentadas para buscar parte de sua sobrevivência e uma forma de trabalho criminalizada pelo Estado.

O registro das falas dos trabalhadores presos nos autos criminais sobre contrabando trouxeram o campo da lei como um espaço em que também são travadas as lutas entre capital e trabalho. Um lugar em que os trabalhadores questionam as diferenças sociais e percebem-se como classe social diferente de outra que o acusa e, ainda outra que o contrata. O transporte não regulamentado e/ou ilegal de café na fronteira era desenvolvido pelos trabalhadores como uma atividade subalterna à daqueles que contratavam sua força de trabalho para tal atividade.

As ações de repressão dos agentes do Estado evidenciaram um Estado onde prevaleciam os interesses de uma classe dominante heterogênea.

A importância de recuperar parte do passado da história das classes sociais dominadas ou dos sujeitos subalternos não se deu apenas no sentido de dar voz a esses sujeitos e tentar escrever uma história dos trabalhadores no lugar da história das classes dominantes. Trouxemos para essa discussão o peso de outros sujeitos sociais como os agentes do Estado, as instituições públicas, os grandes proprietários de terras e os empresários, para entender as relações capitalistas de reprodução, nas quais os trabalhadores estão vivenciando suas condições de vida como relações sociais de conflitos, disputas e tensões. O processo histórico aqui estudado buscou trazer como esses sujeitos se fazem em meio às condições históricas herdadas, agindo e produzindo respostas diferentes, conforme experimentam e se percebem em suas trajetórias de vida. Assim, as trajetórias individuais relatadas como produto das ações de cada sujeito também foram percebidas como resultado das experiências coletivas, referidas em valores morais compartilhados e vividos pelo conjunto dos sujeitos enquanto classe.

Ao resgatar parte da forma como os trabalhadores viviam e buscavam sua sobrevivência com o trabalho na fronteira e as ações de outros sujeitos como os empresários, o Estado e suas instituições, analisamos como estas relações eram vividas em meio à luta de classes. As formas de trabalho envolvendo o comércio e o trânsito de mercadoria tiveram sua relevância no passado para parte da população local. Gerações diferentes de trabalhadores pesquisados atribuíram significados ao trabalho na fronteira, que ora se aproximaram e ora apresentaram especificidades, conforme as condições históricas e as trajetórias vividas.

Os trabalhadores se fizeram em meio às dinâmicas e conflitos experimentados com as mudanças vividas nessa região, recorrendo a velhas e novas práticas de trabalho, valores morais e costumes. Identificar essas diferenças e semelhanças só foi possível comparando as experiências trazidas pelos trabalhadores envolvidos nessas formas de trabalho em períodos distintos. O comércio e o trabalho na fronteira como elemento importante para sobrevivência foi comum. Já a forma como isso foi vivido em meio aos conflitos específicos de seu tempo e os significados atribuídos conforme as leituras individuais e experiências compartilhadas de cada tempo trouxe suas especificidades.

Estudar e comparar essas experiências permitiram compreender as dificuldades encontradas pelos trabalhadores para buscarem meios de sobrevivência na fronteira,

recuperando outros marcos, para além do fim das Sete Quedas. A intervenção do Estado na reafirmação das fronteiras nacionais por volta da década de 1950, combinada às mudanças econômicas nacionais na tentativa de defesa do mercado interno e dos interesses de uma parcela da classe dominante fizeram-se presentes nas mudanças experimentadas pela população local. Nas memórias trazidas pelos trabalhadores, esse processo atingiu diretamente seus modos de vida na medida em que alterou a forma como o trabalho estava organizado na região, dependendo da extração de erva-mate e outros recursos naturais.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ao relatarem suas perdas e dificuldades enfrentadas, os trabalhadores enfatizaram as mudanças nos modos de vida proporcionadas pela mecanização da agricultura e a alteração de cultivo. Para uma parcela da classe empresarial das cidades fronteiriças, o período foi lembrando pelas mudanças no comércio local com o fim do turismo contemplativo das Sete Quedas, o que ocorre em meio a um conjunto de mudanças econômicas e políticas decorrentes dos acordos firmados entre Brasil e o Paraguai e este último com muitos outros países nas décadas de 1970 e 1980.

Esse processo histórico foi recuperado pela população local em conjunto ao impacto da intervenção do Estado na economia local com a construção da Hidroelétrica de Itaipu e a formação do Lago de Itaipu no Rio Paraná, momento que coincide com a ampliação do transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira. O transporte voltado para atender as necessidades de consumo e comércio da população local e de cidades vizinhas continua a existir. No entanto, passa a surgir o “contrabando” em grande escala, voltado para atender ao mercado de consumo de outras regiões do país. Essas referências trazidas pelos trabalhadores sobre o trabalho e as relações sociais vividas na fronteira contribuem para compreender parte da história desse lugar, com base nas experiências daqueles que precisavam lidar com as mudanças, recorrendo a outros tipos de trabalho, além do rural, para conseguirem manter suas necessidades de sobrevivência.

Embora tenhamos identificado nas décadas de 1960 e 1970 pessoas que já viviam apenas da compra, transporte e revenda de mercadorias entre as cidades fronteiriças, a maioria dos trabalhadores envolvidos no “contrabando” de café tinham o envolvimento nesse trabalho combinado a outras ocupações no campo e algumas na cidade. Já a geração de trabalhadores mais jovens não vivenciou o trabalho no comércio e transporte de mercadorias na fronteira como uma nova forma de trabalho. Muitos deles tiveram seu primeiro emprego nas ocupações

mobilizadas por esse comércio. Para os trabalhadores envolvidos, o comércio e trânsito de mercadorias na fronteira apresentou-se como a única fonte de renda.

A leitura e as relações dos trabalhadores com a fronteira e com as formas de trabalho presentes hoje nas cidades fronteiriças estudadas diferenciaram-se das vividas por outros trabalhadores mais velhos. Nas relações de trabalho vividas nessa fronteira, os vendedores e atravessadores de mercadorias trouxeram especificidades de seu tempo por lidarem com legislações, configurações estruturais econômicas, conflitos e valores característicos das relações sociais dos últimos 30 anos.

O envolvimento no comércio e/ou transporte de mercadorias na fronteira recebe maior criminalização por parte do Estado na medida em que se ampliaram as estruturas de controle. Mercadorias que antes não eram o foco de fiscalização dos agentes passaram a ser nas décadas de 1980 e 1990. Esses trabalhadores mais jovens, embora convivam com as tentativas de criminalização de suas práticas por parte do Estado, buscam interpretar seu trabalho, não tomando apenas como base a legislação fronteiriça. Recorrem aos valores morais para lidarem com legitimação de suas práticas em meio às condições de vida experimentadas nesta região. Ainda, vivenciam seus trabalhos lidando com comportamentos e códigos de ética estabelecidos entre os envolvidos nessa ocupação.

As relações sociais entre capital e trabalho os conflitos vividos pelos vendedores e/ou atravessadores de mercadorias são resultantes da própria forma como o mercado comercial em Salto del Guairá é estabelecido em meio às disputas de poder entre empresários. O poder público municipal também foi identificado como um campo de disputa desses sujeitos. Elucidar parte das relações sociais permitiu compreender as contradições e conflitos entre esses grupos que interferem na forma como os trabalhadores de nacionalidades diferentes se relacionam. As condições de trabalho impostas e os acordos informais tiveram impacto no convívio entre esses trabalhadores.

Estudar as experiências dos trabalhadores envolvidos como vendedores e/ou atravessadores de mercadorias permitiu compreender como esses sujeitos estão envolvidos no processo de reprodução capitalista. Independente de viverem com contratos ou não de trabalhos, com jornadas e rendas fixas ou não, esses sujeitos ocupam um lugar subalterno na divisão do trabalho. Tem sua força de trabalho explorada por aqueles que os contratam, sejam eles os “patrões do contrabando” ou os “patrões das lojas”. Em meio a essas relações de trabalho, eles também criam mecanismos para lidar com as tentativas de controle sobre sua produtividade. Muitos trabalhadores buscam contornar as regras e metas estabelecidas,

buscando retirar algum benefício em prol da composição da renda ou da redução da intensificação do trabalho. A não aceitação de determinadas relações de trabalho ou o rompimento de valores morais em meio a essas ocupações muitas vezes foram manifesto nos pedidos voluntários de demissão. A forma como agem e reagem às condições de trabalho experimentadas demonstraram que as tentativas de dominação na exploração do trabalho por parte do capital não ocorre por completo.

As ações dos trabalhadores são elaboradas com base nas experiências vividas ao longo de suas trajetórias ocupacionais e lidando com situações concretas e conflitantes em seu cotidiano de trabalho. É no espaço de trabalho que eles apreendem e se fazem como vendedores e/ou atravessadores de mercadorias regulamentadas e/ou ilegais. O lugar de trabalho é a fronteira, sendo nesta onde eles se socializam e redefinem constantemente suas identidades.

Nesse universo diverso de funções desenvolvidas pelos trabalhadores no comércio e/ou no transporte de mercadorias, há aqueles que se recusam a uma lógica tão intensa de trabalho como a dos vendedores entrevistados. Todavia, os trabalhadores envolvidos com o contrabando de cigarros muitas vezes não conseguem ou não percebem outra forma de conseguirem atender suas necessidades de sobrevivência além do envolvimento em uma forma de trabalho criminalizada e com risco de prisão. Entre estes sujeitos, a relação e o envolvimento com o trabalho ilegal contará com a forma como se relacionam com os valores morais, com suas trajetórias e com as próprias condições de vida experimentadas.

As experiências vivenciadas pelos trabalhadores envolvidos em ocupações informais no comércio e/ou transporte de mercadorias nessa fronteira não se fixaram de maneira simples em conceitos antagônicos como “formal” e “informal” ou mesmo “legal” e “ilegal”. As diferenças entre tais condições de trabalho não desapareceram, mas os trabalhadores apresentaram significados históricos atribuídos a essas condições.

No geral, o estudo sobre os trabalhadores permitiu compreender como esses diversos trabalhadores vivem as especificidades em suas ocupações e também vivenciam uma mesma condição de classe. Nessa fronteira há formação de uma classe trabalhadora composta de brasileiros e paraguaios subordinados a uma realidade específica de trabalho, com acordos informais e verbais que ultrapassam até mesmo os contratos formais. No entanto, é importante salientar que o fazer-se desta classe esteve relacionada com os processos de controle e definição da própria fronteira.

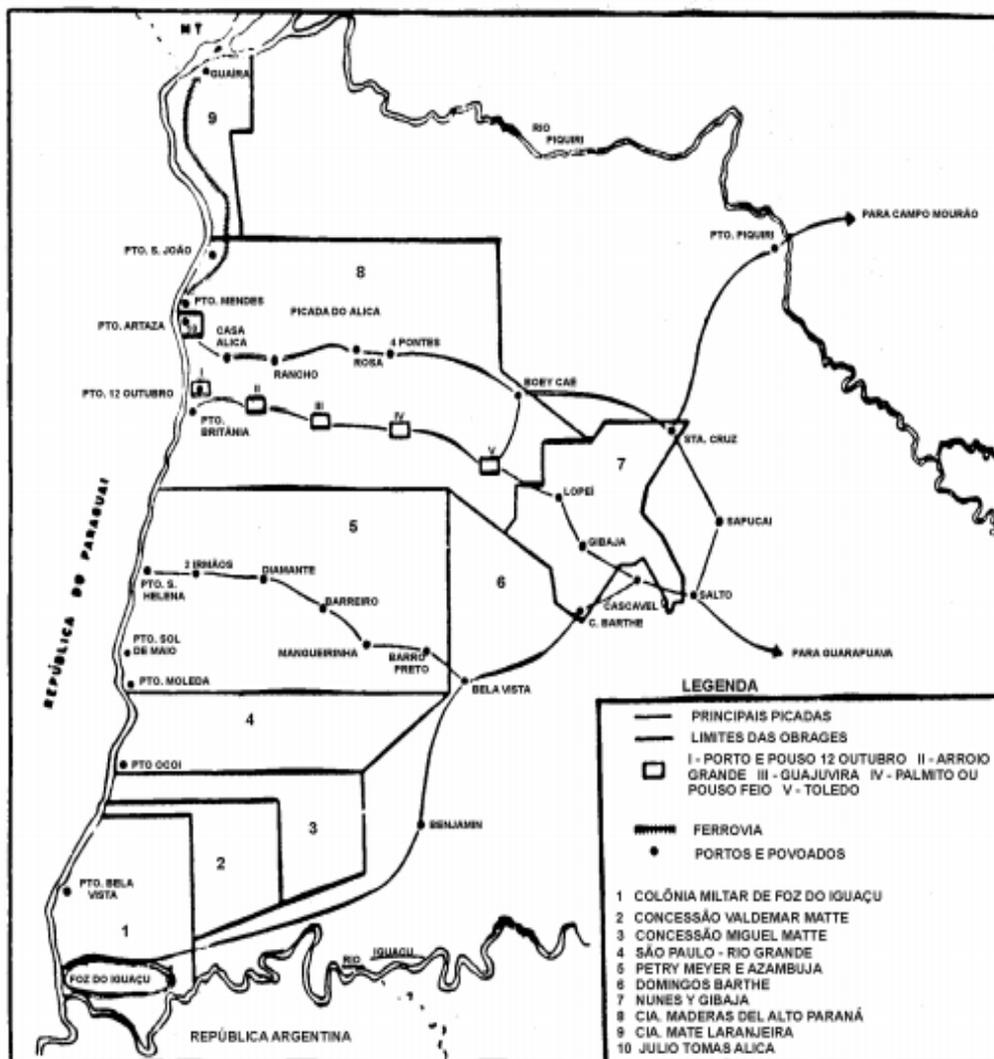
Em outras palavras, observa-se que o aumento da fiscalização e do combate à circulação de mercadorias na fronteira e, até mesmo, o desenvolvimento de um maior entendimento da definição do que seria a fronteira – entendida neste momento apenas como um limite jurídico – contribui de maneira incisiva na organização e no autorreconhecimento dos trabalhadores. Durante as décadas de 1960 e 1970, constata-se que a relação entre ser trabalhador no transporte de mercadorias não regulamentadas e/ou ilegais era uma atividade realizada por trabalhadores envolvidos em outras ocupações, como bóias frias, pequenos proprietários rurais e motoristas de caminhão, não se apresentando de maneira tão explícita como é possível se identificar a partir da década de 1980, momento em as posições de classe vão se apresentando de maneira mais definida.

As mudanças estruturais na economia dos países fronteiriços interferem, bem como interagem, com as formas de trabalho já existentes e resultantes dos comércios de mercadorias entre os dois países desde, ao menos, a década de 1960. Os trabalhadores envolvidos no comércio e/ou no transporte de mercadorias entre estas cidades fronteiriças vivenciam essas mudanças de acordo com seus valores e experiências construídas ao longo de suas trajetórias de vida, reelaborando sentidos e significados sobre o trabalho como sujeitos ativos e atuantes em meio ao processo histórico de mudanças.

Em síntese, o presente trabalho procurou contribuir com o debate acerca do tema, tentando entender como uma parcela dos trabalhadores envolvidos com o comércio e/ou transporte de mercadorias na fronteira lidaram com o processo de mudanças no trabalho no comércio e transporte de mercadorias na fronteira, sem reduzir sua presença na história à mera coadjuvância, à mercê da reprodução e dominação capitalista. Esperamos, com esta pesquisa, ter contribuído com reflexões que desencadeiem a problematização das afirmações aqui presentes e de novos questionamentos em torno do tema.

## ANEXOS

Anexo 1 – Portos na região Oeste do Paraná (1930).



Fonte: WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 278. (Principais "obrages" no Oeste do Paraná).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José L. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do R. C. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2005.

BOSI, Antônio; VARUSSA, Rinaldo José. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: Trajetórias de pesquisa. In: ALMEIDA, P. et al. **História, Poder e Práticas Sociais**. 1. ed., Cascavel: Edunioeste, 2006.

\_\_\_\_\_, Antônio (Org.). **Catálogo da Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980)**. 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva Maria Luiz; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. In: Simpósio nacional de história, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=15616>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da Fronteira**. 2011. Tese (Doutorado em sociologia) – UNESP, Araraquara, 2011.

\_\_\_\_\_, Eric G. **O governo brasileiro nos processos de demarcação e de defesa das fronteiras sul americanas**. In: Memorias del XIII Seminario Internacional de Verano. Caribe: Economía, Política Y Sociedad. Universidad de Quintana Roo: Chetumal/México, 2012.

CARDOSO, Heloísa Helena P. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. In.: Dossiê fontes orais: perspectivas de investigação. **História e perspectiva**, Uberlândia, n. 23, v. 42. jan. e jun./2010, p. 31-47.

CORONEL, Oberty. **Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013.

DARC, Aparecida. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 2009.

DAVI, Elen. **Trabalhadores na Fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2008.

FENELON, Déa R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: PROJETO/HISTÓRIA, n. 10, **Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP**, São Paulo: EDUC, 1994.

FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores: Um Estudo sobre as Vendedoras de Produtos por Catálogo Avon e Natura**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal C. Rondon, 2009.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. 2007. Tese (Doutorado em história) – UNESP, Franca, 2007.

GODINHO, Paula. “Desde a idade de seis anos fui muito contrabandista”: O concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos e novas modalidades emblematizantes. In.: D FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. (Eds.). **Contrabando na fronteira luso-espanhola**. Práticas, memórias e patrimônios. Lisboa: Nelson Matos, 2009. p. 29-56.

GREGORY, Valdir e SHALLENBERGER, Erneldo. **Guáira - um mundo de águas e histórias**. Marechal C. Rondon, PR: Germânica, 2008.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBSBAWN, Eric. Costumes, salários e carga de trabalho na indústria do século XIX, In: \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOLLING, Paulo. **Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon**. M. C. Rondon: Tempos históricos. v. 10, 1º.sem/2007. p. 351-367.

LAINO, Domingo. **Paraguai: Fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1979.

LAVALLE, Aida Mansini. **A madeira na economia Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

NASCIMENTO, Wagner C., SCHOROEDER, Carla A. **Os desafios regionais da mesorregião geográfica oeste do Paraná**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: \_\_\_\_\_. **Território Sem Limites**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. p. 377-408.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **RBCS**, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 117-133.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC/SP, n. 14, p. 7-23, fev. 1997.

\_\_\_\_\_, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n.10, dez. 1993, p. 41-58.

RABO RABOSSO, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira.** Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

SSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira.** 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

\_\_\_\_\_, Fernando. Como pensamos la Triple Frontera? In.: La Triple Frontera. **Dinámicas culturales y procesos transnacionales.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010. p. 21-46.

SANFELICE, Cátia. **Mudanças no mundo dos trabalhadores: Os Pescadores profissionais de Guaíra-PR.** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal C. Rondon, 2012.

SANTOS, Ana Paula dos. **Lago de Memórias: a submersão das Sete Quedas.** 2006. Dissertação (Mestrado em história) – UEM, Maringá, 2006.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, Edward. P. Padrões e experiências. In.: \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa (II).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_, Edward. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC,** São Paulo, n. 15, 1997.

VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de Relações Fabris. **Revista História,** São Paulo, n. 21, Edunesp, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, Mensus e Colonos- historia do oeste paranaense.** Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

**OBRAS PUBLICADAS POR GRÁFICAS**

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guahyrá-Guaíra**. São Paulo: Arte Impressa, 1992.

SILVA, Edycleber de Oliveira. **Desbravadores de Guaíra**: a História da 5ª Companhia de Fronteira. Guaíra: Gráfica Lex LTDA, 2011.

SOTO, Fernanda Feiliú. Canindeyu-Zona Alta. **Los Brasiguayos**. Asunción: Imprenta LEO S.R.L. 2004.

**FONTES:****a) ENTREVISTAS**

Ana, 27, natural de Marechal Cândido Rondon. Entrevista gravada pela pesquisadora em maio de 2013 em Guaíra. Arquivo de mp3 (44 minutos).

Baldocchi, 34 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá, jornalista. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto com Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (30 minutos).

Betânia, 77 anos, natural de Penápolis-SP, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e agricultora aposentada. Entrevista feita em conjunto ao esposo Marco Antônio e gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (51 minutos).

Carlos Alberto, 61 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e funcionário da Receita Estadual. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (48 minutos).

Cláudia, 24 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto com Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (36 minutos).

Dalva, 56 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada pela autora em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (26 minutos).

Dario, 26 anos, natural de Guaíra. Trabalha há 10 anos em lojas no comércio em Salto del Guairá-Paraguai e já trabalhou de laranja. Entrevista gravada pela autora em maio de 2013 em Guaíra. Arquivo de mp3 (46 minutos).

Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada pela autora em julho de 2012 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (41 minutos).

Edu, 50 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietário de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto com Eric G. Cardin. Arquivo de mp3 (30 minutos).

Elizeth, 84 anos, nacionalidade brasileira, residentes em Guaíba-PR, confeitadeira aposentada. Entrevista feita em conjunto ao esposo Felix, gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (54 minutos).

Elba, 40 anos, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto à Eric G. Cardin. Arquivo de mp3 (27 minutos).

Everaldo, 81 anos, natural de Iramaia-Bahia. Entrevista gravada pela autora em 1 de julho de 2014 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (58 minutos).

Fafá, 32 anos, nacionalidade brasileira e residente em Mundo Novo-MS. Entrevista gravada em julho de 2012 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (17 minutos).

Félix, 91 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíba e aposentado pelo IBGE. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (54 minutos).

Gérson, 56 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíba-PR e proprietário de comércio em Guaíba. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (26 minutos).

Jairzinho, 30 anos, natural de Campo Grande-MS e residente em Guaíba-PR. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (39 minutos).

Joel, 48 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíba-PR e ex-fiscal da receita federal. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (138 minutos).

Leão, 82 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíba-PR e policial federal aposentado. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (25 minutos).

Luiza, 29 anos, natural de Guaíba-PR. Entrevista gravada pela pesquisadora em maio de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (53 minutos).

Marco Antônio, 87 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíba-PR e agricultor aposentado. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíba-PR. Arquivo de mp3 (51 minutos).

Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora, em conjunto com Eric G. Cardin. Arquivo de mp3 (60 minutos).

Morena, 22 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíra. Arquivo de mp3 (65 minutos).

Nara, 73 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR, proprietária de loja em Salto del Guairá e em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (84 minutos).

Paulo César, 29 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em fevereiro de 2012, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto à Jéssica de Lima da Silva. Arquivo de mp3 (48 minutos).

Perla, nacionalidade paraguaia e residente em Salto del Guairá. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY pela autora em conjunto à João Ricardo Mendes Gonçalves. Arquivo de mp3 (17 minutos).

Piazza, 80 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR e militar reformado. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR. Arquivo de mp3 (37 minutos).

Rivelino, 32 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada pela autora em julho de 2012 em Guaíra. Arquivo de mp3 (66 minutos).

Roberto, 20 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra-PR, realizada pela autora em conjunto com João Ricardo Mendes Gonçalves. Arquivo de mp3 (40 minutos).

Rosa, 70 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada pela autora em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (24 minutos).

Sílvia, 31 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá/PY. Arquivo de mp3 (15 minutos).

## b) JORNAIS

Ademir Brito dos Santos. **Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu.** Jornal *O Paranazão*, 02 de maio de 1997. p. 8.

Autor não identificado. **Aumenta preço de mandioca ante contrabando en Fronteira.** Jornal *Rio Paranazão*. 31 de outubro de 2003. p.7.

Autor não identificado. **PRF de Guairá apreende mais R\$ 25 mil em contrabando.** Jornal *Rio Paranazão*. Edição n. 809, de 14 a 20 de junho de 2013.

Autor não identificado. **Comitê permanente de fronteira.** Jornal *O Paranazão*, 27 de junho de 1997. P. 05. Arquivado entre as Edições n. 01 a n. 50.

Autor não identificado. **Fronteira Brasil-Paraguai: Integração aduaneira trará prejuízos para Guairá.** Jornal *Rio Paranazão*, 11 de julho de 2003. p. 10.

Autor não identificado. **Preparan operativo para este fin de semana. Buscan contener invasión de vendedores ambulantes.** Jornal *Rio Paranazão*, 10 de junho de 2005. P.7.

Autor não identificado. **Municipalidad pelea por mantener la buena imagen de la cidade, sin ocupaciones desordenadas.** Jornal *Rio Paranazão*. Edição 28 de maio de 1998.

Autor não identificado. **Vendedore informales migran de Ciudad del Este a Salto del Guairá.** Jornal *Rio Paranazão*. Data 31 de dezembro de 2004.

DUARTE, Rosendo. **Municipalidad pelea por mantener la buena imagen de la ciudad, sin ocupaciones desordenadas.** Ley Municipal, Ordenanza 054/94. Jornal *O Paranazão*. Data 29 de maio de 1998. p. 8. Arquivado entre a Edição n. 51 a 100.

DUARTE, Rosendo. **Comerciante locales prefieren crecer sin los “sacoleros”.** Jornal *O Paranazão*. Edição de 6 de janeiro de 1998. p. 9. Arquivado entre a Edição n° 51 a 100.

## c) AUTOS CRIMINAIS

*Pertencentes ao Fundo Documental do Fórum da Comarca de Toledo, Núcleo de Documentação e Pesquisa - UNIOESTE:*

Auto Criminal de 6 de abril de 1961. Acervo NDP: 164/15.

Auto Criminal de 28 de dezembro de 1961. Acervo NDP: 572/52.

Auto criminal de 02 de julho de 1963. Acervo NDP. 561/51.

Auto Criminal de 6 de junho de 1963. Acervo NDP.: 730/66.

Auto Criminal de 5 de agosto de 1963. Acervo NDP: 393/34.

Auto Criminal de 24 de outubro de 1963. Acervo NDP: 552/50.

Auto Criminal de 05 de fevereiro de 1964. Acervo NDP: 570/52.

Auto Criminal de 4 de março de 1964. Acervo NDP: 328/28.

Auto criminal de 21 de março de 1964. Acervo NDP: 553/50.

Auto Criminal de 15 de abril de 1964. Acervo NDP: 418/37.

Auto criminal de 15 de maio de 1964. Acervo NDP.: 571/52.

Auto criminal de 22 de setembro de 1965. Acervo NDP.: 810/74.

Auto criminal de 22 de setembro de 1965. Acervo NDP.: 810/74.

*Pertencentes a distribuição da Comarca de Foz do Iguaçu-PR:*

Auto criminal de 02 de setembro de 1987. Comarca de Foz do Iguaçu-Pr.

Auto criminal de 24 de dezembro de 1986. Comarca de Foz do Iguaçu-Pr.

**d) LEGISLAÇÕES**

BRASIL. Código Penal Brasileiro – CPB.

PARAGUAY. Código del Trabajo, LEY 213/1993. 1993.

BRASIL. Lei, nº 1.173/85, Código Aduaneiro. 1985.

BRASIL. *Lei 1.064/97 - Regime de Maquila.*

BRASIL. Lei, nº 6.634 de 2 de maio de 1979. 1979.

BRASIL. Lei, nº 37 de 18 de novembro de 1966. 1966.

BRASIL. Lei, nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. 1940..

BRASIL. Legislação para estrangeiro Fronteiriço.

**SITES PESQUISADOS:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. **Exportação Brasileira de Café – 1961 a 2013**. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49#84>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Fundo: Instituto Brasileiro do Café (IBC)**: inventário dos documentos textuais / Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo; Sátiro Ferreira Nunes. Rio de Janeiro: o Arquivo, 2013. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/Ibc%20final%201%20ago%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. **Código Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 08 mai. 2014.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. **Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2014.

DEPARTAMENTO de economia rural. **Perfil da agropecuária Paranaense**. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

DGEE/STP, dados referentes ao ano de 2007. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>> . Acesso em: 04 out. 2010.

HISTÓRICO DO DÓLAR. Disponível em: <<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar/>>; Evolução do salário-mínimo 1940 a 2014. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/salario-minimo.htm](http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

PARANÁ ON-LINE. **Brasil e Paraguai intensificam fiscalização na fronteira**. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

PARANÁ ON-LINE. **Lembranças da ditadura.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PARAGUAY, República del. **Dirección General de Migraciones.** In.: <<http://www.migraciones.gov.py/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

O PRESENTE. **Homicídio de menor causa comoção na população de Guaira.** Disponível em: <<http://www.opresente.com.br/policial/2012/06/homicidio-de-menor-causa-comocao-na-populacao-de-guaira/1068512/>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

REQUIÃO, Maurício. Projeto de Lei 2.304/96, de 20 de agosto de 1996. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=76F4EBFB0962871ED7528A483C2CA9F1.node1?codteor=1131880&filename=Avulso+-PL+2304/1996](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=76F4EBFB0962871ED7528A483C2CA9F1.node1?codteor=1131880&filename=Avulso+-PL+2304/1996)>. Acesso em: 04 mai. 2015.

RECEITA Federal. **O regime especial de drawback.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/drawback/regime.htm>>. Acesso em: 16 junh 2014.

RIO PARANAZÃO. **Salto del Guairá se projeta como opção turística.** Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br>>. Acesso em: 7 mai. 2011.